

1 INTRODUÇÃO

Definida, de modo geral, como a propriedade que tem uma palavra de possuir variados sentidos relacionados entre si, a polissemia é considerada, de acordo com a abordagem cognitiva, um fenômeno semântico que não só exprime necessidades pragmático-discursivas dos usuários de uma língua como reflete a sua forma de perceber a realidade, de categorizar seres, eventos e, por conseguinte, de interpretar o mundo.

Admitindo que o verbo é uma categoria polissêmica e que o significado é perspectivista, subjetivo, enciclopédico, flexível e deve ser examinado em situações reais de uso, busca-se analisar a polissemia do verbo “tomar”, nesta tese, levando em consideração os mecanismos conceptuais que estão envolvidos na formulação dos sentidos que integram o seu complexo semasiológico, como isso acontece e por quê. Para tanto, recorre-se à teoria experiencialista da linguagem, à orientação hermenêutica do significado e aos pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva.

Parte-se do princípio de que os múltiplos valores semânticos do verbo “tomar” organizam-se, sincrônica e diacronicamente, em torno de um ou mais centros prototípicos, dos quais outros usos derivam, por meio de transformações de esquemas imagéticos, instanciações (especificações/generalizações) e extensões metonímicas e/ou metafóricas. Para confirmar tal hipótese, adota-se o modelo baseado no uso e aplicam-se métodos empíricos de análise qualitativa, quantitativa, variacional e multidimensional a um *corpus* constituído por alguns textos falados, restritos ao século XX, e por vários textos escritos nos três períodos da língua portuguesa – arcaico, clássico e contemporâneo.

Tem-se por objetivos principais identificar as prováveis tendências de uso do verbo “tomar” nos períodos já citados; discutir os mecanismos cognitivos possivelmente envolvidos na conceptualização dos sentidos desse item lexical; detectar os valores semânticos mais prototípicos e os mais periféricos no decorrer dos séculos, representando-os por meio de complexos multidimensionais e radiais, e apontar exemplos de variação, mudança e conservação de sentidos nos diferentes estágios da língua portuguesa bem como nas variedades europeia e brasileira. Para isso, levam-se em conta as dimensões semântico-sintática e pragmático-discursiva que fundamentam a rede de significação de “tomar” e também os fatores sócio-históricos e

culturais que podem ter contribuído para a prototipização ou desprototipização de determinados usos.

A análise interpretativa dos dados do *corpus* fundamenta-se nos princípios e postulados das Teorias do Protótipo, da Metáfora Conceptual, dos Esquemas de Imagens, dos Frames e nos estudos realizados por Langacker (2006, 1999, 1991), Talmy (2000, 1988), Silva (2006a, 1999), Geeraerts (2006a) Newman (1996), Lakoff e Johnson (1980, 2002), Lakoff (1987), Johnson (1987), Taylor (1996), Heine (1997), Batoréo (2000), Teixeira (2000), Fernandes (2000), Coimbra (1999), Miranda e Name (2005), Castilho (2001), Salomão (1999, 2008), Almeida (2009), dentre outros.

Portanto, é nessa perspectiva que está elaborado o presente trabalho, o qual foi orientado pela Prof^ª. Dr^ª. Therezinha Maria Mello Barreto, integrante do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Bahia- UFBA, e coorientado pelo Prof. Dr. Augusto Soares da Silva, integrante do Programa de Pós-Graduação em Linguística Cognitiva da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, por meio do Programa de Doutorado com Estágio no Exterior – PDEE - financiado pela Capes. Os seis capítulos que o constituem intitulam-se: 1 Introdução; 2 A polissemia sob o enfoque cognitivo; 3 Aspectos metodológicos; 4 Fundamentos teóricos para análise semasiológica do verbo “tomar”; 5 A polissemia do verbo “tomar” nos diferentes períodos da língua portuguesa e 6 Considerações Finais.

Na Introdução, indicam-se o tema, a justificativa, os objetivos, a metodologia adotada, os pressupostos teóricos e a estruturação do trabalho.

No segundo capítulo, traça-se um breve histórico acerca do estudo da polissemia, sob o enfoque da Linguística Cognitiva, destacando o contexto do seu surgimento, os postulados que fundamentam esse modelo teórico, suas linhas de investigação, suas principais teorias e o seu objeto de estudo. Tecem-se também, nesse capítulo, algumas considerações sobre categorização, protótipo e prototipicidade, metáfora e metonímia conceptuais, esquemas de imagens, modelos cognitivos idealizados e frames.

No terceiro capítulo, especificam-se os procedimentos estruturais e metodológicos adotados para a realização da pesquisa, a exemplo da escolha do método de análise, da constituição do *corpus* de língua escrita selecionado, de sua caracterização e tratamento.

No quarto capítulo, trata-se, em linhas gerais, dos fundamentos teóricos que subsidiam a análise semântica de “tomar”. Inicialmente, discute-se a sua provável origem latina, buscando-se

pistas em obras lexicográficas sobre um possível sentido prototípico desse item lexical desde as suas origens. Depois, parte-se para a indicação do(s) frame(s), do(s) modelo(s) cognitivo(s) idealizado(s), dos domínios conceptuais básicos que fundamentam os usos físico-espaciais do referido verbo e dos domínios não básicos para os quais esses sentidos se estendem metonímica e/ou metaforicamente. Por último, procede-se à descrição dos esquemas de imagens configurados pelo ato de “tomar”, indicam-se as dimensões que embasam as relações estabelecidas no seu complexo semasiológico e o seu provável significado esquemático.

No quinto capítulo, expõe-se a análise da polissemia do verbo “tomar” nos três períodos da língua portuguesa: o arcaico, o clássico e o contemporâneo. Para isso, adota-se a abordagem multidimensional e a representação esquemática por meio de redes radiais. Seguindo uma linha cronológica, analisam-se os usos físico-espaciais e destacam-se aqueles mais salientes bem como suas prováveis instanciações em cada fase da língua portuguesa. Na sequência, examinam-se as projeções desses usos em domínios abstratos da experiência humana e identificam-se as relações que estabelecem entre si e com os demais. Ao final, apontam-se os casos de verbo-suporte, de formas fixas e de sentidos vagos ou opacos.

Por último, no sexto capítulo, antes das Referências, tecem-se as Considerações Finais, onde são sintetizados os resultados obtidos, a partir da análise das ocorrências encontradas no *corpus*.

2 A POLISSEMIA SOB O ENFOQUE COGNITIVO

2.1 ALGUMAS BREVES PALAVRAS SOBRE O ESTUDO DA SIGNIFICAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA

A investigação sobre a natureza da linguagem e a origem do significado não é recente. Muitos pensadores, desde a Antiguidade Clássica, já se interessavam por estudar fenômenos referentes à significação. Questões sobre a mudança semântica e sobre a multiplicidade de sentidos das palavras, incluindo aspectos relativos à homonímia, à polissemia (antes mesmo de esse nome existir) e à metáfora inquietaram vários filósofos, que, para explicá-las, recorreram à Filosofia Especulativa e à Retórica. Segundo Ullmann (1964, p. 8), “[...] não será talvez exagero afirmar que muitos dos assuntos fundamentais da semântica moderna se anunciam já em observações esporádicas de escritores latinos e gregos”.

Também, na Idade Média, período extenso que vai do século V d.C. ao XV, alguns estudiosos investigaram o significado das palavras, voltando-se para o pensamento religioso, para a busca do sentido literal ou figurado, único ou múltiplo dos textos bíblicos e para a etimologia, sem demonstrar um maior aprofundamento sobre essas questões. Mais tarde, nos séculos XVII e XVIII, embora pesquisadores de diferentes áreas do saber tenham dado continuidade ao estudo da significação e dos problemas que a cercam, as iniciativas foram esporádicas. Contudo, foi no século XIX e, mais especificamente, depois da publicação do livro intitulado *Essai de Sémantique, Science des significations*¹, do francês Michel Bréal, em 1897, que as pesquisas relativas ao significado, incluindo a investigação da polissemia, tiveram uma maior proeminência.

Ainda que esse autor tenha deixado um importante legado para a história da Semântica e ele tenha sido um dos precursores dos estudos semântico-lexicais sob os enfoques histórico, psicológico e hermenêutico, antecipando questões e princípios relativos à investigação do significado das palavras e do fenômeno polissêmico que só voltaram a ser revistos quase um século mais tarde², os estudiosos que o sucederam preferiram seguir outros caminhos. As

¹ A obra consultada para a realização do presente trabalho foi a tradução para o português, intitulada *Ensaio de Semântica: ciência das significações* (1992).

² Dentre as várias questões abordadas por Bréal (1992, p. 103) relativas à polissemia, que foram retomadas posteriormente por teóricos funcionalistas e cognitivistas, está a ideia de que o sentido novo, qualquer que seja ele, não acaba com o antigo. “Ambos existem um ao lado do outro. O mesmo termo pode empregar-se alternativamente

primeiras décadas do século XX, por exemplo, apresentaram diferentes tendências para os estudos da significação, dando lugar a distintas semânticas³ relacionadas às teorias a que se filiaram. Pode-se afirmar, em consonância com Pires de Oliveira (2006, p. 18), que cada semântica elegeu “a sua noção particular de significado”, atendendo às premissas teóricas e metodológicas sobre as quais se apoiavam; ora retomando, ora negando algumas posturas e modelos já verificados em outros momentos. O estudo da polissemia não ficou indiferente a essas alternâncias.

Prevaleceram, nessa época, as tendências formalistas, como o Estruturalismo e o Gerativismo, as quais deram ênfase ao estudo das relações sintagmáticas e paradigmáticas estabelecidas pelas unidades linguísticas. Ainda que o fenômeno polissêmico tenha sido analisado, segundo essas abordagens, por meio da identificação de traços distintivos mínimos ou semas, não houve um interesse mais direcionado para o referido tema. Esse quadro só começou a mudar, quando, nas décadas de 60 e 70, alguns linguistas inconformados com a pouca atenção destinada às pesquisas sobre a significação mobilizaram-se em favor de uma teoria interpretativa do significado, na tentativa de integrar os estudos semânticos aos sintáticos priorizados até então.

Contudo, o propósito dessa iniciativa não alcançou o êxito esperado, uma vez que a análise semântica, nessa perspectiva, servia tão somente para auxiliar a interpretação da estrutura sintática das sentenças (principal objeto de investigação do modelo gerativista), persistindo ainda as hipóteses da autonomia da linguagem (considerada um sistema auto-suficiente e independente dos seus usuários) e da modularidade da mente. Tratava-se, conforme define Geeraerts (2009, p. 97), da “combinação de um método estruturalista de análise, com um sistema formalista de descrição e com uma concepção mentalista de significado”⁴, o que já havia sido notado por Taylor (1989, p. 16), ao assinalar que o estudo do significado, segundo esse enfoque, era descritivo e, ao mesmo tempo, por influência do modelo chomskyano, altamente formal, pois o sujeito era concebido como um indivíduo dotado de uma competência gramatical, linguística, que lhe permitia apenas interpretar sentenças como formas lógicas. O cérebro humano era, portanto,

no sentido próprio ou no sentido metafórico, no sentido restrito ou no sentido amplo, no sentido abstrato ou no sentido concreto”.

³ As várias designações que acompanham o nome Semântica podem comprovar a diversidade de linhas de investigação semântico-lexical surgidas nesse período (muitas ainda hoje em vigor), uma vez que mudam de acordo com as diferentes maneiras de abordar os fenômenos relativos à significação. Têm-se, como exemplos, a Semântica Estrutural, a Semântica Formal ou Semântica das Condições de Verdade, a Semântica Argumentativa, a Semântica da Enunciação, a Semântica das Condições de Uso, a Semântica Cognitiva, dentre outras possibilidades.

⁴ Segundo Geeraerts (2009, p. 97), o enfoque interpretativo dado à semântica era uma “combination of a structuralist method of analysis, a formalist system of description, and a mentalist conception of meaning”.

considerado uma máquina, um módulo independente das outras partes do corpo, cuja interação com o que está no seu entorno é pouco relevante. Nesse sentido, a linguagem era vista como uma faculdade não relacionada ao desenvolvimento cognitivo e sensório-motor dos indivíduos e de outros aspectos relativos à experiência humana.

Diante desse cenário e da insatisfação com os rumos que os estudos linguísticos, sobretudo os semânticos, estavam assumindo, alguns gerativistas insurgiram-se contra a teoria chomskiana. Tais embates epistemológicos, ocorridos entre fins dos anos 70 e começo dos anos 80, culminaram na organização de um novo modelo teórico para o estudo da significação, que recebeu o nome de Semântica Gerativa, o qual, posteriormente, deu origem à Semântica Cognitiva. No texto intitulado *Is deep structure necessary?*, escrito em 1967, Lakoff e Ross definem as bases desse novo modelo, ao apontarem que uma das principais diferenças entre a análise interpretativa do significado e a gerativa reside no fato de que, para a primeira corrente, o componente semântico é independente do sintático e, para a segunda, o componente sintático gera as estruturas que são interpretadas como sintáticas e semânticas ao mesmo tempo. (LOBATO, 1986, p. 267). Essa distinção passa a ser crucial para os estudos que irão se desenvolver, a partir desse momento, sob a égide do Cognitivismo. Merecem destaque as palavras de Salomão (2009, p. 20-21), quando descreve as causas dessa cisão e do consequente surgimento da Linguística Cognitiva:

De fato, um dos mais expressivos próceres da linguística cognitiva, o linguista americano George Lakoff, da Universidade da Califórnia, em Berkeley, identifica o programa intelectual da linguística cognitiva como herdeiro da “semântica gerativa”, movimento cismático do paradigma gerativo-transformacional, emergente no decurso das chamadas “guerras linguísticas”, travadas nos belicosos, ainda que românticos, anos sessenta.

As razões substantivas do cisma, para além das mais triviais (de política acadêmica), residem em duas dificuldades objetivas: de um lado, a relutância de Chomsky em abordar a questão do sentido com a mesma energia e audácia que devotara à questão da sintaxe e, de outro lado, a intratabilidade, no interior do paradigma gerativo, de uma característica indescartável das línguas humanas como produções históricas – sua idiomaticidade. Em ambos os casos, ameaçando a elegância das soluções formais, avultava a feia cabeça do uso linguístico, que se tentara escantear para a não-área da performance.

Com a finalidade de mostrar quais os contributos da Linguística Cognitiva para os estudos semântico-lexicais e qual a sua importância para o estudo da polissemia, tecer-se-ão, a seguir, algumas considerações (sem nenhuma pretensão de serem exaustivas ou minuciosas, uma vez que

alguns manuais de Introdução à Semântica já o fazem) sobre o contexto de seu surgimento, seus princípios e as linhas de investigação que enfocam a polissemia.

2.2 O CONTEXTO DE SURGIMENTO DA LINGUÍSTICA COGNITIVA E O INTERESSE PELA INVESTIGAÇÃO DA POLISSEMIA

Nem sempre é possível afirmar com precisão quando começa e quando termina um modelo teórico. O nascimento de uma teoria linguística, normalmente, “é o resultado da convergência de uma série de trabalhos, de influências e de condições externas durante um período de gestação mais ou menos extenso⁵”. (CUENCA; HILFERTY, 1999, p. 11).

Não foi diferente com a Linguística Cognitiva. Muitas são as hipóteses para indicar uma data precisa para o seu surgimento, pois não se tem um fato concreto e isolado para demarcá-lo. Sabe-se, de modo geral, que esse modelo teórico teve início na segunda metade do século XX, na Califórnia, de onde se estendeu para outras localidades, tornando-se um importante movimento internacional. Sabe-se, também, que se enquadra no campo das ciências cognitivas que se desenvolveram nesse período, com a finalidade de estudar os diferentes aspectos da cognição humana, cujo marco inaugural costuma ser considerado o livro *Methaphors we live by*⁶, publicado por George Lakoff, em parceria com Mark Johnson, em 1980.

Para alguns autores, entretanto, o nascimento dessa teoria ocorreu em 1987, quando foram publicados o primeiro volume de *Foundations of cognitive grammar*, de Langacker, e o livro *Women, fire and dangerous things*, de Lakoff, obra que, segundo Batoréo (2000, p. 131), é uma importante referência para outros trabalhos produzidos nessa área. Silva (2004, p. 1; 2006b, p.52), por sua parte, concorda que os primeiros estudos em Linguística Cognitiva surgiram, no início da década de 80, tanto nos EUA como em alguns países da Europa. Contudo, tanto o referido autor como Geeraerts (2006a, p. 22) asseveram que a institucionalização e a consolidação desse modelo teórico como paradigma científico só ocorreu um pouco depois, a partir da criação da *International Cognitive Linguistics Association* e da realização do primeiro *International Cognitive Linguistics Conference*, fatos ocorridos em Duisburg, na Alemanha, em

⁵ “Casi siempre resulta difícil y hasta cierto punto arbitrario situar la fecha y el lugar de nacimiento de un modelo lingüístico, puesto que no se trata de un hecho concreto y aislable, sino que, normalmente, es el resultado de la convergencia de una serie de trabajos, de influencias y de condiciones externas durante un período de gestación más o menos largo” (CUENCA; HILFERTY, 1999, p. 11).

⁶ Esse livro foi traduzido para o português, em 2002, com o título de “Metáforas da vida cotidiana”.

1989, seguidos da fundação da revista *Cognitive Linguistics* e da coleção *Cognitive Linguistics Research*, publicada pela Mouton de Gruyter, em 1990.

Independentemente de possíveis discordâncias para determinar quando iniciaram os estudos linguísticos no âmbito da Semântica Cognitiva, cabe registrar que o contexto sócio-histórico em que esse modelo teórico surgiu foi favorável ao seu desenvolvimento, uma vez que, conforme se ressaltou, era notória a insatisfação de alguns linguistas ante as teorias formalistas vigentes. Dentre os que se manifestaram contrários a essa postura, destacam-se Mark Johnson, Leonard Talmy, Ronald Langacker e, sobretudo, George Lakoff, já citado anteriormente. Influenciados pelas ciências cognitivas, que buscavam entender e descrever os mecanismos de funcionamento da mente humana e, mais especificamente, instigados pelos avanços da Inteligência Artificial e da modelagem computacional, esses autores passaram a tratar os fenômenos semântico-lexicais sob a ótica cognitivista e a considerar que a experiência e a cognição estão intrinsecamente implicadas na estrutura e no funcionamento da linguagem, definindo assim alguns princípios básicos para essa nova teoria, que viriam a nortear o estudo de fenômenos semânticos, como a polissemia.

Convém destacar que, embora a Linguística Cognitiva represente um movimento teórico oponente à alegada autonomia da gramática e à posição secundária atribuída ao significado pelo Gerativismo chomskiano, ambas as abordagens são mentalistas e, portanto, cognitivas na sua essência, porque concebem a linguagem como faculdade mental e procuram estudar as estruturas mentais responsáveis pelo conhecimento. Além disso, o surgimento da Linguística Cognitiva deve-se à existência e aos desdobramentos da Linguística Gerativa. Contudo, não se pode esquecer que as duas apresentam diferenças cruciais em relação ao tipo de mentalismo que adotam.

Ao referir-se a essa questão, Geeraerts (2006a, p. 3) adverte, sob pena de se cometerem equívocos com generalizações, acerca do cuidado que se deve ter ao empregar o epíteto “cognitivo” para esses dois modelos, ressaltando ainda que a teoria cognitiva interessa-se por explicar a relação entre conhecimento e linguagem em termos semânticos e funcionais, ao passo que a teoria gerativa procura saber como esse conhecimento é adquirido em termos formais. Dito de outro modo, o que distingue o sentido atribuído ao termo “cognitivo” parece ser a forma como a tríade *conhecimento, significado e linguagem* é abordada pela Gramática Gerativa e pela Linguística Cognitiva.

Sem se opor ao que já foi dito, mas antes complementando, Salomão (1999, p. 74) argumenta que a determinação de tratar a linguagem como capacidade de conhecimento do sujeito e do mundo que o cerca define o programa cognitivista, contrapondo-o à inacessibilidade da cognição à experiência defendida pelo formalismo e pelo cognitivismo modularista praticado por Noam Chomsky, Jerry Fodor e Stephen Pinker. Por outro lado, a autora supracitada ressalta que a ênfase no uso da linguagem aproxima o programa cognitivista da tradição funcionalista, fato que já havia sido destacado por Langacker (1999, p. 14), ao considerar essas duas abordagens complementares, apesar da existência das variadas linhas metodológicas e visões teóricas que as caracterizam.

Como se vê, foi nesse cenário eclético, heterogêneo e, ao mesmo tempo, interdisciplinar que a Linguística Cognitiva nasceu e que as pesquisas sobre a polissemia ampliaram-se e consolidaram-se, após um longo tempo de pouca ou quase nenhuma visibilidade, conforme ressalta Silva (2006a, p. 26) no excerto transcrito a seguir:

Finalmente, a semântica cognitiva, que emerge no início dos anos 80 e tem nos trabalhos de Lakoff, Langacker e Talmy as suas referências mais representativas, redescobre a polissemia. Explorando a tendência mentalista aberta por Katz, mas rompendo com o princípio, tanto generativista como estruturalista, da autonomia do significado e da linguagem e com o modelo chomskyano de competência, a semântica cognitiva redescobre a importância da polissemia, quer nos seus aspectos qualitativos, quer, e sobretudo porque praticamente ignorados até então, nos seus aspectos quantitativos. E não só a redescobre como a coloca no centro da sua investigação, a qual, ao contrário de outras correntes linguísticas, começou justamente pela semântica lexical.

Assim, consolidada como uma teoria científica que, embora não tenha um único fundador nem uma área de pesquisa específica, ao longo dessas três décadas, apesar da sua grande diversidade teórica e metodológica, a Linguística Cognitiva vem se firmando, paulatinamente, com variadas linhas de investigação, distribuídas em diferentes partes do mundo que se dedicam a estudar não só a polissemia como outros fenômenos semânticos. Entre os modelos teóricos e os nomes mais representativos, no cenário mundial, destacados por Silva (2004, p. 1722; 2007, p. 53), estão: I) a Semântica Cognitiva, que estuda, em linhas gerais, o significado como conceptualização e tem como representantes George Lakoff, Ronald Langacker e Leonard Talmy; II) a Gramática Cognitiva, que investiga as construções como objeto primário de descrição e o conhecimento gramatical que está representado na mente dos falantes, cujos

modelos mais elaborados são a Gramática Cognitiva, de Ronald Langacker, e a Gramática das Construções, de Adele Goldberg e de William Croft; III) a Teoria do Protótipo, que se dedica a estudar a categorização linguística, a polissemia, a mudança semântica, a variação léxica, a análise das categorias em forma de redes radiais e redes esquemáticas, que tem por representantes John Taylor, Dirk Geeraerts, George Lakoff e Ronald Langacker; IV) a Teoria da Metáfora Conceptual, que apresenta estudos sobre metáfora e metonímia conceptuais, tanto no nível do léxico como nos da gramática e do discurso, e também se dedica a estudar os esquemas de imagens ou padrões de movimento no espaço, a manipulação de objetos e interações perceptivas, cujos expoentes são George Lakoff e Mark Johnson, dentre outros; V) a Teoria dos Marcos/Quadros Conceptuais ou *Frame Semantics*, com Fillmore e sua implementação no projeto FrameNet; VI) a Teoria dos Espaços Mentais, com Gilles Fauconnier; VII) a Teoria da Integração Conceptual ou *Blending Theory*, considerada complementar à Metáfora Conceptual, com Gilles Fauconnier e Mark Turner; VIII) a Teoria dos Modelos Culturais e o desenvolvimento da Linguística Cultural, com Gary Palmer, George Lakoff, Michael Tomasello e Zoltan Kövecses; IX) a Teoria da Gramaticalização, com Paul Hopper e Elizabeth Trougott, Elizabeth Trougott e Richard Dasher; X) a Teoria da Subjetivação, com Ronald Langacker, e desenvolvida mais recentemente por Angeliki Athanasiadou, Costas Canakis e Bert Cornillie; e XII) a Teoria Neural da Linguagem, com George Lakoff, que tem como ramificação a Linguística Neurocognitiva.

Nos espaços lusófonos, Brasil e Portugal, as pesquisas em Linguística Cognitiva têm se mostrado também abrangentes e centram-se na análise do léxico, com ênfase no estudo da polissemia e de fenômenos que a propiciam, voltando-se ainda para a gramática e para o discurso. São muitos os nomes que se destacam e vários os grupos de pesquisas que vêm desenvolvendo estudos nas diferentes linhas mencionadas.

No Brasil, os pesquisadores cognitivistas fundaram a Associação Brasileira de Linguística Cognitiva, consolidando essa área de estudos no país, que conta com várias publicações. Entre os nomes e grupos de pesquisa (GP) que se destacam, podem-se citar: Maria Margarida Salomão e Neusa Salim Miranda, integrantes do GP de *Gramática e Cognição*, que vêm desenvolvendo um programa científico, na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), articulado com o paradigma da Linguística Cognitiva implantado na Califórnia, e têm como projeto a Hipótese Sociocognitiva da Linguagem, em que instauram uma perspectiva social, cultural e interacional

sobre a cognição e a linguagem; Maria Lúcia Leitão de Almeida, Lilian Ferrari e Carlos Alexandre Gonçalves, dentre outros, também integrantes do GP de *Gramática e Cognição* e pesquisadores das Universidades Estadual e Federal do Rio de Janeiro (UERJ e UFRJ), os quais têm se dedicado a distinguir polissemia/indeterminação, flutuação categorial e construção morfológica de palavras, de compostos e mesclas lexicais; Mara Zanotto e Heronides Moura que compõem o grupo de *Indeterminação e metáfora*; Edwigs Morato e Rosana Novaes Pinto inserem-se em *Práticas Disursivas, Processos de Significação e Afasia*; Eleonora Albano lidera o grupo *Modelamento de Texto e Sinal Acústico em Português* e Lourenço Chacon Jurado Filho, o grupo *Oralidade e Letramento*. Ana Cristina Macedo e Paula Lenz Lima, Emília Farias e Aline Bussons, por sua vez, integram a equipe de *Cognição e Linguística e Metáfora e Cognição*; Cristina Magro lidera *Cognição, Linguagem e Cultura*; Heliana Mello, Tommaso Raso, Maria Luiza Lima, Adrtiana Tenuta, Ulsike Schroeder e Jânia Ramos fazem parte do grupo *INCOGNITO – Interfaces Linguagem, Cognição e Cultura*; Lucienne Espíndola coordena *Metáforas, Gêneros Discursivos e Argumentação*; Sérgio Nascimento, Ricardo Almeida, Luiz Souza, Solange Faraco, Lucilene Bronzato e Carmen Lima constituem o grupo de *Indeterminação e Metáfora no Discurso*; Márcia Zimmer dirige o grupo *Processos Cognitivos de Leitura em Língua Materna e Língua Estrangeira*, e Heloísa Moraes Feltes, Carina Granzoto, Morgana Kich e Gabriela Vial integram o grupo de *Língua, Sociedade e Cognição*.

No que se refere aos estudos desenvolvidos em Portugal, seus principais representantes distribuem-se em diferentes centros de pesquisa e enquadram-se nos domínios da Semântica Cognitiva, da Gramática Cognitiva, da Gramaticalização e Discurso e de estudos interdisciplinares, conforme ressalta Silva (2007, p.57-60). Há, portanto, nomeadamente: Isabel Hub Faria, José Pinto de Lima e Clotilde Almeida, na Faculdade de Letras de Lisboa e Hanna Batoréo, na Universidade Aberta de Lisboa; Mário Vilela, na Faculdade de Letras do Porto; Ana Macário Lopes, na Faculdade de Letras de Coimbra; Rosa Lúcia Coimbra, na Universidade de Aveiro; José Teixeira, na Universidade do Minho, e Augusto Soares da Silva, na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, do Centro Regional de Braga.

Os inúmeros encontros, simpósios, *workshops*, conferências e congressos realizados em diferentes continentes, no âmbito dos estudos cognitivistas, evidenciam o seu processo rápido e contínuo de crescimento, que se confirma pelo volume de publicações disponíveis (artigos, *papers*, livros, dissertações, teses etc.). Essa área do conhecimento dispõe hoje de um importante

acervo de obras eletrônicas e bibliográficas⁷, o que constitui uma forte evidência da importância e da notoriedade atribuídas ao estudo da linguagem sob o enfoque cognitivo nos últimos tempos.

Para melhor compreender como a polissemia é estudada sob essa abordagem, serão apresentados, a seguir, alguns princípios e postulados da Linguística Cognitiva que fundamentam o estudo do referido fenômeno.

2.3 PRINCÍPIOS E POSTULADOS DA LINGUÍSTICA COGNITIVA QUE NORTEIAM O ESTUDO DA POLISSEMIA

Acredita-se que um dos grandes desafios das ciências cognitivas foi e ainda é explicar como o homem transforma em modelos mentais as informações e o conhecimento adquiridos, por meio das suas experiências e das suas percepções sensoriais, e depois os transmite através de diferentes linguagens. Psicólogos, linguistas e cientistas cognitivistas, de modo geral, buscam responder algumas das questões referentes ao assunto, defendendo que entre a linguagem e o mundo físico existe um nível intermediário: o da cognição. Essa palavra de origem latina, definida por Cunha (1986, p. 193) como a “aquisição de um conhecimento” e, por extensão, “conhecimento, percepção”, é outrossim conceituada por Batoréo (2000, p. 63), com base no que afirma Pinker (1990), como “o estudo da inteligência humana em todas as suas formas”.

A capacidade do homem de pensar através do uso de linguagens, de conhecer, de perceber e de construir representações mentais, a partir de percepções sensoriais e daí formular conceitos pautados em experiências, confere à cognição humana um grande poder e uma estreita relação com a linguagem e com os processos de construção de sentidos. Essa visão é compartilhada por Svorou (1994, p. 2-3), que considera a cognição um nível intermediário entre o mundo físico e a linguagem, por meio do qual é possível lembrar de eventos de percepção, manipulação e reação, armazenados na memória individual, que, por sua vez, retém conhecimentos sobre os efeitos do mundo físico no indivíduo e do indivíduo no mundo físico bem como sobre o sistema de valores

⁷Dentre as obras indicadas por Geeraerts (2006a, p. 20-23), podem ser citados os manuais de introdução à Linguística Cognitiva, de Ungerer e Schmid (1996), de Violi (2001); de Taylor (2003); de Dirven e Verspoor (2004); de Croft e Cruse (2004) e de Evans e Green (2006); o *Handbook of Cognitive Linguistics*, editado por Dirk Geeraerts e Hubert Cuyckens, e os periódicos *Cognitive Linguistics* e a *Annual Review of Cognitive Linguistics*. Pode-se contar-se, ainda, com cinco séries especificamente dedicadas a trabalhos em Linguística Cognitiva, a saber: *Cognitive Linguistic Research* ou CLR; *Applications of Cognitive Linguistics* ou ACL; *Human Cognitive Processing*; *Cognitive Linguistics in Practice* e *Constructional Approaches to Language*.

culturais vigentes e as interações sociais estabelecidas pelos membros de uma determinada cultura.

Todavia, o importante papel que a cognição desempenha no processamento do raciocínio e na elaboração da linguagem nem sempre foi reconhecido pelas teorias linguísticas que despontaram no século XX e que ainda hoje vigoram. Separar propriedades da linguagem de propriedades do pensamento humano e, por conseguinte, desvincular o seu estudo da cognição, na maioria das vezes, foi o caminho mais escolhido, o que não se aplica à Semântica Cognitiva.

Embora tributária de modelos teóricos anteriores, dos quais herdou e também negou algumas das suas características, ao descrever alguns fenômenos semânticos, como a polissemia de itens lexicais e gramaticais⁸, explicando o que está subjacente à sua concretização, a Semântica, desenvolvida no enquadramento cognitivo, leva em conta fatores cognoscitivos, emocionais, sociais e culturais que interferem na formulação do pensamento e da linguagem. Esse tipo de abordagem contrapõe-se a teorias que veem o significado como reflexo da realidade objetiva ou o consideram “impreciso”, “obscuro”, “uma incógnita”, “ambíguo”, “de natureza controversa” ou “movediço”, conforme destacaram autores como Marques (2003), Ilari e Geraldini (2006), entre outros⁹.

Substituiu-se, assim, a concepção reificada de significado por uma concepção processual voltada para a criação de sentido: “[...] os sentidos de um determinado item não são dados, mas construídos; são *interpretações* que surgem de um contexto particular [...]” (SILVA, 2003, p. 150-151, grifo do autor). Essa maneira de analisar os fenômenos semânticos, a exemplo da polissemia, não só distingue a perspectiva cognitivista de outros modelos mentais ou tendências dos estudos semântico-lexicais como fundamenta a base epistemológica da Semântica Cognitiva, que se ancora em alguns princípios, sintetizados por Geeraerts (2006a, p. 4-6), a saber:

a) o “significado linguístico é perspectivista”, porque constrói o mundo de um modo particular, segundo a perspectiva de quem o interpreta;

b) o “significado linguístico é dinâmico e flexível”, porque muda e acompanha as transformações do mundo;

⁸ Deve-se pontuar que o fenômeno da polissemia não se restringe ao léxico, pois se encontra, também, em categorias morfológicas, sintáticas, discursivas e fonológicas do português. Estudos, como os de Almeida et al. (2009), sobre construções parassintéticas do português, vogal temática nominal e gênero, sufixos, dentre outros, têm evidenciado isso.

⁹ Essa postura parece justificar o comportamento receoso e, às vezes, refratário de linguistas, como o norte-americano Bloomfield (1933), que excluiu do seu escopo de análise as pesquisas referentes à significação.

c) o “significado linguístico é enciclopédico e não-autônomo”, porque é construído na e através da linguagem e reflete as experiências dos seres humanos, e

d) o “significado linguístico é baseado na experiência e no uso”, porque é experiencialmente construído, o que se evidencia no uso da linguagem.

Conforme se pode perceber, a ênfase dada ao estudo do significado como produto da conceptualização humana e da experiência individual surge como refutação à tese autonomista da linguagem, defendida principalmente pelas correntes teóricas formalistas que se contrapõem a uma nova perspectiva, segundo a qual, a linguagem passa a ser vista como uma faculdade integrada à cognição e não mais como um módulo isolado. Tal concepção, que constitui um dos postulados básicos da Semântica Cognitiva, é salientada por Pires de Oliveira (2006, p.43), ao afirmar que o significado está no corpo que vive, que se move, que experimenta várias relações com o meio (e não na correspondência entre palavras e coisas simplesmente), o que também é compartilhado por Silva (2004, p. 2), quando assevera que:

[...] as mentes individuais não são entidades autônomas, mas corporizadas-encarnadas e altamente interativas com o seu meio; e é através dessa interação e acomodação mútua que a cognição e a linguagem surgem, se desenvolvem e se estruturam. Não existe, pois, propriamente linguagem humana independentemente do contexto sócio-cultural. Mas não é menos verdade que a linguagem reside primeiramente nas mentes individuais, sem as quais a interação não poderia ocorrer.

Faz-se oportuno salientar que, nessa perspectiva de análise da linguagem, os significados não resultam apenas de uma representação mental particular, e, portanto, subjetiva do mundo (decorrente apenas da atenção, da percepção, da memória do indivíduo). Se assim o fosse, incorrer-se-ia no erro de considerar o “mito do subjetivismo” como a melhor opção para combater o “mito do objetivismo”, tão difundido pela tradição filosófica ocidental¹⁰. Trata-se, pois, de uma visão muito mais ampla e integradora, uma vez que entra em questão, sobretudo, conforme já se destacou, a interação do indivíduo com o que está à sua volta. A proposta é buscar

¹⁰ O mito do subjetivismo inclui, segundo Lakoff e Johnson (2002, p. 340 e 341), as seguintes posições subjetivistas: o sentido é individual; a experiência é puramente holística; os sentidos não têm qualquer estrutura natural; o contexto é desestruturado e o sentido não pode ser natural ou adequadamente representado. Já para as teorias objetivistas, o significado não passa de uma relação abstrata entre representações simbólicas e a realidade objetiva. Os conceitos, por sua vez, são entendidos como representações mentais gerais ou entidades lógicas, altamente abstratas, bem-definidas e não se referem a experiências individuais, pois os conceitos básicos independem das relações estabelecidas entre os seres humanos e o mundo que os cerca.

um equilíbrio entre a objetividade absoluta, de um lado, e a intuição puramente subjetiva, de outro, oferecendo, para isso, uma explicação experientialista da compreensão e da verdade. Isso significa dizer que as verdades são relativas, na medida em que estão alicerçadas no sistema conceptual dos indivíduos, que, por sua vez, é fundamentado nas suas experiências e nas de outros membros de sua cultura, em suas interações diárias com outras pessoas e com os ambientes físico e cultural em que estão inseridos. (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 303).

Resumidamente, pode-se afirmar que a explicação de significado perpassa uma longa tradição em filosofia da linguagem, em que se opõem teorias referenciais e teorias conceptuais. De um lado, tem-se “uma concepção de significado como algo diretamente conectado com elementos do mundo (e, por isso mesmo, objectivamente analisável em termos de condições-de-verdade, através de uma lógica formal)” e, de outro, “uma concepção do significado como uma entidade mental e inevitavelmente conectada com a experiência humana”¹¹. (SILVA, 2006b, p. 14).

Em face disso, pode-se dizer que adotar uma perspectiva cognitiva e, portanto, experientialista de significado, para explicar a polissemia, é admitir uma postura conceptualista, como já enfatizou Langacker (2007, p. 431), o que implica defender uma concepção sócio-interacional, ou melhor, uma integração entre significado, cognição e experiência corpórea, social, cultural e histórica. Ademais, sendo o significado baseado no uso e na experiência, entra em cena um princípio fundamental para a compreensão dessa abordagem, esquecido pelas teorias linguísticas proeminentes do século XX: a relação entre conhecimento linguístico e conhecimento enciclopédico; este último, proveniente da interação humana e das relações estabelecidas com os outros (experiência social) e com o mundo (experiência física).

Por fim, como mais um princípio da Linguística Cognitiva, considerado “pedra angular” da abordagem cognitiva, identifica-se a categorização. Definida como a habilidade humana de identificar similaridades e diferenças entre entidades e, conseqüentemente, entre os grupos que essas entidades constituem, a categorização está presente em todas as relações dos indivíduos com o seu meio físico e interfere em seu convívio social e intelectual, de modo que, ao se

¹¹ Silva (2006b, p. 14) acrescenta que essas visões antagônicas acerca de um mesmo conteúdo de investigação refletem, portanto, o objetivismo e o experientialismo ou realismo corporizado (*embodied realism*) que caracterizam, respectivamente, as teorias formalistas e as teorias funcionalistas da linguagem e, por conseguinte, do significado. Para as primeiras, a cognição é uma atividade independente da mente, organizada em módulos no formato de um programa de computador e o significado é formal, objetivo, descontextualizado e autônomo. Para as últimas, a cognição resulta da confluência de elaborações mentais integradas à experiência, ao social, ao cultural, ao emocional etc., e, por conseguinte, o significado é conceptual, psicológico, fenomenológico, experiential e contextual.

moverem no mundo, automaticamente e, de forma inconsciente, os homens categorizam pessoas, animais, objetos físicos e também eventos, ações, emoções, relações espaciais, sociais e entidades científicas. De acordo com Lakoff (1987, p. 5), “não há nada mais básico do que a categorização para o pensamento, para a percepção, para a ação e para fala”¹².

A ideia de que a categorização envolve experiência, percepção e interação com o mundo está expressa também em uma passagem do livro *Metáforas da vida cotidiana* transcrita a seguir:

Para compreender o mundo e agir nele, temos de categorizar os objetos e as experiências de forma que passem a fazer sentido para nós. Algumas de nossas categorias emergem diretamente de nossa experiência, devido à forma de nossos corpos e à natureza de nossas interações com as outras pessoas e com o nosso ambiente físico e social. (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 218).

Tal afirmação é defendida por esses mesmos autores no livro *Philosophy in the Flesh: The Embodied Mind and Its Challenge To Western Thought* (1999, p. 19; 22), onde voltam a afirmar que os conceitos formulados pelo homem não refletem apenas a realidade externa, mas são crucialmente definidos pelo seu corpo, pelo seu cérebro e, especialmente, pelo seu sistema sensorio-motor. A todo momento, são produzidas ou entendidas declarações de extensões razoáveis em que são empregadas categorias de sons da fala, de palavras, de frases, de orações e categorias conceptuais. Segundo Ungerer e Schimid (1996, p. 38), essas categorias resultam de conceitos alojados na mente, ou seja, do “léxico mental” do indivíduo e refletem a organização de suas experiências. Devido a isso, linguistas, sobretudo cognitivistas, têm dado especial atenção a esses processos, já que produzir e entender uma língua implica conceptualizar e categorizar.

Convém ressaltar, no entanto, que a categorização não é privilégio da raça humana. Lakoff e Johnson (1999, p. 17-19) lembram que todos os seres vivos categorizam. Até mesmo a ameba categoriza as coisas que encontra em comida e não comida, para movê-las ou não em sua direção. Todavia, a relação de dependência entre a constituição biológica dos seres humanos (o seu aparato sensorial e a sua habilidade para se movimentar e manipular objetos) e as peculiaridades do seu sistema conceptual (a capacidade de raciocínio do seu cérebro) propiciam ao homem interagir com o mundo de forma diferente dos outros animais, facultando-lhe inúmeras possibilidades de conceptualização e de categorização.

¹² “Categorization is not a matter to be taken lightly. There is nothing more basic than categorization to our thought, perception, action, and speech” (LAKOFF, 1987, p. 5).

Embora esses dois processos sejam o foco das investigações da Semântica Cognitiva, como já destacou Feltes (2007, p. 108), a ideia de que as categorias são definidas por propriedades comuns acompanha a história das sociedades há mais de dois mil anos. Sua explicação respalda-se em variados enfoques e teorias, no decorrer dos séculos. Existem, portanto, a Teoria Clássica, a Teoria Natural e, por último, a Teoria do Protótipo, segundo o modelo desenvolvido por Rosch, na década de 70, e o de Lakoff, na década de 80. Para melhor entendê-las, seguem alguns breves comentários.

A Teoria Clássica de categorização ou Aristotélica¹³ não foi o resultado de um estudo empírico, mas uma posição filosófica defendida, *a priori*, com base em especulações e seguida como uma verdade inquestionável. (LAKOFF, 1987, p. 6). Embora seu principal representante tenha sido Aristóteles que, na Antiguidade Clássica, estudou, dentre outras coisas, as categorias gramaticais, seus reflexos ainda são percebidos em algumas correntes teóricas contemporâneas. A crença no significado autônomo, por exemplo, determinado por princípios lógicos e independentes de quaisquer mecanismos cognitivos, foi compartilhada (e pode-se dizer que ainda é) por variadas teorias de condições necessárias e suficientes (TCNS), incluindo o Estruturalismo, o Gerativismo e algumas correntes teóricas da Psicologia e da Filosofia.

Dentre os aspectos que se sobressaíram no modelo clássico de categorização, podem-se citar: a) a definição das categorias a partir de um conjunto fixo de propriedades consideradas necessárias e suficientes; b) o fato de as categorias possuírem fronteiras claramente delimitadas e c) o fato de todos os membros de uma categoria apresentarem estatuto semelhante. (TAYLOR, 1989, p. 22-24). Isso pressupunha que se um elemento não partilhasse traços comuns em relação a outros elementos não faria parte de uma mesma categoria.

Nessa perspectiva, os conceitos eram objetivos e *desembodied*, ou seja, não corporizados, conforme designa Johnson (1987), pois não havia relação entre significado e experiência humana. Isso significa dizer que o conhecimento linguístico era dissociado do enciclopédico, o que reforça a ideia autonomista da linguagem propagada pelas teorias formalistas, conforme já se ressaltou. Tal abordagem limitava-se às relações internas ao sistema, ao contexto linguístico (sintagmático,

¹³ Embora seja empregado esse epíteto para nomear o enfoque dado à categorização, na Antiguidade Clássica, Silva (1999, p. 17, nota 17) considera-o inapropriado, uma vez que, na obra de Aristóteles e na tradição filosófica ocidental, já se encontravam “reflexões ou mesmo concepções sobre a categorização compatíveis com a teoria do protótipo”.

paradigmático) e excluía o referente (a coisa à qual o significado e o significante se referem), a história, e, principalmente, a forma como o sujeito percebe e conceptualiza o mundo exterior.

Devido ao rigor dos critérios estabelecidos e às suas incongruências, o modelo baseado na proposta aristotélica não ficou incólume a críticas e a globalidade dessa abordagem foi posta em discussão por pesquisadores de diferentes áreas do saber, incluindo os da Linguística. Contudo, questionamentos mais acirrados só surgiram com os cognitivistas.

Em 1953, uma nova concepção de categorização, também conhecida como Teoria Natural, foi difundida por Ludwig Wittgenstein. O autor do livro *Investigações Filosóficas*¹⁴, ao questionar quais as propriedades definidoras da categoria *jogo*, notou, ao contrário do que se pregava até então, que os vários membros que a integram não compartilhavam nem, muito menos, precisavam compartilhar de um conjunto de propriedades comuns, o que o levou a afirmar que uma categoria não é estruturada em termos de características criteriosais partilhadas, mas por uma rede de similaridades entrecruzadas.

O referido filósofo concluiu que alguns conceitos encontrados para o termo *jogo*, mesmo sendo heterogêneos, organizavam-se em grupos, cujos limites eram difusos e os seus membros podiam compartilhar ou não alguns atributos. A observação de Wittgenstein (1953, 1994, p. 51-52) resultou na constatação da existência de uma rede de semelhanças entre os elementos de uma categoria, em pequena e/ou grande escalas, que se sobrepunham umas às outras e se combinavam, tal como ocorre entre os membros de uma família, quando se observam a estatura, os traços fisionômicos, a cor dos olhos, o andar, o temperamento, dentre outras características.

A essas similaridades ele deu o nome de “semelhanças de família” ou “parecenças de família” (*family resemblance*). Tal noção, depois defendida por alguns pesquisadores que lhe sucederam, repercutiu consideravelmente na Semântica que veio a desenvolver-se, por volta dos anos 70, quando o estudo da categorização ganhou uma exploração empírica mais ampla e sistemática, tornando-se uma grande área de estudo dentro da Psicologia e da Linguística, devido, principalmente, ao trabalho pioneiro da psicóloga Eleanor Rosch que, nesse período, em repúdio à visão objetivista clássica da categorização, passou a dedicar-se ao estudo da estrutura interna das categorias, realizando várias pesquisas que culminaram no desenvolvimento da Teoria do Protótipo.

¹⁴ A tradução do livro citado utilizada neste trabalho é datada de 1994.

Essa pesquisadora, juntamente com sua equipe, observaram, por meio de estudos baseados na aplicação de testes, inquéritos e experiências com informantes, segundo preceitua a Psicolinguística, que as categorias, em geral, tinham melhores exemplares (muitas vezes definidos por critérios que iam desde a escolha dos falantes à frequência de uso) e organizavam-se, de forma gradual, em torno de um significado nuclear que era representado por um membro típico, denominado “protótipo”¹⁵, com o qual outros membros, mais periféricos, se associavam por similaridade.

Ao demonstrar que não é necessário haver uma única propriedade comum a todos os elementos de uma categoria e que nem todos os seus membros precisam ser iguais, já que pode haver elementos mais característicos, mais representativos que outros e, portanto, mais prototípicos, a referida pesquisadora rompeu com a concepção clássica de categorização, passando, então, a considerar que é o grau de similitude com um protótipo que determina se um elemento pertence a uma categoria e não mais condições necessárias e suficientes.

Deve-se salientar, contudo, que, em decorrência de o termo protótipo apresentar variados sentidos, como já afirmaram Wierzbicka (1985, p. 343), Vilela (2002, p. 19-26) e também Geeraerts (2006b, p. 18-22), a sua definição não está isenta de problemas. Para esse último autor, a própria noção de protótipo é prototípica, visto que a prototipicidade não encerra apenas um fenômeno ou um único efeito, como já se pensou, mas compreende um feixe de fenômenos, de características e de efeitos que se inter-relacionam, por compartilharem propriedades parcialmente semelhantes.

Talvez por isso a Teoria do Protótipo, nos moldes psicolinguísticos, embora tenha representado um grande avanço em relação às teorias anteriores, não deva ser vista como uma “solução milagrosa”, conforme pondera Kleiber (1995, p. 60): “O erro da versão estandard está em ter intentado dar uma explicação única à formação de ‘exemplares idôneos’”¹⁶.

Segundo ele, a falta de precisão terminológica e o fato de considerar o protótipo uma entidade unificadora, organizadora da categoria ou ainda representante direta de um conceito

¹⁵ Embora em alguns dicionários, lexicógrafos atribuam à palavra protótipo a noção de “primeiro tipo ou exemplar; original, modelo”, a designação de protótipo está normalmente atrelada às acepções empregadas nas áreas de Informática e Tecnologia. Entre as definições dadas a protótipo, estão: “Versão parcial e preliminar de um sistema de computador ou de um novo programa, destinado a teste e aperfeiçoamento; ou ainda, “produto fabricado individualmente ou produzido de modo artesanal, e segundo as especificações de um projeto para a fabricação em série, com o propósito de servir de teste antes da fabricação em escala industrial, ou da comercialização”. (FERREIRA, Aurélio, 1999, p. 1656).

¹⁶ “El error de la version estandard está en que ha intentado dar una explicación única, a la formación de ‘ejemplares idôneos’” (KLEIBER, 1995, p. 60).

foram alguns dos equívocos daqueles que idealizaram e estudaram as categorias sob o enfoque psicolinguístico.

Em vista disso, ao final dos anos 70 e início dos 80, as críticas à manutenção do modelo clássico e da explicação psicolinguística para justificar a formação de categorias propiciaram o surgimento de uma nova proposta. Tentou-se, a partir dali, explicar o processo de categorização, não mais por meio de condições necessárias e suficientes ou da simples apreensão de um protótipo, considerado, até então, uma mera representação mental ou um simples exemplar padrão, mas através do Experiencialismo de Lakoff¹⁷.

O referido lingüista, ainda que tenha preservado alguns aspectos das teorias wittgensteiniana e roschiniana, evidenciando uma perspectiva metodológica interdisciplinar¹⁸, buscou fazer algo diferente, na tentativa de explicar, do ponto de vista linguístico e cognitivo, como o homem categoriza as coisas, por que motivos e quais as implicações ou os efeitos disso, levando em conta, sobretudo, a relação entre cognição e experiência, antes esquecida.

Ao refutar a ideia do protótipo como melhor exemplar da categoria e considerá-lo um efeito de prototipicidade (tese que já havia sido defendida por Rosch, nos estudos realizados em fins dos anos 70), a Teoria Experiencialista do Protótipo, difundida por Lakoff, ou Teoria do Protótipo na sua versão “ampliada”, “revisada” ou “polissêmica”, conforme denomina Kleiber (1995, p. 159), propôs um novo olhar sobre o processo de categorização e sobre os conceitos relativos ao protótipo, distinguindo-se, assim, não só da Teoria Clássica como da Teoria do Protótipo, na sua versão inicial ou “*stándar*”.

Abandonou-se, pois, a tese da equivalência entre grau de representatividade e grau de pertença a uma categoria à similaridade com o protótipo, passando a vê-lo como um elemento secundário, uma vez que os efeitos de prototipicidade são mais relevantes. Nesse sentido, buscou-se levar em consideração alguns elementos que foram deixados de lado pela Semântica

¹⁷ Deve-se salientar que o Experiencialismo, defendido por Lakoff (1987) e enfatizado na Semântica Cognitiva, refere-se a todo tipo de experiência humana: o movimento dos corpos, a percepção das coisas, a forma de ver o mundo e agir nele, a integração social etc.

¹⁸ Cabe aqui registrar que as noções de categorização e de protótipo tais como são apresentadas por Lakoff e Johnson (1980) e por Lakoff (1987), mesmo tendo emergido das pesquisas realizadas, na década de 70, e tendo sido influenciadas por Rosch e por seus colegas, ganharam novos matizes, ao serem empregadas pela Semântica Cognitiva, de cunho experiencialista, nos anos 80. Mas, não se pode negar que os trabalhos realizados por Wittgenstein (1953), no âmbito da Filosofia; Berlin e Kay (1969), no âmbito da Antropologia, e por Rosch e seus colegas (na década de 70), no âmbito da Psicologia, desempenharam um papel determinante na construção do paradigma cognitivo, assim como a Teoria da Computação, a Inteligência Artificial, dentre outras ciências cognitivas, que têm contribuído para explicar o fenômeno da prototipicidade.

Estrutural, como os limites difusos das categorias lexicais, a existência de escalas de tipicidade entre os seus membros, a natureza dinâmica do significado das palavras e a importância da metáfora e da metonímia como fenômenos conceituais e não apenas linguísticos. Tais características acabaram por criar um campo propício e bastante fecundo para o estudo da polissemia, que passou a ser vista como um processo de categorização prototípica fundamentado na experiência humana por relações de natureza cognitiva.

2.4 TEORIAS DA LINGUÍSTICA COGNITIVA QUE SUBSIDIAM PESQUISAS SOBRE A POLISSEMIA

2.4.1 A Teoria do Protótipo

Tanto Geeraerts (2006b, p. 7) quanto Kleiber (1995, p. 155) admitem que um dos grandes contributos da Teoria do Protótipo para a Linguística Contemporânea foi o desenvolvimento de um modelo válido para explicar a polissemia dos itens lexicais. Posicionamento semelhante foi adotado por Lakoff (1987, p. 378), ao afirmar que esse fenômeno linguístico é um caso especial de categorização prototípica, em que os sentidos de uma palavra são considerados membros de uma categoria.

Em face do que propõe a Semântica Cognitiva e, por extensão, a Teoria do Protótipo, considera-se que a palavra polissêmica apresenta um sentido “prototípico” com o qual outros sentidos mais ou menos salientes inter-relacionam-se, por similaridades parciais e por “parecenças de família”. Ao referir-se a um exemplo como AB-BC-CD-DE-etc., com base no que já haviam postulado Rosch e Mervis (1975), Coimbra (2002, p. 1) afirma que todos os significados que pertencem a uma mesma categoria polissêmica ficam agrupados não apenas por algo em comum partilhado por todos eles mas a partir de associações e encadeamentos sucessivos sobre um significado básico, primeiro, mais representativo ou central, que é o protótipo A.

Em outras palavras, as categorias polissêmicas são complexas, conforme define Langacker (1991a), porque apresentam uma estrutura interna que abarca múltiplos sentidos, com diferentes graus de representatividade, permitindo variadas interpretações. Tal visão contrapõe-se ao modelo teórico estruturalista, uma vez que a noção de polissemia associada à da existência de um núcleo comum de significação entre as palavras, depreendido por meio de análises

componenciais e de campos léxicos¹⁹, dá lugar à ideia de que esse processo resulta de categorizações prototípicas. Daí, considerar-se que a estrutura semântica de uma categoria prototípica assume a forma de uma rede radial, conforme define Lakoff (1987), cujo membro central ou mais saliente é o prototípico e os demais não centrais ligam-se a ele por generalizações, especializações, metáforas, metonímias, transformações de esquemas de imagens etc.

A noção de saliência empregada em Linguística Cognitiva, de acordo com Schmid (2007, p. 119-120), pode indicar “saliência cognitiva” e “saliência ontológica”. No que se refere à “saliência cognitiva”, unidades cognitivas podem ser ativadas, quando são requeridas no processamento da fala ou na produção textual, por exemplo. Nesses casos, ou a ativação de um conceito pode ser controlada por um mecanismo de seleção consciente, passando a ser o foco de atenção do indivíduo que o processa na memória corrente, ou a ativação pode ser estendida (*spreading activation*), visto que um conceito, ao ser ativado, pode desencadear outros. Já a “saliência ontológica” refere-se à ativação de propriedades inerentes e mais ou menos permanentes de entidades do mundo real. Em outras palavras, o autor explica que devido à natureza de cada entidade, algumas apresentam qualidades que têm um potencial maior para atrair a atenção do que outras. Isso é verificado na fase de aquisição da linguagem pelas crianças, em relação a pessoas, animais, cores, brinquedos. Como se observa, os dois processos interligam-se, visto que entidades mais salientes ontologicamente têm maior chance de serem o foco da atenção e, portanto, de apresentarem maior saliência cognitiva.

Para Lakoff (1987, p. 280-281), o que propicia a categorização é a capacidade de conceptualização do homem, evidenciada pela sua habilidade para formar estruturas simbólicas correlacionadas a estruturas preconceptuais ou perceptuais da experiência diária; para fazer projeções de um domínio físico para um abstrato, e para construir conceitos complexos, usando esquemas de imagens. Daí ser possível depreender que a causa para a ligação entre os vários sentidos de um item lexical polissêmico bem como a identificação dos seus diferentes graus de saliência e de semelhança estão na natureza cognitiva da linguagem, isto é, nos diferentes

¹⁹ Mesmo considerando as limitações da abordagem sêmica ou distribucional, faz-se importante salientar que a análise componencial proposta pelas Semânticas Formalistas, mais especificamente Estruturalista e Gerativista, para análise semântica dos itens lexicais não foi de todo rechaçada pela Semântica Cognitiva. Tal colocação, aparentemente paradoxal, fundamenta-se no posicionamento defendido por alguns cognitivistas, a exemplo de Geeraerts (1988, 2006b) e Silva (1999), que consideram esse tipo de análise um instrumento heurístico indispensável em uma primeira fase da descrição semântica. “[...] a análise componencial deve ser usada, não para definir os itens lexicais (nem muito menos como objecto final de análise), mas antes para traçar o seu campo de aplicação” (SILVA, 1999, p. 74).

modelos conceptuais construídos pelos usuários da língua, denominados *idealized cognitive model* (ICM) ou ‘modelos cognitivos idealizados’ (MCI), responsáveis por estruturar o pensamento e embasar a formulação de conceitos. Esses modelos são também entendidos como culturais, uma vez que o sistema conceptual e várias categorias geradas pelo ser humano são cognitivas e culturais²⁰. Nesse caso, pode-se concluir, por extensão, que os protótipos refletem a flexibilidade dos sentidos e a sua intrínseca relação com as transformações sócio-históricas e culturais do mundo.

Como é possível constatar, esses modelos não são entidades cognitivas isoladas, mas inter-relacionadas, que se combinam e interagem, quando a linguagem é processada, formando *networks*. Silva (1997a, p. 14), tal como o fazem Ungerer e Schmid (1996, p. 48-49), cita o exemplo do modelo cognitivo “estar na praia”, que compreende vários contextos e situações associados a outros modelos cognitivos, a exemplo do *mar*, do *sol*, das *férias*, da *areia*, da *pesca* etc.

É importante ressaltar, contudo, que, mesmo sendo a polissemia um fenômeno dinâmico e instável de criação de sentidos, construído a partir do conhecimento enciclopédico do indivíduo e das suas necessidades sociocomunicativas, não é caótico, pois a flexibilidade que lhe é inerente não ocorre de forma aleatória nem ilimitada, o que restringe e neutraliza a ampliação dos novos sentidos, estabilizando a mudança semântica. “À força da flexibilidade [...] junta-se a força da estabilidade” (SILVA, 2006a, p. 61), ou seja, apesar da capacidade de “fronteira elástica” que os conceitos têm e da sua contínua reformulabilidade (TEIXEIRA, 2005, p. 26), as mudanças semânticas não são abruptas, mas graduais.

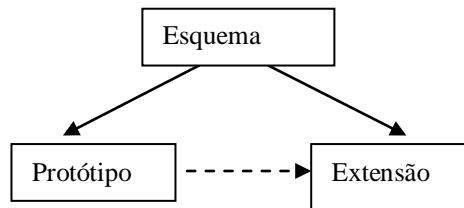
Para ilustrar as correlações mentais que se estabelecem entre os sentidos prototípicos e os sentidos periféricos dentro de uma categoria polissêmica bem como para descrever a sua estrutura semasiológica, podem ser utilizados diferentes modelos, a saber: a) redes esquemáticas, propostos por Langacker (1987); b) redes radiais, difundidos por Lakoff (1987); c) grupos de sobreposição (*overlapping set model*), introduzidos por Geeraerts (1990), e d) complexos multidimensionais, defendidos por Silva (2006a).

Embora a arquitetura da rede esquemática de Langacker (1987, p. 371) seja alvo de críticas, por introduzir a dimensão hierárquica da esquematicidade, a sua vantagem é ilustrar

²⁰ Esses modelos não são universais, porque dependem da cultura, da localidade em que a pessoa cresce e vive. (UNGERER; SCHMID, 1996, p. 50).

como, possivelmente, se estabelecem as relações entre significados esquemáticos, sentidos prototípicos e sentidos periféricos²¹. Ao se optar por esse modelo para descrever um complexo polissêmico, podem-se representar os vários usos de um item lexical por meio de retângulos ou nós, que se interligam, reproduzindo diferentes relações de elaboração, com vários níveis de esquematicidade, representadas por setas contínuas, e várias cadeias de extensão, indicadas pelas setas descontínuas, conforme se verifica na figura a seguir:

Figura 1 - Modelo de Rede Esquemática (*network*)



Fonte: Silva (2006a, p. 71)

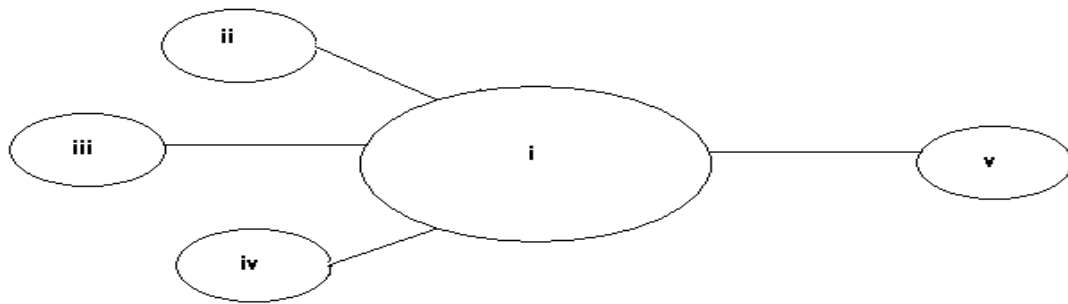
Segundo Lakoff (1987, p. 69-70), em uma teoria esquemática, cada esquema é um *network* de nós e ligações. Todo nó em um esquema corresponde a uma categoria conceitual e as propriedades da categoria dependem do papel daquele nó em um dado esquema, das suas relações com outros nós no esquema, da relação daquele esquema com outros esquemas e da total interação daquele esquema com outros aspectos do sistema conceitual.

Não muito diferente das redes esquemáticas é o modelo das “redes radiais” ou *radial model*, apresentado pelo próprio Lakoff (1987) e de grande aplicabilidade no estudo da polissemia. A configuração estrutural desse modelo pressupõe a existência de um centro prototípico em torno do qual outros elementos mais ou menos periféricos, mais ou menos salientes encontram-se inter-relacionados. Esses membros não centrais podem ser variantes do protótipo ou variantes de outras variantes (BRUGMAN; LAKOFF, 2006, p. 109) e podem interligar-se aos outros membros ou entre si, por meio de encadeamentos sucessivos. Na figura a

²¹ Silva (2006a) pondera, entretanto, que o modelo da rede pode ser inadequado, se não for bem interpretado, ou seja, se os sentidos forem considerados isoladamente, como “ilhas bem delimitadas”, representando os únicos significados que uma palavra pode assumir, pois a estrutura de uma categoria polissêmica não é rígida.

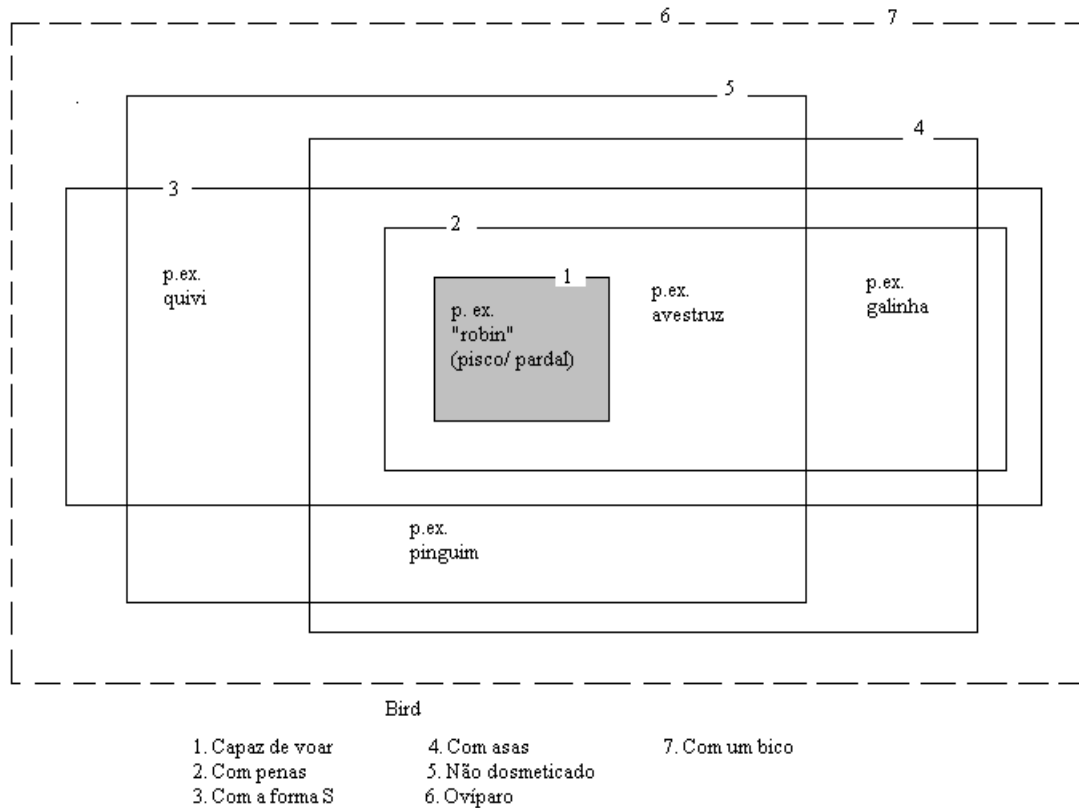
seguir, o elemento prototípico ocupa o círculo do meio, os menos centrais situam-se à esquerda e o mais periférico, à direita. Em algumas redes, o núcleo prototípico pode vir destacado e a cadeia de relações entre os elementos que a constituem pode assumir várias direções, conforme se verifica na figura a seguir.

Figura 2 - Representação de uma rede radial



Fonte: Lewandowska-Tomaczcyk (2007, p. 156)

Um outro modelo para ilustrar a categorização prototípica é o *overlapping set model*, isto é, “grupos em sobreposição”, proposto por Geeraerts (1989). Nesse modelo, os elementos básicos são agrupados com base nas características que compartilham e nos sentidos que expressam. As sobreposições desses elementos são apresentadas por meio de diagramas que mostram as saliências estruturais. Trata-se de uma ilustração cuja área de sobreposição máxima corresponde ao centro prototípico da categoria e as demais áreas representam elementos de menor prototipicidade, conforme demonstram Geeraerts (1989, p. 599), Silva (1999, p. 42) e Lewandowska-Tomaczcyk (2007, p. 155), na figura reproduzida a seguir:

Figura 3 - Representação de redes de sobreposição ou *overlapping*

Fonte: Silva (1999, p. 42)

Por fim, uma outra maneira de representar a categorização e de descrever as conseqüentes relações prototípicas de um item lexical bem como a sua polissemia é levar em consideração a sua multidimensionalidade, pois se entende que uma categoria polissêmica é um espaço multidimensional e sua estrutura pode ser o resultado da combinação de duas ou mais dimensões que estão na base das suas ligações semânticas. Na ilustração exposta a seguir, Silva (2006a, p. 247) busca mostrar, por meio de um complexo multidimensional, a polissemia do objeto indireto (OI), considerando a combinação das dimensões espacial e funcional. As linhas tracejadas que saem do círculo, embora não estejam especificadas, visam a mostrar que dali partem os distintos sentidos do OI:

Figura 4 - Representação do complexo multidimensional do protótipo do OI em português



Fonte: Silva (2006a, p. 247)

Essas diferentes possibilidades de explicar e representar a polissemia de um item lexical, sob o enfoque cognitivista, permitem depreender que as inter-relações de sentidos podem ser provenientes de instanciações ou elaborações (especificações, generalizações, transformações de esquemas imagéticos) e de extensões semânticas (projeções metafóricas e/ou metonímicas). Daí considerar-se que a análise semasiológica de uma categoria polissêmica não pode prescindir da revisão, ainda que sucinta, das teorias que explicam qual a relação desses mecanismos conceptuais com a polissemia lexical.

2.4.2 A Teoria da Metáfora e da Metonímia Conceptuais

O desenvolvimento da Teoria da Metáfora Conceptual ou TMC deve-se aos estudos realizados por George Lakoff e seus colegas a partir da década de 70. O livro *Methaphors we life by* (1980), já citado, além de ser considerado por muitos um ponto de partida para os estudos cognitivistas sobre a metáfora e também sobre a metonímia (fenômeno semântico não menos importante), foi um dos marcos iniciais para a consolidação da TMC como uma das linhas de investigação da Linguística Cognitiva.

Para Zanutto *et al.* (2002, p. 11), ao proporem a reformulação do paradigma até então vigente, Lakoff e Johnson romperam não só com o modelo objetivista da metáfora e da

metonímia mas também com a tradição retórica, que, durante muito tempo, dominou a cultura ocidental. Nesse sentido, os processos metafóricos e metonímicos deixaram de ser vistos como simples figuras de linguagem ou *tropos*, de natureza essencialmente linguística, típicos do texto literário, para serem interpretados como fenômenos conceituais, responsáveis pela mudança de significados, pela gramaticalização e pela polissemia, ocupando assim um lugar de destaque no campo dos estudos semânticos.

A centralidade da metáfora e da metonímia, na abordagem cognitiva da significação lexical, é testemunhada por Silva (2006a, p. 111) na afirmação que se segue:

Esta deslocação para o plano do sistema conceptual de fenómenos tradicionalmente identificados na linguagem e relegados para um nível anormal e este reconhecimento da naturalidade e ubiquidade do pensamento metafórico e metonímico enformam a teoria cognitiva contemporânea da metáfora e da metonímia, inicialmente explorada no trabalho seminal de Lakoff e Johnson (1980) e, depois, em Lakoff (1987), enquadrando filosoficamente a nova abordagem [...]

Como se pode constatar, no excerto transcrito, os fenômenos metafórico e metonímico são concebidos como elementos essenciais para a categorização do mundo. Ambos evidenciam como aspectos da vida cotidiana podem associar-se a situações mais complexas ou desconhecidas da experiência humana e refletir as formas de perceber, de pensar e de organizar o raciocínio. A interpretação desses fenômenos, antes considerados inerentemente linguísticos, segundo tal perspectiva, confirma a integração entre corpo/mente e ilustra o experiencialismo ou realismo corporizado (*embodied realism*) do pensamento e da linguagem difundido por Lakoff e Johnson (1980, 2002), por Lakoff (1987) e por Johnson (1987). Em outras palavras, estudar a metáfora e a metonímia, sob o enfoque cognitivo, representa conhecer a maneira como o homem que emprega esses mecanismos de construção de sentidos vive, como se relaciona em sociedade, como executa tarefas, como concebe a felicidade, a saúde, o amor, o poder, dentre outros aspectos da vida.

Segundo a Teoria da Metáfora e da Metonímia Conceptuais (TMC), a relação entre conceitos concretos e abstratos estabelece-se por meio de um processo de transferência nomeado *mapping*²², que significa projeção entre domínios conceptuais e resulta da conceptualização de um domínio mental ou de experiência, em lugar de outro. Para explicar como isso ocorre, pode-se

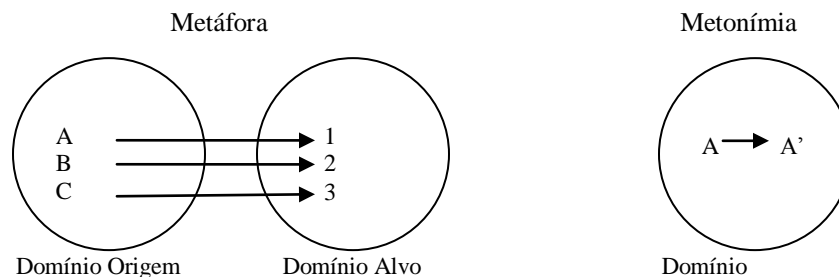
²² O termo *mapping*, segundo Grady (2007, p. 190), foi emprestado da matemática, para referir-se às correspondências metafóricas sistemáticas entre ideias relacionadas entre si.

reportar a três princípios da teoria: a “unidirecionalidade”, a “motivação experiencial” e a “invariância”.

Embora questionado por alguns estudiosos, o princípio da “unidirecionalidade” refere-se à tendência de se criarem metáforas típicas, ou seja, de se usar uma fonte mais concreta para descrever um alvo mais abstrato, que se deve, segundo Silva (2006a, p. 132), à necessidade de simbolizar as conceptualizações de uma maneira mais fácil de serem apreendidas durante a interlocução, pois, ao falar do abstrato em termos do concreto, cria-se a ilusão da objetividade e facilita-se a comunicação. O outro princípio é o da “motivação experiencial”, segundo o qual, as associações entre domínios não são arbitrárias, mas experiencialmente motivadas, uma vez que refletem a forma como os indivíduos percebem e interpretam o mundo. (GRADY, 2007, p. 192). Já o princípio da “invariância” determina que a projeção do domínio fonte não pode violar a estrutura esquemática do domínio alvo, de modo que, em uma mudança semântica, mesmo ignorando-se detalhes da imagem fonte, as estruturas esquemáticas devem ser preservadas. (OAKLEY, 2007, p. 223).

Em síntese, diz-se que a metáfora estabelece uma relação de similaridade, envolvendo a interação entre diferentes domínios; enquanto a metonímia estabelece uma relação de contiguidade dentro de um mesmo domínio, isto é, de um domínio matriz, ligando um conteúdo fonte a um conteúdo alvo menos acessível, conforme definem Panther e Thornburg (2007, p. 240). Para ilustrar tais relações, veja-se a figura a seguir:

Figura 5 - Metáfora vs. Metonímia



Fonte: Silva (2003, p. 28, adaptada de CUENCA; HILFERTY, 1999, p. 111)

Tal distinção, no entanto, não é ponto pacífico. Há teóricos da Semântica Cognitiva que acreditam em uma oposição entre os dois fenômenos, outros, em um *continuum* (uma vez que as fronteiras entre ambos não são tão rígidas), e outros ainda que veem na metonímia a primariedade cognitiva sobre a metáfora, a exemplo de Taylor (1989, p. 124) e de Barcelona (2000, p. 4), para os quais, a metonímia é um processo de extensão, provavelmente, mais básico que a metáfora. Panther e Thornburg (2007, p. 240), por seu turno, além de citarem as contribuições de Ruiz de Mendoza e Otal Campo (2002) e de Geeraerts (2002) para a elucidação da polêmica que circunda esse tema, fazem referência a Goossens (1990, 2002) que, em seu estudo sobre a interação entre metáfora e metonímia, a que denomina *metaphonymy* ou ‘metaftonímia’, apresenta quatro tipos de interação, a saber: “metáfora proveniente de metonímia”, “metonímia dentro da metáfora”, “demetonimização dentro de uma metáfora” e “metáfora dentro da metonímia”.

Uma outra questão de fundamental importância para um melhor entendimento do processo de metaforização é distinguir metáforas e metonímias conceptuais, como esquemas ou padrões do sistema conceptual, de metáforas e metonímias linguísticas ou expressões metafóricas e metonímicas, como realizações linguísticas desses padrões de conceptualização. Em linhas gerais, as metáforas conceptuais são esquemas abstratos que servem para agrupar expressões metafóricas. Já essas últimas podem representar casos individuais das primeiras.

Barcelona (2000, p. 5), seguindo essa linha de raciocínio, assegura que a expressão linguística pode, eventualmente, deixar de ser usada metaforicamente e metonimicamente, mas a projeção conceptual correspondente pode ainda viver e refletir-se em muitas outras expressões linguísticas. Quer isto dizer que as metáforas conceptuais são mais estáveis, ao passo que as expressões metafóricas podem ser temporárias, pois os domínios de experiência em que são empregadas não são os mesmos em todas as culturas e variam, conforme a época, a sociedade, a comunidade de fala em que surgiu ou o modelo cultural adotado.

Para Lakoff e Johnson (2002, p. 71, 75, 134), há três grandes grupos de metáforas conceptuais: as ontológicas, as orientacionais e as estruturais. As ontológicas são bastante comuns no pensamento humano e relacionam eventos, atividades, emoções, ideias e processos a entidades e substâncias. As orientacionais partem de experiências culturais e físicas e estão associadas à orientação espacial. Por último, as estruturais, assim como as outras duas, fundamentam-se em correlações sistemáticas pautadas na experiência, o que permite usar um conceito estruturado e detalhado de maneira clara para estruturar um outro conceito.

A Teoria da Metáfora Conceptual tem recebido, desde o seu surgimento com Lakoff e Johnson (1980, 1999), muitos contributos e algumas revisões. Ao admitir que os mapeamentos metafóricos são experiencialmente mais básicos e não tão complexos quanto o que propunha o modelo de análise metafórica de Lakoff e Johnson (1980), Grady (1997), por exemplo, cria a Teoria das Metáforas Primárias, com vistas a explicar a base experiencial do domínio origem e do domínio alvo bem como a analisar o que motiva a metáfora e como ela acontece. Busca-se, assim, estabelecer a relação entre experiências acumuladas pelo homem e a geração de metáforas primárias (GRADY, 1997, 2007; LAKOFF; JOHNSON, 1999), consideradas naturais, provenientes de conexões neurais, e consequências inevitáveis de associações que se repetem na vida diária, em contraposição às metáforas complexas, convencionais e não experienciais, muitas vezes, originadas a partir da combinação das próprias metáforas primárias. (GRADY, 2007, p. 194).

Além de evidenciar como se dão as motivações e as correlações experienciais no processo de formação de metáforas, a Teoria Geral da Metáfora Primária ou Teoria Integrada da Metáfora Primária, busca explicar, dentre outras coisas, como ocorre a aquisição das projeções metafóricas pelas crianças. A referida teoria constitui-se de quatro componentes: a Teoria da Fusão, de Christopher Johnson, que diz respeito ao processo de aprendizagem, na fase da infância, em que são “fundidas” experiências sensório-motoras e não sensório-motoras; a Teoria da Metáfora de Grady (1997), que defende que as metáforas complexas são moleculares e construídas por meio da integração de metáforas primárias; a Teoria Neural da Metáfora, estudada por Lakoff e também por Narayanan, que se posiciona em favor de que as associações feitas no período de fusão resultam em conexões neurais permanentes estabelecidas entre redes neurais que definem domínios conceptuais; e, por último, a Teoria da Integração Conceptual ou *Blending*, que defende a formação de mesclas conceptuais, a partir de conexões entre domínios conceptuais distintos. (FELTES, 2007, p. 163).

Essa última teoria, desenvolvida por Fauconnier em parceria com Turner (2002), é originária da Teoria dos Espaços Mentais do próprio Fauconnier, sendo complementar à Teoria Contemporânea da Metáfora Conceptual, conforme descreve Silva (2006a, p. 147):

Esta nova teoria procura explicar como é que falantes e ouvintes registam correspondências conceptuais e constroem novas inferências durante o processo discursivo. A ideia nova e central é a de que na projeção conceptual, tal como decorre no discurso, os domínios origem e alvo (ou

espaços *input*) são projetados num espaço integrado (“*blend*”), cuja estrutura conceptual não deriva inteiramente dos espaços *input*.

De acordo com essa perspectiva, a conceptualização surge a partir da integração ou mesclagem ou *blending*, em que são projetados elementos de diferentes espaços. Esse processo envolve “não dois domínios, como na teoria da metáfora conceptual, mas, pelo menos, quatro espaços mentais”. (SILVA, 2006a, p. 148). Há, nesse caso, um “espaço amálgama” (*blended space*), também denominado “espaço mescla”, que integra, de modo parcial, estruturas específicas dos demais espaços e apresenta uma estrutura emergente própria. (COIMBRA, 1999, p. 61).

Embora a Teoria da Integração Conceptual seja muito utilizada em estudos semânticos realizados no Brasil e Fauconnier e Turner (2002) busquem mostrar a importância do processo de integração conceptual no desenvolvimento da polissemia, seus princípios não foram seguidos na presente tese, diferentemente do que se fez em relação às Teorias do Protótipo, da Metáfora e da Metonímia Conceptuais, já mencionadas, e dos Esquemas de Imagens e dos Frames, que, por exercerem também um importante papel nos estudos da mudança semântica, da gramaticalização e de categorias polissêmicas, fundamentam a análise a ser apresentada.

2.4.3 A Teoria dos Esquemas de Imagens

Como já se sabe, um dos principais objetivos da Semântica Cognitiva é mostrar que grande parte do conhecimento humano não é estático nem meramente proposicional ou apenas conceptualmente abstrato, mas é embasado e estruturado por ações corporais que derivam de processos motores, perceptuais, conhecidos como “esquemas de imagens”, “esquemas corporais” ou “esquemas imagéticos”.

Segundo Heine (1997, p. 45), a Teoria dos Esquemas de Imagens tem sido aplicada em distintas áreas, como a Psicologia Cognitiva, a Psicologia Social e a Antropologia. Oakley (2007) afirma que as suas noções são também empregadas nas investigações psicolinguísticas de Gibbs (1994) e Gibbs e Colston (1995), na crítica literária de Turner (1987), na gramática de Langacker (1987) e de Talmy (1983), e em estudos relativos à matemática e à modelagem computacional.

Na Linguística, a noção atribuída a “esquemas” surgiu a partir das pesquisas empíricas sobre relações espaciais, realizadas por Talmy e por Langacker, na década de 70. Mas, foi no ano

de 1987, que a designação “esquemas de imagens”, tal como se conhece em Semântica Cognitiva, apareceu simultaneamente, nos livros *The body in the mind*, de Johnson, e *Women, fire, and dangerous things*, de Lakoff, despontando como um tema de grande importância²³. O seu clássico “locus” é, segundo Oakley (2007, p. 214), a Teoria da Metáfora Conceptual, conforme assevera: “Desde então, esquemas de imagens têm ajudado Johnson (1987, 1993) a estabelecer uma epistemologia e uma filosofia moral e tem ajudado Lakoff (1987) a articular uma teoria de categorização”²⁴.

Alguns estudos, e mais precisamente os realizados por Johnson (1987), sugerem que diferentes “esquemas de imagens” e várias de suas transformações aparecem regularmente no pensamento, no raciocínio e na imaginação das pessoas, motivando a sua forma de pensar, de raciocinar e de imaginar. (GIBBS, JR.; COLSTON, 1995; 2006, p. 241). Tais rotinas envolvem a coordenação de múltiplos atos de sentir, perceber, mover, conceptualizar. Utilizando as palavras de Oakley (2007, p. 215, 218), esses esquemas “glue”, isto é, ‘colam’, unem redes semânticas radiais complexas e embasam o conhecimento e os significados fundamentais construídos pelos seres humanos.

É importante salientar, entretanto, que o esquema propriamente dito não é uma imagem rica, isto é, não corresponde a uma imagem real, concreta ou a uma pintura mental. Como adverte Lakoff (1987, p. 444), o termo “imagem”, nesse caso, não se limita ao campo da visão e, por conseguinte, não é meramente pictórico, visto que existem imagens auditivas, olfativas e imagens referentes à dinâmica de forças que atuam sobre o homem, sendo possível até construir uma imagem mental de alguma coisa que nunca foi vista e daí desenvolver conceitos.

Trata-se, pois, de estruturas esquemáticas, não proposicionais, que não se referem a uma representação semântica específica nem a uma imagem estática. Ao contrário da fixidez que aparentam os diagramas que as representam, podem ser modelos dinâmicos e flexíveis, porque ilustram ações e adequam-se às situações em que se manifestam, surgindo diretamente da experiência corpórea com o mundo.

Embora esses esquemas e subesquemas não constituam uma lista fechada, pois não há um consenso quanto ao número total existente, Johnson (1987), Hampe (2005, p. 2) e Oakley (2007,

²³ Vale ressaltar, entretanto, que foi Immanuel Kant, no século XVIII, um dos primeiros estudiosos a pensar sobre a relação entre conceito e percepção. Para ele, esquemas eram estruturas da imaginação.

²⁴ “The locus classicus of image schema theory is Lakoff and Johnson’s (1980) conceptual theory of metaphor. Since then, image schema theory has helped Johnson (1987, 1993) establish an epistemology and moral philosophy and has helped Lakoff (1987) articulate a theory of categorization” (OAKLEY, 2007, p. 214).

p. 217) citam os seguintes: continente/conteúdo, também conhecido como *container* ou *recipiente*, *origem-percurso-meta*, *ligação*, *parte-todo*, *centro-periferia*, *balança*, *força*, *possibilidade*, *bloqueio*, *contraforça*, *atração*, *compulsão*, *restrição*, *remoção*, *diversão*, *contato*, *escala*, *perto-longe*, *superfície*, *cheio-vazio*, *processo*, *ciclo*, *interação*, *fusão*, *combinação*, *ruptura*, *objeto*, *coleção*, *para cima-para baixo*, *frente-trás*, *movimento inanimado*, *movimento inanimado*, *movimento próprio*, *movimento causado*, *locomoção e expansão*, *reta*, *resistência*, *direita-esquerda*.

Alguns desses esquemas são mais gerais; outros, mais específicos. Alguns são mais primários, porque são *gestalts*²⁵ experienciais; outros sugerem uma estrutura mais complexa. Alguns são construídos como cenas dinâmicas ou estáticas; outros, como processos ou estados. De modo geral, conectam-se a uma vasta gama de experiências que manifestam uma estrutura recorrente, apresentando um pequeno número de papéis e relações que operam no nível da organização mental, e podem ser representados por entidades, como pessoas, eventos, estados, fontes, objetivos ou por relações causais, sequências temporais, modelos de parte-todo, locações relativas, estruturas agente-paciente ou relações instrumentais. Para Jonhson (1987, p. 28):

Esquemas de imagens existem em um nível de generalidade e abstração que lhes permite servir repetidamente como modelos de identificação em um grande e indefinido número de experiências, percepções e formações de imagens para objetos ou eventos que são similarmente estruturados de modos relacionados. Sua característica mais importante é que eles têm poucos elementos básicos ou componentes que são relacionados por estruturas definidas e ainda têm uma certa flexibilidade²⁶.

O esquema *origem-percurso-meta* (*De-Para*), por exemplo, possui três elementos: um ponto fonte A, um ponto terminal B e um vetor de força traçando um percurso entre eles. Esse esquema apresenta uma estrutura que ocorre em vários eventos aparentemente diferentes, em que

²⁵ A palavra *gestalt* é de origem alemã e a tradução mais próxima em português seria forma ou configuração, mas esses termos geralmente não são empregados, porque não correspondem ao seu real significado na psicologia. A psicologia da *gestalt* tem como ponto de partida e também um dos temas centrais dessa teoria a percepção. Ao contrário do behaviorismo que se preocupava em estudar o comportamento, de forma objetiva, através da relação estímulo-resposta, desprezando os conteúdos referentes à consciência, a *gestalt* critica essa abordagem, por considerar que o comportamento, quando estudado de maneira isolada de um contexto mais amplo, pode perder o seu significado. Portanto, na visão dos gestaltistas, o comportamento deve ser estudado nos seus aspectos mais globais, levando em consideração as condições que alteram a percepção do estímulo (BOCK *et al*, 2002, p. 60).

²⁶ “Image schemata exist at a level of generality and abstraction that allows them to serve repeatedly as identifying patterns in an indefinitely large number of experiences, perceptions, and image formations for objects or events that are similarly structured in the relevant ways. Their most important feature is that they have a few basic elements or components that are related by definite structures, and yet they have a certain flexibility”. (JOHNSON, 1987, p. 28).

se percebem os mesmos participantes e relações de movimento corporal através do espaço, de percepção física, da manipulação de objetos. São exemplos: andar de um espaço para outro, dar a alguém um presente ou tomar algo de alguém, esmurrar alguém, jogar uma bola para alguém etc.

Como não são estáticos, esses esquemas de imagens transformam-se e, na maioria das vezes, sobrepõem-se. Todavia, além de sobreposições, outras transformações primárias de esquemas podem ocorrer, conforme descrevem Lakoff (1987, p. 440-444) e Johnson (1987, p. 24-27): o *foco no percurso para o foco no ponto final* (imagina-se o percurso de um objeto em movimento e depois focaliza-se um ponto em que ele para ou em que ele irá parar); o *múltiplo para a massa* (pensa-se em um grupo de vários objetos, depois, crê-se que esse grupo está se transformando em uma massa homogênea) e a *trajetória* (traça-se mentalmente o movimento contínuo de um objeto em uma trajetória)²⁷.

Em linhas gerais, as transformações de esquemas, segundo Gibbs Jr. e Colston (2006, p. 242), têm suscitado múltiplas investigações. De um lado, buscam-se informações sobre a sua base neural, por acreditar-se que se trata de *gestalts* experienciais, ativadas em algumas partes do cérebro humano²⁸. De outro lado, examina-se o papel desses esquemas na conceptualização humana, no que se refere ao emprego de preposições, de advérbios, de verbos e à sua participação na motivação da polissemia. Em todos os dois casos, procuram-se explicações para a ligação entre percepção e razão, reforçando, mais uma vez, a tese da mente corporizada ou encarnada, isto é, da relação intrínseca entre mente e corpo defendida pelo Experiencialismo lakoffiano e, conseqüentemente, pela Semântica Cognitiva, em contraposição à tese cartesiana de uma mente separada do corpo difundida pelo filósofo, físico e matemático René Descartes, no século XVI, e ainda seguida por estudiosos de diferentes áreas do saber que insistem em explicar os mecanismos da mente, considerando apenas os fenômenos cerebrais e deixando de lado o resto do organismo e o meio ambiente físico e social, conforme explica Damásio (2010, p. 281).

²⁷ Para um maior detalhamento acerca das transformações de esquemas de imagens básicos: a) *path-focus to end-point-focus*; b) *multiplex to mass*; c) *following a trajectory* e d) *superimposition*, conferir Johnson. (1987, p. 26).

²⁸ Pesquisas sobre a base neural desses esquemas têm sido realizadas pela Teoria Neural da Linguagem e pela Linguística Neurocognitiva, estudadas por Lakoff (2003); Johnson (2005) e por Dodge e Lakoff (2005).

2.4.4 A Teoria do Frame

Além das Teorias do Protótipo, da Metáfora e Metonímia Conceptuais e de Esquemas de Imagem, um outra teoria que embasa o estudo da polissemia é a Teoria Semântica do Frame²⁹. A noção de frame foi amplamente difundida por Fillmore (1976, 1985) e é empregada pela Linguística Cognitiva, pela Psicologia e pela Inteligência Artificial³⁰. Traduzido como moldura comunicativa, um frame corresponde a um sistema de conceitos relacionados, ou melhor, a uma estrutura conceitual de formato proposicional oposta aos esquemas de imagens, que são mentais e não proposicionais. Pode estar diretamente relacionado aos sentidos de uma palavra, ou seja, pode ser evocado por itens lexicais, como também pode ser motivado por estereótipos sobre costumes, práticas, instituições, jogos, permitindo que as interpretações textuais extrapolem os limites do que está escrito. (GAWRON, 2008, p. 4)³¹.

Feltes (2007, p. 135), ao referir-se ao tema, explica:

Essas estruturas “emolduram” uma grande quantidade de conhecimento sobre um determinado conceito. Elas caracterizam uma cena ou situação abstrata como um mecanismo de estruturação cognitiva, sendo algumas partes indexadas por palavras associadas a elas e usadas no processo de compreensão. Desse modo, palavras ou expressões linguísticas evocam frames, os quais são conduzidos da memória de longo prazo para, por exemplo, a memória operacional, não como “pacotes” estocados, mas como estruturas em contínua construção a partir da experiência.

Os frames são também configurações definidas culturalmente, que abrangem conhecimentos operativos e convencionalizados. O saber encapsulado em um frame é, conforme ressalta Taylor (1989, p. 89), conhecimento partilhado ou que se acredita ser compartilhado por, pelo menos, alguns segmentos de uma comunidade de fala. Em face dessa afirmação, pode-se

²⁹ Vários estudos sobre a teoria dos frames têm sido realizados no Brasil sob a coordenação da professora Margarida Salomão, coordenadora do Projeto FrameNet Brasil. Para conferir maiores informações sobre o seu banco de dados, os projetos a ele relacionados, os corpora disponíveis, dentre outras questões, pode-se acessar a página da internet <http://www.framenetbr.ufjf.br/>.

³⁰ Segundo Lakoff (1987, p. 68), a Semântica do frame de Fillmore é similar, em muitos casos, à Teoria do Esquema, a *scripts* e à noção de frame desenvolvida na Inteligência Artificial.

³¹ Ao se mencionar as palavras “pai”, “presidente” ou “estudante”, por exemplo, são acionados os conhecimentos que se tem de família, de política e de instituição educacional, os quais foram criados a partir de estruturas físicas e sociais baseadas na experiência coletiva e também individual dos seres dentro de uma sociedade em que esses papéis são reconhecidos.

inferir que os significados são caracterizados em termos de experiência baseada em esquematizações do mundo do falante/ouvinte/escritor/leitor e os conceitos são interpretados, compreendidos ou definidos, recorrendo-se aos conhecimentos que esses usuários têm da língua.

Nesse sentido, a noção de frame associa-se à noção de perspectiva, concernente a ponto de vista, porque se baseia nas crenças e nas atitudes pessoais, de modo que fica implícito que entender o significado de uma palavra pressupõe ter acesso ao conhecimento enciclopédico referente àquela palavra. Essa ideia atrela-se ao conceito filosófico de situação³² e pode referir-se ainda à localização (espacial, temporal, epistêmica e cultural) que cada ser ocupa no mundo. A noção de perspectiva e, por extensão, de situação, orientação, ponto de vista, localização confluem para um conceito bastante propalado por Langacker (1987, 1990, 1991a), que também recebe especial atenção na Semântica Cognitiva: a subjetividade ou subjetivação³³. Esse conceito é explicado por Silva (2006a, p. 105), com base no que propõe Finegan (1995, p. 1), como “a expressão do eu ou representação das perspectivas ou atitudes do locutor no discurso”. Em outras palavras, o ser humano encontra-se sempre em alguma situação determinada e conceptualiza a partir de uma determinada perspectiva. (CROFT; CRUSE, 2004, p. 87).

Ungerer e Schmid (1996, p. 206) acrescentam a essas questões, a noção de perspectiva sintática, que está associada ao princípio da proeminência, a noções de figura/fundo, sujeito/objeto. Assim, um mesmo frame pode ter também diferentes perspectivas sintáticas, embora esses autores advirtam que a noção de perspectiva é mais cognitiva do que sintática, porque envolve, acima de tudo, a habilidade da atenção.

O exemplo clássico para ilustrar todas essas questões é o evento da transação comercial. O conhecimento e a experiência sobre esse tema envolvem diferentes categorias/elementos, que designam papéis situacionais distintos (dentro de sociedades capitalistas), e que são representados por nomes, como “vendedor”, “comprador”, “mercadorias” e “dinheiro”, assim como vários verbos semanticamente relacionados, a exemplo de “comprar”, “vender”, “pagar”, “gastar”, “custar” etc., os quais evocam ou perspectivam diferentes aspectos do frame de uma transação

³² Essa noção apoia-se nas ideias do filósofo Heidegger (1999).

³³ A subjetivação é um mecanismo básico de mudança semântica e objeto de estudo da Teoria da Subjetivação, que também se dedica à investigação de fenômenos semânticos como a polissemia, a metáfora, a metonímia, a generalização, a especialização. Para Langacker (1990, p. 7; 1999, p. 18), os termos subjetivo e objetivo referem-se ao sujeito, indivíduo que percebe, e ao objeto da concepção, entidade percebida. Uma entidade é subjetivamente construída, quando está implícita no processo de conceptualização, mas fora de cena, ou seja, “*offstage*”. Ao passo que uma entidade é objetivamente construída, quando está explícita, é o foco da atenção e está em cena, ou seja, “*onstage*”.

comercial. Desse modo, conhecer o significado de um desses verbos requer, em algum sentido, saber o significado de todos os outros e ter informação sobre suas propriedades gramaticais e sobre as várias estruturas sintáticas em que ocorrem.

A escolha do emprego de um dos elementos desse frame implica focalizar certos domínios, em detrimento de outros menos relevantes e, conseqüentemente, perspectivar determinados componentes da sentença. Assim, ao empregar o verbo “comprar”, por exemplo, “comprador” e “mercadorias” são os participantes focais do frame da transação comercial, ou seja, o sujeito e o objeto direto da sentença. Já os outros componentes a ele relacionados, como “vendedor” e “dinheiro”, que constituem conhecimentos de base do evento e, portanto, do frame, são também evocados, mas não têm a mesma proeminência. Esse comportamento justifica, portanto, as modulações de sentidos que caracterizam categorias polissêmicas.

Diante das considerações esboçadas acerca do estudo da polissemia sob o enfoque da Semântica Cognitiva e do aporte teórico que lhe dá sustentação, serão apresentados, no próximo capítulo desta tese, os procedimentos teórico-metodológicos adotados para a análise do complexo polissêmico do verbo “tomar”.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 ESCOLHA DO MÉTODO DE ANÁLISE

Para examinar o complexo polissêmico do verbo “tomar”, nos diferentes períodos da língua portuguesa, segundo a abordagem cognitiva da linguagem, buscou-se a metodologia empírica pautada na investigação da Linguística de *Corpus*³⁴, conhecida como *usage-based model* ou modelo baseado no uso. A aplicação e a credibilidade desse método na área dos Estudos Linguísticos deve-se, em grande parte, ao advento da tecnologia computacional que, nos últimos tempos, tem permitido o livre acesso a variados *corpora* digitais bem como a utilização de diversas ferramentas para coleta e exploração de dados, com maior segurança e agilidade.

Silva (1999, p. 72) defende que esse modelo é o mais recomendado para o estudo da significação das palavras, visto que melhor reflete “o que e como as pessoas falam”, além de apresentar menos riscos de distorções para identificar evidências de prototipicidade, se comparado aos métodos introspectivo e extrativo. O autor argumenta que a introspecção pressupõe uma análise intuitiva, ou seja, baseada naquilo que o pesquisador pensa sobre os significados dos usos. Já a extração, muito usual no campo da Psicolinguística, pauta-se na recolha de dados, por meio de inquéritos, testes, experiências, voltando-se mais para aquilo que os falantes entendem sobre o significado de uma determinada palavra³⁵.

Alguns autores brasileiros corroboram as vantagens da Linguística de *Corpus* e destacam a sua eficácia para o estudo das metáforas, conforme explicitado no trecho a seguir:

Uma pesquisa baseada em *corpus* nos possibilita detectar mais rapidamente padrões de uso da linguagem do que o uso da intuição ou o estudo de textos isolados, na medida em que palavras ou expressões são recuperadas automaticamente do *corpus* e classificadas.[...]. Estudos que utilizam métodos empíricos para explorar os dados de metáforas em *corpus* (BOERS, 1999; CHARTERIS-BLACK, 2000) revelam que a linguagem metafórica usada em contextos naturais é muito diferente da linguagem encontrada em dados, sobre metáfora coletados por meio da

³⁴ McEnery e Wilson (1996), ao discorrerem sobre o método da Linguística de *Corpus*, destacam a importância da sua aplicação, não só para a Semântica Cognitiva, como também para a Pragmática, para a Sociolinguística, para a Estilística, para o ensino de língua e da Linguística, para a Linguística Histórica, para a Dialectologia, para a Psicolinguística, para os Estudos Culturais, para a Psicologia e para o estudo da aquisição da linguagem pela criança.

³⁵ Silva (1999, p. 71-73) adverte sobre alguns perigos e limitações que envolvem a opção pelo método da extração: “[...] os inquéritos, mesmo os construídos no sentido de acederem à maior informação e à mais variada, correm sempre o risco de não conseguirem obter determinadas dimensões. Aquilo que as pessoas *pensam fazer* com as palavras não é a mesma coisa do que essas mesmas pessoas *realmente fazem* com elas.”

introspecção. (BERBER SARDINHA, 2007). Por isso, acredita-se que a utilização de metodologia da lingüística de *corpus* pode contribuir para uma análise menos subjetiva das expressões metafóricas. (MACEDO; FELTES; FARIAS, 2008, p. 199).

No que se refere ao presente trabalho, é importante ressaltar que a escolha desse modelo não implicou o emprego de um sistema computacional específico para análise do *corpus*, mas de programas que dispõem de ferramentas simples para levantamento de ocorrências, como o *Word* e o *Excel*. Somado a isso, utilizaram-se métodos quantitativos e qualitativos, para o exame dos dados encontrados, levando-se em conta as variações diacrônica e diatópica, o contexto sócio-histórico em que os textos foram produzidos e o conhecimento enciclopédico do pesquisador. Afinal, sabe-se que, em um estudo semântico, é muito difícil, se não impossível, isentar-se de expressar, no exame dos usos detectados, a visão de mundo que possui.

Portanto, antes de se oporem, o modelo baseado no uso e o método introspectivo complementam-se na análise do verbo “tomar”. A sua conjugação encontra respaldo em alguns pressupostos da própria Linguística Cognitiva que prevê a orientação inevitavelmente hermenêutica do estudo semântico, isto é, a análise do uso linguístico, segundo um enfoque experiencial e interpretativo, conforme pontua Silva (2004, p. 3):

[...] a resposta ao crucial problema da interpretação consistirá, não em encontrar uma espécie de alfabeto do pensamento humano, mas em fundamentar empiricamente as interpretações das expressões linguísticas na experiência individual, colectiva e histórica nelas fixada, no comportamento interaccional e social e na fisiologia do aparato conceptual humano.

Em face dessas observações, cumpre assinalar ainda que, para identificar os diferentes valores semânticos de “tomar”, detectados no *corpus*, e descrever a estrutura do seu complexo polissêmico, ao longo dos séculos, valorizou-se tanto o número ou a frequência de ocorrências de um determinado uso como fatores semântico-sintáticos, pragmáticos, discursivos, sócio-históricos e conceptuais que se supõe terem motivado prováveis variações e mudanças semânticas relativas a esse verbo, nas diferentes sincronias estudadas. Afinal, como já asseverou Silva (1999, p. 64): “A polissemia é, pois, o reflexo sincrónico da mudança semântica e, por outro lado, a mudança linguística é o reflexo diacrónico da flexibilidade da linguagem.”

Por último, vale lembrar que o enfoque dado a essas questões intentou seguir o que

preconiza a abordagem em Linguística Cognitiva e, mais especificamente, as linhas de investigação nomeadas Teoria do Protótipo, Teoria da Metáfora e da Metonímia Conceptuais, Teoria dos Esquemas de Imagens e Teoria das Redes Radiais e Esquemáticas, buscando também subsídios no enquadramento da *Cognitive Historical Semantics*, isto é, na Semântica Histórica ou Semântica Diacrônica do Protótipo, área que ressurgiu nos últimos anos e vem se consolidando, a partir dos estudos de Andreas Blank e Peter Koch (1999), Dirk Geeraerts (1990) e Augusto Soares da Silva (1999), dentre outros pesquisadores.

3.2 PERIODIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA E DEFINIÇÃO DOS TEXTOS DO *CORPUS*³⁶

Por se tratar de um estudo diacrônico, a escolha das edições digitalizadas dos textos escritos em verso, em prosa literária e em prosa não literária constitutivos do *corpus* seguiu a periodização que se costuma denominar tradicional.

Embora não haja nas línguas uma linha divisória nítida entre o fim de um período e o início de outro, conforme já pontuou Mattos e Silva (1991, p. 19), e isso seja atestado pelas diferentes propostas cronológicas para o estudo da história do português que se baseiam tanto em fatores internos ou linguísticos como em questões sócio-históricas, extralinguísticas, reconhecem-se três importantes fases da língua portuguesa: a arcaica, a clássica e a contemporânea³⁷.

Muitos filólogos e estudiosos ainda hoje têm se dedicado a esse assunto com afinco. No que concerne aos textos escritos no período medieval, relativos ao português arcaico, Mattos e Silva (2002) explica que, durante muito tempo, o *Auto das Partilhas* (1192) e o *Testamento de Elvira Sanches* (1193), ambos provenientes do mosteiro de Vairão, foram considerados os mais antigos documentos de que se tinha notícia. Todavia, Avelino de Jesus Costa, em 1957, e Lindley Cintra, em 1961, contrariando a tradição que remontava ao século XIX, mostraram que esses dois textos eram cópias tardias dos finais do século XIII e, possivelmente, traduções latinas. Portanto, não eram originais. Diante desses argumentos, passou-se a indicar, como primeiros documentos escritos em língua portuguesa, os textos notariais intitulados *Testamento de Afonso II*, datado de 1214, e a *Notícia de Torto*, elaborado aproximadamente entre 1214 e 1216. Do primeiro, existem

³⁶ Ainda que a pesquisa tenha sido feita em diferentes *corpora* e *sites*, o termo *corpus* é empregado para designar o conjunto de documentos que servem de base à análise dos dados da presente tese.

³⁷ A nomenclatura adotada para cada fase pode divergir de autor para autor (MATTOS E SILVA, 1991).

duas cópias: uma que foi enviada ao arcebispo de Braga e a outra que foi mandada ao arcebispo de Santiago. Já o segundo documento, também descoberto no mosteiro de Vairão, referia-se às malfeitorias de que foi injustamente vítima Lourenço Fernandes da Cunha.

Como após essas produções documentais, só se tinha informação sobre um texto escrito em português, datado de 1255, Martins (1999) dedicou-se a investigar, sistematicamente, a documentação conservada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a fim de buscar outros textos anteriores a essa data e desfazer o longo e suspeito intervalo de quatro décadas que os separavam. Inicialmente, a pesquisadora localizou a *Notícia de Dívidas* e a *Nota de pagamento de dívidas*, de Petro Fafiaz, pertencentes ao Mosteiro de Vairão, ambos de 1234, além do *Finto dos casais de Lijó*, escrito entre 1221-1226, o que comprova não ter ocorrido uma lacuna tão grande entre os dois documentos considerados os mais antigos em português e o primeiro da Chancelaria de D. Afonso III. Depois, descobriu, a partir da referida investigação, um texto original anterior a 1214, intitulado *Notícia de fiadores*, datado de 1175, em que são explicitadas dívidas de Pelagio Romeu, ou seja, Paio Soares Romeu, seu próprio autor. Esse fato permitiu a Martins (1999) não só antecipar para o reinado de D. Afonso Henriques a primeira manifestação do português escrito como deixou entrever, conforme assegura Castro (1991), que esses documentos, certamente, não foram os únicos nem os primeiros a usarem a língua portuguesa escrita, ao invés do latim. Essas descobertas, como não poderiam deixar de ser, repercutiram sobre a periodização da língua portuguesa, fazendo com que o marco inicial do português arcaico que, até pouco tempo, era o século XIII, recuasse para o século XII.

Assim, por ser relativamente extenso, esse período é dividido por alguns estudiosos em duas fases. Encontra-se, de um lado, uma primeira fase que recobre grande parte da época medieval e vai até meados do século XV (1385/1420), conforme defendem Silva Neto, Pilar V. Cuesta e Lindley Cintra, citados por Mattos e Silva (1991, p. 19), e, de outro lado, uma segunda fase que, de acordo com esses mesmos autores, estende-se até metade do século XVI (1536/1550).

Pode-se considerar que, a partir daí, inicia-se o português clássico³⁸, que inclui textos quinhentistas tardios, seiscentistas e setecentistas. Considera-se que esse período tem início com a publicação das primeiras gramáticas normativas da língua portuguesa, a *Grammatica da*

³⁸ Mattos e Silva, no artigo intitulado *Novos indicadores para os limites do português arcaico* (2004), seguindo a denominação de Leite de Vasconcelos, prefere nomear esse período como Moderno.

Lingoagem Portuguesa, de Fernão de Oliveira, em 1536, e a *Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros, em 1540, e tem como fronteira, segundo José B. Machado (2009, p. 83), o século XVIII, com a publicação do *Vocabulário Portuguez e Latino*, em 1712 e 1727, de Rafael Bluteau, e do *Verdadeiro Método de Estudar*, em 1746, de Luís António Verney.

Nessa época, no âmbito social, ocorreram as grandes navegações e o descobrimento do Brasil, em 1500; o estabelecimento do Santo Ofício, em 1536; a transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra, em 1537, e, um pouco mais tarde, as reformas promovidas pelo Marquês de Pombal, na educação, na administração e no comércio, em 1750. (MACHADO, 2009, p. 83-84). Também é no período considerado clássico que ocorre a difusão de obras pela imprensa, além da fixação de uma norma linguística e do português como idioma nacional. Além disso, vários movimentos culturais, artísticos e literários, impulsionados pelo Renascimento, que surgiu entre os séculos XV e XVI, na Europa, estabeleceram-se em Portugal, a exemplo do Humanismo, do Classicismo, do Maneirismo e do Barroco, estendendo-se até o século XVII e rompendo com a visão teocêntrica do período medieval. Todavia, cabe salientar que, embora o século XVI tenha sido bastante focado por historiadores e especialistas em estudos culturais, do ponto de vista linguístico ainda carece de maior atenção³⁹, conforme destacam Mattos e Silva e Machado Filho (2002, p. 13-14):

[...] o lapso de tempo que compreende o período entre os séculos XVI e XIX ainda demanda muito de toda investigação linguística que se tem empreendido, para que se possa compor um quadro histórico talvez menos incompleto com o que se depara hoje a língua portuguesa, mais especificamente seu processo de constituição na história.

Quanto à caracterização desse período, alguns estudiosos apresentam opiniões divergentes. Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006), por exemplo, asseguram que há diferenças significativas entre o português clássico e os períodos que o antecedem e o sucedem. Embora o século XVI seja para a tradição historiográfica da língua portuguesa um divisor de águas, porque separa a língua antiga da moderna, as referidas autoras defendem que é preciso considerar as mudanças antes mesmo de se consolidarem. Portanto, destacam que a origem do português clássico pode ser localizada em data bem anterior ao século XVI e que a mudança para o português europeu moderno pode ser detectada, “de maneira robusta”, em textos escritos por

³⁹ Até mesmo a disponibilização de *corpora* digitais referentes a esse período é escassa.

autores nascidos desde a primeira metade do século XVIII, conforme reafirma Galves (2007) em outro texto, cuja passagem transcreve-se a seguir:

Em linguística histórica, a Língua-Externa é constituída pelo conjunto dos textos a que temos acesso. Nos textos, de fato, o processo de declínio da língua arcaica começa na segunda metade do século 14, e só se completa no século 16. Mas se deslocarmos nosso objeto para a Língua-Interna, ou seja, a gramática, ou as gramáticas que estes textos instanciam, a interpretação da imagem que os textos nos dão da evolução no tempo das frequências de uso de determinadas formas ou construções muda. A noção de competição de gramáticas, proposta por Kroch (1994, 2001), nos permite olhar para a mudança de maneira diferente, e em particular reinterpretar a noção de fase de transição, que aparece frequentemente nas descrições da mudança linguística. Desse ponto de vista, é muito interessante retomar a visão de certos historiadores da língua portuguesa, quando falam de “fase pré-clássica” (Vasquez Cuesta), ou de “formação do português clássico” (Teyssier), ou seja em lugar de falar do fim de um estado de língua, falam do início de outro. [...] Esse raciocínio nos leva obviamente a definir o início dessa nova gramática no momento em que aparece a competição nos textos, e não quando esta se resolve com a vitória da gramática inovadora. (GALVES, 2007, p. 12).

Todavia, em que pesem as afirmações dessa autora a respeito do português médio e as mudanças percebidas nessa língua no período citado (o que já indicaria o despontar de uma nova época), preferiu-se admitir, neste trabalho, que a transição do português clássico para o contemporâneo ocorreu em finais do século XVIII e início do XIX, quando se acredita, segundo as propostas de Pilar V. Cuesta e Lindley Cintra sumarizadas por Mattos e Silva (1991, p. 19), que a escrita oitocentista afastou-se dos padrões característicos da fase clássica e aproximou-se do português europeu atual, estendendo-se até a contemporaneidade.

Na época em que a língua portuguesa começa a dar mostras dessas mudanças, vários fatos históricos influenciaram o panorama cultural português e repercutiram nos movimentos literários que surgiram, a exemplo do Romantismo, do Realismo, do Naturalismo, do Impressionismo, do Parnasianismo, do Modernismo, dentre outros, cujas características reverberaram na língua portuguesa empregada no espaço brasileiro, evidenciando claras diferenças estruturais em relação à gramática portuguesa, as quais culminaram na “emergência de uma gramática brasileira”, conforme prenunciou Tarallo (1996, p. 70).

Como são relativos e divergentes os marcos delimitadores das diferentes fases da língua portuguesa, uma vez que as propostas de periodização apresentam especificidades de teórico para

teórico e variam de acordo com os fenômenos linguísticos avaliados, optou-se por não adotar uma cronologia de um único autor nem criar uma específica, mas estudar a semântica de “tomar”, em textos escritos e falados nas variedades portuguesa e brasileira, considerando o que tradicionalmente corresponde às duas fases do português arcaico, as quais abarcam documentos do século XII a meados do século XVI; ao português clássico, período que compreende textos escritos entre a segunda metade do século XVI até fins do XVIII, e ao português contemporâneo, período que engloba produções textuais a partir do século XIX, mas que, neste trabalho, restringiu-se a esse século e ao XX, conforme se pode visualizar nos quadros 1, 2, 3 e 4 expostos na próxima seção deste capítulo, em que é sumarizada a caracterização do *corpus* analisado.

3.3 CONSTITUIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO *CORPUS*

A seleção de textos para a constituição do *corpus* respaldou-se em alguns critérios pré-estabelecidos, a saber: a) utilização de edições de documentos digitalizados e disponíveis na internet; b) escolha de textos escritos, representativos dos três períodos da língua portuguesa, e c) seleção de documentos de tipologias e gêneros textuais distintos⁴⁰.

Considerando tais aspectos, os textos escolhidos foram retirados dos seguintes *corpora*: *Corpus Informatizado do Português Medieval*; *Corpus Histórico Tycho Brahe* e *Corpus da Linguateca*. Alguns textos do português clássico, porém, tiveram procedências distintas, em virtude de não terem sido encontrados exemplares representativos de determinadas sincronias nos *corpora* citados. Nesses casos, consultou-se o *site* de pesquisa do NUPILL, *Núcleo de Pesquisas em Informática, Literatura e Linguística*, que tem o apoio do CNPq, da UFSC/PRPG/FUNPESQUISA e disponibiliza textos literários de diferentes autores, por meio da página www.nupill.org, de onde foram coletados alguns textos. Por último, também se recorreu ao www.scribd.com⁴¹, para consultar as *Cartas Setecentistas Portuguesas*.

⁴⁰ Em vista da multiplicidade de propostas e da falta de concordância entre as classificações de tipos e gêneros textuais, optou-se por adaptar as classificações existentes aos textos analisados, sem seguir um autor específico.

⁴¹ Deve-se salientar que, no início da pesquisa, o *corpus* do português clássico foi constituído por textos literários e não literários, disponibilizados pelo *Portal do Museu da Língua Portuguesa*, mais precisamente no *Corpus Informatizado de Língua Portuguesa* (CILP) ali localizado. Todavia, em decorrência de esse *corpus* ter sido retirado do citado portal no meio da pesquisa, não foi possível dar continuidade à análise iniciada, de modo que, para proceder ao exame dos textos escritos nos séculos XVI, XVII e XVIII, se recorreu a outras opções, as quais, ainda que não tenham sido submetidas ao rigor filológico, foram as mais acessíveis e confiáveis, a exemplo das edições da Porto Editora, digitalizadas pela equipe da Linguateca; dos textos literários editados pela CG Produções e Record e

- *Corpus* Informatizado do Português Medieval - CIPM

O *Corpus* Informatizado do Português Medieval ou CIPM foi criado desde 1993, sob a direção de Maria Francisca Xavier, e é constituído por linguistas e estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tem por objetivo fornecer dados do português medieval para investigação linguística. Nesse *corpus*, encontram-se digitalizados documentos do século XII, considerados latino-romances, e obras que vão do século XIII ao XVI, representativas da língua portuguesa. Os organizadores do projeto destacam que os textos integrantes do referido *corpus* obedecem a normas de transcrição e são introduzidos por um conjunto de informações que contêm o título, o século e a data em que provavelmente foram escritos, a região (província), o lugar (a sua proveniência), o notário, no caso dos textos notariais ou cartoriais, o documento e o número dos textos, o livro ou parte do livro, o título/o capítulo, a lei e o número de palavras que possui, com vistas a fornecer ao pesquisador referências básicas que lhe permitam confiar nos dados fornecidos e na fidelidade da edição transcrita. Os textos que compõem o CIPM e as informações básicas concernentes a cada documento estão disponíveis no *site*: www.cipm.fsch.unl.pt.

- *Corpus* Histórico do Português Tycho Brahe

O *Corpus* Histórico do Português Tycho Brahe possui também acesso eletrônico e reúne pesquisas desenvolvidas desde 1998, na Unicamp, sob a coordenação da Prof^a. Charlotte Galves, relacionadas ao projeto temático intitulado *Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros & Mudança Linguística*. O referido *corpus* compõe-se, atualmente, de 52 textos em português, escritos por autores nascidos entre 1380 e 1845. Para auxiliar o pesquisador, cada texto possui uma ficha catalográfica, em que são dispostas informações gerais sobre o nome do autor, o nome do editor, o número de palavras, o século em que foi escrito, dentre outros dados, como o tipo de interferência na edição etc. Além disso, existem catálogos ordenados que apresentam listas cronológicas, por gênero, por tipo de fonte, por nível de edição, por anotações, por local de produção e publicação, facilitando o acesso aos textos, o que pode ser feito por meio de

ferramentas automáticas e busca de dados, que estão disponíveis para pesquisa livre, no *site*: <http://www.tycho.iel.unicamp.br>.

- *Corpora* da Linguateca

A Linguateca é um centro de recursos para o processamento computacional da língua portuguesa, o qual é operacionalizado através de um projeto coordenado e executado pela *Fundação para a Computação Científica Nacional*. Financiado por vários órgãos, iniciou-se entre os anos de 1998-2000 e depois se expandiu para um projeto em rede. Seu objetivo é servir à comunidade que se dedica e se interessa pelo processamento computacional da língua. Esse projeto tem como linha-mestra tornar públicas todas as atividades e trabalhos realizados por seus pesquisadores, disponibilizando-os gratuitamente, por meio da internet, em um portal constantemente atualizado, que dá acesso a um conjunto de recursos para o estudo da língua portuguesa e a vários *corpora* com características específicas, como tipo de texto, número de palavras, fontes, instituições criadoras e financiadoras.

O projeto AC/DC (“Acesso a corpos”/ “Disponibilização de corpos”)⁴², por exemplo, iniciado em 1999, que é utilizado na presente tese, reúne uma série de recursos que possibilitam a comparação e a reutilização do material exposto, permitindo o acesso a ferramentas de interrogação que podem ser utilizadas, ao clicar em um dos ícones que representam os *corpora*. Assim, em cada *corpus*, as ocorrências podem ser encontradas por concordâncias, distribuição, frequências simples e complexas. Além disso, é possível identificar as variantes europeia e brasileira do português bem como estabelecer a sua interface. Desse banco de dados, foram utilizados os *corpora* da Porto Editora, do Museu da Pessoa, do Jornal Natura Minho e do Nilc São Carlos. Para uma breve descrição dos *corpora* que compõem a Linguateca, pode-se consultar o *site* <http://www.linguateca.pt>.

- Núcleo de Pesquisas em Informática, Literatura e Linguística – NUPILL

O NUPILL é um centro de pesquisas vinculado ao Curso de Pós-Graduação e ao Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, do Centro de Comunicação e Expressão da

⁴² No *site* da Linguateca, a palavra latina *corpus* está grafada como “corpos”.

Universidade de Santa Catarina. Trata-se de um núcleo que desenvolve várias pesquisas sobre textos literários em meio digital e também sobre Linguística. Possui uma biblioteca digital, cujo banco de dados conta com um grande número de obras e de autores das literaturas brasileira e portuguesa que podem ser acessadas na página <<http://www.nupill.org>>.

- *Scribd*

O *Scribd* é uma plataforma de compartilhamento que permite ao usuário acessar textos dos mais diversos assuntos, gratuitamente, em variados formatos, como doc, pdf, txt, ppt, xls, ps, lit e até MP3, além de arquivos do *word*. Os documentos podem ser livros eletrônicos, trabalhos de pesquisa, páginas da web e/ou apresentações de slides, que são exibidos em *Adobe Flash Paper*, programa computacional que garante maior qualidade e agilidade na consulta.

Para uma melhor visualização dos textos do PE e do PB constitutivos do *corpus*, seguem quatro quadros referentes às fases do português arcaico, do português clássico e do português contemporâneo, com as respectivas informações sobre datação, autoria, *corpus* de onde foram retirados os textos, edição, digitalização, gênero, número de palavras e de ocorrências do verbo “tomar”.

Quadro 1- Caracterização dos textos constitutivos do *corpus* do português arcaico

Século/ Data/ Variante Linguística	Obras	Autoria	Corpus	Edição e Digitalização	Gênero Textual	Nº de textos	Nº de palavras	Nº de Ocorrências de “tomar”
XII – (2ª metade) PE	<i>Documentos Notariais (DN)</i>	Autores diversos	CIPM	MARTINS, Ana Maria	Notarial	2	600	Ø
XIII/ 1214 PE	<i>Testamento de Afonso II (Manuscrito) (TL)</i>	Afonso II	CIPM	COSTA, Pe. Avelino Jesus	Testamento	1 Manuscrito L	1.412	Ø
XIII/ 1214-1216 PE	<i>Notícia de Torto (NT)</i>	Autor Desconhecido	CIPM	CINTRA, Luís Filipe Lindley	Relato	1 texto	775	Ø
XIII/ 1215-1297 PE	<i>Cantigas de Escárnio e de Maldizer (CEM)</i>	Fernão Rodrigues de Calheiros, Afonso X, João Airas de Santiago, João Baveca, Martim Soares, Pero Garcia D’Ambroa, Vasco Peres Pardal	CIPM	LOPES, Graça Videira	Cantigas	343 de 403 cantigas	Aprox. 35.000 de 51.081	13
XIII/ 1243-1274 PE	<i>Documentos Notariais (DN)</i>	Autores diversos	CIPM	MARTINS, Ana Maria	Notarial	73 textos	27.179	Ø
XIII/ 1280 PE	<i>Foro Real de Afonso X (FR)</i>	Autor e Tradutor desconhecidos	CIPM	FERREIRA, José Azevedo	Foral	1 texto	49.721	50
XIII/ 1294 PE	<i>Dos Costumes de Santarém (CS)</i>	Autor desconhecido	CIPM	RODRIGUES, Maria Celeste Matias	Norma	1 texto	5.450	2
XIV/ 1304-1397 PE	<i>Documentos Notariais (DN)</i>	Autores diversos	CIPM	MARTINS, Ana Maria	Diversos	32 primeiros textos de 79 textos	20.600 de 44.799	5
XIV/ 1328-1335 PE	<i>Cantigas de Escárnio e de Maldizer (CEM)</i>	Estêvão da Guarda e Conde D. Pedro	CIPM	LOPES, Graça Videira	Cantigas	2 textos	296	Ø
XIV/ 1340-1360 PE	<i>Dos Costumes de Santarém (CS)</i>	Autor desconhecido	CIPM	RODRIGUES, Maria Celeste Matias	Norma	3 textos	30.829	6
XIV/ 1344 PE	<i>Crônica Geral de Espanha (CGE)</i>	D. Pedro, Conde de Barcelos	CIPM	CINTRA, Luís Filipe Lindley	Crônica	1 texto	Aprox. 34.000 (Do título 1 ao título 81)	57
XIV/ 1350 PE	<i>Afonso X, Primeira Partida (PP)</i>	Autor desconhecido	CIPM	FERREIRA, José Azevedo	Norma/Lei	1 texto	Aprox. 30.000 (do título 2 ao título 4)	38
XIV/ s/d PE	<i>Foros de Gravão (FG)</i>	Autor desconhecido	CIPM	GARVÃO, Maria Helena	Foral	2 textos	675	Ø

Quadro 2 - Caracterização dos textos constitutivos do *corpus* do português arcaico (Continuação)

Século/ Data/ Variante Linguística	Obras	Autoria	Corpus	Edição e Digitalização	Gênero Textual	Nº de textos	Nº de palavras	Nº de Ocorrên- cias de “tomar”
XV/ 1426-1450 ⁴³ PE	<i>Orto do Esposo (OE)</i>	Autor Desconhecido	CIPM	MALER, Bertil	Doutrinação religiosa	1 texto	Aprox. 18.000 de 30.674 (Do livro 1 ao livro 2)	20
XV/ 1402-1494 PE	<i>Documentos Notariais (DN)</i>	Autores diversos	CIPM	MARTINS, Ana Maria	Notarial	24 primeiro s textos de 46 textos	Aprox. 15.000	12
XV/ 1433-1438? PE	<i>Demanda do Santo Graal (DSG)⁴⁴</i>	Autor desconhecido	CIPM	Não informado	Ficção/ Maravilhoso	1 texto	14.341 (Do título 1 ao título 49)	13
XV/ 1437-1438 PE	<i>Livro de Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela (LEBCTS)</i>	D. Duarte I, Rei de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta	CIPM	PIEL, Joseph / DIONÍSIO, João	Manual	1 texto	Aprox. 25.000 de 38.784	8
XV/ 1464-1468? PE	<i>Crônica de D. Pedro Menezes (CDPM)</i>	Gomes Eanes de Zurara	CIPM	BROCARDO, Maria Teresa	Crônica histórica	1 texto	18.285 (Do capítulo I ao capítulo XX)	25
XV/ 1500 PE	<i>Carta de Pero Vaz de Caminha (CC)</i>	Pero Vaz de Caminha	CIPM	GUERREIRO, M. V. e E. B. NUNES	Epistolar	1 texto	8.276	29
XVI/ 1508-1523 PE	<i>Auto da Alma(AA) Auto da Barca do Inferno (ABI), Auto da Índia (AI), Farsa de Inês Pereira (FIP)</i>	Gil Vicente	Linguatca	Equipe da Porto Editora	Auto/Drama	4 textos	AA=4.428 , ABI=5.83 7, AI=3.263, FIP=7.473 Total= 21.001	AA= 3, ABI=8, AI=1, FIP=17 Total=28
XVI/ 1524-1533 PE	<i>Cartas de D. João III (CDJ)</i>	D. João III	Tycho Brahe	CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais	Epistolar	Diversas	Aprox. 37.000 de 57.738	30

Fonte: Sites do CIPM, do Tycho Brahe e da Linguatca

⁴³ Em estudo realizado por Cristina Sobral, intitulado *Para uma nova edição crítica do Orto do Esposo: notas filológicas*, a autora refere-se a uma recente descoberta na Torre do Tombo de um testemunho desse texto, datado da primeira metade do século XV, mais restritamente, de 1426-1450, ao contrário da data incerta que se propôs nos últimos quarenta anos. Por esse motivo, nesta tese, indicou-se o século XV como provável período de sua publicação.

⁴⁴ A *Demanda do Santo Graal* é considerada por Le Goff (1990), como um texto pertencente ao gênero ficcional “maravilhoso”. Embora tenha sido escrita no século XIII, utilizou-se a tradução do século XV.

Quadro 3 - Caracterização dos textos constitutivos do *corpus* do português clássico

Século/ Ano/ Variante Linguística	Obras	Autoria	Corpus	Edição e Digitalização	Gênero Textual	Nº de textos	Nº de palavras	Nº de Ocorrências de “tomar”
Séc. XVI/ 1540 PE	Cartinha e Gramática da Língua Portuguesa / Diálogo em Louvor da nossa Língua/ Diálogo da Viciosa Vergonha (OPJB) ⁴⁵	João de Barros	Tycho Brahe	RIBEIRO, Ilza SANTOS, A.C. Garcia de Souza, J.	Didático-Pedagógico	03	GLP= 23.846 DVV= 146 DPM= 7.488 Total= 31.480	GLP= 42 DVV= ∞ DPM=11 OBJB= 53
Séc. XVI/ 1540-1548 PE	Documentos Notariais (DN)	Autores diversos	CIPM	MARTINS, Ana Maria	Notarial	03	Aprox. 5.500	5
Séc. XVII/ 1601 PB	Prosopopéia (PR)	Bento Teixeira	NUPILL	Equipe de editores da CG Produções	Épico	01	4.992	∞
Séc. XVII/ 1642 /PE	Teatro da Maior Façanha e Glória Portuguesa (TMFGP)	Diogo Ferreira Figueiroa	Linguatca	Equipe de editores da Porto Editora	Poesia	01	19.959	4
Séc. XVII 1654/ 1665/ PE	Sermão da Sexagésima e (SS) Sermão de Santo António aos Peixes (SSAP)	Antonio Vieira	Linguatca	Equipe de editores da Porto Editora	Sermão	02	SS= 11.259 SSAP= 11.935 Total = 23.194	SS=19 SSAP= 18 Total = 37
Século XVII/ 1695 PB	Crônica do Viver Baiano Seiscentista (CVBS)	Gregório de Matos	NUPILL	Equipe de editores da Editora Record	Poesia	01	Aprox. 52.910	34
Séc. XVIII/ 1752 PE	Reflexões sobre a vaidade dos homens (RVH)	Matias Aires	Tycho Brahe	P. Abdo, T. Menegatti, C. Namiuti	Ensaio	01	Aprox. 34.479	32
XVIII/ 1789 PB	Cartas Baianas Setecentistas (CBS)	Autores diversos	Scribd	Tânia Lobo	Epistolar	120 de 127 cartas	Aprox. 30.000	22
XVIII/ s/d PB	Entremezes de Cordel (EC)	Jose Daniel Rodrigues da Costa	Tycho Brahe	Luís Miguel Cintra, Jorge Silva Melo	Drama	06	Aprox. 20.000	9
XVIII/ s/d PE	Cartas de Alexandre Gusmão (CAG)	Alexandre de Gusmão	Tycho Brahe	T. Menegatti, L. Chociay, V. Vinha	Epistolar	01	32.353	25

Fonte: Sites do CIPM, do Tycho Brahe, da Linguatca, do NUPILL e do Scribd

⁴⁵ Por constituírem esses três textos a *Obra Pedagógica de João de Barros*, optou-se por utilizar a sigla OPJB para fazer referência às citações desses textos.

Quadro 4 - Caracterização dos textos constitutivos do *corpus* do português contemporâneo

Século/ Ano/ Variante Linguística	Obras	Autoria	Corpus	Edição e Digitalização	Gênero Textual	Nº de textos	Nº de palavras	Nº de Ocorrências
Século XIX/ 1809 PE	Amor de Perdição (AP)	Camilo Castelo Branco	Linguateca	Equipe de editores da Porto Editora	Romance	1	Aprox. 30.000 de 57.642	25
Século XIX 1871	Cartas a Emília de Ramalho Ortigão (CO)	Ramalho Ortigão	Tycho Brahe	Beatriz Berrini (Ed.), T. Menegatti, V. Vinha (Dig.)	Epistolar	Diversos	32.441	20
Século XIX/ 1809- 1899 PB	Cartas Brasileiras (CB)	Autores diversos	Tycho Brahe	Ana Luiza A. Lopes, Cynthia Yano	Epistolar	Diversos	Aprox. 30.000 de 63.083	41
Século XIX/ 1865 PB	Iracema (IR)	José de Alencar	Tycho Brahe	A.C. Garcia de Souza, A. Lázaro, J. Favari	Romance	1	Aprox. 30.000 de 35.282	16
Século XX/ PE	Entrevistas realizadas pelo Museu da Pessoa (E-PT)	Autores diversos	Linguateca	Equipe do Museu da Pessoa ⁴⁶	Entrevista	Diversos	Aprox. 30.000 de 375.158	34
Século XX/ PE	Jornal Regional Diário do Minho (DM)	Autores diversos	Linguateca	Equipe de editores da Linguateca	Jornal	Diversos	Aprox. 30.000 de 1.749.083	68
Século XX/ PB	Entrevistas realizadas pelo Museu da Pessoa (E-BR)	Autores diversos	Linguateca	Equipe do Museu da Pessoa	Entrevista	Diversos	Aprox. 30.000 de 375.158	21
Século XX/ PB	Textos do corpo NILC- São Carlos (NILC)	Autores diversos	Linguateca	Equipe de editores da Linguateca	Jornal, cartas comerciais e textos didáticos	Diversos	Aprox. 30.000 de 32.342.456	78

Fonte: *Sites* do Tycho Brahe e da Linguateca

⁴⁶ Deve-se pontuar que as entrevistas realizadas com portugueses foram transcritas pelo Núcleo Português do Museu da Pessoa e, com brasileiros, pelo Museu da Pessoa Brasileiro.

3.4 INDICAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS E DAS FONTES

As 860 ocorrências do verbo “tomar” identificadas nos *corpora* consultados foram transcritas para o trabalho ora apresentado em seus respectivos contextos de uso, respeitando-se a pontuação, a estrutura sintática e a ortografia dos editores das obras selecionadas. Como são muitos os exemplos, só alguns foram indicados no corpo da tese, constando os demais em anexo. Aqueles considerados de difícil interpretação, ou porque o contexto não favorece a sua compreensão, ou porque falta à pesquisadora subsídios históricos ou de outra ordem para compreendê-los, constituem o grupo de “casos vagos ou opacos” e estão contabilizados como tais.

Em todos os contextos de uso transcritos, o verbo “tomar” está em negrito. Deve-se salientar que foram verificadas também as possibilidades de variação desse verbo no português arcaico e no português clássico, como “tumar”, “thomar”, “thumar”, conjugadas em todos os tempos e modos verbais, mas não foram encontrados registros dessas variantes. Em determinadas passagens dos textos, ainda que as situações narradas sejam hipotéticas e o ato de “tomar” possa não ser consumado, buscou-se averiguar, com base no contexto pragmático-discursivo e sócio-histórico, como provavelmente ocorreu a conceptualização do seu uso.

Cabe destacar, porém, que não foram examinadas possíveis derivações de “tomar”, como “retomar”, “a tomada”, “tomadia”, nem foram analisados os casos de gramaticalização por recategorização, como “tomara”. Conquanto alguns desses usos estejam registrados nos diferentes períodos da língua portuguesa, não são citados, uma vez que a sua análise demanda estudos e pressupostos teóricos relativos a outras áreas da Linguística que ultrapassam os objetivos desta tese. Dos casos em que “tomar” comporta-se como verbo-suporte ou integra unidades fraseológicas, são listados apenas alguns exemplos, acompanhados de breves colocações, pelos mesmos motivos acima expostos.

Embora, em um primeiro momento, tenha sido cogitada a possibilidade de trabalhar com mais textos de língua falada e se tenha consultado o *corpus* do Nurc – Rio de Janeiro, disponibilizado pelo Projeto FrameNet Brasil, devido à exiguidade do tempo para a análise e contabilização dos dados de língua falada do PE e do PB, optou-se por trabalhar predominantemente com textos de língua escrita, o que não inviabilizou a consulta às *Eloquções Formais* (EF) e aos *Diálogos entre Informantes e Documentadores* (DID) disponíveis no portal

do referido projeto, nem impediu que fossem analisadas as entrevistas realizadas pelo *Museu da Pessoa* (brasileiro e português) que integram o *corpus* do português contemporâneo. Pesquisas posteriores sobre o tema, sem dúvida, contemplarão mais essa modalidade da língua.

No tocante ao tamanho e à quantidade dos textos consultados, foi contabilizado, inicialmente, o número de palavras que continha cada documento, conforme se encontra nas fichas catalográficas ou quadros informativos que acompanham as digitalizações. Depois, estabeleceu-se que esse número seria delimitado por texto e por século, a fim de não concentrar a análise em um só documento ou em um só período, na tentativa de manter uma coerência em todas as sincronias estudadas. Todavia, como essa tarefa mostrou-se impraticável, por haver textos muito curtos e outros bastante extensos⁴⁷, definiu-se que cada século seria representado por, no mínimo, dois textos que somariam uma média de 100.000 a 120.000 palavras, independentemente da quantidade de ocorrências. Desse modo, quando o número de palavras de um texto ou de um século não alcançou o mínimo estabelecido, buscaram-se, na mesma sincronia, outros textos disponíveis, a fim de que a média definida fosse atingida. Por outro lado, quando os números excederam esse limite, fez-se o recorte do texto, considerando o número de palavras previamente definido. No caso dos *corpora* da *Linguatca* que não apresentam as obras na sua totalidade, mas apenas os contextos em que constam as ocorrências (as quais, muitas vezes, ultrapassam o limite estabelecido), foram feitas apenas estimativas, considerando a proporção de palavras presentes nos contextos.

No que diz respeito à indicação das obras consultadas para análise, foram postas entre parênteses as letras iniciais de cada documento citado (ver Lista de Siglas), seguidas do número do livro e/ou do capítulo e do fôlio em que se encontram os exemplos, separados por vírgulas, quando possuíam. O fôlio 72 do primeiro livro do *Foro Real*, por exemplo, foi representado por: (FR, 1, 72r). Porém, alguns textos do *Corpus* Tycho Brahe, da *Linguatca*, do NUPILL e do Scribd não seguiram esse padrão, por não conterem indicações de páginas, capítulos etc., sendo, portanto, indicados apenas por sua sigla, como CDPM, ou de acordo com a classificação dos respectivos *corpora* ou *sites* (NILC/ par=Turismo-94b-soc-2). Já as citações de autores estrangeiros foram traduzidas para o português ao longo do texto, sendo que os trechos na língua original foram transcritos em notas de pé de página.

⁴⁷ Essa divergência pode ser verificada nos quadros 1 e 2 referentes aos dados do português arcaico e justifica a seleção de uma maior quantidade de textos para compor o *corpus* desse período.

Por fim, quanto à análise, procedeu-se primeiro ao exame dos usos físico-espaciais e, depois, partiu-se para a análise das extensões metonímicas e/ou metafóricas, seguindo a periodização da língua portuguesa. Por último, citaram-se os casos em que o verbo “tomar” ocorre como verbo-suporte ou integra unidades fraseológicas.

3.5 QUANTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS

Sobre a quantificação dos resultados, vale destacar, como já se salientou anteriormente, que não se recorreu a nenhum programa estatístico-computacional para fazer a coleta ou análise dos dados obtidos, embora existam diversos recursos e possíveis ferramentas que se prestam a elencar dados numéricos de ocorrências detectadas em *corpora* e a enquadrá-los em padrões ou contextos de uso simulados, para a apreensão de prováveis sentidos. Mesmo reconhecendo as vantagens desse tipo de abordagem, preferiu-se não segui-la, por não ser tão vasto o número de ocorrências detectadas e por acreditar-se, em consonância com Silva (2006a, p. 330-333), que alguns métodos de compreensão computacional de textos podem gerar problemas de identificação de sentidos das palavras.

Assim, os procedimentos adotados para coleta e análise de dados foram mais manuais do que informatizados. Primeiro, foram selecionados os contextos com as respectivas ocorrências, através de ferramentas específicas dos *corpora* examinados ou por meio do recurso “localizar” do *windows*. Depois, esses contextos foram transferidos para um banco de dados, em que se procedeu à análise dos usos de “tomar”, pautando-se no enfoque variacional, com ênfase para as variantes diacrônica e diatópica, e na abordagem multidimensional, uma vez que foram consideradas as dimensões semântica, sintática, discursiva, pragmática e (socio)cognitiva. Por último, distribuíram-se os dados coletados em tabelas de frequências. Em alguns casos, recorreu-se à frequência relativa, isto é, indicaram-se os dados numéricos e percentuais; em outros, apontou-se a frequência absoluta, registrando-se apenas o total de vezes que o verbo “tomar” e outros da mesma categoria ocorreram nos séculos e períodos da língua portuguesa estudados.

Para avaliar as propriedades linguísticas, segundo parâmetros previamente estabelecidos, e efetuar a contagem das ocorrências em termos numéricos e estatísticos, foram aplicados filtros de buscas. Entretanto, deve-se salientar que cada contexto de uso foi analisado individualmente,

levando-se em conta os critérios pré-estabelecidos e a abordagem experiencial da linguagem bem como os aspectos socioculturais implicados na organização semântica de “tomar”.

Por se tratar de um estudo que visa também a descrever aspectos variacionais de sentido do verbo estudado em textos de diferentes sincronias do português europeu e do português brasileiro, buscou-se fazer também uma descrição, ainda que bastante sucinta, acerca das distinções e semelhanças de usos do verbo “tomar” nessas duas variedades linguísticas. Afinal, como assevera Silva (2009, p. 195), o modelo baseado no uso, defendido pela Linguística Cognitiva, não pode evitar a variação linguística como objeto de investigação.

4 FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA A ANÁLISE SEMASIOLOGICA DO VERBO “TOMAR” E ALGUMAS QUESTÕES DE TERMINOLOGIA

4.1 “TOMAR”: UMA CATEGORIA POLISSÊMICA DESDE AS SUAS ORIGENS?

Ao perscrutar obras lexicográficas atinentes à língua portuguesa, de épocas e de tipologias diversas, como dicionários e vocabulários históricos, dicionários etimológicos, dicionários de usos contemporâneos e dicionários de regimes, foi possível encontrar uma grande diversidade de acepções atribuídas ao verbo “tomar”, em muitos casos consensuais, o que não ocorre de modo igual no que diz respeito à sua origem.

Nos mais antigos dicionários monolíngues do português, como os de Moraes Silva (1813; 1817; 1878) e de Aulete (1823-1878), ou bilíngues (latim e português), como o de Bluteau (1712-1728), são listados múltiplos sentidos para “tomar”, com poucas distinções no conteúdo apresentado de um dicionarista para outro⁴⁸. O mesmo se verifica em obras mais recentes, como o dicionário de regimes do português contemporâneo, de Luft (1987), e o dicionário de usos, de Borba (1991), em que as informações referentes aos variados sentidos desse verbo e da sua regência quase não diferem entre si.

Todavia, algumas distinções em relação às obras já citadas encontram-se nos dicionários de Michaelis (2002), de Aurélio Ferreira (1999)⁴⁹ e de Houaiss (2004), pois, além de serem inventariados os diferentes usos de “tomar”, há indicações, ainda que concisas, sobre a sua etimologia. Enquanto o primeiro lexicógrafo faz menção a uma possível origem saxônica para o verbo analisado, *tomian*, os dois últimos a indicam como “incerta” e “obscura”.

Quanto aos dicionários etimológicos de língua portuguesa propriamente ditos, observa-se que a questão acerca da origem de “tomar” não está bem resolvida. Para alguns estudiosos da língua portuguesa, como Antenor Nascentes (1966), Antonio Geraldo da Cunha (1986) e José

⁴⁸ O *Vocabulario portuguez laino, aulico, anatomico, architctonico, dirigido ao Rei de Portugal*, de autoria de Padre Raphael Bluteau, datado de 1712 a 1728, assim como o *Dicionario da lingua portugueza*, de Antonio Moraes Silva, datado de 1813, estão disponíveis na web e foram consultados na página www.ieb.usp.br. Além desses, o Dicionário tradicional de Caldas Aulete também está disponível em uma versão digital e foi consultado no site www.auletedigital.com.br.

⁴⁹ Embora o autor do *Novo Aurélio do século XXI: o dicionário da língua portuguesa* seja conhecido popularmente como Aurélio e até academicamente seja referenciado assim, preferiu-se seguir a norma da ABNT que instrui sobre a elaboração de referências e empregar o último sobrenome do lexicógrafo, *Ferreira*, em todas as citações de sua autoria. Porém, como o seu sobrenome coincide com o de outros dois autores, também citados nesta tese, acrescentou-se o seu prenome por extenso, conforme instrui a NBR 10520-2002 da ABNT, registrando-se Aurélio Ferreira.

Pedro Machado (1967), o étimo de “tomar” é, da mesma forma, apontado como “desconhecido”, “duvidoso” e “obscuro”. Não muito diferentes são os posicionamentos de alguns lexicógrafos espanhóis⁵⁰ que, assim como os citados anteriormente, se debruçaram sobre a investigação semântica desse item lexical e indicaram hipóteses para a sua origem. Enquanto para os autores da *Real Academia Española* e para Roberts e Pastor (1997), a origem de “tomar” é considerada “duvidosa”; para María Moliner (2001) e Corominas e Pascual (1997), há uma outra possibilidade bastante plausível, o que ilustra as controvérsias a respeito desse tema.

Não obstante a diversidade de pontos de vista apresentados acerca da questão referida, Corominas e Pascual (1997, p. 539-542) destacam que há duas teses para a explicação da etimologia do item lexical em foco: uma, defendida por Meyer Lübke (1911), que considera “tomar” como parte da família onomatopeica do francês, *tomber*, que significa “cair”, e uma outra, advogada por alguns estudiosos citados a seguir, que consideram “tomar” como uma sobrevivência do verbo latino *autumare*, correspondente a “afirmar”, no sentido de “proclamar o direito de um a um objeto”⁵¹.

Dentre as razões contrárias à primeira tese, os autores apontam: 1º) o fato de os congêneres de *tomber* terem, predominantemente, o grupo característico *mb*, com exceção de alguns casos em que esse grupo se reduz foneticamente a *m*, enquanto que “tomar” aparece constantemente sem *b*, em particular no português e no leonês, línguas que nunca reduzem *mb* a *m*⁵²; 2º) o fato de *tomber* e verbos análogos serem, especialmente no passado, vocábulos afetivos, de significado expressivo e pitoresco: em francês, até o século XVI, *tomber* significava “dar volteretas”, algumas vezes, “cair tombado”; 3º) o fato de “tomar” ser uma palavra mais antiga que todas essas vozes e ocupar lugar mais essencial no idioma; 4º) o fato de não haver afinidade semântica entre essas palavras e “tomar” e, por fim, 5º) o fato de “tomar” ser uma palavra recorrente em textos arcaicos, legais e contratuais.

Diante de tantos motivos para não se acreditar na origem onomatopeica de “tomar”, Corominas e Pascual (1997) defendem ser *autumare*, em latim, com o sentido de ‘afirmar’,

⁵⁰ Como os dicionários etimológicos de língua portuguesa consultados ponderam que a origem de “tomar” é obscura, partiu-se para investigar o seu comportamento semântico, bem como a sua etimologia na língua espanhola. Para isso, foram consultadas, além das obras em português já referidas, as versões impressas dos dicionários de Roberts e Pastor (1997) e de Corominas e Pascual (1997), e as versões virtuais dos dicionários de María Moliner e da *Real Academia Española*, disponíveis em www.diclib.com e www.rae.es/rae.html, respectivamente.

⁵¹ “Proclamar el derecho de uno a uno objeto”. (COROMINAS; PASCUAL, 1997, p. 539).

⁵² Vale destacar que esse argumento não é verossímil, posto que no português do Brasil essa redução é possível e comum na língua falada. “Tamém” é um exemplo disso.

‘pretender’, ‘proclamar’, o suposto étimo do referido verbo, opinião também assumida por María Moliner (2001), por considerar a hipótese de ter esse item lexical, na língua latina, o sentido de ‘confirmar um direito’.

Essa linha de raciocínio, contudo, já havia sido perseguida anteriormente por outros estudiosos e etimologistas. Pastor Milán (1990), por exemplo, com base em Glover (1971), que, por sua vez, se apoiou em um dos grandes estudiosos da literatura, Pío Rajna (1919), também defendeu a evolução de *autumare* para o espanhol (*autumare*>*atomar*>*otomar*>*tomar*), cujo uso mais geral equivalia a ‘aceitar’, ‘afirmar’, ‘asseverar’ e o menos corrente, a ‘pensar’, ‘julgar’ e ‘crer’. Tal hipótese foi confirmada ainda pelo etimologista Jakob Jud (1925), para quem esse verbo, possivelmente, era uma variante de *aestimāre*, ‘estimar’. (MALKIEL, 1993, p. 78).

Embora esses valores semânticos só tenham sido mencionados no dicionário de latim-português, de António Ferreira (1995), entre os demais consultados⁵³, a larga história desse verbo pode ser atestada em vários textos da literatura latina, tanto na fala coloquial de Plauto e Terêncio como em obras da Idade do Ouro, de Horácio, conforme se pode verificar na citação seguinte:

[...] Assim, foi utilizado por Plauto ‘quattuor ... sopori se dedisse hie autumat’; por Terencio: ‘esse factum nos negat... et seind facturum autumat poeta’; por Horacio: ‘quem... stultitia ... agit, insanum Chysippi ... grex autumat’; e também por autores como G. de Tours: ‘repperat homines... nihuil de his, auqe accesserant, autumantes’. Também foi muito utilizado como termo da linguagem jurídica; assim *autumare* seria sinônimo de *asserere*, que por sua vez o é de *prendere* [...] (PASTOR MILÁN, 1990, p. 233, grifos do autor).⁵⁴

Esses usos são atestados em outras passagens de textos desses mesmos autores e podem ser consultados em *corpora* digitais, disponibilizados em *sites* de pesquisa, como <<http://www.thelatinlibrary.com/>> e <<http://agoraclass.fltr.ucl.ac.be/concordances/intro.htm>>.

Diante de tais evidências, acredita-se que o verbo *autumare* tenha existido no latim falado e subsistido inicialmente no romance hispânico, tendo depois chegado, por meio de empréstimo

⁵³ Os demais dicionários de latim pesquisados foram o *Oxford do Latim* (2006); o dicionário latim-francês, de Gaffiott (1934) e o dicionário básico latino-português, de Raulino Bussarello (1998).

⁵⁴ Segundo o linguista B. Ray Glover (1951), a história de *autumare*, em latim, é extensa. “Así, fue utilizada por Plauto: ‘quattuor ... sopori se dedisse hie autumat’; por Terencio: ‘esse factum nos negat... et seind facturum autumat poeta’; por Horacio: ‘quem... stultitia ... agit, insanum Chysippi ... grex autumat’; y también por autores como G. de Tours: ‘repperat homines... nihuil de his, auqe accesserant, autumantes’. También fue muy utilizada como término del lenguaje jurídico; así *autumare* sería sinónimo de *asserere*, que a su vez lo es de *prendere* [...]” (PASTOR MILÁN, 1990, p. 234, grifos do autor).

da língua espanhola, ao léxico português, com sentidos semelhantes. As ocorrências identificadas no estudo ora apresentado confirmam tal possibilidade, uma vez que se pode encontrar o verbo “tomar”, usado frequentemente com os valores semânticos de “pegar”, “apoderar-se”, “roubar”, em textos jurídicos escritos entre os séculos XIII e XIV, tal como provavelmente ocorreu em latim⁵⁵ consoante já haviam assinalado Corominas e Pascual (1997, p. 540), não sendo menos frequente encontrar esse verbo em textos literários, empregado com matiz abstrato, a exemplo de “tomar recado”, “tomar por mulher”, “tomar conselho”, “tomar medo”, “tomar juramento” e também com um valor modal, a exemplo de “tomar a dizer, a fazer etc.”, aparecendo ainda com o sentido material e físico de “estender a mão a uma pessoa ou objeto qualquer”, usos que se verificam no *corpus* consultado para o presente estudo e que também são encontrados no espanhol, como atestam esses mesmos autores:

[...] *tomar*, com *sacar* e *quitar*, formam em castelhano uma trindade de verbos essenciais do idioma, que têm passado do vocabulário solene da vida pública e jurídica à esfera mais material e cotidiana, fato que, ademais, é comum em todos os idiomas, quando se trata de noções como a de apreensão: [...] Mas, com esse caráter antigo de palavra da linguagem legal é pedra angular do problema, passo a demonstrá-lo como é. O mais corrente, em efeito, é que *tomar* se aplique à ideia de ‘apoderar-se de algo’, logo que suscita questões de direito. (COROMINAS; PASCUAL, 1997, p. 540, grifos dos autores)⁵⁶.

Recentemente, em trabalho divulgado pelo pesquisador português Manuel Carvalho (2007), foram apontadas outras possíveis origens etimológicas para o referido vocábulo, conforme se transcreve a seguir:

O verbo “tomar”, nos seus diferentes significados, deverá responder ao cruzamento de origens célticas e germânicas. Nas línguas célticas destacamos as vozes gaélicas *tomhas* – “lida, labuta, faina, trabalho difícil, trabalho duro”, mas também “significado, significação, sentido, acepção, ideia, intenção, propósito” – e *tomh*, “oferta, oferecimento, acção de oferecer, aquilo que se oferece”, como igualmente “tentativa, esforço,

⁵⁵ Segundo Corominas e Pascual (1997) e Pastor Milán (1990), o verbo *autumare* era também usado como sinônimo de *asserere*, ou seja, de ‘agarrar’, ‘reivindicar’, ‘reclamar’, em textos latinos jurídicos.

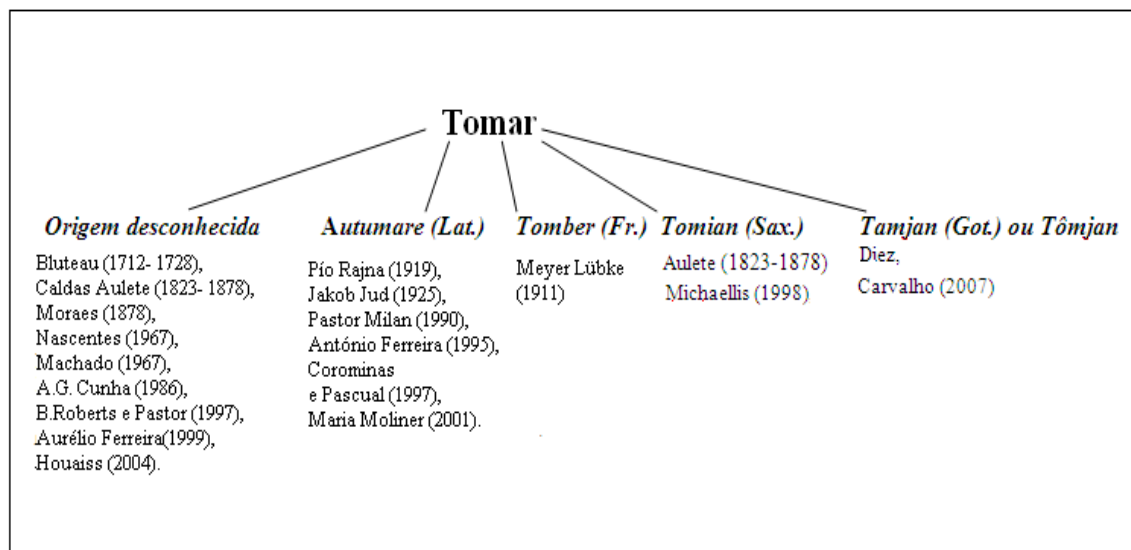
⁵⁶ “[...] *tomar*, con *sacar* y *quitar*, forma em castellano uma trinidad de verbos esenciales del idioma, que han pasado del vocabulário solemne de la vida pública y jurídica a la esfera más material y cotidiana, hecho que además es común em todos los idiomas cuando se trata de nociones como la de aprehensión:[...]. Pero como este carácter antiguo de palabra del lenguaje legal es piedra angular del problema, paso a demostralo como ejs. Lo más corriente, em efecto, es que *tomar* se aplique a la idea de ‘apoderase de algo’ em cuanto suscita cuestiones de derecho”. (COROMINAS; PASCUAL, 1997, p. 540, grifos dos autores).

ataque”, ou ainda “ameaçar, proferir ameaças, pôr em perigo, avisar, prenunciar, pressagiar, estar iminente”. Quanto às línguas germânicas, assinalamos o extinto gótico *tamjan* “amansar, domar, domesticar, subjugar, abater, submeter” e, no faroense e islandês, as duas línguas mais próximas dos primitivos falares germânicos, a fala *temja* “amansar, domar, domesticar, controlar”. (CARVALHO, 2007, grifos do autor).

Essa hipótese, entretanto, não parece ter encontrado grande aceitabilidade. Recorrendo, mais uma vez, ao que dizem Corominas e Pascual (1997, p. 541), ideia semelhante já havia sido aventada, no século XIX, por Diez, considerado o “pai da Filologia Românica”, ao referir-se a uma provável origem gótica para o verbo “tomar”, *tômjan*, que significava ‘libertar’, ‘soltar’, no baixo alemão antigo, devido à raiz comum nos idiomas germânicos, porém foi considerada inverossímil pelos referidos autores espanhóis, uma vez que essa lexia não serviria como étimo para o verbo citado, porque haveria de se supor a existência de um outro vocábulo gótico, *tôman*, não atestada em nenhuma parte.

Diante do cenário esboçado, para esquematizar as diferentes teses ou hipóteses sobre a origem de “tomar”, elaborou-se o seguinte diagrama:

Figura 6 - Hipóteses para a etimologia do verbo “tomar”⁵⁷



⁵⁷ Esse diagrama baseou-se nos dados fornecidos pela bibliografia consultada.

Ainda que existam opiniões discordantes acerca da etimologia de “tomar”, prefere-se admitir, concordando com os lexicógrafos citados, que a sua origem é provavelmente latina. A tarefa que se tem agora é averiguar: a) se uma possível base conceptual latina de *autumare* manteve-se no verbo português “tomar”; b) quais as causas e os mecanismos que permitiram e ainda permitem agrupar os múltiplos valores semânticos de “tomar” em uma mesma categoria, atestando a sua polissemia, e c) que usos desse verbo indicam tendências de prototipicidade nos períodos arcaico, clássico e contemporâneo da língua portuguesa.

4.2 “TOMAR”: UM ATO EXPERIENCIALMENTE BÁSICO, MAS SEMANTICAMENTE COMPLEXO

4.2.1 Categorização semasiológica e onomasiológica de “tomar”

Ao pesquisar os sentidos de “tomar” apresentados pelos dicionários de português examinados bem como as ocorrências desse verbo no *corpus*, foi possível notar que a conceptualização de deslocamento físico, com vistas a efetuar a manipulação direta de algo concreto, para exercer sobre ele algum tipo de controle, manifesta-se claramente nas primeiras acepções dos verbetes consultados e nos textos dos diferentes períodos da língua portuguesa investigados. Ao que parece é esse o modelo cognitivo idealizado mais básico e geral que se tem de “tomar”, a partir do qual distintos usos têm sido elaborados e compreendidos no decorrer dos séculos.

Em um estudo realizado sobre a aquisição da linguagem, segundo a perspectiva da Linguística Cognitiva, Tomasello (1992) constata que os verbos *to take* e *to bring*, em inglês, correspondentes a “tomar” e “trazer”, em português⁵⁸, respectivamente, estão entre os primeiros verbos aprendidos e pronunciados pelas crianças, dentre outros que denotam movimento e que indicam deslocamento de objetos. Tal comportamento justifica-se por constituírem essas lexias categorias de nível básico, isto é, por designarem atos básicos da experiência humana.

Rosch *et al.* (1976) explicam que as categorias desse nível são representadas por palavras curtas, de uso mais frequente e, de modo geral, são as primeiras a serem entendidas e empregadas

⁵⁸ Outros verbos, como *to move*, *to stay*, *to go* e *to come*, que correspondem a “mudar”, “ficar”, “ir” e “vir” e indicam deslocamento do próprio sujeito, assim como *to put*, *to get* e *to take*, acompanhados de mais uma partícula que normalmente é uma preposição (*out*, *off* etc.), correspondem a usos detentores de inumeráveis sentidos no inglês e são outros verbos aprendidos logo cedo pelas crianças, conforme explica Tomasello (1992).

na infância, quando as crianças começam a interagir com os objetos à sua volta e a descobrir similaridades e diferenças através do contato e da interação corporal. Trata-se, pois, do nível mais central da categorização, no qual grande parte do conhecimento humano se organiza. Os seus elementos, por sua vez, são os que se identificam de maneira mais rápida, pois estão associados a uma imagem mental simples e global. São categorias representadas por pessoas, animais, seres vivos, objetos materiais, verbos de ação, que apresentam elevado grau de informatividade, mesmo exigindo um esforço cognitivo mínimo. Daí afirmar-se que as categorias desse nível estruturam-se como prototípicas e são mais propensas ao fenômeno da polissemia, conforme ressaltam Cuenca e Hilferty (1999, p. 42-44)⁵⁹, e à conceptualização de metáforas primárias, segundo a definição de Grady (2007, p. 193), uma vez que emergem diretamente da experiência, ao contrário das metáforas consideradas complexas.

Cumprido, porém, destacar que, antes mesmo da noção de nível básico ser introduzida na Psicologia Cognitiva por Rosch *et al.* (1976), já existiam evidências de que há diferentes graus de *entrenchment*, isto é, de ‘incrustamento’ entre as categorias. Ao referir-se ao assunto, Schmid (2007, p. 123) explica que um dos primeiros estudos sobre cores, de Berlin e Kay (1969), por exemplo, comprovou isso, ao serem detectadas, em vinte línguas avaliadas, cores básicas, focais, a partir das quais outras se formavam. A esses estudos sucederam outros que levavam sempre à mesma conclusão: a existência de três diferentes estágios de categorização para o processamento cognitivo, os quais ficaram conhecidos como “superordenado”, “subordinado” e “básico”. Tais discussões culminaram, segundo Schmid (2007, p. 124), na constatação de que esse último nível é, por assim dizer:

- a) perceptualmente básico, uma vez que propicia uma percepção gestáltica;
- b) mnemonicamente básico, porque organiza o conhecimento sobre coisas, contrabalançando especificidade de informação e esforço cognitivo;
- c) funcionalmente básico, pois captura diferentes tipos de interação com objetos;
- d) linguisticamente básico, já que os termos de nível básico tendem a ser: morfológicamente simples; facilmente aprendidos pelas crianças; usados como marcadores discursivos; e tendem a fornecer a matéria-prima para extensões semântico-lexicais, a exemplo de metáforas, metonímias e formação de palavras.

⁵⁹ Lakoff (1987, p. 269), por seu turno, alguns anos depois, reiterou essas características, ao explicar que o nível básico corresponde ao nível da interação humana com o ambiente externo, natural, físico e se caracteriza pela *gestalt* da percepção e por movimentos motores.

Em face dessas colocações, admite-se a hipótese, a ser confirmada por intermédio da análise segundo as perspectivas cognitiva e diacrônica apresentada no próximo capítulo desta tese, de que “tomar” possui valores semânticos básicos que remetem a experiências humanas básicas, como deslocamento físico-motor, interesse, contato, força e posse, dos quais outros sentidos derivam direta ou indiretamente, seja por conceitos específicos, denominados “elaborações ou instanciações⁶⁰” de um esquema mais abrangente e abstrato (TUGGY, 2007, p. 83), seja por projeções metonímicas e metafóricas, o que significa dizer que se está diante de uma categoria experiencialmente básica, mas conceptualmente complexa. Assim, tal como postula Newman (1996, p. 254) a respeito do verbo *to give*, correspondente a “dar” em português, o verbo “tomar”, ao mesmo tempo em que reflete atos de significados funcionais na sociedade humana, demonstra grande complexidade semântica na sua estrutura interna, em decorrência da sua diversidade de usos.

Verificando a proposta de classificação de Cano Aguilar (1981) para alguns verbos da língua espanhola, por exemplo, nota-se que não há fronteiras rígidas nem propriedades estanques ou engessadas, quando o assunto é categorização verbal. Ainda que esse autor liste várias categorias verbais, classifique “tomar” apenas como um verbo de *posse* e não o insira nas outras categorias elencadas, tais como a dos verbos de *ação resultativa*, de *objeto afetado*, de *movimento*, de *atitude*, de *percepção*, de *vontade*, de *emoção*, de *sentimento* e de *comunicação verbal*, identificam-se várias semelhanças entre “tomar” e os outros verbos que as integram, supondo com isso que seus membros compartilham propriedades comuns.

O mesmo constata Taylor (1996, p. 341), ao fazer referência a predicadores verbais, que exprimem posse ou designam diferentes modos de transferi-la, como *to give* (‘dar’) e *to take* (‘tomar’), *to buy* (‘comprar’) e *to sell* (‘vender’), *to need* (‘precisar’) e *to want* (‘querer’), *to left* (‘perder’) e *to meet* (‘encontrar’), dentre outros. O referido autor considera que todos esses verbos se enquadram em grupos híbridos, o que evidencia, mais uma vez, a não existência de categorias totalmente fechadas.

Ao observar, também, as investigações realizadas no âmbito do projeto *Pirápides* por Fernández e Martí (1997), Vázquez *et al.* (1998), Morante e Vázquez (1998), concernentes a verbos do catalão e do espanhol, que expressam transferência de uma ou mais entidades ao largo

⁶⁰ As elaborações apresentam a mesma informação dos esquemas, mas de forma detalhada. (TUGGY, 2007, p. 83-84).

de um trajetória, com base no estudo feito por Levin (1993) sobre verbos do inglês, acredita-se que “tomar”, mesmo não sendo citado, poderia integrar o grupo dos verbos de *trajetória*, isto é, daqueles que indicam uma transferência de uma entidade física ou abstrata, trasladada por meio de um iniciador, de um ponto de origem a um ponto de destino, representado por um sintagma nominal (SN) ou por um sintagma preposicional (SP), que pode ser também um elemento locativo, devido à sua semelhança com os demais predicadores indicados no estudo.

Considera-se que uma justificativa plausível para a inserção de “tomar” na referida categoria encontra-se nos trabalhos de outros pesquisadores, nomeadamente Morante, Castelón e Vázquez (2000), para quem os itens lexicais que compõem o grupo de verbos de *trajetória* podem subdividir-se em verbos de *movimento* e de *transferência*. Os primeiros definem-se pela presença de um locativo para indicar a origem ou o destino da trajetória e os últimos caracterizam-se pela coincidência entre o componente iniciador com a origem ou com o final da trajetória, os quais devem ter referentes animados. Esses grupos, por sua vez, podem subdividir-se em: verbos de *movimento autônomo*, verbos de *movimento não autônomo*, verbos de *transferência de posse* e verbos de *transferência de mensagem (de trajetória física e de trajetória abstrata)*. Embora “tomar” não seja inserido pelas autoras em nenhuma dessas categorias, tendo em vista as propriedades sintáticas e semânticas comuns partilhadas com os outros membros citados por elas e as similaridades dos seus esquemas imagéticos, acredita-se que esse verbo possa fazer parte do grupo dos verbos de *transferência de posse*.

Assim, admitindo que a categoria verbal estudada apresenta peculiaridades no plano semasiológico e no plano onomasiológico, para descrever a sua complexa rede polissêmica, serão tecidas, a seguir, algumas considerações acerca o frame geral que possivelmente o verbo “tomar” configura bem como discussões a respeito dos domínios básicos e não básicos a que se associam os seus diferentes usos, com o intuito de fundamentar a análise a ser exposta no capítulo seguinte.

4.2.2 Frame de “tomar”

Diante do exame das ocorrências do *corpus*, é possível inferir que “tomar” compõe um grande frame largamente elaborado que pode ser integrado por verbos, como “dar”, “pegar”, “levar”, “apanhar”, “apropriar-se”, dentre outros; por nomes de “pessoas”, “coisas”, “lugares”

etc. e também por outros frames⁶¹, nos quais se articulam variadas áreas do conhecimento que se interconectam, constituindo uma matriz complexa de domínios.

Devido à terminologia nessa área ser imprecisa, conforme já assinalou Taylor (1989, p. 87), ou porque um mesmo autor ou diferentes autores utilizam termos distintos, para se referirem a uma mesma noção, ou ainda porque um termo é empregado para designar noções diversas⁶², o conceito de frame aqui apresentado está em consonância com o que postula Taylor (1989, p. 87). Assim, entende-se que o referido termo concerne tão somente ao conjunto de conhecimentos culturalmente definidos e convencionalizados que ligam ou emolduram múltiplos domínios que a ele se associam. Aplicando esse conceito ao verbo “tomar”, pode-se dizer que se trata do *background*, ou seja, do conhecimento de base relativo a esse verbo, pautado em experiências sensorio-motoras, sociais e culturais que integram o contexto de sua conceptualização.

Em face disso, supõe-se que o frame acionado, quando um usuário da língua portuguesa conceptualiza(va) o verbo “tomar”, para referir-se a experiências concretas, físicas, de movimento e de posse, provavelmente delineia-se da seguinte maneira: uma pessoa desloca-se de um ponto a outro de uma trajetória, para estabelecer contato físico, por meio de partes do corpo, com um ser (animado humano ou não humano, dinâmico, com autonomia para mover-se, ou inanimado, estático, sem autonomia para mover-se) manipulável, disponível ou pertencente a outrem, para exercer sobre ele um controle provisório ou permanente. Essa moldura, porém, assume múltiplas nuances conceptuais, a depender da perspectiva enfocada no evento e dos contextos sócio-histórico-cultural e linguístico em que o verbo é empregado. Além disso, quando projetada para outros domínios menos concretos ou mais abstratos da experiência humana, pode originar novos frames e outro(s) modelo(s) mental(is), a partir do(s) qual(is) ou com o(s) qual(is) outros usos podem constituir-se e inter-relacionar-se.

⁶¹ Essa afirmação toma por base a análise de Newman (1996) sobre o verbo “dar”. Esse autor explica que o ato de “dar” pode compreender diferentes frames, os quais podem integrar rituais estabelecidos socialmente, a exemplo de aniversários, Dia das Mães, possivelmente acompanhados por atos de fala ritualísticos, envolvendo presentes de um certo tipo, embrulhados de um certo modo etc., o que pode ser estendido a outros verbos pertencentes à mesma categoria de “dar” (NEWMAN, 1996, p. 37). Acredita-se que, com “tomar”, ocorra algo semelhante, pois há distintas formas de “tomar”, nos três períodos da língua portuguesa.

⁶² É possível encontrar a palavra frame como sinônimo de domínios, de MCI, de *script*. Taylor (1989, p. 87), ao fazer referência à pluralidade terminológica em Linguística Cognitiva, afirma: “*The terminology in this area is confusing, partly because different terms may be used by different authors (or even by the same author in different publications) to refer to what seems to be the same construct, or the same term may be used to refer to very different constructs. Furthermore it is not all clear that it is possible to make clean conceptual distinctions in this area.*”

4.2.3 Modelos cognitivos idealizados e matriz complexa de domínios conceptuais experientialmente básicos de “tomar”

Os modelos cognitivos idealizados ou MCI representam estruturas cognitivas que servem para organizar diferentes domínios da experiência humana. Trata-se, conforme define Miranda (1999, p. 83), de “conhecimentos socialmente produzidos e culturalmente disponíveis”.

Em todo ato de categorização, o homem recorre, de maneira mais ou menos consciente, a um ou a vários modelos cognitivos que tem armazenados em sua mente. Isso pressupõe que os diferentes graus de saliência entre os membros de uma categoria e a consequente identificação de determinadas entidades como prototípicas estão atrelados aos modelos cognitivos idealizados e culturais que uma comunidade de fala compartilha.

Esses modelos são geralmente confundidos com domínios conceptuais que, por sua vez, podem receber outros nomes, como frames, cenas, esquemas e, algumas vezes, *scripts*⁶³, conforme já mencionado anteriormente. Todavia, a noção de domínio proposta por Langacker (1987, p. 147-148) exclui essas sinonímias, uma vez que o autor defende que esses domínios são estruturadas por MCI e compreendem um conjunto de conhecimentos que os indivíduos possuem (experiências mentais, espaços representacionais, conceitos e complexos conceptuais), pautados em suas experiências sensório-motoras, individuais, sociais e culturais, que resultam na elaboração e transformação de esquemas imagéticos. Correspondem, portanto, a áreas do conhecimento que servem de base à significação de uma expressão linguística (lexical ou gramatical) e relativamente à qual esta pode ser caracterizada. (SILVA, 1999, p. 22).

Langacker (1987, p. 150) defende ainda que tais domínios associam-se em redes, estabelecendo variadas relações dentro das categorias e apresentam diversos níveis de complexidade e de organização, formando *multidomain matrices*, isto é, matrizes que abarcam múltiplos domínios. Isso quer dizer que muitos conceitos pressupõem o conhecimento de outros e, por conseguinte, ativam modelos cognitivos idealizados, pois estão interligados hierarquicamente, deixando evidências de que a conceptualização humana parte de domínios

⁶³ Langacker (1987, p. 150), em nota, afirma: “An abstract domain is essentially equivalent to what Lakoff (1982, 1987) terms an ICM (for **idealized cognitive model**) and what other have variously called **frame**, **scene**, **schema**, or even **script** (at least in some uses)”. (Grifos do autor). Um domínio abstrato é essencialmente o que Lakoff (1982, 1987) denomina um MCI (para **modelo cognitivo idealizado**) e o que outros têm variadamente chamado **frame**, **cena**, **esquema** ou ainda **script** (o menor entre esses usos). (Grifos do autor).

mais básicos, para formular conceitos mais elaborados, que envolvem experiência mental e, conseqüentemente, maior abstratização. Em outras palavras, a noção de domínio matriz, introduzida por Langacker, implica dizer que um conceito pode ser simultaneamente definido em vários domínios.

Ao estabelecer a distinção entre os domínios básicos e complexos/abstratos, Langacker (1987, p. 147-148) afirma que os primeiros ocupam o nível mais baixo na hierarquia de complexidade conceptual dessas matrizes e representam “experiências humanas cognitivamente irreduzíveis”, pois independem de outros domínios para serem compreendidas. Trata-se, segundo Lakoff e Johnson (2002, p. 208), de *gestalts* experienciais, que, por sua vez, são produtos da interação do homem com o seu corpo, com o ambiente físico à sua volta e com outras pessoas que fazem parte da sua cultura. Já os domínios complexos ocupam um nível mais elevado nessa hierarquia, porque se associam a outros com os quais estão relacionados, exigindo maior esforço conceptual, para estabelecer correlações ou associações dentro da categoria.

Além disso, tais domínios articulam-se entre si e podem ser projetados metafórica e/ou metonimicamente pelo sujeito conceptualizador (aquele que, possivelmente, escreve ou idealiza o texto; o falante/ouvinte da época, isto é, aquele que traça o caminho mental até um alvo nocional), em outros domínios menos concretos e mais abstratos, refletindo a grande dinamicidade e expressividade da língua em uso, características que, conforme assegura Geeraerts (1999, p. 105), são as principais causas da mudança semântica.

Portanto, admitindo que os domínios conceptuais são grandes áreas do conhecimento e da experiência humana, cuja interação é operada por frames e por esquemas de imagens, e que se organizam por modelos cognitivos idealizados, os quais envolvem tanto o conhecimento geral do mundo quanto o contextual, defende-se que os sentidos experiencialmente básicos de “tomar”, ou melhor, aqueles que remetem a experiências físico-motoras e servem de base conceptual para explicar e compreender outros sentidos estruturam-se em cinco domínios também básicos, que funcionam como domínios-origem para instanciações e projeções semânticas desse verbo, a saber: o espacial, o da força, o do interesse humano, o do controle e o da posse⁶⁴.

⁶⁴ Algumas noções semelhantes já haviam sido postuladas por Lakoff e Johnson (2002, p. 208), ao explicarem que os domínios básicos são *gestalts* experienciais ou “tipos naturais de experiência”, que, por sua vez, são produto de: “Nossos corpos (aparato perceptual e motor, capacidades mentais, aparato emocional etc.). Nossas interações com o ambiente físico (mover-se, manipular objetos, comer etc.). Nossas interações com outras pessoas em nossa cultura (em termos de instituições sociais, políticas, econômicas e religiosas)”.

4.2.3.1 Domínio espacial

Ao se pressupor que o homem é um ser localizado espacialmente e que as suas relações físicas com outros seres animados e inanimados estabelecem-se em um eixo espacial e temporal, ao qual se associam imagens mentais e esquemas imagéticos, não há como deixar de reconhecer o papel fundamental que o domínio espacial exerce na conceptualização do verbo “tomar” e de outras categorias lexicais ou gramaticais que indicam movimento.

Para alguns estudiosos, antes mesmo de empregar expressões que representam o espaço⁶⁵, o homem, quando criança, já tem conhecimento desse domínio, porque cedo o experiencia. A sua percepção espacial ocorre desde a sua vida intrauterina, quando se encontra limitado a movimentar-se, a acomodar-se e a realizar as suas necessidades fisiológicas dentro do próprio ventre da mãe. Com o seu nascimento, as suas possibilidades de deslocamento, mesmo ainda restritas, aumentam e a sua motricidade, ao longo dos anos, desenvolve-se vinculada ao seu arcabouço corpóreo, o que acaba por se refletir, conforme postula o Experiencialismo lakoffiano, na conceptualização e categorização de seres, objetos, situações e eventos, em geral.

Batoréo (2000), em seu estudo sobre a expressão do espaço no português europeu, explica que a percepção visual e outras experiências sensoriais possibilitam os primeiros contatos do homem com o mundo e, conseqüentemente, com os espaços que o cercam: “o homem percebe o Espaço com todos os seus sentidos: olhando o que o rodeia, ouvindo sons de origem, qualidade e percursos diversos, tateando superfícies e texturas variadas, e até, distinguindo pelo sabor e/ou pelo olfacto, volumes e distâncias diversificadas”. (BATORÉO, 2000, p. 221). É por meio dessas percepções que, nos seus primeiros anos de vida, o indivíduo começa a ter noção do seu corpo, das suas potencialidades e do controle que pode ter sobre o espaço, passando, assim, a construir conceitos e a interpretar o mundo, segundo o seu ponto de vista.

⁶⁵ Uma revisão da literatura sobre o “espaço” abrange diferentes áreas do saber, como a Filosofia, a Lógica, a Matemática, a Física, a Geometria, a Astronomia, a Psicologia, a Antropologia, as Artes, a Literatura, a Linguística e a Neurobiologia (BATORÉO, 2000, p. 31). Há que se ressaltar, entretanto, que, do ponto de vista linguístico, o estudo da noção de espaço teve grande repercussão com a Teoria Localista e com os estudos realizados no enquadramento da Linguística Cognitiva, mais especificamente, com as pesquisas e trabalhos realizados por Talmy (1988), Batoréo (2000) e Teixeira (2000), dentre outros.

A noção de espaço é, de modo geral, construída a partir da concepção que se tem do corpo humano. Corroborando essa afirmação, seguem algumas palavras de Teixeira (2000, p. 169)⁶⁶:

O homem, enquanto ser corpóreo, é o medidor e toma-se como medida de tudo o que conceptualiza. [...] O seu corpo é a visibilidade do seu eu e, por isso, a ponte com os outros elementos com os quais se inter-relaciona. Daí, o corpo humano ter sido, em todas as culturas, o objecto que serviu de padronização da realidade em que o homem vivia.

Com base no que afirma o referido autor, é possível concluir que a percepção do espaço não é uniforme, porque a sua representação é subjetiva e psicológica bem como as imagens mentais que se formulam a partir dele. Por conseguinte, diferentes e individualizadas leituras do mundo podem ser feitas pelo homem, motivadas por suas “medidas”, ou seja, por suas idiossincrasias, por seus valores sociais, individuais, morais, dentre outras questões. Daí esse mesmo autor defender a existência de um “espaço antropomorfizado”, que é configurado cognitivamente como o espaço da “fabricação intelectual e imagética do homem”, diferente do real, físico. Acredita-se que seja esse primeiro espaço o responsável por fornecer a base para o processo de conceptualização de movimento relativo a verbos, como “tomar”, e para a sua projeção em domínios concretos (“tomar uma coroa pendurada em uma árvore”) ou em (sub)domínios abstratos da experiência humana (“tomar caminho”, “tomar exemplo” etc.).

No frame de “tomar”, a relação entre esse verbo e o domínio espacial é perceptível tanto no movimento do sujeito em direção ao objeto a ser tomado quanto no deslocamento do objeto afetado para a esfera de controle do sujeito (seu espaço, seu território físico ou nocional), que é o causador do contato e de todo o movimento envolvendo ambos. Por isso, considera-se que o domínio espacial é, na matriz complexa do verbo aqui estudado, um dos mais básicos e mais relevantes para a compreensão e análise da sua semasiologia, a partir do qual os seus valores semânticos constituem-se e estendem-se metafórica e metonimicamente.

⁶⁶ Teixeira (2000) apoia-se nos pressupostos experientialistas de Lakoff e Johnson (1980), Lakoff (1987) e Johnson (1987).

4.2.3.2 Domínio da força

O estudo das categorias verbais transitivas está atrelado a um outro conceito que lhe subjaz e cuja investigação é de suma importância, quando se trata de um verbo como “tomar”: a força. Conforme pontua Johnson (1987, p.13), o ser humano, desde que nasce e começa a interagir com o meio físico e com o espaço que o rodeia, experimenta essa noção, pois aprende que a força física está sempre presente em suas experiências, isto é, que o seu corpo pode ser afetado por forças externas ou internas e ser fonte ou centro dela, exercendo-a com ou sobre outros objetos e/ou pessoas⁶⁷. Afinal, como já postulou Talmy (1988), “vida é força dinâmica”.

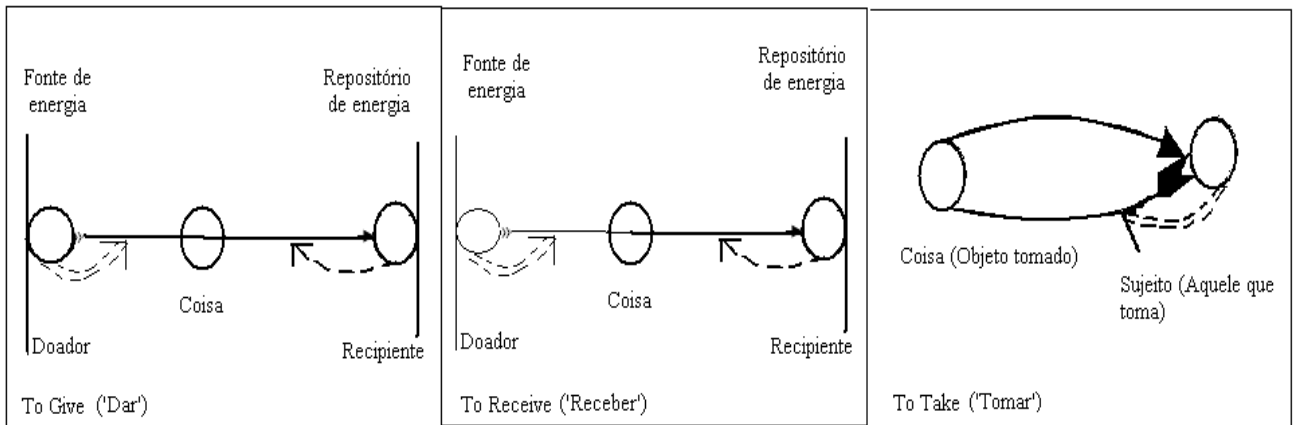
Dentre os autores que teorizam sobre o papel desse domínio básico da experiência humana, destacam-se: Lakoff (1987), ao discorrer sobre a causação prototípica; Talmy (1988), ao tratar do padrão de dinâmica de forças, e Taylor (1989), ao discutir a transitividade prototípica. Segundo esses teóricos, a força: a) está presente em todo evento que envolve interação, o que lhe confere o estatuto de uma *gestalt*; b) é empreendida por um agente animado, que é a fonte de energia, em direção a um paciente, que é o alvo dessa energia; c) implica direcionalidade, porque é responsável pelo movimento de entidades através do espaço em uma ou mais direções; d) apresenta graus de poder ou intensidade, e e) implica a existência de uma estrutura ou sequência de causalidade envolvida.

Langacker (1991a, p. 13) compara a interação entre um sujeito e um objeto em orações transitivas prototípicas a um jogo conhecido popularmente, em algumas partes do Brasil, como *snooker* ou “sinuca”. Por isso, ao referir-se aos verbos transitivos, usa a metáfora do *billiard-ball model* ou “modelo da bola de bilhar”, já que movimento e, conseqüentemente, força resultam de um contato físico enérgico entre uma entidade movente e um objeto com tendência a ser estático, mas que, ao ser afetado, pode participar de outras interações, semelhante ao que ocorre no jogo referido. Para o autor, esse modelo exerce forte influência no pensamento cotidiano e reflete aspectos fundamentais da organização cognitiva, servindo como base para outras construções conceptuais com verbos transitivos de ação.

⁶⁷ Johnson (1987, p.13), também, afirma que a realidade diária está cercada por sequências causais de força, às vezes, despercebidas, como a gravidade, o vento, o calor etc. De acordo com esse autor, o próprio homem pode ser fonte de força, pois, desde muito cedo, aprende a mover o corpo, a manipular objetos tal como um centro de força e a desenvolver mecanismos de força para interagir com o seu meio. E mesmo que haja obstáculos que possam exercer força contra o homem, ele descobre que pode “exercer força em torno, sobre ou através desses objetos resistentes”.

Ao analisar a matriz complexa de *to give*, correspondente a “dar” em português, Newman (1996, p. 59) também considera a força um dos domínios básicos desse verbo, tal como o faz com os verbos *to receive* e *to take*, “receber” e “tomar”, em português, respectivamente, conforme se pode observar na figura a seguir adaptada:

Figura 7 - Domínio da força dos verbos *to give*, *to receive* e *to take*⁶⁸



Fonte: Newman (1996, p. 50, 59)

Verifica-se que, nos dois quadrados relativos aos verbos *to give* e *to receive*, o sujeito é a fonte de energia e o objeto é o seu repositório. Já na última figura, referente a *to take*, semelhante ao que ocorre com “tomar”, a energia dirige-se ao objeto, mas retorna para o sujeito, que é o seu próprio repositório.

No que tange à análise dos usos físico-espaciais desse verbo, no *corpus*, observa-se que a força despendida pelo sujeito agente em direção ao objeto afetado é, em geral, de origem física e pode manifestar-se de diferentes formas, apresentando, assim, distintos níveis de intensidade. Algumas vezes, pode estar implícita no texto, mas, na maioria dos casos, aparece literalmente expressa no contexto (“tomar algo por força”) ou nas relações de poder apontadas pelo discurso

⁶⁸ Ao comparar a representação dos significados de *to give*, *to take* e *to receive*, equivalentes a “dar”, “tomar” e “receber”, em português, respectivamente, Newman (1996, p. 58) destaca que os verbos *to give* e *to take* têm uma força dinâmica completamente distinta. Já *to receive*, ao contrário do que se poderia pensar, tem a mesma base semântica de *to give*, diferenciando-se apenas no que se refere à focalização do ato. Enquanto *to give* perspectiva o início da ação, *to receive* perspectiva a parte final. Em vista disso, embora *to give* e *to take* compartilhem similaridades, como: o movimento iniciado por uma pessoa; o movimento do objeto, por meio das mãos de uma pessoa, e a sua transferência para a esfera de controle de uma pessoa, *to take* constitui-se o inverso natural de *to give*, em função do movimento inverso do objeto com relação ao sujeito.

autoritário (“o rei tomou algo de alguém”; “o bispo tomou algo”), característico de textos jurídicos, em que são determinados direitos, costumes, normas, leis, ou em textos historiográficos, em que são narradas ações belicosas e também religiosas. Nesses domínios discursivos, as noções de poder e de autoridade⁶⁹ podem estar vinculadas à ideia de violência, já que em tais contextos “tomar” expressa um controle mais físico.

Como isso pode mudar de acordo com a sociedade, a época, a tendência discursiva, presume-se que haja uma gradação do fluxo de energia e, por conseguinte, da força envolvida no ato de “tomar”. Tem-se, portanto, um *continuum* em que, de um lado, há sujeitos que “tomam” objetos tangíveis, móveis, que não oferecem resistência à ação, por diferentes motivos, utilizando simplesmente a força da gravidade, para deslocarem-se e deslocá-los, despendendo pouca energia nesse ato (“tomar a mão de alguém”) e há também sujeitos que “tomam” objetos móveis, sem incidir sobre eles grande força ou energia, porque há um consentimento prévio por parte dos seus proprietários (“tomar algo emprestado”). De um outro lado, conforme já se mencionou, há sujeitos que “tomam” objetos aplicando um fluxo de energia mais forte, através de atos de violência ou de outros respaldados por algum tipo de poder ou direito reconhecido socialmente (bélico, físico, régio, legal, religioso etc.), para combater uma provável contra força aplicada à ação, como há também aqueles que são alvos de uma força exterior à sua vontade, isto é, que são forçados a “tomar” determinados objetos, porque esses lhes são impostos por uma outra entidade que participa do evento e é a causadora da ação, como em “tomar um tiro de alguém”.

Por fim, os verbos transitivos que não indicam ações concretas e sim eventos abstratos, não denotam uma causação física, mas nem por isso deixam de trazer implícita a noção de força, uma vez que o tipo de energia transferida de um experienciador para outro participante do evento requer uma atividade mental, conforme descreve Langacker (1990, p. 222).

4.2.3.3 Domínio do interesse humano

Tendo em vista que a maioria das ações humanas são realizadas ou provocadas por algum estímulo ou motivação, percebe-se que um terceiro domínio, também saliente na semântica de

⁶⁹ Barreto (2006, p. 87), reportando-se às palavras de Max Weber (2004), define *poder* como “toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessas probabilidades”, e *autoridade* como “a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas dentro de determinado grupo de pessoas”. De acordo com essas concepções, o poder corresponde ao exercício imediato da vontade de um sobre o outro e a autoridade é aquilo que permite o exercício do poder de forma aceitável e legítima.

“tomar”, é o do interesse humano. As definições dadas por Aurélio Ferreira (1999), no verbete “interesse”, corroboram essa ideia e merecem destaque, por relacionaram-se, em muitos casos, aos sentidos do verbo estudado e, mais especificamente, à motivação e aos alvos do deslocamento espaço-temporal, do controle e da força dos sujeitos de “tomar”:

interesse: 1. Lucro material ou pecuniário, ganho [...]; 2. Parte ou participação que alguém tem nalguma coisa [...]; 3. Vantagem, proveito; benefício [...]; 4. Aquilo que convém, que importa, seja em que domínio for; 5. Sentimento de cobiça, avidez; 6. Procura de vantagem pessoal, de proveito [...]; 7. Sentimento de zelo, simpatia, preocupação ou curiosidade por alguém ou alguma coisa [...]; 8. Empenho [...]; 9. Curiosidade [...]

O homem, desde tempos imemoriais, cobiça mercadorias, honra, poder e é movido pelo interesse por adquirir, manter e aumentar propriedades. Tal comportamento, que marcou as sociedades feudais e se difundiu também nas sociedades capitalistas, tem, como essência, a busca do lucro impulsionada pela visão mercantilista de geração, de acúmulo de capital e de concentração de riquezas. Trata-se de uma prática que se apoia no modelo do custo-benefício, muito presente nas relações estabelecidas nas sociedades contemporâneas.

Os bens concretos que normalmente são tomados têm utilidade e/ou valor econômico, sendo, em muitos casos, suscetíveis de apropriação. A busca por esses bens, de modo geral, é instigada pelo valor material que possuem. Assim, os sujeitos, motivados pelas qualidades ou propriedades funcionais e monetárias⁷⁰ dos objetos, se movem até estes, a fim de trazê-los para a esfera de seu controle, com diferentes finalidades: pegá-los rapidamente, usufruir deles por um determinado período ou adquiri-los permanentemente. Nesses casos, os sujeitos podem manifestar uma simples vontade e/ou necessidade de “tomar” os objetos ou podem evidenciar a intenção de possuí-los como donos, usando para isso, em muitos casos, a força física, conforme já se destacou anteriormente.

Nota-se, porém, que esse interesse muda, segundo a época e a sociedade. Assim, o que possivelmente seria um bem valioso em um determinado contexto histórico-social pode não o ser em outro. A *besta*, por exemplo, para o homem medieval era um bem que poderia despertar-lhe a cobiça e talvez, por isso, apareça em textos do período arcaico como objeto de posse, conceptualizado como uma propriedade almejada pelo sujeito, devido ao valor social, utilitário e

⁷⁰ Quando o sentido de “tomar” é projetado metafórica e metonimicamente, o interesse pelo objeto é motivado por propriedades afetivas, intelectivas etc.

comercial que dispunha na Idade Média. Na atualidade, porém, essa conceptualização parece ocorrer apenas em contextos específicos, o que evidencia uma mudança de perspectiva acerca do que é desejado pelo homem pós-moderno e valioso para ele⁷¹. Em outros casos, observa-se que alguns bens específicos só vão ser selecionados pelos sujeitos conceptualizadores do verbo “tomar” em determinados períodos da história, o que evidencia, mais uma vez, a importância e a interferência do contexto sócio-histórico e cultural na construção dos sentidos. Um exemplo disso é o uso documentado no *corpus* de “tomar a pílula”, que caracteriza não só uma época mas todo um contexto sociocultural e um frame com participantes específicos envolvidos.

Quanto aos efeitos do ato de aquisição, verifica-se que são, na maioria, benefactivos, isto é, proporcionam vantagem(ns) material(is) ou não para os sujeitos, como lucro monetário, satisfação pessoal, enriquecimento intelectual, dentre outras possibilidades. Mas há também situações em que os efeitos da aquisição dos objetos de “tomar” podem ser adversativos, porque a sua apreensão ou aquisição resultam em desvantagem(ns) para o sujeito, com desdobramentos negativos. Em alguns documentos do *corpus* como os foros, por exemplo, em que se ditavam normas de procedimento da sociedade medieval, é comum encontrar leis que determinavam a punição de indivíduos no papel de sujeitos que agiam indevidamente. Já nos textos do português contemporâneo, há algumas construções em que os sujeitos sofrem as consequências de uma ação realizada por uma terceira entidade contra a sua vontade. Trata-se de exemplos não prototípicos e pouco recorrentes no *corpus*, como “tomar injeção”, “tomar gol”, “tomar tiro”, que focalizam apenas uma perspectiva do frame de “tomar”, especificamente o momento do contato e recepção do objeto.

4.2.3.4 Domínio do controle

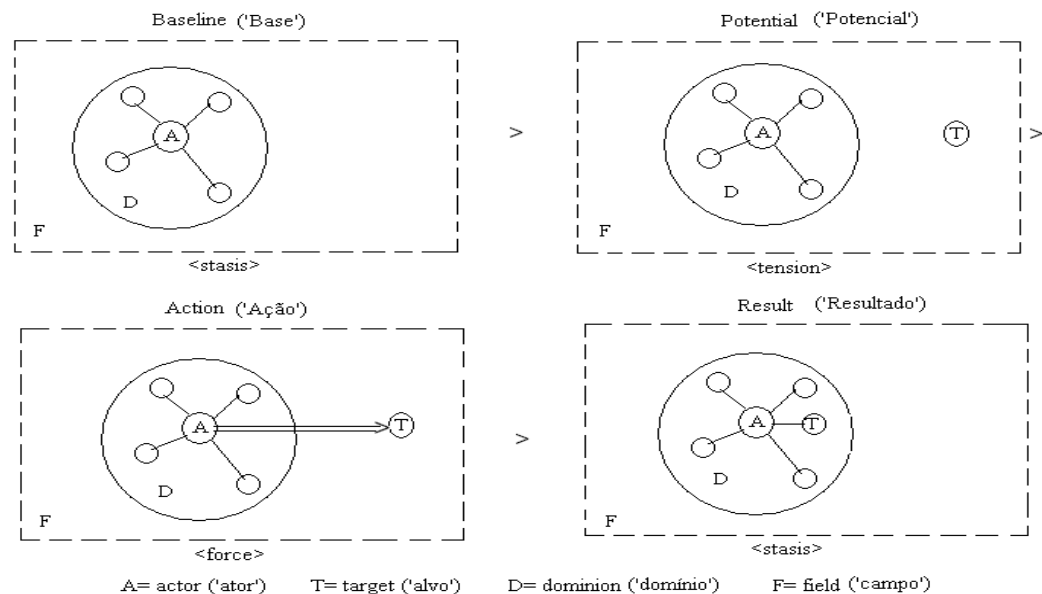
Um outro aspecto bastante significativo na semântica de “tomar” é o controle exercido pelo sujeito da ação sobre o objeto afetado no eixo espaço-temporal. Concordando com Heine (1997, p. 3), defende-se que o conceito de controle está amalgamado à noção de posse, uma vez que se trata da “habilidade de o possuidor manipular o possuído”. Na análise das ocorrências

⁷¹ Com a mudança de paradigmas das sociedades contemporâneas, bens de valor comercial e utilitário são aqueles essenciais à vida do homem. Podem ser tangíveis ou intangíveis, como energia, *softwares*, direitos autorais, patentes, ações em bolsas de valores, informação, tempo. Nas palavras de Barreto (2006, p. 133), trata-se de “novos bens”.

constantes do *corpus*, entende-se que, em todo contato realizado para estabelecer a “tomada”, seja essa pacífica ou enérgica, existe o controle, porém em graus diferenciados, que variam de acordo com a intencionalidade/finalidade da ação, o tipo de força empregada para efetuar o controle e a temporalidade que essa ação demanda (curto, médio ou longo prazos).

Em estudo realizado sobre o assunto, Langacker (2004, p. 535) defende que alguns verbos perfilam um processo de conceptualização correspondente a uma evolução temporal de uma circunstância, envolvendo estados contínuos que representam diferentes fases de controle. Para melhor explicar essa sequência interacional, o autor refere-se ao *control cycle*, isto é, ao “ciclo de controle”, modelo cognitivo de grande aplicabilidade linguística, presente em construções cujos itens lexicais designam atos físicos de aquisição. As fases que constituem esse ciclo são: “base” (*baseline*), “potencial” (*potential*), “ação” (*action*) e “resultado” (*result*)⁷². Tendo em vista que cada fase apresenta especificidades, esse autor mostra que seus elementos podem comportar-se de modos distintos, conforme se pode verificar nos quatro quadrados que integram a figura a seguir adaptada para o português:

Figura 8 – Fases do *Control Cycle*



Fonte: Langacker (2004, p. 537)

⁷² Para ilustrar esse ciclo, Langacker cita o exemplo de um gato que está à sombra de uma árvore e de um rato que perambula por ali. O gato, que é o *ator* (A), no *control cycle*, ao perceber a presença do rato, que é o seu alvo ou *target* (T), fica tenso e, em seguida, ataca-o. O rato, ao ser mortalmente ferido, fica sob o domínio (D) do gato, isto é, na região em que esse último exerce controle, que, por sua vez, insere-se em um campo de interação potencial ou *field* (F), em que também estão inseridos os outros elementos. (LANGACKER, 2004).

Observando a figura transposta, pode-se verificar que, na fase denominada “base” (primeiro quadrado da esquerda), há uma situação estática, em que o sujeito, representado pelo “ator”, tem o controle de várias entidades que podem ser tangíveis ou intangíveis, isto é, objetos, relações, localidades, sensações, pontos de uma escala, distâncias etc., representadas na figura pelos círculos pequenos dentro do seu domínio. Já a segunda fase (primeiro quadrado da direita), nomeada “potencial”, difere da anterior, porque um “alvo” aparece dentro da área do “ator”, criando um estado de tensão e um conseqüente potencial para a sua interação. A terceira fase, que consiste na “ação”, decorre da interação do “ator” com o “alvo”, efetivada por meio do exercício da “força”, e é representada pelas setas dobradas (segundo quadrado da esquerda). Por último, encontra-se a fase do “resultado” (segundo quadrado da direita), em que o “alvo” finalmente passa para o domínio do “ator”, sujeitando-se ao seu controle. Nesse caso, verifica-se novamente uma situação estática, porém distinta da fase intitulada *baseline*.

Pode-se constatar ainda que, na fase referente à ação, o sujeito efetua um controle provisório sobre o objeto, uma vez que ele ainda não se encontra dentro da sua esfera de controle. Já na fase que representa o resultado da ação, o sujeito tem o controle efetivo do objeto que, concomitante a isso, é deslocado para dentro da esfera de controle e domínio desse sujeito, tornando-se a sua propriedade.

Segundo Langacker (2004, p. 537), essas quatro fases do *control cycle* estão presentes na experiência diária das pessoas e podem ocorrer nos níveis corporal, físico e cognitivo. Daí esse autor afirmar que “estar vivo é funcionar como ator em ciclos de controle, interagindo com o ambiente para ganhar controle sobre certas facetas dele”⁷³.

Enquanto alguns verbos podem delimitar-se em uma fase ou em outra, verbos como “tomar”, “agarrar”, “roubar”, “apoderar-se”, “apanhar”, por exemplo, que se enquadram no grupo do *control cycle* físico, porque assim como representam interação física e perspectivam a fase inicial da interação entre o sujeito e o objeto, ou seja, a ação em si, em que focalizam uma parte do ciclo, podem centrar-se na fase resultativa, ou seja, no resultado da ação, abarcando o ciclo inteiro.

Por se tratar de um verbo que participa dessas diferentes fases, os sentidos básicos e físico-espaciais de “tomar” configuram modos distintos de estabelecer o controle, que pode ser

⁷³ “Being alive is to function as actor in control cycles, interacting with the environment to gain control over certain facets of it”. (LANGACKER, 2004, p. 537).

determinado por autoridade, direito, interesse momentâneo, necessidade, força, variando entre uma aproximação física de curta duração (“tomar algo emprestado”) até um ato que exige um contato mais incisivo e permanente (“tomar o dinheiro de alguém como forma de punição ou indevidamente”). Interessante é notar que o grau de controle está intrinsecamente ligado à finalidade da ação do sujeito e, em alguns casos, ao invés de físico, é mais nocional, mental, porque envolve atos de percepção sensorial (“tomar ciência”), conforme descreve o próprio Langacker (2004).

4.2.3.5 Domínio da posse

Por último, considera-se a posse mais um domínio básico focalizado pelo verbo “tomar”. Desde os seus primeiros anos de vida, o homem emprega expressões distintas, de modo geral adjuntos adnominais e verbos, para designar transferência e posse⁷⁴. Segundo Tomasello (1997, p. 349), “trocar” e “possuir” são algumas das atividades mais basilares e universais das sociedades humanas. Embora toda língua tenha expressões convencionalizadas e especificidades para indicar a posse e esse tema seja alvo de interesse de muitos estudiosos, o seu conceito é controvertido.

Para Taylor (1996, p. 339), mesmo sendo uma noção gestáltica empregada no discurso cotidiano, a definição de posse é complexa e multifacetada. Heine (1997, p. 33), baseando-se em Andrew Pawley (1973, p. 153), considera a posse “o ato ou condição de ter em ou tomar em controle uma coisa ou uma pessoa ou ter algo ou alguém à disposição” ou ainda exercer “controle físico ou ocupação de propriedade, de modo mais sucinto, simplesmente alguma coisa apropriada, ocupada ou controlada”⁷⁵.

Observa-se que a noção de posse expressa pelo verbo “tomar”, no *corpus*, embora seja mais prototípica e perceptível nos foros, costumes e documentos notariais escritos na primeira fase da língua portuguesa, é também detectada em todos os outros gêneros textuais e períodos do

⁷⁴ Sobre os diferentes estágios de manifestação da posse na linguagem da criança, é interessante conferir o artigo de Tomasello (1997), intitulado *One child's early talk about possession*. São exemplos de pronomes pertencentes à categoria da posse os possessivos (*meu, seu, nosso, dele, dela*) e os verbos “ter”, “possuir”, “pertencer”. Esse autor explica que, quando criança, a experiência sensório-motora de segurar fisicamente um objeto e localizá-lo no espaço está associada à posse, a qual passa por diferentes estágios, no decorrer do processo de aquisição da linguagem.

⁷⁵ Conforme explica Heine (1997, p. 33), a posse “is the act or condition of having in or taking in one's control or holding at one's disposal”, ‘actual physical control or occupancy of property’ and, more briefly, simply ‘something owned, occupied or controlled’.

português, com diferentes níveis de saliência, daí considerar-se oportuna uma discussão mais detalhada a respeito desse domínio.

Entre os linguistas que consideram ‘tomar’ um verbo de posse ou de transferência de posse, além de Taylor (1996), podem-se mencionar Cano Aguilar (1981), conforme já citado neste trabalho, que propôs uma classificação de base semântica para esse verbo, o qual aparece ao lado de ‘ter’, ‘possuir’, ‘ganhar’, ‘perder’, ‘manter’, ‘deter’, entre outros na língua espanhola; Newman (1996, p. 47-48), que, ao analisar os verbos *to give* e *to take*, em inglês, correspondentes a ‘dar’ e ‘tomar’, em português, considerou que ambos expressam posse prototípica, isto é, controle concreto e permanente, podendo estender-se a outros sentidos metafóricos e metonímicos; Janda (1997), que estudou os usos de *to give*, *to have* e *to take*, nas línguas eslavas, isto é, ‘dar’, ‘ter’ e ‘tomar’, em língua portuguesa, respectivamente, como verbos de posse e de transferência que têm características sintáticas e semânticas comuns⁷⁶ nessas línguas; Araripe (1997), que, em sua dissertação de Mestrado, inseriu ‘tomar’ na categoria dos verbos de mudança de posse do português do Brasil, na qual se enquadram ‘dar’, ‘presentear’, ‘receber’, ‘comprar’, e Batoréo (1997; 2000), que, ao observar a ideia de movimento transmitida por verbos como ‘tomar’, ‘pegar’, ‘conduzir’, ‘carregar’, ‘levar’, ‘apanhar’, dentre outros, associou-os a esse conceito também⁷⁷.

Vale assinalar que muitas classificações têm sido propostas para abordar as várias manifestações de posse, do ponto de vista linguístico-cognitivo. Uma delas é baseada nas propriedades do possuidor, do possuído ou de ambos, que, segundo Heine (1997, p. 9-10), podem ser humanos e não humanos. Com respeito à coisa possuída, especificamente, o referido autor distingue a posse concreta (*I have two cats*, ou seja, ‘Eu tenho dois gatos’), a social (*I have two sisters*, ou seja, ‘Eu tenho duas irmãs’) e a abstrata (*I have no time*, ou seja, ‘Eu não tenho tempo’), e acrescenta ainda, com base em Miller e Johnson-Laird (1976), as posses denominadas inerente, acidental e física. No entanto, dá especial relevo à distinção entre a categoria alienável,

⁷⁶ Para um maior aprofundamento do tema, conferir o artigo de Janda (1997), intitulado *Give, Have and Take in Slavic*.

⁷⁷ O esquema imagético de deslocamento descrito por Batoréo para esses verbos, baseado no que propõe Ekberg (1993) e nos termos emprestados da Psicologia Gestáltica, constitui-se de três componentes que ilustram a sua afirmação: a *iniciação*, que é representada pelo sujeito que pratica a ação, estendida na direção da figura (o objeto a ser possuído, o paciente); a *transferência*, que se refere ao deslocamento da figura até o fundo, indicando, portanto, o referido movimento, e a *posse*, que representa a figura no fundo, ou seja, o objeto possuído em poder do indivíduo possuidor. Em síntese: “No Esquema Imagético do verbo ‘tomar’, em Português, o Fundo corresponde à pessoa que, num acto de vontade, estende a mão para se apoderar da Figura, isto é, transfere-la para o domínio da sua posse”. (BATORÉO, 1997, p. 74; 2000, p. 522-523).

que corresponde a uma classe fechada, cujos membros são limitados, e a categoria inalienável, que é uma classe aberta, porque compreende incontáveis elementos constitutivos. Com base em Chappell e McGregor (1996), cita quatro tipos de relação que tendem a ser associadas à posse inalienável: a) um vínculo biológico ou social entre duas pessoas; b) uma relação entre partes do corpo ou outras partes de um todo; c) relações espaciais e d) algo essencial para o meio de vida e de sobrevivência de alguém.

De modo sucinto, apoiando-se nos estudos realizados por Langacker (1994), Heine (1997, p. 33-34) elenca ainda algumas noções possessivas documentadas na língua inglesa que podem ser relevantes para a compreensão de como se percebe a posse em outras culturas. Por serem todos os exemplos listados pelos autores relativos ao verbo *to have*, equivalente a ‘ter’ em português, só foram apresentadas as classificações propostas por eles, uma vez que podem ser aplicadas ao verbo “tomar”:

Posse Física – é aquela que consiste na existência de um possuidor e de um possuído que estão fisicamente associados um ao outro.

Posse Temporária – é denominada por Miller e Johnson-Laird (1976, p. 565) de posse accidental ou controle temporário e refere-se à ideia de que o possuidor pode dispor do possuído por um tempo limitado, mas ele não pode assumir a sua posse definitiva.

Posse Permanente - é aquela em que o possuidor tem o título legal da posse, podendo assumi-la. Corresponde à posse inerente. Trata-se de uma noção legal de posse empregada nas sociedades ocidentais.

Posse Inalienável – é concebida como sendo inseparável do possuidor, isto é, como uma parte do corpo, por exemplo.

Posse Abstrata – é aquela em que o objeto possuído é um conceito que não é visível nem tangível, como uma doença, um sentimento, ou algum outro estado psicológico.

Posse Inalienável Inanimada – é frequentemente referida como uma relação parte-todo e é diferente da posse inalienável já citada, pois o possuidor é inanimado e o objeto possuído é concebido como inseparável dele.

Posse Alienável Inanimada – é a que o possuidor é inanimado e o objeto possuído pode ser separado dele.

Essas noções, aparentemente simples, trazem implícita uma antiga discussão, que remonta ao Direito Romano e suscita grande divergência doutrinária, na área do Direito Civil, ainda nos

dias atuais. Assim, por estar atrelada, em parte, à área jurídica, a discussão acerca do domínio da posse, neste trabalho, recorre não apenas a pressupostos linguísticos mas também a conceitos preconizados pelo Direito Romano e pelos Direitos Cíveis, Brasileiro e Português referentes à posse e a seus correlatos.

Para o desembargador brasileiro Gonçalves (2010, p. 45), o conceito de posse é polêmico e a terminologia adotada para defini-lo é imprecisa. No próprio Código Civil Brasileiro (2002), a distinção feita entre posse/possuidor e propriedade/proprietário é pouco esclarecedora. No Art. 1.196, referente ao livro do *Direito das Coisas*, cujo título I é *Da posse* e o capítulo I é intitulado *Da Posse e sua Classificação*, lê-se: “Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de um dos poderes inerentes à propriedade”. Já no Art. 1.228, referente ao título III, *Da Propriedade*, cujo capítulo é relativo à *Propriedade em Geral*, consta: “O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha”.

Nota-se que, nas citações em tela, os conceitos de possuidor e proprietário imbricam-se e iluminam as definições de propriedade e de posse. Em outras palavras, com base no texto do referido Código, tem a posse quem pode ou usar, ou gozar, ou dispor da coisa, sem, no entanto, ter direitos legais sobre ela. Em contrapartida, tem a propriedade quem pode fazer tudo isso e ter seu direito de posse assegurado por lei. Os dois conceitos distinguem-se, pois, no que se refere ao “poder de fato” concedido ao possuidor sobre a coisa e ao “poder de direito” concedido ao seu proprietário legítimo.

Os verbetes referentes à posse e à propriedade apresentados pelo lexicógrafo Aurélio Ferreira (1999) parecem confirmar tais constatações e, por isso, são aqui citados:

posse: [Do v. Lat. Posse, ‘ser capaz’, ‘poder’, subst.] S.f. 1. Detenção de uma coisa com o objetivo de tirar dela qualquer utilidade econômica. 2. Estado de quem frui uma coisa ou a tem em seu poder. [...] (FERREIRA, Aurélio, 1999, p. 1616).

propriedade: [Do lat. *proprietate*] 1. Qualidade de próprio. 2. Qualidade especial; particularidade, caráter. 3. Emprego apropriado de linguagem. 4. Pertença ou direito legítimo. 5. Prédio, fazenda, herdade. 6. *Jur.* Direito de usar, gozar e dispor de bens, e de reavê-los do poder de quem quer que injustamente os possua [...] (FERREIRA, Aurélio, 1999, p. 1651).

Os conceitos em epígrafe, ao mesmo tempo em que explicitam não ser a posse apenas a propriedade, mas um poder parcial ou temporário sobre alguma coisa, sem maiores implicações legais, trazem à lembrança as inúmeras discussões e embates promovidos pelas diferentes teorias do Direito Civil acerca da definição de posse, de propriedade e também de detenção, sendo esta última ora considerada não posse, ora vista como degradada ou quase posse. Como já se destacou, as controvérsias acerca desses temas são antigas. Algumas noções que se conhecem na atualidade, por exemplo, já se encontravam registradas nas *Leis das XII Tábuas* (450 a.C), pois coube aos juristas romanos estabelecerem a estrutura da propriedade e distingui-la de outras formas de posse.

Porém, ao longo dos séculos, esse conceito sofreu grandes transformações, ora por influência do sistema feudal, para o qual a propriedade estava atrelada ao poder que, por sua vez, deveria permanecer numa dada família; ora pela influência oriunda da Revolução Francesa, com princípios individualistas; ora por moldar-se às realidades locais, assumindo características diferenciadas. (GONÇALVES, 2010, p. 23-24).

Deve-se salientar, contudo, que a noção de que os efeitos possessórios diferenciam a posse propriamente dita, ou seja, aquela que resulta na propriedade, de outros tipos de posse, como a detenção em que se enquadram o penhor, o usufruto, o uso etc., ainda aceitos pelo Direito Civil Brasileiro e pelo Português, só passa a ser defendida pela teoria objetiva de Rudolf Von Ihering no final do século XIX. Antes disso, prevalecia a teoria subjetiva de Savigny (precursor das teorias clássicas ou subjetivas a propósito da posse, de grande repercussão no século XIX), para quem, a posse caracterizava-se pela conjugação de dois elementos essenciais: o *corpus* (elemento objetivo, que consiste na apreensão, na detenção do objeto) e o *animus* (elemento subjetivo, que se encontra na intenção, no interesse por possuir o objeto). De acordo com essa concepção, se faltasse o *animus*, isto é, a intenção de ser dono da coisa, não se tinha posse, mas mera detenção. (GONÇALVES, 2010, p. 49-50).

Essas noções, entretanto, foram combatidas pela teoria objetiva desenvolvida por Ihering (principal representante das teorias objetivas ainda predominantes no século XXI), que defendeu a exteriorização da propriedade, a visibilidade do domínio e o uso econômico que se faz da coisa como principais características da posse. Além disso, descartou a noção de *corpus* como "possibilidade de ter contato direto e físico com a coisa", passando a vê-la como a simples possibilidade de exercer esse contato, uma vez que não é necessária uma proximidade material e

permanente para que haja posse, pois nem sempre o possuidor tem a possibilidade de dispor fisicamente da coisa. (SANTIAGO, 2004). Nesse sentido, essa teoria amplia a visão de posse e, por extensão, deixa mais clara a noção de propriedade.

Ao examinar obras lexicográficas e também de conteúdo jurídico, observa-se que os conceitos atribuídos a essas duas palavras deixam transparecer sutis e capciosas diferenças que, para um leitor pouco atento, podem passar despercebidas. A jurista portuguesa, Prata (1998, p. 743-744), explica que, na linguagem corrente, utiliza-se o termo posse para falar de propriedade, mas juridicamente posse e propriedade são realidades distintas. No dicionário dessa autora, a posse é definida como o poder que se tem em relação a qualquer outro direito real e não só no que diz respeito à propriedade. Portanto, pode existir posse de servidão, de usufruto etc. De forma não muito diferente, o jurista brasileiro Náufel (2002, p. 703) conceitua o termo posse, em seu dicionário jurídico, como “o poder de fato exercido por uma pessoa sobre uma coisa, normalmente alheia ou pertencente a dono ignorado, ou que não tem dono”, reafirmando, assim, a ideia de que o conceito de posse é abrangente e não tão restritivo, como se pensou no passado.

Os dois autores supracitados reiteram, pois, a noção de que todo poder exercido por alguém sobre um objeto qualquer que não seja necessariamente seu, segundo os pressupostos legais, é posse, sendo a propriedade, para eles, um tipo de posse juridicamente reconhecida. Esses conceitos deixam entrever que há posse mesmo não havendo propriedade.

O civilista brasileiro Pereira (2003), que é também um dos defensores da distinção entre posse e propriedade, explica que, não obstante os diferentes entendimentos que se têm a respeito de posse e, por extensão, de propriedade, em todas as teorias e escolas do Direito das Coisas⁷⁸, está sempre em foco a ideia de que uma pessoa tem a posse, independentemente de ser ou de não ser sua proprietária, por exercer sobre a coisa possuída poderes ostensivos, conservando-a e defendendo-a de ações de terceiros. Ademais, em toda posse há uma coisa e uma vontade, traduzindo a relação de fruição. (GONÇALVES, 2010, p. 59).

Essas noções, ao que parece, vêm elucidar a imprecisão terminológica que permeou esse tema nos séculos passados, e que, ainda hoje, é causa de algumas discordâncias na área jurídica, constituindo um forte indício para se crer que a posse é uma categoria que tem membros mais

⁷⁸ Para conceituar o Direito das Coisas, Gonçalves (2010, p. 19) cita a clássica definição de Clóvis Beviláquia (1915): “[...] direito das coisas é o complexo de normas reguladoras das relações jurídicas referentes às coisas suscetíveis de apropriação pelo homem. Tais coisas são, ordinariamente, do mundo físico, porque sobre elas é que é possível exercer o poder de domínio”.

representativos e outros mais periféricos. Ao demonstrar, através de uma escala hierárquica, os diferentes graus de posse, Gonçalves (2010, p. 63) ilustra claramente como a posse é categorizada pelo Direito Civil. Assim, afirma que “a detenção encontra-se em último lugar na escala das relações jurídicas entre a pessoa e a coisa. Na linha de frente estão a propriedade e seus desmembramentos; em segundo lugar, a posse de boa-fé; em terceiro, a posse; e, por fim, a detenção”.

Como se pode notar, as várias interpretações e conceitos, às vezes, convergentes e, às vezes, divergentes, conferidos à posse, levam a perceber que essa categoria não tem fronteiras rígidas, mas fronteiras difusas e flexíveis, com várias áreas de sobreposição. Talvez seja esse um dos motivos pelos quais Heine (1997, p. 1) considera a investigação da posse, sob o enfoque cognitivo, um desafio, o que é também atestado pela análise semasiológica do verbo “tomar”, objeto de estudo desta tese.

Ao investigar o comportamento semântico desse predicador verbal, é possível perceber, por meio das modulações dos seus sentidos, distintos modos de estabelecer a posse. Portanto, na análise a ser apresentada, assume-se que a posse relacionada ao ato de “tomar” refere-se a tudo aquilo que passa a ficar sob poder e sob controle provisório (“tomar algo por penhor”) ou permanente de alguém ou de algo (“tomar terras”), para alguma finalidade, incluindo bens corpóreos e não corpóreos. Parte-se do princípio de que tanto a apropriação do objeto caracteriza a posse quanto o contato físico ou nocional, seguido dos usos físicos ou nocionais do bem, momentaneamente ou por um prazo definido, para uma finalidade específica ou não.

Como uma forma de sintetizar as características apontadas sobre cada domínio básico de “tomar” analisado, propõe-se a leitura do quadro a seguir:

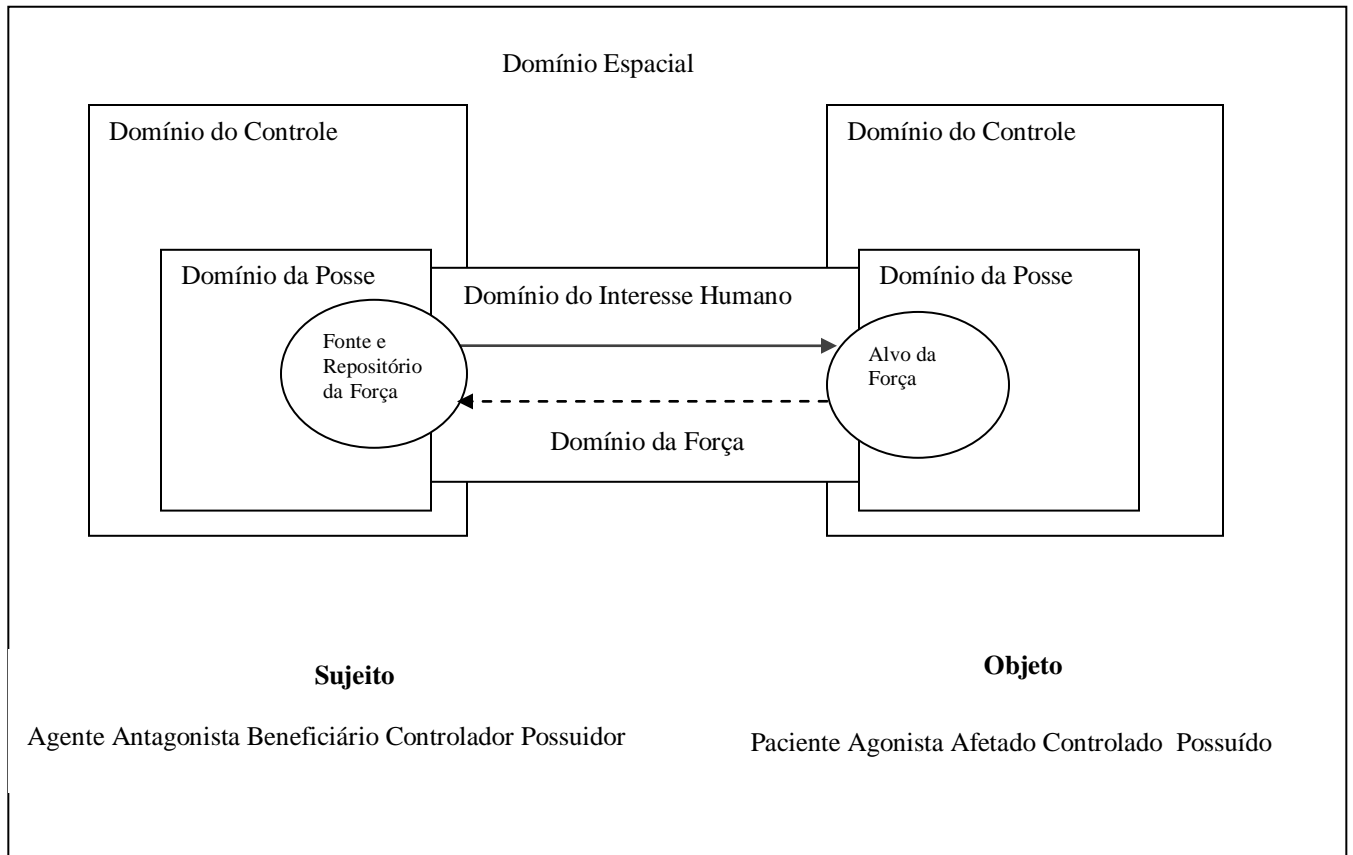
Quadro 5 - Caracterização da matriz complexa de domínios básicos do verbo “tomar”

DOMÍNIOS	SUJEITO	OBJETO	INTERAÇÃO ENTRE SUJEITO E OBJETO
Espacial	Agente	Paciente	Deslocamento do sujeito agente em direção ao objeto paciente, em um percurso espaço-temporal.
Força	Agente Antagonista	Paciente Agonista	Fluxo de energia (ou força) despendido de uma fonte/origem, o sujeito agente e antagonista, em direção ao objeto paciente, seu alvo ou agonista, e alteração do seu estado inicial.
Interesse Humano	Agente Antagonista Beneficiário	Paciente Agonista Afetado	Busca de vantagens pelo sujeito agente antagonista, que passará a ser beneficiário da ação, em decorrência do seu deslocamento e contato com o objeto paciente, agonista, afetado.
Controle	Agente Antagonista Beneficiário Controlador	Paciente Agonista Afetado Controlado	Controle provisório do agente, antagonista e beneficiário exercido sobre o objeto paciente, agonista e afetado, provocado pelo interesse nos seus benefícios e pela força dinâmica aplicada durante o deslocamento do primeiro, em direção ao segundo, que passam a ser, após o contato, respectivamente, controlador e controlado .
Posse	Agente Antagonista Beneficiário Controlador Possuidor	Paciente Agonista Afetado Controlado Possuído	Posse e controle permanente ou provisório do objeto paciente, agonista, afetado e controlado, após o interesse do sujeito agente, antagonista, beneficiário e controlador, e do deslocamento e contato, por meio de uma força dinâmica, entre o primeiro e o segundo, que passam a ser , respectivamente, possuidor e possuído.

Embora os domínios conceptuais básicos de “tomar” tenham sido discutidos nesta seção e elencados no quadro 5 separadamente, sabe-se que os conhecimentos que os integram não são acionados de forma isolada no cérebro humano, pois a conceptualização desse verbo ocorre em

uma matriz complexa de domínios que se interconectam, como se busca demonstrar na figura que se segue:

Figura 9 - Interação entre os domínios básicos de “tomar”⁷⁹



4.2.4 Domínios abstratos da experiência humana e o verbo “tomar”

Conforme já foi destacado, os usos físico-espaciais mais prototípicos de “tomar”, assim como podem apresentar variações semânticas em um mesmo domínio, podem ser projetados em diferentes domínios abstratos da experiência humana. Nesses últimos casos, os sujeitos da ação de “tomar”, em lugar de selecionarem bens materiais, manipuláveis e móveis, como alvos do seu deslocamento e posse, conceptualizam metonímica e/ou metaforicamente processos, estados,

⁷⁹ A figura apresentada baseia-se na análise da matriz de domínios básicos do verbo “tomar”.

sentimentos, emoções, qualidades, ideias, conceitos morais, crenças, atividades, desejos e funções sociais. Assim, é possível “tomar amor”, “tomar conhecimento”, “tomar trabalho” etc.

Essas relações, embora preservem os esquemas de imagens dos usos básicos de “tomar” que emergem de atividades sensório-motoras dos indivíduos, da sua forma de interagir com o mundo, de sua orientação espacial e de sua manipulação de objetos, não implicam um contato físico entre o sujeito e o objeto, mas uma transmissão abstrata de energia e, por conseguinte, o emprego de uma força potencial motivados pelo interesse não só em propriedades comerciais ou utilitárias dos objetos almejados mas nos seus valores afetivos, intelectivos, sociais, morais etc. Tudo isso resulta em um controle não físico, atemporal e em uma posse abstrata, não prototípica, por parte do sujeito, o que pode ser explicado pelos princípios da motivação experiencial, da unidirecionalidade e da invariância já citados anteriormente.

Entre os domínios que são alvos mais recorrentes de extensões metonímicas e metafóricas do verbo “tomar” no *corpus*, podem-se citar os seguintes: a) o das relações, funções e serviços sociais; b) o mental ou epistêmico; c) o moral-religioso; d) o dos sentimentos e estados psicológicos; e) o da linguagem; f) o da direcionalidade; g) o temporal; h) o laboral e i) o dos elementos da natureza e atividades relacionadas. Seguem algumas breves considerações sobre cada um desses domínios.

4.2.4.1 Domínio das relações, funções e serviços sociais

Entende-se que as relações, funções e serviços sociais estão associados aos diferentes tipos de interação estabelecida entre os indivíduos de um determinado grupo social, incluindo formas de conduta, comportamentos, ações, relações de dominação e de submissão, entre outras questões. O contexto sócio-histórico em que alguns textos integrantes do *corpus* foram produzidos parece favorecer a grande recorrência dos usos de “tomar” nesse domínio, sobretudo na primeira fase do período arcaico, que corresponde à Baixa Idade Média, quando a sociedade lusitana estava dividida em classes bem definidas e as funções sociais eram claramente delimitadas.

Nessa época, a busca pelo poder era materializada pelas constantes guerras que tinham por finalidades a expansão de fronteiras, a conquista de espaços bem como a dominação política e econômica sobre os seus habitantes, culminando, quase sempre, em controle e posse de bens

(materiais ou não) que despertavam o interesse humano, ou porque geravam algum tipo de riqueza ou porque eram necessários naquela sociedade, de modo que são recorrentes, no *corpus*, usos metafóricos e metonímicos de “tomar” para expressar relações sociais (“tomar cidade”, “tomar fiador”). Nos períodos subsequentes que correspondem ao português clássico e ao contemporâneo, ainda que esse domínio não se mostre tão saliente, algumas relações semânticas desse tipo são registradas.

4.2.4.2 Domínio mental ou epistêmico

As projeções de valores semânticos físico-espaciais prototípicos de “tomar” para o domínio mental ou epistêmico são detectadas no *corpus* não só no período de transição entre a sociedade medieval e a sociedade clássica mas, principalmente, no português contemporâneo, o que pode ser explicado com base no contexto sócio-histórico.

Para o escritor Alvin Toffler (1991), é cada vez mais expectável que operações de manipulação física de coisas se tornem intelectuais. Isso significa dizer que à medida que as sociedades se desenvolvem, há uma tendência a abstratizações de conceitos. Essa mesma perspectiva é reiterada pelo sociólogo italiano Domenico De Masi (2000, p. 16), que, se baseando na observação empírica e em dados estatísticos, chegou à seguinte conclusão: “[...] tanto no tempo em que se trabalha, quanto no tempo vago, nós, seres humanos, fazemos hoje sempre menos coisas com as mãos e sempre mais coisas com o cérebro, ao contrário do que acontecia até agora, por milhões de anos.” Isso é perceptível na passagem do mundo feudal para o mundo moderno.

Em síntese, ao longo de eras e séculos, o homem desenvolveu potencialidades físicas, mas sobretudo mentais, que podem ser percebidas no plano semântico-lexical, a exemplo de “tomar decisão”, conforme evidencia o complexo semasiológico do verbo “tomar” no decorrer dos séculos.

4.2.4.3 Domínio moral-religioso

A proeminência do domínio moral-religioso como alvo de projeções metafóricas e metonímicas de “tomar” no período arcaico da língua portuguesa, ao que tudo indica, encontra

explicação na visão teocêntrica difundida pela Igreja e nos valores morais-religiosos que perduraram na Idade Média por influência do Cristianismo. (PERRY, 1999).

Já nos séculos seguintes, mais especificamente no período da história considerado clássico ou moderno, conquanto as ideias de que Deus era o centro do universo e de que a Igreja era responsável pelo ensinamento e manutenção de valores morais-religiosos tenham gradativamente dado lugar a uma concepção de moral mais voltada para o antropocentrismo e para uma visão de mundo mais humanista, muitos valores do passado não foram esquecidos. Nas sentenças com o verbo “tomar”, em textos produzidos nesse período, nota-se, claramente, que os sujeitos ainda conceptualizam bens religiosos e morais, como se fossem objetos palpáveis, visando a sua posse e a um conseqüente benefício pessoal, como salvação, redenção, evolução (“tomar fé”, “tomar o batismo”).

Essas escolhas semântico-lexicais evidenciam a necessidade que os indivíduos daquela época tinham de seguir modelos de conduta moral-religiosa e contrapõem-se ao comportamento mais racional e pragmático do homem contemporâneo, o que parece justificar as poucas projeções metafóricas ou metonímicas para esse domínio nos séculos XIX e XX.

4.2.4.4 Domínio dos sentimentos e dos estados psicológicos

A evolução das sociedades, ao longo da história da humanidade, veio acompanhada por mudanças fisiológicas, culturais e intelectuais que acabaram por se manifestar na maneira de o homem lidar com os seus sentimentos e emoções. Assim, à medida que ele foi se desvencilhando da visão mítico-religiosa predominante no mundo antigo e do ideal racionalista que caracterizou a passagem da Idade Média para a Moderna, rompeu com dogmas teológicos, crenças religiosas e, ao invés de submeter-se cegamente à vontade de Deus e da Igreja, considerados superiores a tudo e todos, passou a ser o grande responsável pelos seus atos e a exteriorizar a sua forma de ver e de sentir as coisas, ao contrário de reprimi-las como se fossem erradas, pecaminosas ou heresias.

Desse modo, ao mesmo tempo em que o homem prezou pela valorização do conhecimento, da racionalidade e do saber, contribuindo para o surgimento das ciências, para as grandes navegações, para a expansão econômica e tecnológica e para a valorização das artes, aguçou a sua sensibilidade. Tendências literárias, como o Romantismo no século XVIII; o Simbolismo no século XIX, dentre outros movimentos artísticos e culturais que pregavam a

subjetividade humana, parecem ter estimulado a exposição de sentimentos (antes mais escondidos), que se manifestaram tanto nas obras dos seus principais representantes como na vida e nos escritos do cotidiano, das pessoas comuns, conforme atestam os textos do *corpus* (“tomar sentimento”, “tomar medo”).

4.2.4.5 Domínio da linguagem

Da Idade Antiga à Contemporânea, várias teorias tentaram e ainda vêm tentando explicar a origem e a natureza da linguagem, os seus mecanismos, a sua relação com o sujeito, com a sociedade e com o cérebro humano.

Acredita-se que, na Idade Moderna, foram dados os primeiros passos para que as investigações acerca da linguagem fossem ampliadas. O surgimento da imprensa, somado à publicação das primeiras gramáticas do português e a consequente normatização da língua portuguesa marcaram, sem dúvida, uma nova era, na história da sociedade portuguesa, que repercutiu não só na variedade europeia da língua mas também na brasileira.

Nos séculos que sucederam esse período, o surgimento de várias correntes teóricas para o estudo da linguagem contribuíram para a consolidação da Linguística como ciência e para a consequente sistematização dos estudos linguísticos em diferentes subáreas, como a fonética, a morfologia, a sintaxe, a semântica, a frase, o discurso, dentre outras. No *corpus*, as extensões de “tomar” para esse domínio concentram-se mais nos textos do português clássico (“tomar a sílaba”, “tomar o acento”).

4.2.4.6 Domínio da direcionalidade

A direcionalidade está associada à noção de lugar que, por sua vez, atrela-se à noção de espaço. Com a mudança da sociedade feudal para a sociedade citadina, o homem de fins da Idade Média e início da Moderna começou a ver o espaço sob uma outra perspectiva. Assim, ao invés de situar-se em uma localidade indefinida do campo, passou a ocupar um lugar demarcado em uma cidade, em uma casa etc. Como consequência disso, percebeu que há lugares à volta de outros, no centro de outros, ligados a outros, o que prova, segundo Teixeira (2000, p. 221), a relação intrínseca entre lugar e cognição e a enorme força que os mecanismos cognitivos

possuem para a construção dos modelos representativos dos lugares no espaço. Embora pouco recorrente, os usos de “tomar” que indicam direcionalidade aparecem em todos os períodos da língua portuguesa “tomar caminho”, “tomar a porta”).

4.2.4.7 Domínio temporal

O tempo, ao longo dos séculos, tornou-se um objeto valioso na cultura ocidental moderna e isso é atestado no *corpus*, embora sejam poucos os registros (“tomar o tempo”). Lakoff e Johnson (2002, p. 51), ao examinarem como a metáfora conceptual “Tempo é Dinheiro” manifesta-se no inglês contemporâneo, explicam que o trabalho é normalmente associado ao tempo que se toma, ou seja, que se usa e, por extensão, que se gasta para a realização de uma atividade.

Por isso, tornou-se hábito pagar as pessoas pela hora, semana, mês ou ano. Os autores acrescentam que essa prática é relativamente nova na história da humanidade e não existe em todas as culturas, mas, nas sociedades capitalistas, pode ser explicitada de muitas formas: “unidades de chamadas telefônicas, pagamento por hora, taxas diárias de hotel, orçamentos anuais, juros sobre empréstimos e pagamentos de dívida para com a sociedade através do ‘tempo de serviço’”. (LAKOFF ; JOHNSON, 2002, p. 51). Acrescentem-se a isso, as horas-aula que o professor ganha e as diárias pagas aos trabalhadores domésticos, da construção civil, dentre outros.

4.2.4.8 Domínio laboral

O domínio das atividades laborais, em específico, está atrelado a ações que, na Antiguidade, representavam esforço e que podiam ser recompensadas ou não. Para os gregos, tudo aquilo que fazia suar, com exceção do esporte era trabalho. “Quem trabalhava, isto é, suava, ou era um escravo ou era um cidadão de segunda classe. As atividades não físicas (a política, o estudo, a poesia, a filosofia) eram ‘ociosas’, ou seja, expressões mentais, dignas somente dos cidadãos de primeira classe”. (DE MASI, 2000, p. 17).

Na sociedade romana, não era diferente. A concepção de trabalho era estruturada na atividade agrícola. Fossier (2007, p. 149-150) ratifica essa ideia, explicando que, enquanto os

esforços necessários à sobrevivência da espécie competiam aos escravos que executavam trabalhos domésticos e na terra, a caça, a guerra ou o discurso tinham um aspecto lúdico, o que era louvado, nobre e não devia ser confundido com preguiça. Contudo, o retrocesso gradual da escravidão e a ideia de que o trabalho exigia um esforço custoso, mas gratificante, trouxeram implícita a noção de trabalho como resgate espiritual e, até mesmo, como castigo. Assim, embora a ociosidade fosse uma forma de o homem dedicar-se a Deus, a concepção de trabalho, ao longo dos séculos, foi ganhando novas nuances⁸⁰.

Em fins da Idade Média, com a dissolução do sistema feudal e o surgimento das cidades, o mundo do trabalho organizado começou a despontar e a troca de vantagens pelas atividades desempenhadas foi instituída, consolidando-se com o sistema capitalista e com a Revolução Industrial que implementaram uma série de critérios e deveres para o trabalhador. O trabalho, então, passou a ser obrigatório e remunerado, mas nem sempre era compatível com o tempo empregado na sua realização ou com o nível de responsabilidade exigido.

4.2.4.9 Domínio dos elementos da natureza e atividades relacionadas

Por último, identifica-se o domínio dos elementos da natureza e atividades relacionadas, o qual compreende fenômenos naturais, como chuva, vento; efeitos climáticos, como calor, frescor; astros, como o sol; gases, como o ar, oxigênio, e atividades que se relacionam a esses ou a outros elementos, como o banho.

Acompanhando a história da evolução humana, é possível verificar como o homem vem se relacionando com esses elementos, ao longo dos séculos, qual o grau de importância que lhes atribui e como os conceitua. Para muitas civilizações, por exemplo, o sol era um deus, com um nome específico e o mais importante de todos os astros. Para outras, havia o deus da chuva, dos ventos e das águas. O mesmo ocorre em relação ao banho. Cada sociedade, em cada época, estabeleceu como essa atividade deveria ser, quando, onde e se deveria ocorrer.

No que se refere à relação desses elementos com “tomar”, verifica-se que ficam em uma posição intermediária na escala de abstratização dos objetos considerados alvos de projeções,

⁸⁰ Na sociedade contemporânea, embora novas regras tenham sido implementadas e muitos direitos do trabalhador tenham sido reconhecidos, o trabalho não parece ter perdido a sua relação com o *tripalium*, instrumento de tortura na forma de um tripé, do qual, ao que tudo indica, as atividades laborais herdaram o caráter “penoso” e, para muitos, “negativo” (FOSSIER, 2007, p. 150).

visto que não se enquadram nem na lista dos bens totalmente físico-espaciais ou concretos nem dos essencialmente abstratos, pois o ar, o oxigênio, o sol, os gases da terra e a água do banho, dentre outros, são realidades físicas perceptíveis (“tomar sol”, “tomar banho”), ainda que não sejam compactamente delimitadas e manipuláveis. Mas, ainda que suscite divergências, optou-se por considerar esse domínio menos concreto, o que justifica a sua inserção na lista apresentada.

4.2.5 Esquemas de imagens configurados pelo ato de “tomar”

Os esquemas de imagens e suas transformações operam como princípios estruturantes de Modelos Cognitivos Idealizados e, por conseguinte, de todo e qualquer processo de conceptualização. (OAKLEY, 2007, p. 218). Dentre os vários esquemas existentes e já citados anteriormente, interessam a este trabalho apenas quatro que estão relacionados à semasiologia do verbo “tomar”. São eles: o esquema denominado por Lakoff (1987) de *origem-percurso-meta*, também conhecido como *trajector*, de acordo com a terminologia de Langacker (1991); o esquema do *contato*, mencionado por Johnson (1987) e por Hampe (2005); o esquema da “força dinâmica”, esboçado por Talmy (1988), e o esquema do “continente/conteúdo” ou *container*, nomeado como “recipiente” por Lakoff e Johnson (2002).

Esses esquemas fundamentam os diferentes usos de “tomar”, ao longo da história da língua portuguesa, estando na base dos usos experiencialmente básicos e nas expressões metafóricas e/ou metonímicas com esse verbo. Pode-se inferir que, a depender do contexto de uso em que “tomar” é empregado, alguns desses esquemas podem apresentar-se mais proeminentes ou mais interligados, outros menos. E serão exatamente a perspectivação e a proeminência de uns, em contraposição à não saliência de outros que definirão as diferentes conceptualizações que envolvem esse verbo.

Embora sejam descritos separadamente e aparentem uma certa estaticidade nas ilustrações que os representam, esses esquemas são bastante dinâmicos e não existem como entidades individuais e isoladas, pois se interconectam por meio de transformações, podendo misturar-se a outros, subsidiá-los e sobrepor-se, devido a possíveis similaridades. Tais esquemas e transformações, além de se mostrarem recorrentes nos usos básicos de “tomar”, mantêm-se elaborados nas suas derivações por instanciação ou por projeções metafóricas e metonímicas.

Assinale-se, contudo, que a sua identificação não exclui a possibilidade de existirem mais esquemas a eles relacionados.

Araújo (2008, p. 77), por exemplo, ao discorrer sobre os usos espaciais das preposições *para* e *em*, na sua dissertação de Mestrado, destaca, com base na proposta de hierarquização de esquemas imagéticos apresentada por Peña (2008), que o *container* aparece como um esquema que subsidia outros, a exemplo da *superfície*, do *contato*, *dentro-fora*, *contenção*, mas, ao mesmo tempo está associado à *região delimitada*, que compreende, além desses, os esquemas *cheio-vazio* e *excesso*, por estar em um grau mais elevado dentro dessa hierarquia. Evans e Green (2006, p. 185), reforçando essa ideia, ao reportarem-se ao *percurso-origem-meta*, consideram-no apenas uma parte do complexo esquema do *percurso*, que é mais genérico e também permite alguns usos estáticos.

Para identificar os esquemas de imagens que se destacam na semasiologia do verbo “tomar”, partiu-se do pressuposto de que os seus usos mais básicos relacionam-se às experiências sensorio-motoras de movimento, força, contato bem como ao modelo cognitivo e cultural de posse material, que, conforme se explicitou, remonta ao Direito Romano e acompanha a história das civilizações ocidentais.

4.2.5.1 Esquema da *origem-percurso-meta* ou *trajector*

O esquema *origem-percurso-meta* ou *trajector* baseia-se na experiência básica de movimento, motricidade. Envolve um grande número de atividades humanas atreladas ao domínio espaço-temporal, as quais têm um ponto de início, um percurso e um ponto final⁸¹.

Nesse esquema, em que se visualizam, mais especificamente, as transformações do tipo *foco no percurso para foco no ponto final* e sequência de *uma trajetória*, focaliza-se a relação entre um agente, entidade que se move⁸² num lapso temporal em direção a um ponto fixo, que é o paciente. Lakoff e Johnson (1999, p. 32), ao referirem-se a esse esquema, mencionam os seguintes elementos (ou “papéis”) integrantes: um *trajector* que se movimenta (o agente); uma fonte ou origem de localização (o ponto de começo); uma meta ou alvo, isto é, a destinação

⁸¹ Para Lakoff (1987, p. 25), esses esquemas podem ser comparados a propósitos, que, para serem alcançados, pressupõem a existência de um caminho, com um ponto inicial e um ponto final.

⁸² Batoréo (2000, p. 509) define movimento ou deslocamento, inspirada no que descreve Teixeira (1991), como o processo que abarca o estado de coisas realizado por uma entidade agentiva que ao mudar-se de localização promove uma mudança de localização do objeto, alvo da sua ação.

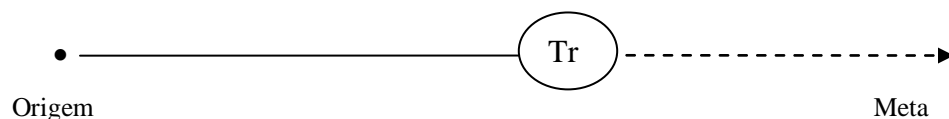
pretendida pelo *trajector*; uma rota da origem ao alvo; a trajetória do movimento, que corresponde ao percurso empreendido pelo *trajector* até o *landmark*, ou caminho mental traçado pelo sujeito da conceptualização em direção ao *landmark*, segundo Langacker (2006, p. 26); a posição do *trajector* em um dado tempo; a sua direção e a sua localização final, que pode ser ou não a destinação pretendida.

Dentre os elementos citados pelos autores, dois têm maior proeminência nas relações semânticas estabelecidas por “tomar”: o *trajector*, que corresponde ao sujeito, e o *landmark*, também conhecido como *fundo* ou *marco*, correspondente, nesse caso, ao objeto, ponto de referência desse verbo, que pode estar ou não sob o controle ou posse de uma terceira entidade. Em outras palavras, os elementos focais desse percurso, e conseqüentemente desse esquema, são o sujeito e o objeto.

Na definição de Langacker (1999, p. 298; 2006, p. 19), o *trajector* (tr) é o “participante focal primário” que funciona como “*start point*”, isto é, como um ponto de partida ou ponto inicial para a conceptualização. Em uma definição mais abrangente, trata-se da entidade que cumpre a ocorrência expressa pelo complemento e que permite ao conceptualizador acessar mentalmente o alvo. De modo geral, é um sujeito agente que se move, e, secundariamente, um experienciador que, a depender do tipo de interação estabelecida, quase sempre se beneficia da ocorrência. Em outras palavras, é a entidade pivô, em torno da qual a cena é organizada e para quem é fornecido o cenário em que está inserido o *landmark*.

Já este último elemento, o *landmark*, corresponde ao “participante focal secundário” e é, nas palavras de Langacker (2007, p. 436), a entidade de referência, a partir da qual a localização ou trajetória do movimento é especificada, podendo confundir-se com o *alvo* ou *target* que corresponde ao objeto a ser controlado ou possuído. Para uma melhor compreensão do esquema *origem-percurso-meta* e das suas transformações, pode-se ilustrá-lo, por meio da figura a seguir:

Figura 10 - Esquema imagético *origem-percurso-meta*



Fonte: Lakoff e Johnson (1999, p. 33, adaptação)

Em síntese, vale pontuar que os elementos que fazem parte do processo de conceptualização desse esquema não se restringem a objetos materiais, pessoas ou apenas ao domínio espacial, uma vez que podem ser extensíveis a outros domínios não espaciais e, portanto, a noções abstratas, como sensações, emoções, sentimentos, situações etc.

4.2.5.2 Esquema do *contato*

Embora tanto Johnson (1987) quanto Hampe (2005) façam referência ao esquema do *contato* e o considerem básico, não são muitas nem detalhadas as informações que se têm sobre ele. Considerando o frame de “tomar”, pressupõe-se que esse esquema entra na composição de outros esquemas envolvidos na conceptualização desse verbo, por meio de sobreposições. Dito de outro modo, acredita-se, por um lado, ser ele uma elaboração dos esquemas *origem-percurso-meta* e *força*, já que contato implica deslocamento, aproximação e emprego de força. E, por outro lado, pressupõe-se que também se relaciona com o esquema do *container* ou *recipiente*, uma vez que, para estabelecer a relação continente/conteúdo e, conseqüentemente, haver a posse provisória ou permanente do objeto, é preciso, *a priori*, que haja contato e manipulação direta de objetos.

Nesse caso, fica implícita a existência de zonas ativas, definidas por Langacker (1987, p. 272, 485)⁸³ como facetas de uma entidade capaz de interagir com um dado domínio ou relação, as quais embora possam estar atreladas ao corpo humano, não se restringem a ele. Nas construções com “tomar”, “segurar”, essas zonas podem ser as mãos ou os braços ou alguma outra parte do corpo responsável pela transferência do objeto e pelo contato. Todavia, enquanto há determinados verbos e objetos que exigem zonas ativas mais específicas, há aqueles cuja zona ativa pode corresponder a algo associado a uma outra entidade que compõe o frame. Ao ouvir um piano, por exemplo, é o som desse instrumento que é a zona ativa e não o piano em si, conforme explica Silva (2006a, p. 76).

Fazendo uma comparação entre o esquema do *contato* e o do *link* discutidos por Johnson (1987, p. 117-119), percebe-se que ambos apresentam semelhanças, mas diferem em alguns aspectos. De acordo com o autor, a combinação entre as capacidades perceptuais e as

⁸³ Langacker (1987, p. 485) considera zonas ativas “*those facets of an entity capable of interacting directly with a given domain or relation*”.

circunstâncias do ambiente em que os indivíduos estão inseridos propicia inúmeras ligações concretas (espaciais, temporais) e abstratas. Desde a barriga da mãe, o feto já vivencia essa relação, por meio do cordão umbilical. Em várias situações da vida diária, existe *link* ou ligação, seja quando a criança segura as mãos dos pais, seja em uma lâmpada ligada através de uma tomada na parede a uma fiação elétrica. Nesses casos, existem uma contiguidade espacial e uma conexão entre pessoas ou entre objetos, motivadas por uma relação de similaridade entre eles que pode ser propiciada por uma ligação genética, causal, funcional ou lógica, dentre outras possibilidades.

No caso do esquema do *contato*, entretanto, ocorre uma conexão diferente. As entidades que se ligam são de naturezas diversas e não o fazem pelos mesmos motivos do esquema do *link*, mas em decorrência de necessidades, exigências, interesses, o que pode ser estendido, via projeções metafórica e metonímica, a domínios abstratos, em que, ao invés de material, o contato estabelecido com o objeto é mental.

4.2.5.3 Esquema de *dinâmica de forças*

Também relevante para a análise das categorias verbais e para a compreensão do domínio da força é o *force-dynamics* ou padrão de dinâmica de forças proposto por Talmy (1988)⁸⁴. Esse esquema é recorrente em construções com verbos de ação como “tomar”, mas não se restringe apenas a interações de força física, uma vez que pode referir-se a interações sociais e psicológicas, e estender-se metaforicamente a outros domínios, como o psicológico, o social, o inferencial, o discursivo, o mental, indicando uma força potencial ou nocional. Trata-se, pois, de um conceito semelhante à noção linguística tradicional de “causatividade” ou “causalidade”.

Nesse esquema, há dois elementos que se destacam: o Agonista e o Antagonista. Na representação esquemática do verbo “tomar”, o primeiro corresponde ao objeto, que é conceptualizado como uma entidade que tem tendência à inação, ou seja, a resistir a sair do seu domínio para continuar como e onde está. Pode corresponder ainda ao seu proprietário, entidade portadora de sensibilidade e consciência que é afetada pela ação. Ambos representam “a força mais fraca”. Já o segundo corresponde ao sujeito, entidade da mesma classe deste último, que é

⁸⁴ Segundo Talmy (1988), a dinâmica de forças pode ser entendida como uma categoria semântica que inclui exercício de força, resistência desse exercício e superação dessa resistência, bloqueio de força e remoção de tal bloqueio, e assim por diante.

conceptualizado como aquele que vai alterar esse estado de coisas, porque tende à ação e representa “a força mais forte”. Conforme descreve Salomão (2008, p. 98), com base em Talmy (2000), o Antagonista é aquele que está “habilitado a agir, obrigado a agir, impedido de agir ou licenciado a agir”.

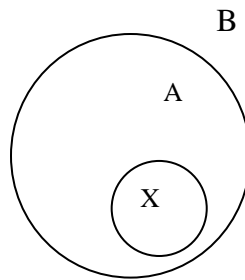
Em outras palavras, no frame de “tomar”, há uma fonte de energia inicial, representada pelo sujeito agente que é o iniciador do movimento e, ao mesmo tempo, o repositório da energia emanada, e um objeto alvo da ação, o qual pode estar sob a esfera de controle de uma outra entidade, o seu provável proprietário, que representa, na maioria das vezes, uma contra força, porque oferecer resistência ao movimento.

4.2.5.4 Esquema do *container* ou *recipiente*

O esquema do *container* ou recipiente baseia-se na concepção de que existe uma fronteira que distingue um interior de um exterior e, assim como os demais já mencionados, origina-se na experiência humana. Está não só vinculado ao domínio espacial mas aos domínios da força, do controle e da posse, podendo estender-se a outros, por meio de projeções metafóricas ontológicas, conforme descrevem Lakoff e Johnson (1980, 2002, p. 75), através das quais, é possível conceber eventos, atividades, emoções, ideias etc., como recipientes que podem ser quantificados, manipulados, deslocados e introduzidos em outros.

O esquema do *container* se constitui de um interior, uma fronteira e um exterior. Sua estrutura é descrita por Lakoff e Johnson (1999, p. 32) da seguinte maneira: dados dois *containers*, A e B, e um objeto X, se A está em B e X está A, então X está em B, conforme se verifica a seguir:

Figura 11 - Esquema imagético do *container* ou *recipiente*



X está em A
A está em B
X está em B

Fonte: Lakoff e Johnson (1999, p. 32)

De acordo com o *embodied realism* ou realismo corporizado pregado por Johnson (1987) e já citado anteriormente, o corpo humano é visto como um *container*, uma espécie de recipiente que pode armazenar objetos concretos, materiais, substâncias líquidas, e, por extensão metafórica, sentimentos, sensações, atributos, situações etc. Para melhor entender esse esquema, vale relembrar o que afirmam Lakoff e Johnson (1992, p.81-82):

Nós seres físicos, demarcados e separados do resto do mundo pela superfície de nossas peles; experienciamos o resto do mundo como algo fora de nós. Cada um de nós é um recipiente com uma superfície demarcadora e uma orientação dentro-fora. [...] Nós projetamos a nossa própria orientação dentro-fora sobre outros objetos físicos que são delimitados por superfícies. Dessa forma, concebemos também esses objetos como recipientes com um lado de dentro e outro de fora. [...] Mas mesmo quando não há uma demarcação natural física que possa ser vista definindo um recipiente, nós impomos as fronteiras [...] quer seja um muro, uma cerca, ou até mesmo uma linha ou plano abstratos.

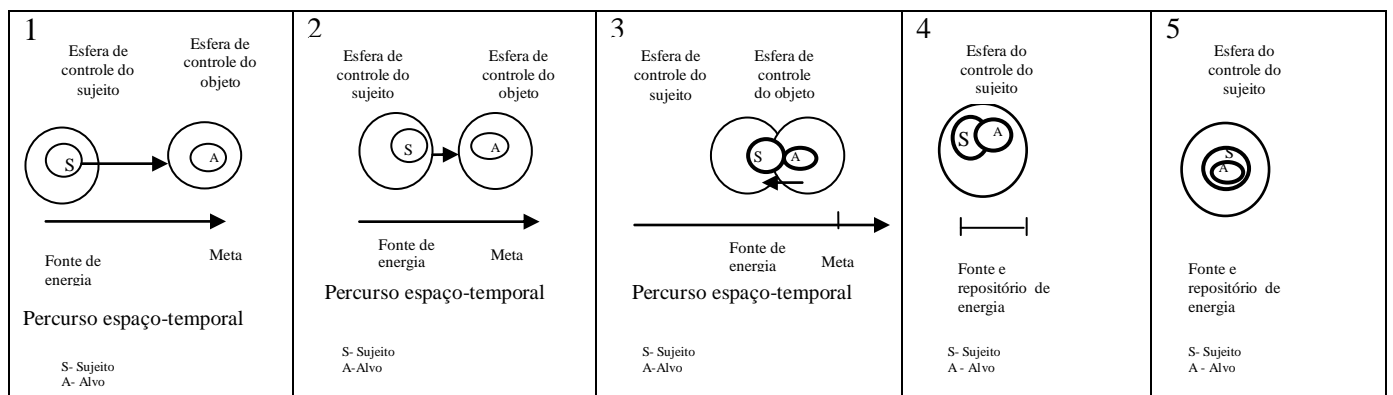
No que se refere ao verbo “tomar”, os “territórios” podem ser mais ou menos concretos ou mais ou menos abstratos. Nos dois casos, o sujeito é configurado como aquele que estabelece contato com esses objetos e o recipiente que os contém, isto é, que os mantém na esfera de seu controle. Portanto, tendo em vista que coisas materiais podem ser “tomadas”, no sentido de serem “pegadas”, “usadas”, “controladas”, “apropriadas”, ideias, estados psicológicos, sentimentos,

processos, atos de fala podem ser conceptualizados como bens que se “tomam”, isto é, que se “pegam”, que se “usam”, que se “controlam”, que são “apropriados” e, até, que são “ingeridos”.

Essas características deixam entrever que o arquétipo conceptual que melhor traduz a relação de posse concreta prototípica ou apropriação expressa pelo verbo “tomar”, sobretudo no período arcaico da língua portuguesa, é o esquema do *container*. Enquanto tal representação esquemática ilustra também a posse por ingestão de substâncias no corpo humano e suas instanciações, tendo surgido aparentemente a partir do período clássico e passando a ser prototípica no português contemporâneo, conforme se verificará no capítulo da análise; é o esquema do *contato* que melhor retrata a posse provisória não prototípica e o da *origem-percurso-meta* que melhor caracteriza a noção de deslocamento físico que esse verbo indica em todas essas situações. A similaridade entre esses esquemas é atestada por Silva (1999, p. 205), ao afirmar que a relação entre possuidor e possuído é análoga à que existe entre local e localizado: “[...] Dador (ou Possuidor) e Beneficiário são análogos a Origem e Meta; a entidade que recebe é como um recipiente para onde o sujeito passa ou onde o sujeito guarda o seu objecto; e a transferência de posse é semelhante à (e muitas vezes acompanhada de) deslocação de lugar”.

A inter-relação entre os esquemas *origem-percurso-meta*, *contato*, *força* e *container* configurados pelos usos físico-espaciais do verbo “tomar” e suas transformações podem ser visualizadas na figura a seguir, elaborada com essa finalidade:

Figura 12– Sobreposições dos esquemas *origem-percurso-meta*, *contato*, *força* e *container* de “tomar”⁸⁵



⁸⁵ A representação dos esquemas imagéticos de “tomar” baseou-se nos usos identificados no *corpus* da pesquisa.

No primeiro quadrado, o sujeito agente (S) e o objeto alvo (A) estão em suas respectivas esferas de controle; no segundo, o sujeito agente (S) desloca-se, em um trajetória espaço-temporal, do seu ponto de origem e aproxima-se do objeto alvo (A), sua meta inicial; no terceiro, o sujeito agente (S) estabelece contato com o objeto alvo (A), para o qual é dirigido um fluxo de energia, exercendo sobre ele um controle parcial ou temporário, e no quarto, o sujeito agente (S) transfere o objeto alvo (A) do local onde se encontra para a esfera de seu controle, sua meta final, estabelecendo sobre ele um domínio total e, na maioria das vezes, permanente. Por último, no quinto quadrado, o sujeito introjeta o objeto não só na esfera de seu controle e posse mas literalmente no seu próprio corpo, o que ilustra uma maior elaboração do esquema do *container*. Observa-se que, no primeiro e segundo quadrados, são perspectivados os esquemas da *origem-percurso-meta* e da dinâmica de *força*; no terceiro, focaliza-se o *contato* e, no quarto e quinto, o *container*.

A configuração e a perspectivação desses esquemas nos diferentes domínios da experiência humana, em associação às múltiplas dimensões que fundamentam as relações semânticas dentro dessa categoria, são os grandes responsáveis pela polissemia do verbo “tomar” na língua portuguesa, no decorrer da sua história, conforme se buscará mostrar na seção seguinte.

4.2.6 Dimensões que embasam a semasiologia da categoria verbal polissêmica “tomar”

Considera-se que as dimensões que embasam as relações semasiológicas dentro da categoria verbal “tomar” são: tipo de movimento; comportamento do sujeito; natureza do objeto; modo de interação/causatividade e tipo de controle/posse. A análise dessas dimensões sintático-semânticas e pragmático-discursivas respalda-se no enfoque multidimensional atribuído ao estudo da polissemia, defendido por Silva (2006a) e anunciado por Lakoff e Johnson (1980, 2002), dentre outros autores.

4.2.6.1 Tipo de movimento

Admitindo que “tomar” apresenta valores semânticos experencialmente espaciais, a partir dos quais diferentes usos se constituíram ao longo da história da língua portuguesa, infere-se que

a conceptualização do movimento realizado pelo sujeito desse verbo é uma dimensão que está na base das ligações semânticas estabelecidas entre os seus diferentes usos.

Enquanto em construções com “dar”, “oferecer”, “entregar”, dentre outros predicadores verbais transitivos, o movimento é unidirecional e paradigmático, porque o objeto é prototipicamente deslocado pelo sujeito até um alvo ou *landmark*, representado sintaticamente pelo objeto indireto que é a meta da ação (Sujeito Agente – Objeto1 = Alvo – Objeto2 = Meta), em construções com os verbos “tomar”, “pegar”, “roubar”, “colher”, dentre outros, ocorre uma inversão de perspectiva desse movimento, que passa a ser bidirecional ou, como denomina Fernandes (2000, p. 213), configurado por uma trajetória de tipo “vai-vem”, uma vez que a ação parte do sujeito agente, em direção ao objeto a ser tomado, alvo do seu deslocamento, e volta para o próprio sujeito, que, nesse caso, é também destinatário da sua ação, ou seja, sua meta final e, por conseguinte, beneficiário e experienciador dos seus efeitos (Sujeito Agente - Objeto = =Alvo/Meta 1 - Sujeito Beneficiário Experienciador = Meta 2).

Algo semelhante ocorre com verbos como “ir” e “vir” e “ir” e “voltar”, segundo Batoréo (2000, p. 512). No que se refere ao verbo “ir”, o esquema imagético básico é *origem-percurso-meta* e o ponto de partida é diferente do ponto de chegada. Já com “vir” e “voltar”, como explica a autora, “surge uma imagem circular, originando um esquema de Retorno: ORIGEM – [Afastamento] – [Aproximação] – ALVO (= ORIGEM)”, que pode ser aplicável ao verbo “tomar”.

Em síntese, no primeiro caso, com os verbos “dar”, “oferecer”, o movimento do objeto é para fora do sujeito, ou seja, é ablativo. No segundo, com o verbo “colher”, “tomar”, o movimento ocorre em direção ao sujeito, caracterizando a sua adlatividade. Em alguns contextos, porém, quando há mudança do participante dinâmico que realiza o movimento, o sujeito é apenas o paciente da ação. Em eventos desse tipo com o verbo “tomar”, tem-se um exemplo não prototípico, em que a focalização do deslocamento centra-se na recepção do objeto. Em todos esses casos, o movimento é físico-espacial.

Em contrapartida, nos contextos em que “tomar” não exprime um ato físico de apreensão, porque envolve controle epistêmico e posse nocional, ocorre a conceptualização de um deslocamento não físico-espacial ou “virtual”, conforme designa Talmy (1983), ou “abstrato”, de acordo com a denominação de Langacker (1987), posto que a sua base conceptual assim como

propriedades do esquema *origem-percurso-meta* são preservadas nas projeções para outros domínios.

4.2.6.2 Comportamento do sujeito

O comportamento do sujeito de “tomar” é uma importante dimensão que fundamenta as relações entre os sentidos que integram o complexo semasiológico desse verbo. Verifica-se que essa entidade é prototipicamente humana e, como tal, tende a ser conceptualizada como a(gen)tiva e dinâmica.

Nos casos em que o ato de “tomar” implica uma conceptualização de movimento espacial, a sua atividade é voluntária e pode ser motivada por diferentes interesses, tais como:

- a) o sujeito toma o objeto, para manipulá-lo, por pouco tempo, tendo em vista uma finalidade pragmática, funcional;
- b) o sujeito toma o objeto para usá-lo ou usufruir dos benefícios da sua posse, controlando-o por um prazo pré-determinado;
- c) o sujeito toma o objeto, para satisfazer alguma necessidade de ordem física, fisiológica, momentânea e
- d) o sujeito toma o objeto, para exercer um controle permanente sobre ele, adquirindo-o como sua propriedade, de forma lícita ou não.

Enquanto, em (a), (b) e (c), verificam-se exemplos de posse provisória e o sujeito de “tomar” é conceptualizado como um Agente-Experienciador-Possuidor⁸⁶, uma vez que dispõe do controle do objeto por curto ou médio prazo; em d), observa-se um exemplo de Agente-Experienciador-Apropriador, porque o sujeito se apropria do objeto, mantendo um controle irrestrito e atemporal sobre o mesmo, que pode ser lícito ou ilícito.

Em alguns poucos casos identificados no *corpus*, porém, conforme já se pontuou, o sujeito é conceptualizado como uma entidade mais passiva que dinâmica, porque o foco do ato de

⁸⁶ Deve-se dizer que a nomenclatura adotada para caracterizar a conceptualização dos sujeitos do ato de “tomar”, na análise semasiológica apresentada nesta tese, baseia-se nas noções distintas de posse e de propriedade discutidas anteriormente neste capítulo. Parte-se do pressuposto de que todas as interações estabelecidas entre os sujeitos e os objetos que integram os contextos de uso em que se identifica o verbo “tomar” são relações de posse. Entretanto, há aquelas mais prototípicas e há as menos prototípicas.

“tomar” recai sobre a recepção e experienciação dos efeitos de uma ação físico-espacial realizada por um outro participante do evento.

Por último, no que se refere aos usos abstratos, isto é, não físico-espaciais, resultantes de extensões metonímicas e/ou metafóricas, transformações de esquemas imagéticos, considera-se que o sujeito é conceptualizado como um Experienciador-Ativo, porque, mesmo havendo uma redução no grau de sua atividade, ele controla volitivamente as operações mentais, sensoriais, psicosociais etc. que realiza, ao mesmo tempo em que experiencia psicológica e, em alguns casos, fisicamente os seus efeitos.

4.2.6.3 Natureza do objeto

A natureza do objeto é uma terceira dimensão de grande importância que embasa a semasiologia de “tomar”. Levando em conta a noção atribuída à “coisa” pelo Direito Romano e também pelos Códigos Civis brasileiro, português, alemão, japonês, grego, como tudo aquilo que existe no mundo físico e que ocupa espaço, porque é tangível e tem consistência, considera-se que, no plano físico-espacial, o objeto de “tomar” é toda “coisa” inanimada ou animada, alvo do interesse humano, passível de manipulação direta, de deslocamento, de controle provisório ou permanente e de posse física.

Por outro lado, no plano não físico-espacial, os objetos alvos de “tomar” são bens não corpóreos, nocionais, conceptualizados, via projeção metafórica e/ou metonímica, como passíveis de movimentação, contato, controle e posse.

Como em alguns casos, é difícil mensurar o grau de concretude ou de abstração dessas “coisas”, tal como observam Vilela (2002, p. 163) e também Teixeira (2010), visto que essas noções dependem da maneira como o homem percebe e interage com a realidade, prefere-se admitir que, ao invés de uma oposição dicotômica, há um relação gradativa entre as categorias nominais dos objetos de “tomar”, o que pode ser explicado, recorrendo-se à ideia de um *continuum*.

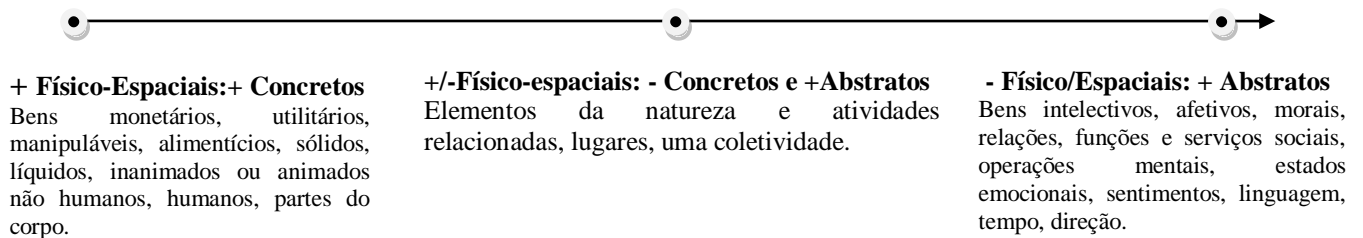
Com o intuito de mostrar que os conceitos abrangem diferentes níveis de abstração, Heine, Claudi e Hünemeyer (1991, p. 41- 42), com base em Sapir (1921), apresentam uma escala de abstratização representada a seguir:

Quadro 6 – Escala de abstratização de conceitos de acordo com Sapir

Tipos de Conceitos	Graus de Abstração
I Básico (Concreto)	Concreto
II Derivacional	Menos Concreto
III Relacional Concreto	Mais Abstrato
IV Relacional Puro	Puramente Abstrato

Fonte: Heine, Claudi e Hünemeyer (1991, p. 42)

Considerando que a complexidade semântica do verbo “tomar” é decorrente, em grande parte, da natureza da categoria nominal que acompanha esse verbo e que, do ponto de vista sintático, comporta-se como seu complemento e, do ponto de vista semântico, como alvo do deslocamento e da posse do sujeito, propõe-se a seguinte escala de abstratização para os objetos de “tomar”:



Observa-se que, nesse *continuum*, é possível verificar, em uma ponta, entidades que tendem a ser percebidas como mais tangíveis, manipuláveis e fisicamente deslocáveis, como livro, lança, papagaio etc.; entidades que se situam em uma posição intermediária, como lugares, grupos de pessoas, elementos da natureza e entidades que ficam em uma outra ponta, por representarem percepções subjetivas, sociais, culturais da realidade ou operações mentais, sensações, dentre outros.

Essa constatação leva em conta o estudo realizado por Teixeira (2010) sobre categoria nominal e abstração, em que esse autor observa que o homem tanto conceitua os nomes, de forma direta, com base na realidade sentida, percebida, observável, quanto de forma indireta, isto é, por meio de percepções construídas mentalmente, a partir de apreensões sensoriais já experienciadas, construindo, assim, imagens mentais mais complexas, mais abstratas, que envolvem processos,

estados, realidades dos universos de crença, ou seja, conceptualizações que nunca experienciou diretamente, como *Deus, sereias, fadas*, e até construções mentais que são impossíveis de experienciar, como a imagem de algo que não tem um formato definido.

4.2.6.4 Modo de interação ou causatividade

O modo como sujeito e objeto interagem nos eventos com o verbo “tomar” é também uma dimensão que estrutura seu complexo semasiológico. Essa relação pode ser definida como causatividade ou causalidade e corresponde à forma como os objetos físicos deslocam-se no espaço e entram em contato uns com os outros no mundo. Isso inclui a ação executada pelo sujeito agente (elemento causador) e o seu efeito sobre o objeto paciente (elemento causado).

No plano físico-espacial, a análise dessa interação nas construções com o verbo “tomar” refere-se à força dinâmica envolvida no evento, segundo os termos de Talmy (1988), que inclui, além da transmissão de energia ou poder causal do sujeito sobre o objeto, a alteração do estado (físico) preexistente do objeto controlado/possuído e do lugar que passa a ocupar após a mudança de controlador/possuidor. Já no plano não físico-espacial, o exame dessa interação envolve a força psicodinâmica bem como o estado emocional, mental, psicológico e o nível de afetação psicossocial experimentados pelo sujeito.

Entre as propriedades citadas por Lakoff e Johnson (2002, p. 145) que caracterizam manipulações diretas “prototípicas” e exemplificam a causatividade ou o “caso prototípico ou paradigmático de causalidade direta” aplicados a “tomar”, estão:

- a) O agente tem como objetivo alguma mudança no estado do paciente.
- b) A mudança de estado é física.
- c) O agente tem um “plano” para atingir o objetivo.
- d) O plano exige que o agente use um programa motor.
- e) O agente tem controle do programa motor.

4.2.6.5 Tipo de controle e posse

Por todos os motivos já expostos, o tipo de controle exercido pelo sujeito sobre o objeto de “tomar” e a sua conseqüente posse são mais uma dimensão que fundamenta as relações semânticas dentro dessa categoria verbal.

Considera-se que o verbo ora estudado indica posse prototípica ou canônica, quando ocorrem controle e aquisição permanente do objeto material, manipulável e móvel, que passa a ser propriedade do possuidor, conforme postulam Taylor (1996) e Heine (1997). Nesse caso, as construções prototípicas apresentam as características, a saber:

- a) o sujeito possuidor é humano e acumula os papéis semânticos de agente, de meta e de beneficiário da ação;
- b) o sujeito possuidor despende, intencionalmente, um maior fluxo de energia e força contra o objeto que tende a resistir à ação;
- c) o sujeito possuidor traz o objeto possuído para a esfera de seu controle e, portanto, para o domínio da sua posse, contendo-o fisicamente;
- d) o objeto possuído é um bem tangível, isto é, um objeto concreto, inanimado ou animado, mas não humano, que tem mobilidade, mas não tem autonomia, e que desperta interesse, devido ao seu valor comercial ou utilitário dentro de um determinado contexto sócio-histórico;
- e) o antigo proprietário fica privado do contato e da posse do objeto por tempo indeterminado;
- f) a relação do sujeito com o objeto é temporalmente indeterminada;
- g) o sujeito possuidor passa a ser o proprietário do objeto;
- h) o sujeito possuidor tem direitos exclusivos de acesso ao objeto possuído.

Em contrapartida, os casos que indicam desvios desse padrão são exemplos de posse não prototípica, bastante recorrente no *corpus*, tendo em vista que a noção de apropriação física expressa pelo verbo “tomar” enfraqueceu-se, ao longo dos séculos, dando lugar a noções mais específicas e outras mais abstratas.

Por fim, antes de inventariar e analisar os usos mais e menos prototípicos de “tomar” que ratificam a sua multidimensionalidade, será feita uma breve explanação sobre o significado esquemático desse verbo, com base naquilo que se observou acerca do seu complexo semasiológico e que se explanará na análise a ser apresentada no próximo capítulo.

4.2.7 Significado esquemático de “tomar”

A análise das dimensões que embasam os sentidos do verbo “tomar” bem como a

descrição das representações imagéticas nos domínios básicos e não básicos da experiência humana discutidos possibilitaram identificar um provável significado esquemático para esse verbo, isto é, um significado que subsume todos os usos, mas nem por isso deve ser entendido como único, absoluto ou gerador de seus sentidos. Trata-se, pois, de uma estrutura integradora que incorpora as características comuns dos seus membros e está em um nível mais alto de uma hierarquia não taxionômica, isto é, no nível superordenado, conforme apregoa Langacker (1987, p. 371).

Considerando que os diferentes usos de “tomar” constituíram uma complexa rede de relações semânticas ao longo da história da língua portuguesa, presume-se que a representação mental mais esquemática desse verbo pode ser assim descrita: *Movimento com vistas a estabelecer contato com um objeto e passar a exercer sobre ele algum controle.*

Por outro lado, “puxando os significados para baixo”, para o nível dos usos, como recomenda Silva (2003, p. 153), constata-se que à volta desse esquema ou núcleo, organizam-se distintos valores semânticos que se ligam entre si ou a um ou mais centros prototípicos, os quais podem transformar-se a cada período ou manter-se sem maiores alterações.

Para melhor visualizar o complexo semasiológico do verbo “tomar” e atestar a sua polissemia ao longo da história da língua portuguesa, serão examinadas, no capítulo a seguir, as modulações de seus sentidos documentadas em textos dos períodos arcaico, clássico e contemporâneo, levando em conta as cinco dimensões identificadas, os pressupostos teóricos da Semântica Cognitiva e, especificamente, o fenômeno da prototipicidade.

5 A POLISSEMIA DO VERBO “TOMAR” NOS DIFERENTES PERÍODOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Parte do discurso que apresenta numerosos exemplos de ampliação semântica, o verbo é, segundo Bréal (1992, p. 88), possivelmente uma das categorias mais polissêmicas das línguas naturais. O predicador verbal “tomar” ratifica essa suposição. A sua expressiva diversidade de usos é documentada desde as mais antigas obras lexicográficas do português, como a de Moraes Silva (1813, 1817, 1878), conforme já mencionado no capítulo 4 desta tese, em que esse autor chega a listar 59 acepções, até algumas mais recentes, como a de Houaiss (2004), que registra 48; a de Aurélio Ferreira (1999), que apresenta 32, e a de Borba (1991), que traz aproximadamente 27, muitas vezes redundantes e quase sempre acompanhadas de uma sequência de exemplos em que o referido verbo é considerado um verbalizador ou integrante de fraseologias⁸⁷.

No *corpus* deste trabalho, a multiplicidade de sentidos de “tomar” evidencia-se em todos os períodos da língua portuguesa. Seus distintos valores semânticos elaboram-se a partir de intanciações de um ou mais usos nucleares configurados em uma matriz complexa de domínios básicos, a qual inclui o espaço, a força, o interesse humano, o controle e a posse, e a partir de projeções semânticas, experiencialmente motivadas por modelos cognitivos idealizados de deslocamento material e de posse física de objetos manipuláveis, para domínios alvos abstratos.

Tendo em vista a ampla rede de significação do referido verbo, é objetivo principal deste capítulo analisar o seu complexo semasiológico, considerando os distintos graus de prototipicidade dos seus usos tanto sincrônica quanto diacronicamente, com base em um *corpus* constituído por 860 ocorrências provenientes de textos de diferentes séculos e gêneros. Devido à extensão da análise e à distribuição dos distintos valores semânticos de “tomar” em um escala de abstratização que compreende um contínuo de sentidos mais físico-espaciais de um lado e não físico-espaciais, de outro, examinam-se os primeiros, conforme se apresentam nos diferentes períodos da língua portuguesa. Depois, avaliam-se as suas extensões metonímico-metafóricas e, por último, apontam-se os casos em que esse item lexical presumivelmente aparece como um

⁸⁷ Na língua espanhola, ocorre algo semelhante com esse mesmo verbo. No dicionário de María Moliner (2001), “tomar” apresenta aproximadamente 32 acepções, as quais se somam a outras em que esse item lexical é parte integrante de fraseologias ou formas fixas. Comportamento análogo é, também, verificado com *to take* e *prendre*, seus correspondentes no inglês e no francês, respectivamente. As grandes listas apresentadas pelas obras lexicográficas referentes a essas línguas evidenciam a polissemia desses verbos e sua identificação com “tomar” no português.

verbo-suporte; como integrante de formas fixas, isto é, de expressões cristalizadas ou idiomáticas, e com sentidos vagos ou opacos, seguindo o mesmo percurso cronológico.

Por se tratar de um verbo prototipicamente transitivo e por serem o objeto e o sujeito semântico-sintáticos referências para a conceptualização dos seus usos e grandes responsáveis pela sua polissemia, buscar-se-á mostrar que os diferentes tipos de relação entre essas entidades podem abranger desde eventos concretos, que implicam uma trajetória espaço-temporal, com movimento de sujeitos agentivos humanos, uso de força física, controle e posse prototípica e não prototípica de objetos materiais, até relações que envolvem menor concretude e maior abstratização, com movimento, contato, força, controle mentais, e, conseqüentemente, sujeitos humanos menos agentivos e posse não prototípica de objetos nocionais.

5.1 USOS FÍSICO-ESPACIAIS DO VERBO “TOMAR” DOCUMENTADOS NO PORTUGUÊS ARCAICO

A análise do *corpus* do português arcaico permitiu identificar a existência de 336 registros do verbo “tomar”. Desse total, 168 ocorrências correspondem a valores físico-espaciais; 136, a extensões metonímicas e/ou metafóricas; 18, a usos vagos ou opacos, isto é, de difícil interpretação, e 14, a fraseologias ou expressões idiomáticas da época. Esses números equivalem, respectivamente, a 50%, 40,47%, 5,35% e 4,16% dos registros desse item lexical no período ora referido. Para uma melhor visualização desses dados, veja-se a tabela a seguir:

Tabela 1 - Frequências totais dos usos do verbo “tomar” no português arcaico⁸⁸

Significações	Frequências por séculos				Total/ N e %
	XIII	XIV	XV	XVI	
Usos Físico-Espaciais	38	51	51	28	168 = 50,00
Extensões Metonímicas e Metafóricas	23	51	45	17	136 = 40,47
Casos Vagos/ Opacos	4	1	5	8	18 = 5,35
Fraseologias	1	2	5	6	14 = 4,16
Total	66	105	106	59	336

⁸⁸ A contabilização dos dados numéricos apresentados na tabela 1 e nas demais tabelas referentes à frequência do verbo “tomar” está pautada nas ocorrências identificadas no *corpus* da pesquisa. Na maioria dos casos, destaca-se apenas a frequência absoluta, que corresponde à quantidade de vezes que a variável estudada assume determinados valores semânticos em cada século. Todavia, algumas apresentam também a frequência relativa, ou seja, os percentuais correspondentes.

Embora, no cômputo geral, a diferença percentual entre a quantidade de usos físico-espaciais e extensões metonímicas e/ou metafóricas seja pequena e aparentemente irrelevante, ao analisar cada século em separado, percebe-se que esses dados numéricos distinguem-se entre as sincronias estudadas, evidenciando a proeminência, em termos quantitativos e conceituais, dos usos físico-espaciais de “tomar” nos documentos do século XIII e XVI, e a coexistência equilibrada entre esses e os usos experientialmente abstratos nos demais séculos do período.

No *corpus* do português arcaico, foram identificados seis usos físico-espaciais parafraseados a seguir:

- I- ‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’;
- II- ‘apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito’;
- III- ‘subtrair algo tangível, alheio, ilicitamente’;
- IV- ‘usufruir de algo tangível, alheio, disponível ou usá-lo temporariamente’;
- V- ‘capturar alguém’ e
- VI- ‘encontrar(-se) (com) alguém’.

De modo geral, tais usos resultam de transformações dos esquemas imagéticos da *origem-percurso-meta*, da *dinâmica de forças*, do *contato*, do *container* e envolvem, conforme já se destacou anteriormente, movimento através do espaço, aproximação com objetos espacialmente delimitados, interação corporal, controle material e posse física temporária ou posse física por tempo indeterminado, que pode vir a se tornar permanente.

De todos os usos identificados nesse período, considera-se que os dois primeiros (I e II) são os mais salientes ou prototípicos. Por serem apreendidos pelos usuários da língua portuguesa como *gestalts* e emergirem diretamente de experiências corpóreas de deslocamento motor, de força física, de manipulação direta e de posse material, são também “conceptualmente básicos”, conforme a designação empregada por Silva (2006a, p. 202). Quanto aos demais valores físico-espaciais elencados (III, V e VI), infere-se que derivam dos prototípicos, pois reelaboram os seus esquemas imagéticos e apresentam menor frequência no *corpus* assim como pouca saliência

conceptual, excetuando-se o valor semântico *‘usufruir de algo tangível, alheio, disponível ou usá-lo temporariamente’*.

As principais significações físico-espaciais do verbo “tomar”, no período arcaico da língua portuguesa e o indicativo de suas frequências podem ser visualizados na tabela a seguir:

Tabela 2 - Usos físico-espaciais do verbo “tomar” no português arcaico e suas frequências

Significações	Frequências por séculos				Total N
	XIII	XIV	XV	XVI	
<i>‘Pegar algo ou alguém’</i>	2	25	30	13	70
<i>‘Apropriar-se de algo’</i>	16	16	14	5	51
<i>‘Subtrair algo de alguém’</i>	15	1	4	6	26
<i>‘Usufruir de ou usar algo’</i>	5	4	0	0	9
<i>‘Capturar alguém’</i>	0	5	0	2	7
<i>‘Encontrar(-se) (com) alguém’</i>	0	0	3	2	5
Total	38	51	51	28	168

Ao cotejar as frequências dos seis usos parafrazeados, observa-se que, enquanto os dois primeiros, *‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’* e *‘apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito’*, apresentam 70 e 51 ocorrências, respectivamente, e sobressaem-se no *corpus*, *‘subtrair algo tangível, alheio, ilicitamente’* contabiliza 26 (mais concentradas no século XIII); *‘usufruir de algo tangível, alheio, disponível ou usá-lo temporariamente’* apresenta 9 (distribuídas entre os séculos XIII e XIV); *‘capturar alguém’* tem 7 (encontradas nos séculos XIV e XVI), e *‘encontrar(-se) (com) alguém’* possui 5 (localizadas nos séculos XV e XVI), apresentando, portanto, números mais baixos.

A prevalência numérica e conceptual dos dois usos básicos e mais prototípicos de “tomar” é notada em relação às extensões de sentidos identificados no *corpus* desse período, uma vez que a quantidade de ocorrências do uso *‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’* é superior aos usos metonímicos e/ou metafóricos em cada

domínio não espacial em que esse verbo é projetado, assim como o número de registros de ‘*apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito*’ prevalece em relação aos demais, sendo inferior apenas ao uso prototípico anteriormente mencionado e às extensões metonímico-metafóricas no domínio das relações, funções e serviços sociais, conforme se indicará mais adiante.

Cabe ressaltar que a prototipicidade desses usos deve-se não apenas à elevada frequência no *corpus* mas, sobretudo, ao fato de que ambos refletem experiências perceptuais e esquemas de imagens primários que servem de base conceptual para instanciações físico-espaciais e para projeções metonímicas e/ou metafóricas em diferentes domínios abstratos, não só no português arcaico mas ao longo da história da língua portuguesa. Conforme explica Silva (1999, p. 66): “Adaptamos as categorias a novos contextos e interpretamos novas realidades com base no conhecimento já existente. Os protótipos são, assim, modelos de *interpretação*”. (Grifo do autor).

Acrescente-se a isso o fato de que “tomar” tem maior saliência onomasiológica no português arcaico, em comparação a outras categorias verbais de nível básico com as quais esse verbo compartilha propriedades sintático-semânticas e conceptuais, a exemplo de “pegar”, “apanhar”, “segurar”, “apropriar-se”, “apossar-se” e “apoderar-se”. O baixo número e até a inexistência de registros desses verbos, nos textos do português arcaico, contrapõe-se ao emprego recorrente de “tomar”, nesse mesmo período, o que indica a sua prototipicidade dentro da categoria de verbos de movimento causativo que constituem frames complexos e, como já foi explicado, envolvem força, interesse, manipulação direta e transferência de controle/posse. A tabela, a seguir, ratifica essas afirmações:

Tabela 3 - Saliência onomasiológica de “tomar” no português arcaico

Verbos	Ocorrências Século XIII N	Ocorrências Século XIV N	Ocorrências Século XV N	Ocorrências 1ª metade/ Século XVI N	Total de ocorrências no Período Arcaico N
“Tomar”	66	105	106	59	336
“Segurar”	0	4	6	10	20
“Apoderar(-se)”	5	5	0	0	10
“Pegar ~ “Apeguar”	0	0	2	3	5
“Apanhar”	0	0	0	0	0
“Apropriar(-se)”	0	0	0	0	0
“Apossar(-se)”	0	0	0	0	0

Acredita-se que um dos motivos para a discrepância entre o número de ocorrências de “tomar” e os demais predicadores verbais, nos séculos indicados, tenha sido a inserção tardia destes últimos na língua portuguesa. Segundo Cunha (1986), os primeiros registros de “pegar” ~ “apegar”, por exemplo, só aparecem no século XV, o que é confirmado pelo *corpus*; os de “apanhar” e “apropriar-se” ocorrem um pouco antes, no século XIV, mas não foram encontrados nos textos consultados; os de “apossar-se”, por sua vez, têm origem no século XVI, mas também não foram localizados nos textos, e, os de “segurar” e “apoderar-se”, embora tenham origem no século XIII, são bastante escassos, como se pode verificar.

Ao que parece, esses dados explicam a proeminência conceptual da categoria “tomar”, no português antigo, e são mais uma justificativa para a prototipicidade dos valores semânticos ‘*pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória*’ e ‘*apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito*’ e, por conseguinte, para a sua polissemia.

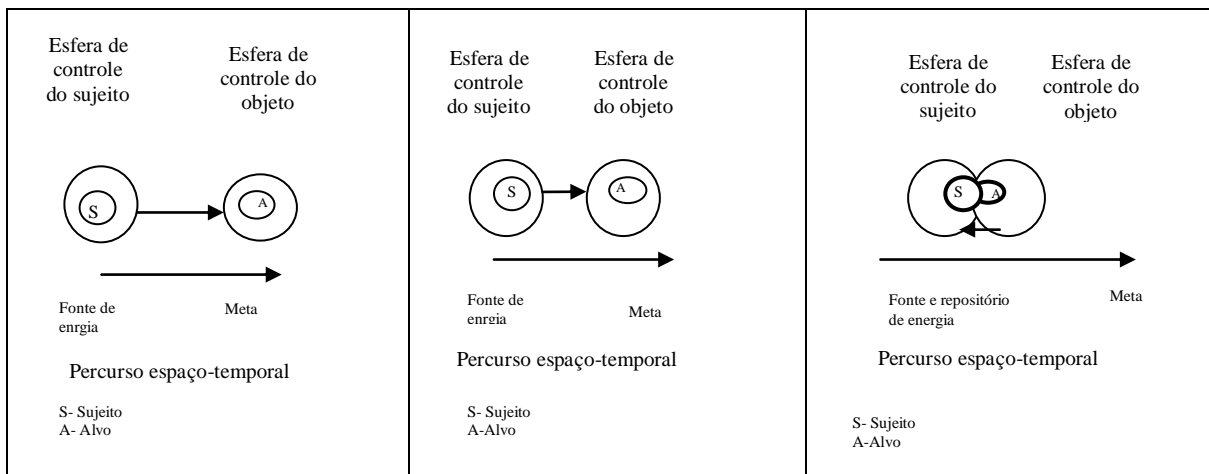
Em face dessas observações e admitindo, em consonância com Silva (2003, p. 154), que “a verdadeira natureza da estrutura semântica de uma categoria tem a forma de um espaço *multidimensional*” (Grifo do autor), cumpre agora discutir e comprovar, por meio de exemplos extraídos do *corpus*, que fatores semânticos, sintáticos, pragmáticos, discursivos, histórico-sociais fundamentam a conceptualização dos variados sentidos de “tomar” detectados.

A combinação dessas dimensões possibilita entrever que os diferentes graus de saliência conceptual dos usos desse verbo resultam, em grande parte, dos diferentes modos como são perspectivados os seus esquemas e de fatores extralinguísticos que interferem na sua conceptualização.

Em outras palavras, ainda que as imagens conceptuais construídas, ao se empregar o verbo “tomar” com os seis valores semânticos já citados, inter-relacionem-se, uma vez que partem de um interesse material e envolvem a conceptualização de um movimento contínuo realizado por um sujeito agente em direção a um objeto animado ou inanimado, visível, palpável (localizado em um determinado ponto de uma trajetória que tem começo, meio e fim), seguido do contato e da sua conseqüente posse, diferentes sobreposições de esquemas são operadas nesses usos, ilustrando perspectivas distintas de um mesmo ato, que resultam nos variados sentidos do mesmo verbo. Esses modos alternativos de conceptualizar determinada situação evidenciam a capacidade cognoscitiva que permite ao homem fazer uma e não outra escolha, ao falar. (SILVA, 2010).

Considerando o frame de *‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’*, por exemplo, o destino da trajetória confunde-se com a aproximação dos participantes do evento, isto é, sobrepõem-se os esquemas *origem-percurso-meta*, *dinâmica de forças* e *contato*, e focaliza-se o ponto de chegada e o contato como a meta, alvo do interesse e do deslocamento do sujeito. Devido a isso, associa-se o referido uso a um evento temporário, com uma finalidade prática, funcional. Os esquemas elaborados nas figuras 13 e 14 baseiam-se nos dados do *corpus* e visam a ilustrar tais sobreposições:

Figura 13 - Esquemas de *dinâmica de forças*, *origem-percurso-meta* e *contato*⁸⁹



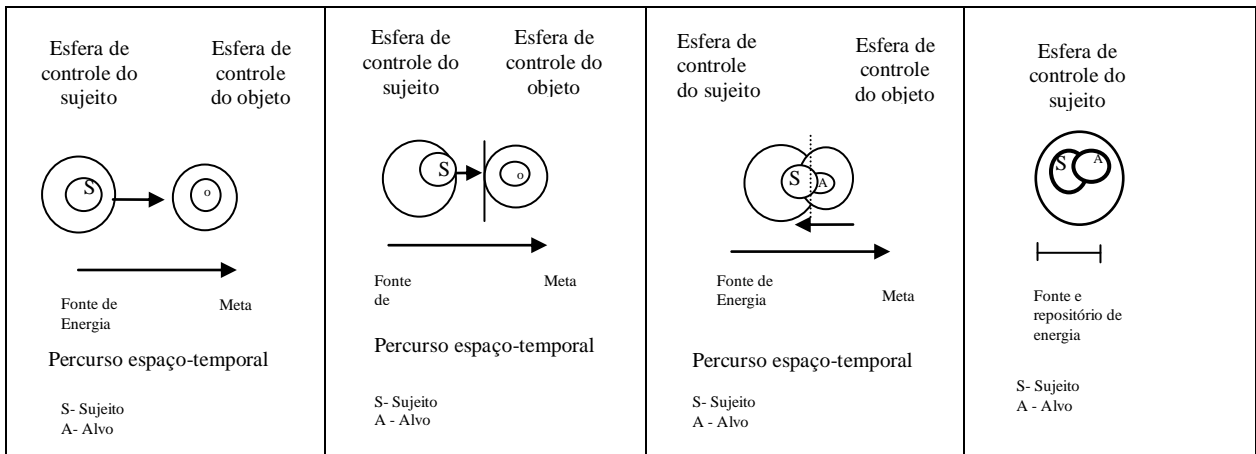
Quanto ao frame de *‘apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito’*, o ponto final da trajetória confunde-se com a apreensão do objeto, ilustrando a perspectivação dos *esquemas origem-percurso-meta*, *dinâmica de forças* e *container*⁹⁰ e as suas sobreposições. Nesse caso, a ênfase recai no resultado do ato de “tomar”, isto é, na apropriação do objeto pelo sujeito, o que justifica relacionar esse uso a uma ação, em

⁸⁹ Na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), os diferentes usos do verbo “tomar” são representados por gravuras em que uma pessoa executa um deslocamento bidirecional com o braço, evidenciando o movimento de vai e vem que caracteriza os frames desse verbo e reproduz os esquemas imagéticos por ele configurados. Para visualizar as imagens, pode-se conferir o texto “Por um dicionário escolar semibilingue de português para usuários de Libras: análise do verbo “tomar”, de autoria de Carvalho e Marinho (s/d), disponível no site <http://unbrevistaintercambio.net.br>

⁹⁰ Ao serem projetados para outros domínios, preservam as propriedades dos mesmos esquemas imagéticos e, portanto, a mesma base conceptual, conforme prediz o Princípio da Invariância.

princípio, permanente, com uma finalidade específica, resultativa e uma posse prototípica, nos moldes descritos por Taylor (1996) e Heine (1997), conforme já se ressaltou nesta tese.

Figura 14- Esquemas de *dinâmica de forças, origem-percurso-meta, contato e container*



Comparando as ações descritas no *Physical Control Cycle* proposto por Langacker (2004, p. 536), pode-se afirmar que a primeira perspectiva, representada pela figura 13, corresponde à fase da *action* ('ação'), que decorre da interação entre "ator" (sujeito) e "alvo" (alvo), efetivada por meio do exercício da "força", em um percurso espaço-temporal, e a segunda, representada pela figura 14, refere-se à fase do *result* ('resultado'), em que o "alvo" desloca-se também em um percurso espaço-temporal e passa para o domínio do "ator", sujeitando-se à sua força e controle.

Os comportamentos descritos deixam claro que os dois usos mais salientes de "tomar", no português arcaico, caracterizam eventos de causação prototípica, conforme definem Lakoff e Johnson (1980, 1999, 2002), visto que os sujeitos são os causadores da ação e da consequente mudança de estado dos objetos, ao mesmo tempo em que experienciam os efeitos e os benefícios dessa mudança, o que pode ser percebido nos demais valores semânticos menos prototípicos desse verbo, identificados nesse mesmo período.

Depreende-se que as dimensões coocorrentes que estão na base das ligações semânticas estabelecidas entre os distintos usos de "tomar", subsidiando as transformações de seus esquemas imagéticos e estruturando o seu complexo semasiológico no período arcaico da língua portuguesa, podem ser descritas como: a) comportamento ativo e volitivo do sujeito; b)

movimento espacial e bidirecional do sujeito; c) natureza material e manipulável do objeto afetado; d) contato físico e enérgico entre sujeito e objeto⁹¹ e e) posse concreta (prototípica ou não).

Para melhor entender como ocorrem essas inter-relações nos domínios básicos de “tomar” e como elas repercutem nos valores semânticos mais prototípicos e menos prototípicos desse verbo, analisar-se-á cada dimensão, recorrendo-se a alguns contextos de uso do referido verbo extraídos do *corpus*.

5.1.1 Usos físico-espaciais mais salientes ou prototípicos do verbo “tomar” no português arcaico

Conforme já se pontuou, o uso ‘*pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória*’ sobressai-se no português arcaico, com 70 ocorrências: 2, no século XIII, e 25, 30 e 13, nos séculos XIV, XV e XVI, respectivamente.

Nos contextos de uso em que se identifica esse valor semântico, os sujeitos são prototipicamente humanos e representam escalas sociais diversas, isto é, diferentes graus de hierarquia. Podem estar explícitos ou implícitos nos textos e comportam-se como Agentes-Experienciadores-Possuidores, pois volitivamente deslocam-se ou deslocam parte dos seus corpos, ao longo de uma trajetória espaço-temporal em direção a objetos materiais, manipuláveis, inanimados ou animados, a fim de transferi-los para a esfera do seu controle e de possuí-los por um curto prazo de tempo, destinando-lhes, para isso, um certo fluxo de energia.

Esses sujeitos são conceptualizados como aqueles que estabelecem o controle provisório dos objetos, visto que o seu interesse é presumivelmente funcional, como se pode observar em duas estrofes extraídas de uma *Cantiga de Escárnio e Maldizer* (século XIII) e transcritas a seguir:

Estavam hoje duas soldadeiras
dizendo bem, a gram pressa, de si,
e viu a ùa delas as olheiras
de sa companheira, e diss’assi:

⁹¹ Deve-se salientar que os termos *sujeito* e *objeto* empregados para designar os participantes focais do ato de “tomar” referem-se não apenas aos papéis sintáticos atribuídos a essas duas entidades, mas aos papéis semânticos que assumem. Desse modo, o *sujeito* é entendido como aquele que age, ou seja, aquele que é o autor da ação e o objeto é o alvo, a meta a ser alcançada pelo sujeito, ou seja, a coisa afetada pela ação. As dimensões destacadas, portanto, referem-se a relações de natureza mais semântica do que sintática.

((V5)) - Que enrugadas olheiras teendes!
 E diss'a outra: - Vós com'ar veedes
 desses ca[belos sobr'essas trincheiras]?
 [...] en'esse rosto. E des i
 ((V10)) diss'el'outra vez: - Já vós doit'havedes;
 mais **tomad'**aquest'espelh'e veeredes
 tôdalas vossas sobrancehas veiras.

((V20)) E depois **tomarom** senhas masseiras
 e banharom-se e loavam-s'a si:
 e quis Deus que, nas palavras primeiras
 que houverom, que chegass'eu ali;
 e diss'a ãa; - Mole ventr'havedes;
 ((V25)) e diss'a outr': - E vós mal o 'scondedes,
 as tetas que semelham cevadeiras. (CEM, 158).

Nos dois versos da cantiga, em que se registra o verbo analisado, observa-se que o contato entre os sujeitos, *duas soldadeiras*, e os objetos, *espelho* e *masseiras* ('escudelas de amassar o pão'), evidenciam uma relação de posse temporária, o que também se comprova em outras sentenças com esse mesmo predicador. Nesses casos, normalmente, o ato de “tomar” antecede um ou outros eventos de um frame maior ou de uma cadeia de frames interligados pelo conectivo *e*, constituindo períodos compostos por coordenação (“tomar *e* fazer algo”)⁹².

No trecho a seguir, retirado dos *Costumes de Santarém*, texto do século XIV, assim como se observa no anterior, o verbo “tomar” introduz uma pequena sequência de ações. Levando em conta o contexto sócio-histórico em que o texto foi escrito, presume-se que o sujeito, a quem se destinavam as normas estabelecidas pelo direito consuetudinário da época, se visse que o tonel ou a talha, onde se colocavam a água ou o vinho, estava vazio, deveria enchê-lo (a) da última bebida e, em seguida, “tomar” um vaso e pô-lo na casa do vizinho, para vender o vinho:

[...] & o tonel ou ta'a'lha ã que o q(ue)r gei'tar. & se esteuer uazi'õ. cata-lo-ã cõ huu capeirõ se j'az hy augua. ou ui'nhõ. & sy hi' nõ j'ouuer nada. entõ lançarã o ui'nhõ no tonel. ou ta'a'lha & **tomarã** hũu tarraço daquel vi'nhõ. & poe-lo-ã en cas' dũu seu ui'zi'nhõ. & entõ vendera seu ui'nhõ [...] (CS,87,10ra).

Como se pode observar, nesses e em outros exemplos em que o verbo “tomar” apresenta o sentido de ‘*pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória*’,

⁹² Em alguns casos menos recorrentes, as sentenças seguintes podem indicar a finalidade da ação, sendo introduzidas pelas preposições *por*, *per*, *pera* ~ *para* (“tomar algo, *para* fazer algo com o que tomou”).

os sujeitos podem estar explícitos ou implícitos nos contextos. Tanto são pessoas comuns, não nobres da época, a exemplo das soldadeiras (dançarinas), como indivíduos de escalas sociais e espirituais mais elevadas, conforme se verifica a seguir:

[...] e estes am a d'ir deant(e) cõ candeas e cõ encẽssayros a q(ue) chamã tori[b]olos dizendo estas palau(ra)s cãtando q(ue) disse N(ost)ro Senhor Ih(es)u Cr(ist)o eneste dia aos se(us) dicipolos q(uan)do **tomou** o pã e o beezeu e q(ue)brantou e disse q(ue) aq(ue)l era o sseu corpo q(ue) por nos seerya traudo. (PP, 4, 19,34b).

Ley #X^a como o bispo ha de **to[m]ar** o olio das oliuas e bẽzelo Offerecendo ao bispo o olio das oliuas q(ue) dissemos ã esta out(ra) ley q(ue) conuẽ p(er)a untar [...] (PP,4,9,29d).

Nesses exemplos extraídos da *Primeira Partida*, texto do século XIV, entidades espirituais e religiosas, a exemplo de *Jesus Cristo* e do *bispo*, “tomam” o *pão* e o *óleo das olivas*, respectivamente, por meio das mãos⁹³, estabelecendo com esses objetos um contato material.

Mais uma vez, observa-se, nas cenas descritas, que o ato de “tomar” desencadeia uma pequena série de ações inter-relacionadas, visto que os sujeitos, ao passarem a ter o controle dos objetos, visam à sua utilidade prática. No primeiro exemplo, *Jesus* “toma” o *pão*, benze-o, reparte-o e diz que aquele é o seu corpo. No segundo, o *bispo* “toma” o *óleo das olivas* e benze-o, para, presumivelmente, utilizá-lo em cerimônias religiosas. O contato com esses bens não faz cessar o movimento nem implica a sua posse inerente, já que os sujeitos têm uma finalidade pragmática e temporária.

De modo geral, os objetos alvos desse tipo de evento são manipuláveis e inanimados ou animados (humanos ou não humanos). Considerando o interesse pessoal que despertam nos sujeitos e os benefícios funcionais que o seu controle e posse lhes propiciam, depreende-se que esses bens tinham valor mais utilitário que rentável na época em que os textos foram escritos.

Entre os seres inanimados, conceptualizados como alvos da posse dos sujeitos de “tomar”, com valor semântico ora analisado, e documentados no período arcaico, encontram-se: *espelho*, *masseiras*, *vaso*, *cadeira* (utensílios e objetos domésticos); *comida*, *pescado*, *pão*, *água*, *barris de água*, *tarraço de vinho* (alimentos e bebidas); *roupa*, *pano*, *coroa*, *vestidura branca* (peças do

⁹³ Os dedos, os braços, o colo, o corpo assim como as mãos, podem funcionar como zonas ativas envolvidas na interação, tal como designa Langacker (1987, p. 272, 485), e, mesmo estando elípticas, podem ser facilmente pressupostas nos frames configurados pelo verbo “tomar”.

vestuário); *armas, lança* (elementos bélicos); *vara, rédea, cordas* (instrumentos de montaria); *óleo das olivas, pedra, continhas amarelas, ervas* (elementos da natureza); *livro, escritos* (itens referentes à comunicação escrita); *saliva* (excremento humano), dentre outros. Alguns desses objetos podem ser visualizados nos exemplos que se seguem:

Primeiramente quando se algũẽ enssayar, **tome** a rredea ante que se arme, e atente o cavalo e metao naquelle andar que o na justa entende trazer. (LEBCTS, 7, 117r).

E, chorando elle e dando uozes muy amargosamẽte, ouuyo subitamente hũa uoz asy como de menino, que lhe dizia muy ameude: **Toma** e lee! **Toma** e lee! E elle aleuãtouse e **tomou** o liuro de Sam Paulo e abriuo e foy logo acertar em hũũ capitulo que diz asy: [...] (OE, 2,7.r).

E pois que deu a voz, saiu da a'gua ãũ homem mais negro que o pez e seus olhos vermelhos como as brasas; e aquel homem **tomou** a lança com que a besta foi ferida e ferio aquel meu filho que a ferira de tam gram ferida que o matou.(DSG, 98,32a).

Quanto aos seres animados, pessoas e bichos, também conceptualizados como alvos de uma posse provisória, verifica-se que ocorrem com menor frequência nos diferentes textos e fases do português arcaico. Seguem alguns exemplos recolhidos da tradução do século XV da *Demanda do Santo Graal* e da *Carta de Caminha*:

Tristam tolheu o elmo e ficou aos geolhos ante el e pediulhe mercê. E Dondinax lhe perdoou e el **tomou** pola mão e levantou. (DSG, 104, 34c).

[...] hu)u) papagayo pardo que aquy ocapitam traz -/ **tomarãno** logo na mão e acenaram peraa terra como que os avia h_ mostraranlhes hu)u) carneiro no) fizeram dele mençam · mostraranlhes hu)u)a galinha casy aviam medo dela e no) lhe queriam poer a mão edespois **atomaram** coma espantados de ranlhes aly de comer pam e pescado cozido · confejtos fartees mel e figos pasados · no) quiseram comer daquilo casy nada e algu)u)a coussa se aprouauam · lamçauãna logo fora[...] (CC, 3r).

[...] que eles se esqujuauam e afastauanse e hianse deles peracjma onde outros estauam e entã ocapitam fezese **tomar** ao colo de dous home)e)s e pasou o Rio e fez tornar todos -/ ajente que aly era no) serja mais caaquela que soya -/ e tanto queo capitã fez tornar todos vieram algu)u)s deles aele no) polo conhecere) por Senhor ca me parece que no) entendem [...] (CC, 6v).

Observa-se que, nos três contextos transcritos, o contato material entre sujeitos e objetos explicita-se, mais uma vez, por meio de zonas ativas, como as *mãos* e o *colo*, e precede outros atos a ele relacionados. As construções “tomar pela mão”, “tomar na mão” e “tomar ao colo” ilustram modos distintos de contato com os objetos e, portanto, variações semânticas contextuais do mesmo verbo.

No que se refere à interação entre os participantes focais do evento, pode-se dizer que se trata de um “caso prototípico ou paradigmático de causalidade direta”, conforme descrito por Lakoff e Johnson (2002, p. 145). A dinâmica de forças entre sujeitos Antagonistas e objetos Agonistas, nesses casos, é equilibrada. Em outras palavras, o fluxo de energia não é conflitante, pois não há uma imposição de força por parte dos sujeitos para controlarem os objetos nem tampouco existem barreiras ou resistência por parte dos objetos humanos ou dos supostos proprietários dos objetos animados (não humanos) ou inanimados, para que se estabeleça o contato com eles e sua consequente posse temporária. Acredita-se que isso se deva a três hipóteses: i) os sujeitos são os próprios donos dos objetos; ii) os donos são desconhecidos, ou iii) os donos ou os objetos não oferecem resistência ao deslocamento e à posse. Segue mais um exemplo para ilustrar essa relação:

Des que tener acertado o lugar da rredea per que lhe parecer que andará m bem na justa, segundo suso he scripto, quando sse armar **tome** as cordas e ponhaas na mãoo daquela guisa que as entende trazer, per noo ou per volta, e faça do corpo hũa pequena contenença de reve’s [...] (LEBCS, 7, 117r)

Do ponto de vista sintático, predominam as sentenças biargumentais, havendo poucas ocorrências em que se verifica a presença de um complemento relativo, introduzido pelas preposições *de* ou *a*, caracterizando uma sentença triargumental. Porém, em alguns casos, como os que se seguem, extraídos da *Crônica Geral da Espanha* e da *Primeira Partida*, o complemento direto pode vir antecedido por uma preposição:

E, desque vyrom que a nõ podyam achar, entõ ouverõ mayor sede e, como quer que tragyã vyanda, nõ na quiserom comer por tal que nõ ouvessem mayor sede, pero que todo lhes nom fazia prol. E **tomavã** das folhas das hervas e das arvores que hy stavã e comyãnas por lhes tolher a sede e pisavãnas e tiravãlhes o çumo. (CGE, 78,30d).

Mais agora q(ue)remos falar das q(ue) som en hũũ cõ o bautismo e esto he q(ua)ndo o cl(er)igo ouuer dita esta oraçõ prostumeyra q(ue) de cima dissemos ha de conspir na ssa mão e **tomar** daq(ue)la saiua cõ os dedos e poelha nos narezes e nas orelhas e nos olhos do q(ue) bautiza e diga estas palauras q(ue) disse N(ost)ro Sen(hor) Ih(es)u Cr(ist)o quando cospiu en t(e)rra e fez lodo e tamgeu cõ elle enos olhos daq(ue)l q(ue) naçera cego e fezeo logo ueer. (PP, 3,17,18c).

Para alguns gramáticos, o objeto direto preposicionado indica um traço estilístico dos textos antigos, ainda hoje registrado, que confere expressividade a algumas construções da língua portuguesa. Nesses exemplos, percebe-se o valor partitivo dos objetos “parte das folhas e certa quantidade da saliva”, ficando implícito que “tomar” de um objeto é “tomar” parte desse objeto. Em consonância com Borba (1991, p. 506), considera-se que esse valor significa o mesmo que “pegar de um objeto” e denota a ideia de utilização daquilo que se pega nas mãos.

O outro uso prototípico de “tomar” no português arcaico, parafraseado como *‘apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito’*, embora partilhe características comuns com *‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’* e derive também do significado esquemático *‘movimento com vistas a estabelecer contato com um objeto e passar a exercer sobre ele algum controle’*, apresenta algumas propriedades divergentes, conforme se tentará mostrar.

Vale assinalar que apesar de ter se cogitado inicialmente que a incidência desse uso se sobreporia ao demais no período arcaico, por ser mais comum no discurso autoritário e, presumivelmente, mais fácil de ser encontrado em documentos não literários, atinentes à área jurídica (foros, testamento, documentos notariais) e à área historiográfica (crônicas históricas), isso não foi uma regra, visto que outros sentidos também se registram, nesses textos, com proporções variáveis, e, em alguns casos, o referido verbo sequer é registrado⁹⁴, o que leva a crer que o gênero textual não é uma condição *sine qua non* para determinar o uso ora indicado.

O valor prototípico *‘apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito’* ocorre 51 vezes no *corpus* do período arcaico e distribui-se nos três primeiros séculos equilibradamente. Distingue-se do sentido anterior no que diz respeito, sobretudo, à dimensão comportamento do sujeito. De modo geral, essa entidade é conceptualizada como Agente-Experienciadora-Apropriadora, uma vez que tem por finalidade a

⁹⁴ São exemplos os *Documentos Notariais*, dos séculos XII e XIII; as duas versões do *Testamento de Afonso X* e a *Notícia do Torto* do século XIII bem como os *Foros de Garvão*, do século XIV.

apropriação de bens de valor monetário e visa a benefícios mais comerciais que utilitários. Pode ser representada por uma autoridade oficial, como o *rei*, que exercia grande poder econômico e apresentava notoriedade política na sociedade da época; por *alcaydes*, *meirinhos*, *sayons*, *clérigos*, ou ainda por pessoas que recebiam bens por doação, por direito legal, por superioridade bélica e por feitos heroicos nas guerras.

Já nos exemplos, a seguir, o sujeito é representado pelo *rei*, a quem os demais integrantes da pirâmide social da época deviam respeito e submissão:

E se el rey quiser dar algũa rẽ por sa m(er)cee aaquel a q(ue) sacou os ollos, nõ lhy possa dar do seu, mays de´ lly daquello que lhy **tomou** d(e) #XX q(ui)nhoes #I e nõ mays e nõ el nõ outro rey q(ue) uenha depoy nõ lhy faça mayor mercee desta. E porq(ue) poderya seer q(ue) alguus omees depoy q(ue) [...] (FR, 1, 72r).

El Rey (e) a Raynha (e) seus filhos q(ue) do dia da p(ro)bicaçom desta nossa c(ar)ta feita em este signado publico q(ue) ora fizemos cõ toda a cl(er)izia do ((L029)) nosso arçeb(is)pado ataa #xv dias p(re)meiros seg(ui)ntes os q(ua)ees lhes damos por todas tres canonicas amoestações (e) t(er)mho p(er)entorio se ((L030)) abstenham de pousarem nõ comerẽ nos d(i)ctos moosteiros (e) eg(re)ias nõ **tomẽ** nõ mãdem **tomar** dellas pam nõ vinho carne nõ çeuadas ((L031)) palhas eruas ferrãaes nõ out(ro)s bẽes fazẽdo elles o contrai´ro (e)[...] (DN, 154).

Mas, como el rey Pirus era mancebo, avya grande sabor de andar per os reynos; e **tomou** sua molher e foisse pella ribeyra do mar contra a parte de ouriente. (CGE, 12,9a).

Considerando que a primeira passagem transcrita foi retirada da tradução do *Foro Real*, texto pautado em leis que postulavam sobre conjecturas, costumes, normas e possíveis infrações cometidas pelo homem medieval, pressupõe-se que, se o evento, de fato, ocorresse, seria conceptualizado como físico-espacial, em decorrência da (suposta) aproximação entre o sujeito agente, *rei*, e o objeto, representado pelo valor de #XX q(ui)nhoes #I, o que resultaria na transferência deste último para a esfera de controle do primeiro. Por se tratar de uma ação imposta, mesmo não sendo consentida pela entidade possuidora, *aquele que teve os olhos tirados*, deveria se efetivar.

No exemplo seguinte, do mesmo modo, o ato de “tomar” parece denotar poder, imposição. Porém, nesse contexto, o *rei*, a *rainha* e *seus filhos*, mesmo gozando de privilégios na sociedade medieval, ficam proibidos, segundo o que se interpreta do trecho extraído do

Documento Notarial da época, de se deslocarem em busca de objetos pertencentes aos mosteiros, como *pão, vinho, carne, cevadas, palhas, ervas e outros bens*, para transferi-los à esfera do seu controle (seu espaço, sua casa etc.), com vistas a beneficiar-se da sua posse. A determinação que os impede de fazê-lo evidencia que a apropriação desses bens pelo rei e seus familiares era uma prática comum na época, mas que encontrava resistência por parte da Igreja, a ponto de ter sido proibida por meios legais, conforme relata a passagem transcrita.

Já no último exemplo dessa sequência, o uso de “tomar” deixa explícita a condição de superioridade do rei como autoridade oficial e como homem. É sabido que a mulher na Idade Média era vista como um ser inferior que devia obediência ao seu esposo e tinha de acompanhá-lo em todas as atividades que desempenhava. Este, por sua vez, comportava-se como o seu possuidor. Le Goff e Truong (2003, p. 35) descrevem essa relação da seguinte maneira: “O marido é o dono do corpo da sua mulher, tem-no na sua posse”. Diante desse quadro, acredita-se que a posição marginalizada ocupada pela mulher, somada à sua condição de objeto sexual e de fonte de pecados podem ser justificativas para uma possível interpretação do emprego do verbo “tomar” nesse contexto indicando também apropriação.

Além dos *Papas* e dos *reis* mencionados, encontra-se como sujeito do verbo “tomar”, em contextos semelhantes, o *alcayde* ou *alcalde*, uma espécie de oficial de justiça, conforme define o autor do *Glossário do Foro Real*, José Ferreira (1987, p. 23), ou também considerado um governador de castelo ou de província, segundo Cunha (1986, p. 26). A ele cabiam as funções de policial, de fiscal, de juiz e de chefe do exército, por isso, investia-se do direito de aplicar penalidades e multas pecuniárias àqueles que infringissem as leis da época. Entretanto, mesmo com o poder de que dispunha, também tinha de submeter-se às determinações legais e reais, conforme se verifica a seguir:

Se p(er)uentura o teedor daquela cousa nõ for na t(er)ra p(re)sente e aquel que diz q(ue) a cousa e´ sua ueer an(te) o alcayde & querelese do teedor da cousa e o teedor nõ e´ na t(er)ra, o alcayde metao na teença da demanda ante boas testemunhias e thenha aa teença p(er) #VIIIº dias e nenhua cousa nõ **tome** nen alee end(e) [e] des #VIII dias adeãte leyxea en paz p(er)a aq(ue)l q(ue) a ante tija. (FR, 2, 99r).

Como se nota, mais uma vez, há uma negativa no contexto, o que não impede que se identifiquem as noções de movimento espacial e bidirecional, de emprego de força, de controle material e de posse atreladas à conceptualização do verbo ‘tomar’ nesse caso. No esquema de

imagem configurado, o sujeito *alcayde*, apesar de estar impedido por lei até o prazo de oito dias de “tomar” a coisa alheia que foi apropriada na ausência do seu dono, é conceptualizado como um ser dinâmico que pode deslocar-se em direção ao objeto concreto, *cousa*, que está sob a posse de outrem, para exercer o poder legal de que dispõe, ou seja, deferir com quem ficaria o bem.

Noções semelhantes explicitam-se, no exemplo a seguir, em que os sujeitos, *os alcaides e as outras justiças do rei*, deveriam “tomar” *D soldos do aver*⁹⁵ daquele que matasse alguém:

Se aq(ue)l q(ue) matar outro sen d(er)eyto fugir q(ue) o ñ possã au(er) p(er)a faz(er) d(er)eyto ou p(er)a faz(er) del iustiça, os alcaldes e as outras iustiças del rey **tomẽ** d(e) seu au(er) #D s(oldos) por omezio. (FR, 4, 142r).

Ainda como sujeitos de “tomar”, com o valor semântico de ‘*apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito*’, encontram-se homens que, conforme já salientado, se destacavam pela sua riqueza, como os *privados*, e pelas suas qualidades, habilidades e temor que despertavam nas lutas e combates travados durante as guerras, como os *romãos* e os *cavaleiros*, por exemplo:

- Vós que soedes em corte morar,
desses privados queria saber
se lhes há privança muit’a durar:
ca os nom vejo dar nem despende,
((V5)) ante os vejo **tomar** e pedir;
e o que lhes nom quer dar ou servir
nom pode rem com el-Rei adubar.
[...] (CEM, 245).

Mas aacima ouverõ de seer vençidos os de Africa e fogio Asdrubal e foron muytos dos seus mortos e cativos, assy que muy poucos scaparon. E **tomaron** hy os Romaãos muy grande aver afora os presos. (CGE, 61,23b).

O cavalleyro quando ouvyo nomear o apostollo Sã Pedro, espantousse e ouve medo de os **tomar**; e por esto ãvyo dizer a el rey todo o feyto daquella manceba e dos vasos e da sua grande fremosura e se lhe mandava que os **tomasse**. (CGE, 81,33a).

⁹⁵ *Soldos*, segundo a definição do glossário do *Foro Real* elaborado por José Ferreira (1987, p. 278), era uma moeda da época.

Além desses, identificam-se pessoas que tinham algum poder reconhecido por documento legal (foral e notarial) ou que se investiam do direito de se apropriarem dos objetos, por tê-los recebido em doação, conforme se pode verificar nos exemplos seguintes:

Qvem por diuida q(ue) deu(er) a p(ra)zo met(er) sobre sy tal pãa q(ue) se nõ pagar ao plazo que [aque] a q(ue) deue a deuida possa **tomar** seu au(er) du q(ue)r que o ache e o uender, que seya creudo subrella uenda p(er) sa parauõa chaa, tal p(re)yto como aqeste ualha. (FR, 3, 127r).

[...] q(ue) tragendo el d(i)to M(ar)tjm do(mingu)jz hũa vaca p(re)ta cõ sa ffilha q(ue) o d(i)to p(ri)oll p(er) sua força (e) Aut(or)ydade lha ((L007)) **tomara** fforçãdo´o´ della (DN, 105).

E [T]heofilo estaua recontando o prometimẽto que lhe fizera a sancta uirgem, escarnecendo della, e aque o menino chegou ante elle cõ o pano do linho aluo, ã que tragia aquellas maçãas marauilhosas e as rossas muy fremossas, e diselhe: Jrmãõ, ex aqui aquello que te promẽtu a uirgẽ muy sancta Dorothea, que te emuia do parayso do seu esposo. E entõ Theofilo **tomou** as pomas e as rosas e braadou muy grande uoz, dizen[d]o: Uerdadeyro Deus he Jhesu Christo. (OE, 1,2r).

[...]no) lhes deram vinho por sancho detoar dizer queo no) bebiam bem ./ acabado ocomer metemo nos todos no batel e eles cõ nosco ./ deu hu)u) gromete ahu)u) deles hu)u)a armadura grande de porcomontes bem Reuolta e tamto que **atomou** meteoalogo no beíço e por que se lho no) quería te)er derã lhe hu)u)a pequena decera vermelha e ele corejeo lhe detras seu aderemço pera se te)e)r e meteo no beíço asy Reuolta pera cjma evijnha tam contente com ela como se teuera hu)u)a grande joya [...] (CC,10v).

- E ostras trazei delas? Lemos -- Se valerem caras, não: antes traze mais um pão e o vinho das Estrelas. Moça -- Quanto trazei de vinho? Lemos - - Três pichéis deste caminho. Moça -- Dais-me um cinquinho, nõ mais? Lemos -- **Toma** aí mais dous reais. (AI).

É importante notar que, nos dois primeiros trechos dessa sequência, os sujeitos, *aquele a que deve a dívida* e *o dito prioll*, estavam autorizados por lei a “tomar” os objetos, *seu aver e a vaca preta com sua filha*, embora suas ações fossem contrárias à vontade dos donos. Nesses casos, os referidos sujeitos conduzem bens alheios e materiais à esfera de seu controle, para exercerem e demonstrarem o poder de que estão investidos. Já nos três últimos, *Theofilo*; *um dos índios* a que Caminha se refere na sua narrativa, e a personagem do *Auto da Índia*, são autorizados a fazer o mesmo, porque alguém lhes deu os objetos, concedendo-lhes o direito de tê-los como seus. Nessas situações, não há intenção explícita de possuí-los, mas, ao recebê-los dos

seus donos anteriores, os novos proprietários passam a ter sobre esses bens o direito de propriedade.

Assim, enquanto os primeiros proprietários, entidades explicitadas pelos pronomes *lha*⁹⁶, *seu*, *a*, correspondentes sintaticamente a complementos oblíquos ou relativos, são afetados pela ação e privam-se de reaver os seus bens, por imposição ou por vontade própria, os sujeitos Agentes-Experienciadores-Apropriadores experimentam todos os benefícios advindos com a apropriação dos objetos, que, em tese, passam a ficar sob a sua disposição e vontade.

Embora, na maioria das vezes, esse ato encerre uma cadeia de ações, é possível que, em alguns casos, o evento configurado por “tomar” não seja o único nem o último do frame. No primeiro contexto, por exemplo, o sujeito pode “tomar” e vender o objeto; em outro, o sujeito “toma” o objeto e o coloca logo em seguida nos lábios, levando a pressupor que, ao apropriar-se do objeto doado, esses sujeitos podem também efetuar outras ações, assemelhando-se à conceptualização de “tomar” como *‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’*. Essas características partilhadas por um uso e outro atestam que as fronteiras entre os membros de uma categoria nem sempre são bem definidas.

Cabe acrescentar ainda que alguns indivíduos, mesmo gozando de direitos e privilégios concedidos pelas leis da época, assim como os *alcaydes* já citados tinham de se submeter a determinadas normas que limitavam o poder que lhes era conferido. O *meyrîho*, um antigo oficial de justiça, segundo definição do glossário de José Ferreira (1987, p. 186), e o *sayõ*, seu auxiliar, representam alguns exemplos desse tipo. Embora fossem encarregados de exigir o cumprimento de determinações legais e de fazer cobranças, se agissem de má fé e “tomassem” de outrem mais do que era permitido, poderiam também sofrer punições dentro do rigor da lei, conforme se pode verificar nos contextos que se seguem:

E se o el nõ ouu(er) de juygar enuijos alhy u deue. Meyrîho ou sayõ que ouu(er) de entregar [a] alguu da diuida q(ue) lhi outrî deua ou dout(ra) cousa que tenha do seu, non **tome** p(er)a sy mays do dizimo da valia de quãto entregar [...]Ca nõ e´ razõn que aquel que recebe a entrega mingue nada do seu. (FR, 3, 127v).⁹⁷

⁹⁶ Embora o pronome pessoal oblíquo *lhe*, na sintaxe do português contemporâneo, corresponda a um objeto indireto, na sintaxe do português arcaico, ao que parece, equivale a um complemento relativo ou oblíquo, uma vez que são inúmeras as ocorrências desse pronome equivalendo a *dele*, *dela* e, portanto, exercendo essa última função sintática.

⁹⁷ Inicialmente, segundo Mattoso (1995, p. 410), o dízimo teve caráter voluntário, mas depois tornou-se uma obrigação, passando a ser cobrado pelos mordomos régios aos seus dependentes e exigido tanto aos senhores, quanto aos camponeses do senhorio, que tinham de destinar parte da colheita como forma de pagamento, pois, do contrário,

E o meyrinho ou o sayon que mays **toma** do dizimo p(er)ça todo o d(e)reyto q(ue) en(de) auia d'au(er). E entregue dublado o q(ue) **tomou** demays aaq(ue)l que o tomou. (FR, 3, 127v).

Algo semelhante ocorria com os *sacerdotes*, os *clérigos*, os *padres* e demais representantes do clero secular. Conquanto fossem superiores a outras camadas da sociedade da época (os campestinos, os trabalhadores) e tivessem poderes para se apropriarem indevidamente de valores atribuídos a bens alheios (*preços*), poderiam ser punidos, como qualquer outra pessoa, o que é ilustrado a seguir:

Deffendem(os) firmemête q(ue) nenhuu clerigo segral nê de religiõ nõ seya osado de **tomar** nenhuũ p(re)ço por dar fossas nen logar hu as façã. E sse o fez(er) alguẽ peyte #C m(a)r(auidi)s, a meyadad(e) al rey e a meyadade ao bispo da t(er)ra ou arçadiagoo do logar, qualq(ue)r delles que o mandar. (FR, 4, 143v).

Outrosy deffendem(os) q(ue) nenhuu daq(ue)lles q(ue) an fossas en q(ue) foy alguẽ soterrado, q(ue) nõ as possã uender nê p(re)ço nenhuu **tomar** p(or) soterrar out(ro) enela. (FR, 4, 143v).

Observa-se que a ação de “tomar”, em nenhum desses casos, é consentida espontaneamente, exigindo assim uma força dinâmica mais acentuada, pois o controle e a posse dos objetos ocorrem mediante um interesse unilateral, sem a concordância do possuidor anterior (às vezes elíptico na sentença), o que gera uma relação conflitante entre Antagonista e Agonista, ficando este último impedido de agir contrariamente. A suposta concretização dessas ações faz crer que o fluxo de energia aplicado sobre os elementos afetados é superior à sua força e, por isso, acabam permitindo a sua apreensão. Tal como descreve Silva (1997b, p. 183), a ação “incide *sobre e no* objeto, promovendo e salientando o seu estado resultante e projectando-o como estado permanente”. (Grifos do autor).

Em síntese, a imagem conceptual do ato de “tomar”, nesses exemplos, constrói-se esquematicamente da seguinte maneira: os sujeitos humanos representados pelas entidades citadas partem de um ponto específico das suas trajetórias espaço-temporais em busca de objetos materiais, manipuláveis e pertencentes a pessoas, lugares ou instituições, com o objetivo de

ficariam sujeitos a sentenças que puniam severamente aqueles que se opunham ou que se revoltavam contra as ordens do rei.

estabelecer, com eles, um contato duradouro, tendo em vista o seu controle e posse, em princípio, permanentes.

Esses objetos, de modo geral, são bens tangíveis, preferencialmente inanimados, detentores de algum valor monetário, o que justifica o interesse dos sujeitos e a sua ação. Trata-se de haveres, isto é, de bens de valor comercial, como *ouro, prata, pedras preciosas, vasos, roupas, comidas, coisas pessoais, quantias ou valores em dinheiro da época (soldos, maravides, dízimo, preço, presas)*, conforme ilustram os exemplos a seguir:

E, andando em hũũ dya pella cidade, vi enno muro huã tavao de pedra marmor tâ brãca e tam luzente que nõ semelhava se nõ aljoffar, tam muyto era clara. E mandey que a **tomassen**. E arryncarõna do muro per mui grande força e, despois que a assy ouverõ arrancada, poserõma dyante. (CGE, 35,15c).

Mas aacima ouverõ de seer vençidos os de Africa e fogio Asdrubal e foron muytos dos seus mortos e cativos, assy que muy poucos scaparon. E **tomaron** hy os Romaãos muy grande aver afora os presos. (CGE, 61,23b) [...]que amdava na garda da costa a presa que eles tynham **tomada** aos Castelhanos, se foy beem dada contra eles e como cõ direito se devya fazer [...] (CDJ, 35).

Convém salientar, porém, que entre esses objetos incluem-se alguns animais, como o *cavalo*, conforme exposto no exemplo subsequente. O *cavalo* era o mais valioso dos mamíferos e, por isso, bastante almejado. De acordo com Fossier (2007, p. 241): “O que o homem esperava, buscou-o e encontrou-o nesse animal elegante e fiel, mas nervoso e frágil: um companheiro de divertimento e de trabalho, uma montada que abolia as distâncias, uma força inteligente e sensível”. Tratava-se de um animal dotado de valor comercial, afetivo e utilitário, sobretudo, para o cavaleiro medieval, pois, além de ser o seu principal meio de transporte, auxiliava-o nas lutas e conquistas, daí a necessidade de possuí-lo:

Entam **tomou** Boorz o cavalo do cavaleiro porque era ja’o seu cavalo morto e o cavaleiro nem havia mester cavalo. Depois preguntaron a Queia porque matara o cavaleiro. (DSG, 90,30d).

Pode-se acrescentar a essa lista de objetos, um outro diferente dos demais citados, porém de grande representatividade para o homem do passado, pelo valor simbólico que lhe atribuía. Trata-se da *cabeça dos cristãos*. Le Goff e Truong (2003, p. 138) explicam que a *cabeça* era, para

os romanos e para a maior parte dos povos, o órgão que continha a alma, a força vital da pessoa e que exercia função dirigente: “A caça às cabeças era inspirada pelo desejo de aniquilar e muitas vezes de apropriar – pela posse do crânio – a personalidade e o poder de outrem, uma vítima ou um inimigo”. Isso talvez explique por que a *cabeça* aparece literalmente registrada como alvo de apropriação do *mancebo* no contexto a seguir:

[...] & os cristãos, nõ semtyndo sua avamtagẽ, espediram-se dos mouros o melhor que poderom. & ho mamçeebo mouro **tomou** a cabeça daquelle cristão & llevamdo-a a seus parentes se mostrava satysfeito da p(ri)meira perda. (CDPM, 1,19).

Mais uma vez, se está diante de um caso que demonstra os limites difusos entre as categorias e a flexibilidade entre os sentidos, já que o contato com o objeto, *cabeça*, e a sua apropriação não representam o fim do movimento nem o ponto final do frame; o sujeito, após “tomá-la”, exhibe-a aos parentes da vítima, como uma espécie de troféu, uma vez que, naquele momento, deixa de pertencer ao seu dono, para ser sua, representando o seu poder.

Como se verifica nesses exemplos, o ato de “tomar”, indicando a apropriação, implica o emprego de uma força mais contundente (física ou jurídica), de caráter coercitivo, que provém do Sujeito Antagonista e destina-se ao Agonista, representado, nesses casos, pelo proprietário do objeto, que, apesar de resistir à ação, na maioria das vezes, não consegue impedir a transferência e conseqüente subtração do bem que estava sob o seu poder. O foco da conceptualização, portanto, tende a incidir sobre o resultado do ato de “tomar”, ou seja, sobre a apropriação.

Diante do exposto, infere-se que a derivação direta do significado esquemático de ‘tomar’, a frequência elevada de usos no *corpu*, a proeminência das propriedades multidimensionais identificadas, a conservação desses significados básicos e de seus esquemas imagéticos em outros períodos da língua portuguesa bem como as instanciações e projeções em variados domínios da experiência humana atestam a prototipicidade dos usos ‘*pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória*’ e ‘*apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito*’ no português arcaico. Passa-se, em seguida, a apresentar os valores mais periféricos que integram a rede radial polissêmica de “tomar” e que derivam desses dois usos protoptípicos no período arcaico.

5.1.2 Usos físico-espaciais menos salientes ou menos prototípicos do verbo “tomar” no português arcaico

Conforme já se destacou no início da seção anterior, além dos dois valores semânticos analisados, foram identificados mais quatro usos físico-espaciais de “tomar” vinculados entre si no português arcaico, por compartilharem algumas propriedades comuns (ou “parecenças de família”) e por resultarem do entrecruzamento das dimensões que estruturam as suas relações semasiológicas. Em função da sua menor frequência no *corpus* e da pouca saliência conceptual que apresentam, são menos centrais e, por isso, mais periféricos.

O uso ‘*subtrair algo tangível, alheio, ilicitamente*’, por exemplo, está registrado 26 vezes. Nos contextos em que ocorre, os sujeitos são conceptualizados como *Agentes-Experienciadores-Apropriadores*, pois intencionalmente deslocam-se em direção a objetos materiais, valiosos, do ponto de vista econômico, a fim de apropriarem-se deles, para tê-los permanentemente ou para efetuarem alguma ação, com o intuito de obterem benefícios pessoais, de forma indevida, isto é, contrária às leis vigentes.

Nesses contextos, o verbo “tomar” expressa um ato ilícito e os sujeitos que o executam são representados por pessoas comuns, que, às vezes, ocupavam as mais baixas camadas da sociedade da época. Crê-se que eram indivíduos que subtraíam os haveres e as riquezas de outrem por cobiça ou por audácia e, obviamente, sem o consentimento do(s) seu(s) suposto(s) dono(s), tal como ocorre com a maior parte dos exemplos em que esse verbo se apresenta com o valor prototípico de ‘*apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito*’, do qual esse uso, ao que tudo indica, é uma instanciação. Todavia, diferentemente da posição hierárquica ocupada pelos autores da ação prototípica, os indivíduos que subtraíam os bens de outrem não gozavam de autoridade, autorização, respaldo legal, religioso ou de outra ordem, para adquirirem ou mudarem os objetos “tomados” da sua localização de origem, de modo que ficavam suscetíveis a sanções e penalidades (semelhantemente àqueles que mesmo investidos de direitos abusavam do poder).

No exemplo extraído de um *Documento Notarial* do século XIV transcrito a seguir, a ilegalidade da posse é evidenciada pelo discurso autoritário e ameaçador empregado, pois, segundo a lei, nenhum outro homem tinha permissão para se apropriar dos bens de uma dada pessoa, até que seu testamento fosse cumprido:

Ata´a q(ue) o testamẽto do d(i)to M(ar)tim g(onça)ll(ve)z sseia cõp(ri)do (e) q(ue) ((L004)) out(ro) homẽ nõhũ nõ sei´a poderoso. de lhj **tomar** nõhũa coussa dos nouos (e) rendas das d(i)tas h(er)dades [...] (DN, 90).

Acredita-se que a determinação legal registrada na passagem transcrita e nas leis impostas no *Foro Real*, texto que concentra 15 ocorrências de “tomar” com esse valor semântico, destinasse ao grupo de oportunistas ou dos ladrões na Idade Média, os quais, segundo Geremek (1989, p. 240), compunham a categoria dos delinquentes por profissão e não exerciam nenhuma outra atividade. Eram homens e mulheres dedicados ao crime, a exemplo dos arrombadores, dos falsários e dos salteadores que espalhavam medo no espaço terrestre, tanto no âmbito rural quanto no urbano, e também no mar. Os autores dos textos em que “tomar” está documentado com o valor semântico ‘*subtrair algo tangível, alheio, ilicitamente*’ reportam-se a eles de modo indeterminado, empregando *homem* ou *quem*, como está registrado nos contextos a seguir:

E se p(er) uent(ur)a algũa besta y morrer ou boy, peyte out(ra) tal e tan boa a seu dono e a pẽa suso d(i)ta cũ el ou o p(re)ço q(ue) ualer. E se non morrer e alguu mal ou dano p(re)nder, peyte o dano q(ua)l for cõna pea do m(ar)audi. E esta meesma pẽa aia quem **tomar** bestcha alhea por carrear ou por leuar algũa coussa sẽmandado do seu dono que o nõ demandou. (FR, 4, 135v).

Quẽ ouro ou p(ra)ta **tomar** doutrĩ e o falsar mize(ra)ndo cũ out(ro) metal peyor aya a pẽa [...] sub(re)dicta. Os ouriuzes ou os outros meestyraes d(e) laurar ouro ou p(ra)ta, se fezerẽ vasos alguus ou out(ra) obra falsa en pedras ou en q(ua)l q(ue)r metal p(er)a uender ou p(er)a out(ro) engano f[a]z(er), ayã a pẽa q(ue) manda a ley dos q(ue) cerceã os maraudis ou dyeyros d(e) p(ra)ta. (FR, 4, 140r).

Os *judeus*, por outro lado, ainda que não se enquadrassem nesse grupo, eram vistos com desconfiança, devido à sua condição marginalizada na época. Tal como os delinquentes citados, se contrariassem as leis em voga e “tomassem” indevidamente algo por *usura*, isto é, visando a “benefício, lucro avantajado obtido pelo uso, empréstimo ou negociação de alguma coisa” (MORAES SILVA, 1878, p. 796), estariam também sujeitos a multas e punições, visto que gozavam de poucos direitos e privilégios naquela sociedade, conforme se pode verificar no próximo exemplo:

E o crischaaõ possasse yr liu(re) & quite q(ua)n(do) quis(er) e nenhũa pẽa nõ p(re)yto q(ue) sub(re) sy faça que se nõ possa ir, nõ ualla nen lhy seya

demandado. Nenuu iudeu q(ue) der usuras ñ seya ousado d(e) dar mays caro d(e) #III m(a)r(auidi)s por #III por todo o ano. E se mays caro lho der non ualha e se mays **tomar** tornelho todo dobrado aaq(ue)l a que o **tomou**. E p(re)yto nenuu q(ue) (contra) isto for feyto ñ ualha. (FR, 4, 130v).

Em linhas gerais, como se pode observar, os objetos subtraídos indevidamente pelos sujeitos de “tomar” e documentados nesses exemplos são bens inanimados, manipuláveis, de valor monetário, relativos ao domínio comercial da época e assemelham-se aos bens que eram alvos de apropriação legal, como *dinheiro, ouro, prata, usuras, haveres* e outros bens, às vezes não explicitados pelo contexto, mas subentendidos, conforme se lê na seguinte passagem:

T(itulo) dos peceyos das naues Se naue ou galea ou nauyo q(ua)l quer q(ue) p(er)igoar en mar ou u for, mãdamos q(ue) o nauyo (con) todalas cousas q(ue) en el andarẽ seiã daq(ue)les q(ue) ante eran ante q(ue) o nauio p(er)iguasse ou q(ue)brasse. E ñẽ huñ ñõ seia ousado de filhar deles ñẽ hũa cousa sã mãdado de seus donos, saluo se as filhar polas guardar a seus donos. E ante q(ue) as filhẽ en esta g(ui)sa chamẽ o alcayde do logar, se o pod(er)em auer, e os outros homees boos do logar e screuã as cousas todas e g(ua)rdenas p(er) sc(ri)to e p(er) cõto e en outra guysa ñõ seiã ousados de as filhar. E quẽ dout(ra) g(ui)sa **as tomar** peyteas come de furto. (FR, 4, 149r).

Inserem-se também, nessa categoria, o *cavalo* e a *besta*, que, por serem animais de carga, utilizados como meio de transporte (FOSSIER, 2002, p. 119) e de grande utilidade nas guerras, eram possivelmente alvos de ladrões e salteadores, conforme demonstra o trecho a seguir:

Se por faz(er) algũa rouba alguñ omẽ aiunctar homees que ñõ seyã de seu senhorio & fez(er) cũ elhes rouba d(e) dineyros ou de caualllos ou bestas ou q(ue) q(ue)r, peyteo cũ #X tanto aaq(ue)l a que o **tomou**, e aq(ue)lhes que for(õ) cũ elhe peyte cada huu delles #XX m(a)r(auidi)s al rey. (FR, 4, 132v).

Observando esses dois últimos exemplos, considera-se que a remissão catafórica e anafórica aos atos de “furtar” e “roubar”, respectivamente, constituem mais um indício para corroborar o emprego do verbo “tomar” com o valor semântico ‘*subtrair algo tangível, alheio, ilicitamente*’ no período arcaico.

Além dos objetos já citados, eram alvos de subtração os pertences pessoais dos mortos e as pedras da sua cova⁹⁸. Menos prototípicos no *corpus*, esses bens eram, outrossim, “tomados” indevidamente, porque não tinham autorização dos donos, constituindo um ato ilícito, como se observa nas passagens a seguir:

T(itulo) dos q(ue) dessot(er)ram os mortos Se alguu omẽ abrir ou mãdar ab(ri)r moymẽto ou coua d(e) morto e lhy **tomar** as uestiduras ou daq(ue)lhas cousas que lhy metẽ por onrra, moyra porẽ. (FR, 4, 143r).

Nenhuu ome nõ seya ousado de **tomar** nẽ filhar piores nen colũpnas nen out(ra)s pedras q(ue) sũ postas en fossa ou ã moymẽto por uẽdelhas nẽ por faz(er) delhas outro lauor [...] (FR, 4, 143v).

E se o ab(ri)r e nõ **tomar** en nenhũa cousa p(ey)t(e) #C s(oldos), os meynos a al rey e os meos a sseus h(er)deyros do morto. [...]E q(uẽ) o fez(er) peyte #C s(oldos) assy como mãda a ley e o q(ue) o **tomou** torneio a sseu logar. (FR, 4, 143v).

De acordo com Fossier (2007, p. 178), na Idade Média, os cemitérios onde se enterravam os defuntos eram lugares pertencentes à Igreja e, por isso, espaços reservados, assim como as capelas e algumas lajes tumulares que possuíam obras de arte inacessíveis aos visitantes. Ademais, os mortos que ali eram enterrados deviam ser cultuados não só porque estavam em contato com o mundo dos antepassados mas porque podiam interceder pelos “vivos inquietos”. Acredita-se que essas informações justificam a inserção desses objetos na lista dos bens suscetíveis de usurpação, naquela época, já que a posse dos mesmos poderia trazer benefícios e lucratividade para os sujeitos usurpadores, ainda que custasse ao infrator certas penas, que podiam variar entre o pagamento de multa até a condenação à morte⁹⁹.

Nesses contextos, a interação entre os participantes focais, tal como ocorre nas sentenças em que se registra o valor prototípico do qual esse uso deriva, implica uma força dinâmica mais acentuada, uma vez que o sujeito Antagonista impõe a sua vontade, a fim de interferir na disposição natural do objeto Agonista que a ela se submete, não conseguindo impedi-la. A

⁹⁸ Nos dias atuais, essa prática também existe no Brasil. Roubam-se cabelos e roupas dos mortos, assim como suas lápides.

⁹⁹ Segundo Renato Flávio Marcão (2007), Mestre em Direito Penal, Político e Econômico e autor de alguns livros, nas leis das *XII Tábuas*, já se encontrava a mais antiga concepção dos romanos sobre “furto”, que, em linhas gerais, poderia ser manifesto, quando o delinquente era flagrado, ou não manifesto, quando isso não ocorria. Em todos os dois casos, as sanções para esses crimes eram pecuniárias. A depender da situação ou da reincidência do ato, poderiam ser aplicadas penas simples, penas mais severas e até a morte por enforcamento.

ausência de autoridade ou de autorização do sujeito, conforme já se assinalou, somada ao modo de interação, às vezes agressivo, caracterizam a ilegalidade da ação, atestada, do ponto de vista linguístico, pela presença da expressão (*per*) *força*, em algumas construções, e, do ponto de vista pragmático-discursivo, pela explicitação, nos textos, das multas que o infrator tinha de *peytar*, isto é, de ‘pagar’, conforme definição de José Ferreira (1987, p. 226), caso o delito fosse cometido. Os exemplos a seguir ratificam essas colocações:

Se alguu omẽ vinha alhea talhar ou desaraygar ou queymar, peytea a seu dono cõ outras duas taes & tã bõas, sen aquelha que danou q(ue) deue a ficar a sseu dono cuya era an(te). Se alguu entrar ou **tomar** p(er) força algũa cousa q(ue) out(ro) (FR, 4, 131r) tenha en juro ou en poder e en paz, se o forçador alguu d(er)eyto y auia, p(er)çao. (FR, 4, 131v).

Nenhuũ omẽ nõ faça torto nẽ força en casal doutrĩ p(er)o q(ue) o dono da casa seya en hoste ou enoutro logar & o q(ue) o fez(er) peyte dubrado q(ua)nto **tomou** end(e) ou mãdou **tomar** [...] nõ auia d(er)eyto peyteo #III uezes dubrado cũ todo aq(ue)lho q(ue) en leuou, ca mayor culpa e´ forçarẽ casa ca [ou]tro logar e porẽde e´ mayor pẽa. (FR, 4, 149r).

Se por faz(er) algũa rouba alguũ omẽ aiunctar homees que nõ seyã de seu senhorio & fez(er) cũ elhes rouba d(e) dineyros ou de caualllos ou bestas ou q(ue) q(ue)r, peyteo cũ #X tanto aaq(ue)l a que o **tomou**, e aq(ue)lhes que for(õ) cũ elhe peyte cada huu delles #XX m(a)r(auidi)s al rey. (FR, 4, 132v).

Em síntese, diante de tantas evidências, considera-se que o uso ‘*subtrair algo tangível, alheio, ilicitamente*’, herda do uso prototípico, ‘*apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito*’, além dos seus esquemas de imagens, propriedades semânticas e sintáticas, como movimento espacial bidirecional; intenção do sujeito em apropriar-se de objeto alheio; valor comercial dos bens; força dinâmica mais incisiva, já que a posse não é consentida pelo proprietário (o que, às vezes, pode variar no uso prototípico); vantagens adquiridas pelo sujeito em decorrência da ação e perda do controle permanente do objeto por parte do seu antigo dono. Entretanto, o uso menos saliente distingue-se do prototípico, no que se refere à natureza e ao comportamento do sujeito e, por conseguinte, ao caráter ilícito da sua ação.

Com uma frequência relativamente baixa no *corpus* do português arcaico encontra-se um outro valor semântico do verbo “tomar”: ‘*usufruir de algo tangível, alheio, disponível ou usá-lo temporariamente*’. Contabilizando apenas 9 registros, considera-se que esse uso é uma

intanciação do sentido *‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’*. Como justificativa para tal conjectura, pode-se citar a semelhança quanto à finalidade pragmática e temporária da ação. Nos esquemas de imagens básicos reelaborados nesse uso, a perspectiva da ação centra-se no contato com os objetos (bens manipuláveis, almejados pelos sujeitos) e na sua transferência provisória para a esfera de controle dos sujeitos, isto é, para o seu espaço, para a sua vida, em concomitância com a fruição dos efeitos benefactivos que essa ação pode lhes proporcionar.

Convém ressaltar que o contato entre os sujeitos Agentes-Experienciadores-Possuidores e os objetos, nesses casos, ao invés de ser momentâneo, fugaz, como ocorre nos contextos de uso prototípico *‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’*, pode ser mensurado em meses ou até anos, porém, tem um fim explícito ou implicitamente determinado, já que os bens “tomados” são devolvidos aos seus proprietários legítimos ou ao seu espaço de origem, após um prazo. Contudo, enquanto isso não ocorre, os sujeitos desfrutam de vantagens e benefícios provenientes da sua ação.

Pode-se inferir que o ato de “tomar”, nesses casos, implica o direito temporário de posse e de administração sobre a coisa alheia bem como sobre os seus frutos, o que costuma receber o nome, na área jurídica, de usufruto¹⁰⁰, o qual pode ser exercido por uma determinação legal, por um ato de vontade, resultante de um contrato, testamento ou por usucapião. Segundo Pontes de Miranda, no tomo XIX do seu *Tratado de Direito Privado*¹⁰¹, o usufruto não deve ser confundido com apropriação nem o usufrutuário com dono, pois se trata de um direito real limitado, isto é, de uma concessão de posse provisória. Essa noção herdada do Direito Romano, mantida na Idade Média e adotada na modernidade por todos os sistemas jurídicos da civilização ocidental, segundo o referido autor, ainda hoje vigora nas Constituições Portuguesa e Brasileira.

Várias situações cotidianas, no passado e também no presente, ilustram esse tipo de relação de posse com bens móveis e imóveis, a exemplo de aluguéis, de arrendamentos, de empréstimos e de penhores. Conforme explica Gonçalves (2010), semelhante ao usufruto por ato de vontade e por contrato oneroso, em que a pessoa tem o compromisso de pagar pelas utilidades

¹⁰⁰ O usufruto teve origem em Roma, por razões essencialmente familiares, para subsistência do cônjuge sobrevivente e para que não se perdessem os bens do patrimônio da família, tendo, por isso, uma finalidade essencialmente familiar e alimentar, estendendo-se, mais tarde, a outras situações. (GONÇALVES, 2010, p. 477-482).

¹⁰¹ O *Tratado de Direito Privado* foi concluído em 1970 e contém 60 volumes, com aproximadamente 30.000 páginas. Trata-se da obra mais conhecida do autor Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda. O Tomo XIX, que se encontra digitalizado na internet, foi o consultado para esta pesquisa.

e serviços que desfruta do bem, o locatário e o arrendatário, que alugam ou arrendam uma propriedade, obrigam-se a pagar ao proprietário o gozo temporário do imóvel, mediante retribuição. Da mesma forma, quem recebe um empréstimo, normalmente compromete-se a pagar taxas, juros, semelhante ao que faz a pessoa que penhora bens, uma vez que tem de ressarcir ao seu credor a dívida que lhe compete.

Nos casos de aluguéis ou arrendamentos, embora o proprietário continue a usufruir de modo pleno e exclusivo dos direitos sobre as coisas que lhe pertencem, dentro dos limites da lei, quando aluga ou arrenda a sua propriedade, transfere provisoriamente esses direitos ao inquilino ou ao arrendatário, já que esses contratos são bilaterais e consensuais. Através deles, uma das partes cede à outra, por tempo determinado ou não, “o uso e o gozo de coisa não fungível”, isto é, que não se consome com o primeiro uso, segundo ressalta Náufel (2002), o mesmo ocorrendo com o empréstimo.

Comparação semelhante havia sido feita por Pontes de Miranda (1970), ao afirmar que “o usufruto é temporário; o uso e a habitação, também; outrossim, a renda constituída sobre imóveis, a hipoteca, o penhor, a anticrese¹⁰²”. Tendo em vista essas colocações, considera-se que o verbo “tomar”, em exemplos como os que se seguem, pode ser conceptualizado como ‘*usufruir de algo tangível, alheio, disponível ou usá-lo temporariamente*’, já que “o usufruto tem [...] um campo de incidência bastante amplo, recaindo sobre bens móveis ou imóveis individualmente considerados, sejam corpóreos ou incorpóreos, seja um patrimônio todo inteiro ou parte dele, abrangendo-lhe no todo ou em parte os frutos e utilidades”. (GONÇALVES, 2010, p. 477- 482). Vejam-se as passagens documentadas no *Foro Real* e interpretadas como exemplos que atestam o referido valor semântico de “tomar”:

Qven vinhas ou h(er)dade|s| qualquer doutro **tomar** a renda por #I ano e por mays, e pos(er) lauores sabudos q(ue) faça ena h(er)dade, se ñ fez assy como pos, possalha tolh(er) seu dono, e o q(ue) a tija de´ a renda daquel ano e peyte o mazcabo da h(er)dade como por ben uirẽ os alcaydes. (FR, 3, 124r).

No contexto apresentado, é possível depreender que o sujeito arrendava vinhas e propriedades de alguém, para usufruir dos benefícios provenientes desse ato, isto é, para obter rendas em espécie ou em frutos, decorrentes da propriedade arrendada, que continuava a

¹⁰² A anticrese é um contrato pelo qual o devedor entrega ao credor um imóvel, dando-lhe o direito de receber os frutos e rendimentos como compensação da dívida.

pertencer ao primeiro, seu proprietário de direito e o arrendador. Em contrapartida, o sujeito arrendatário incumbia-se de pagar uma quantia em dinheiro ao dono da propriedade e de zelar pela terra possuída provisoriamente. Caso isso não acontecesse, o dono da propriedade que, em geral, fazia parte da nobreza senhorial, tinha o direito de despossá-lo e de “tomar” a renda daquele ano, em pagamento e punição pelo descaso para com a propriedade.

Quanto ao exemplo seguinte, levando em consideração o que a passagem transcrita indica, havia uma norma previamente firmada para que *todo ricomẽ ou jnfançõ ou out(ro) qualq(ue)r*, sujeito de “tomar”, tivesse o direito de usufruir da posse dos *marauides* (moeda da época) *do rey* ou usá-los bem como de ocupar as terras doadas por ele, se servisse à *hoste* (nome que se dava ao exército naquela época) e participasse da guerra. Como se pode verificar, tratava-se de uma posse temporária e condicionada, pois, se o acordo não fosse cumprido, a lei determinava que o sujeito perdesse tudo e ainda pagasse uma multa pecuniária:

T(itulo) dos que nõ uan aa oste ou se tornã dela Todo ricomẽ ou jnfançõ ou out(ro) qualq(ue)r q(ue) tenha t(e)rra ou m(a)r(auidi)s dal rey p(er) q(ue) deua a faz(er) hoste, se nõ ueer guysado segũdo como deue q(ua)n(do) el rey demãdar e ao logar, p(er)ça a t(e)rra e os marauidis q(ue) teu(er) dal rey e peytelhy dubrado q(ua)nto del **tomou** & da t(er)ra q(ue) del tija p(er) razõ daq(ue)lha hoste q(ue) auya de faz(er). (FR, 4, 144r).

Já no próximo trecho retirado do mesmo documento, identifica-se um outro caso de concessão de direito de uso, mas um pouco diferente dos outros, porque se refere a um contexto mais específico, concernente ao “Título das coisas que eram entregues a outrem sob encomenda”, ou seja, das coisas que deviam ser guardadas. A sua leitura permite depreender que se *dinheiro, ouro ou prata* estivessem sob a guarda de alguém, *por peso ou por conta*, podiam ser usados ou dados a outrem sem problemas, mas se fossem confiados a alguém, *sob sarradura*, isto é, fechados, guardados com cadeado, não poderiam ser usados pelo sujeito. Caso o fossem, o homem que o fizesse, sem autorização legal, teria de pagar multa, como punição. Verifica-se que a presença do verbo “usar”, na sentença antecedente, pode servir de argumento para ratificar a conceptualização do verbo “tomar” com o sentido de ‘*usufruir de algo tangível, alheio, disponível ou usá-lo temporariamente*’ atribuído ao verbo “tomar” no trecho a seguir:

Pero se alguus dineyros p(er) conta ou ouro ou prata en massa receb(er) doutrĩ [en] encomẽda a peso, ben o pod(e) usar e dar |a| out(ro) tâto como o q(ue) recebeu. E se os dñeyros ou ouro ou p(ra)ta recebeo s[o] sarradura

e nõ p(er) conta, nõ p(er) peso, nõ seya ousado de os **tomar**.¹⁰³ (FR, 3, 120v).

No contexto examinado, nota-se outro exemplo de flexibilidade de fronteiras entre os distintos usos do verbo em questão, já que o ato de “tomar”, se efetivado, assemelhar-se-á a uma subtração, devido ao caráter ilícito que lhe é atribuído, evidenciado pela sentença negativa. Em contrapartida, diferencia-se do uso ‘*subtrair algo tangível, alheio, ilicitamente*’, por se tratar de uma concessão do antigo proprietário do objeto, que, devido à confiança depositada no sujeito, entrega-lhe o bem, para que seja guardado, conforme determina a lei.

Além desses exemplos, o referido valor semântico aplica-se aos contextos em que esse verbo vem acompanhado do adjunto adnominal “emprestado(a)”. O empréstimo, de modo geral, é definido como “um contrato, que tanto pode ser gratuito como oneroso, mediante o qual alguém cede a outrem o uso ou o gozo de uma coisa ou certa importância em dinheiro por tempo determinado”. (NÁUFEL, 2002, p. 450). Acredita-se ser possível, mais uma vez, entrever, nos exemplos a seguir, a relação de concomitância entre a posse temporária do objeto e o gozo dos benefícios experimentados pelos sujeitos Agentes-Experienciadores-Possuidores, quando “tomam” dinheiros, maravides ou moedas, *por conta* ou *por peso*, ou quando “tomam” um cavalo ou outra coisa de outrem, por empréstimo:

T(itulo) das cousas ãp(re)stadas Todo emp(re)stido se faz en duas maneyras: hũa e´ q(ua)ndo ome recebe o emp(re)stido p(er) conta, como dineyros ou marauidis ou moeda ou out(ra) q(ua)lquer, ou se **tomar** p(er) p(es)o ouro ou prata ou.cera ou outras cousas semelhauijs, q(uê) enesta guysa emp(re)stido filhar [...] (FR, 3, 122v).

Quen cauallo ou out(ra) cousa emp(re)star a outrã pora usar en sa casa ou en logar nomeado, se enaq(ue)l s(er)uiço p(er)a que foy emp(re)stado se p(er)der sen sa culpa, o que o **tomou** emp(re)stado nonno peyte [...]. (FR, 3, 123r).

A esses casos soma-se mais um que também parece indicar simultaneamente posse provisória e fruição. Trata-se de um trecho extraído de um *Documento Notarial* datado do século

¹⁰³ *S[ol] sarradura* pode ser interpretado como ‘sob fechadura’, ‘sob cadeado’, conforme define José Ferreira (1987, p. 263), no *Glossário do Foro Real*.

XIV, em que o verbo “tomar” ocorre acompanhado da expressão “por penhor¹⁰⁴” e o objeto “tomado” é um animal, conceptualizado como garantia temporária de uma dívida contraída e ainda não paga, conforme se verifica no contexto a seguir:

E q(ue) estaua ((L014)) em posse q(ue) q(ua)ndo aq(ue)lles q(ue) o d(i)to Casall t(ra)giom nõ q(ue)riom dar as d(i)tas Cousas ã Cada hũu Ano ou Cada hũa dellas Ao d(i)to Mom(steiro) q(ue) o penhorauõ ((L015)) po(r) elles (e) lhjs leuauõ o penhor da q(u)al pose husarõ p(er) dez E vi´jnte ãnos (e) t(r)i´jnta (e) q(ua)reenta (e) çynq(u)eenta ãnos E p(er) tanto tẽpo q(ue) a memoria dos ((L016)) homeẽs nõ Era em cont(ra)iro; E q(ue) o d(i)to M(ar)tj~ do(mingu)jz Recusara de lhj dar os d(i)ctos homeẽs o d(i)to ãno E q(ue) por eso lhj´ **tomara** a d(i)ta vaca cõ sa ffilha por ((L017)) penhor[...] (DN, 105).

O emprego do verbo “tomar”, nessa passagem, ilustra uma prática comum na Idade Média e que ainda perdura nos dias atuais: a penhora de bens. Verifica-se, na construção transcrita e nas demais que denotam usufruto, a conceptualização de um movimento espacial empreendido pelo sujeito, em uma trajetória espaço-temporal, com vistas à apreensão provisória dos objetos, que, no exemplo transcrito, são *a dita vaca e sua filha*. A interação estabelecida entre os participantes desses eventos pressupõe motivação material, contato físico/ manipulação direta dos objetos e possíveis benefícios advindos com a sua posse provisória.

Por último, há mais três ocorrências interpretadas como exemplos do valor semântico ora examinado. Mesmo que não apresentem pistas muito claras e deixem ao leitor a possibilidade de fazer diferentes conjecturas, considera-se que o verbo “tomar”, nesses casos, expressa também a ideia de ‘*usufruir de algo tangível, alheio, disponível ou usá-lo temporariamente*’. Seguem os trechos:

E o porteyro nõ deue **tomar** caualo de caualei´ro nõ hir ao seu leito mentre achar penhores. Nẽ nẽnhũu p(or)teiro [...] (CS, 5, 3v16).

Custume h(e) q(ue) o porteyro nõ deue **tomar** do Caualeyro seu caualo nõ er hí´r a seu leyto mẽtres achar outros penhores.(CS, 165,21v).

Cus(tume) he q(ue) o porteyro nõ deue a **tomar** a nẽnhũu caualejro. seu caualo. nõ yr a sseu leyto. mentre achar outros penhores. E este custume se guarda en todo. & de mays nas armas. (CS, 173,15rb).

¹⁰⁴ Segundo Prata (1998, p. 727), o penhor é uma garantia real de uma dívida, que se constitui pela entrega ao credor de alguma coisa móvel que garante o cumprimento da obrigação por parte do devedor ou de um terceiro. Nesse contexto, presume-se que “tomar algo por penhor” equivale a dizer “usar algo ou usufruir de algo como penhor”.

Ainda que pese a opacidade dos contextos discursivos, levando em conta informações históricas concernentes ao século XIV, período em que o texto *Costumes de Santarém* foi escrito bem como os contextos pragmático-discursivos em que o verbo “tomar” está empregado, pode-se depreender que os *porteiros*, sujeitos dessas sentenças, não intentavam “tomar” para si os cavalos dos cavaleiros. Parte-se da hipótese de que eles, ainda que pudessem ser nobres senhores, não tinham autoridade ou direitos reconhecidos por lei para se apropriarem desses objetos nem tampouco pertenciam à classe dos ladrões ou delinquentes, já que possuíam uma função bem definida naquela sociedade: guarnecer portas e portões dos reinos e dos castelos.

Acredita-se que a insistência em repetir esse costume revela uma necessidade de estabelecer regras de procedimentos, definir funções sociais e determinar o que era ou não permitido fazer naquela sociedade. Possivelmente, esses *porteiros* tinham direitos limitados e usar o cavalo de um cavaleiro talvez fosse uma tarefa que não lhes coubesse. Daí supor-se que a negação de “tomar”, nos referidos contextos, podia significar não ‘*usufruir de algo tangível, alheio, disponível ou usá-lo temporariamente*’, já que esse sentido traz implícita a noção de contato e gozo simultâneos, o que parecia não ser permitido naquela circunstância, por se tratar de uma norma social da época.

Vale assinalar que os objetos selecionados pelos sujeitos de “tomar” com esse valor semântico assemelham-se aos prototípicos. São, em geral, tangíveis, manipuláveis e fazem parte da categoria dos bens de valor utilitário e monetário, a exemplo de *maravides, dinheiro, ouro, prata, rendas, vaca e cavalo*. Contudo, o modo de interação que se estabelece não implica conflitos ou o emprego de uma força coercitiva, já que a posse, se efetivada, ocorre mediante um possível acordo prévio ou um contrato pré-firmado, por meio do qual o bem é cedido a outrem e condicionado a um prazo implícito ou explícito, com uma finalidade comercial e utilitária.

Além dos valores semânticos citados, integra a rede radial da categoria “tomar” um outro uso que ocorre em número reduzido no *corpus* do português arcaico. Trata-se de ‘*capturar alguém*’, que contabiliza apenas 7 ocorrências. Nos exemplos da sequência, a interação entre os participantes desses eventos deixa explícito que há um contato corporal não amistoso, motivado, possivelmente, pela ameaça que os objetos alvos humanos representavam. Observa-se, nesses casos, um fluxo de energia física mais forte impelido pelos Antagonistas, com o intuito de imobilizar os Agonistas, que mesmo dinâmicos, ficam impedidos, temporariamente, de reagir e de executar qualquer movimento autônomo:

E, como quer que tiinham suas scuytas, foy Cepiom sobr'elles de noyte de sospeyta e desbaratouhos, de guysa que os **tomarom** todos ante que se colhessem aos navyos e desta guysa cobrarom a frota. (CGE, 59,22c).

Tanto que o elles souberõ, ãvyaron algũs honrrados homeens que desfezessem este preito, por que fora feito sem seu mandado. E mandaronlhes outrossy que **tomassem** aquelle Racino e o metessẽ em poder dos de Çamora que fezessem del qual justiça quisessem. E elles fezerõno assy e deronlho logo. (CGE, 69,25b).

E os de Çamora **tomarõno** e ataronlhe os pees e as mãos detras e poserõno antre as portas da vylla e seve assy ataa noyte, ca os de Çamora nõ lhe fezerom outro mal nem os da oste dos Romaãos nõ tornaron cabeça sobre elle.(CGE, 69,25b).

Na imagem conceptualmente construída, ao empregar o uso ‘*capturar alguém*’, nota-se que os esquemas imagéticos dos valores semânticos prototípicos de “tomar” são, mais uma vez, reelaborados. A ação centra-se na aproximação dos corpos e na troca de forças entre os dois participantes envolvidos e antecede outros eventos. Nesses casos, perspectivam-se os esquemas do *contato* e de *dinâmica de forças*. Por vincular-se à significação de origem, ‘*pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória*’, presume-se que o valor semântico ‘*capturar alguém*’ seja mais uma instanciação desse uso, porém, distingue-se dele, quanto ao modo incisivo de interação, o que ilustra mais um caso de limites flexíveis entre os sentidos que integram o complexo semasiológico de “tomar”.

Por último, encontra-se, com pouca proeminência no *corpus* e integrando a rede semasiológica do verbo “tomar” no período arcaico, o uso ‘*encontrar(-se)(com) alguém*’. Registrado 5 vezes, esse valor semântico é identificado no *Orto do Esposo*, na *Demanda do Santo Graal* e nas *Cartas de D. João III*, textos dos séculos XV e XVI:

E o Sancto Amonyõ cõ seus jrmããos e cõ suas jrmããs, feruentes ãno amor de Deus, foran-se pera o hermo e fezerõ dous mosteyros, ã que morasem apartados os jrmããos das jrmããs, e auia grande espaço antre as moradas. E estabelecerom antre sy que elles nõ **tomasem** antre sy outrẽ, nem jssõ meesmo ellas. (OE, 2,11v).

E se me algue´m preguntasse quem era o cavaleiro eu lhe diria que era dom Galvam que ia atra´s Galaaz por vingar a morte de Dalides. Mas nom sabia quem era Galaaz, ca em niũa guisa nom se **tomaria** com ele. E o escudo que trazia Galaaz, que el nunca vira, o fazia ir contra ele.(DSG, 187, 29a).

E se mãda de vos algũũ serviço ou algũũ Recado pera a emperatriz minha irmãã, por que esperaes fazer o caminho por onde ela estiver, porẽ nam vos deteres por iso; e vos sprevee a dom Pedro que, se o emperador quiser mandar algũũ Recado, o mande a Gaspar Vaaz, a que leixaes recado que volo envie pela posta, pera vos **tomar** no caminho. [...] (CDJ, 26).

Como se pode observar, as ações descritas, nesses três fragmentos de textos, parecem reproduzir a experiência básica de *'pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória'*, por focalizarem a parte do frame de movimento e os esquemas da *origem-percurso-meta* e do *contato*. Daí crer-se que se trata de mais uma possibilidade de instanciação do uso prototípico desse verbo. Ademais, semelhante a *'capturar alguém'*, as entidades envolvidas no evento são prototipicamente humanas e, portanto, dinâmicas, o que pressupõe que ambas deslocam-se e experienciam um contato físico provisório, que pode ou não ser intencional, de modo que a finalidade da ação fica pressuposta e suscetível a variadas interpretações.

Além disso, as construções com esse uso apresentam características um pouco distintas das outras, pois o verbo “tomar”, nesses casos, é empregado com argumento externo superficializado por sujeito humano e dois tipos de argumentos internos: objetos diretos, também humanos, lexicalizados pelos pronomes *outrem*, *se* (reflexivo) e *vos*, e objetos oblíquos (ou relativos e circunstanciais) superficializados por sintagmas preposicionais, constituídos por preposições e pronomes, a exemplo de *antre sy ~ antre sy* e *com ele*, nos dois primeiros exemplos.

Por fim, considerando a sua baixa frequência no *corpus*, a pouca saliência conceptual que apresenta, a finalidade da ação e a estrutura argumental em que ocorre, observa-se que o valor semântico *'encontrar(-se) (com) alguém'* é mais um uso periférico que constitui a rede radial da categoria polissêmica “tomar” no português arcaico.

Como forma de sintetizar a análise apresentada e para uma melhor visualização das inter-relações entre os usos físico-espaciais do verbo “tomar” identificados no português arcaico e das dimensões que os embasam, propõe-se a sua representação, por meio do complexo multidimensional ilustrado na figura a seguir:

Figura 15 – Complexo multidimensional dos usos físico-espaciais do verbo “tomar” no português arcaico

	Sujeito Agente-Experienciador-Possuidor /Posse Concreta Provisória	Sujeito Agente-Experienciador-Apropriador /Posse Concreta Permanente	
Menor Dinâmica de Forças	‘Pegar algo tangível, disponível ou alguém’		Maior Dinâmica de Forças
	‘Apropriar-se de algo tangível, alheio ou de alguém’		
	‘Subtrair algo tangível, alheio, ilicitamente’		
	‘Usufruir de algo tangível, disponível, alheio ou usá-lo’		
	‘Capturar alguém’		
	‘Encontrar (-se) (com) alguém’		
	Objetos Tangíveis/ Disponíveis/ Animados (não humanos e humanos)	Objetos Tangíveis/Manipuláveis/ Comerciais/ Inanimados/Animados (não humanos e humanos)	

5.2 USOS FÍSICO-ESPACIAIS DO VERBO “TOMAR” DOCUMENTADOS NO PORTUGUÊS CLÁSSICO

A análise do comportamento semasiológico de “tomar”, em textos escritos entre a segunda metade do século XVI e o século XVIII, permitiu detectar também seis usos físico-espaciais configurados nos domínios básicos que constituem a matriz complexa desse verbo, a saber:

- I - *‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’*;
- II - *‘ingerir substância líquida, disponível, para fins medicinais’*;
- III - *‘subtrair algo tangível, alheio, ilicitamente’*;
- IV - *‘medir, por meio das mãos ou de algum instrumento, a intensidade de algo’*;
- V - *‘apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito’ e*

VI - *‘usufruir de algo tangível, alheio, disponível ou usá-lo temporariamente’*.

Dentre os valores semânticos identificados no português clássico, o I, o III, o V e o VI já haviam sido documentados no período anterior e o II e o IV estão registrados apenas nos textos dos séculos XVII e XVIII. Das 221 ocorrências de “tomar” registradas no *corpus*, que compreende as variedades brasileira e europeia, 141 registros correspondem a extensões metonímicas e ou metafóricas; 31 constituem formas fixas, isto é, fraseologias ou expressões cristalizadas da época; 29 referem-se a valores físico-espaciais e 20 são casos vagos e de difícil interpretação, o que corresponde, respectivamente, a 63,80%, 14,02%, 13,12% e 9,04% do total de usos identificados nesse período, conforme atestam os dados da tabela a seguir:

Tabela 4 - Frequências totais dos usos do verbo “tomar” no português clássico

Significações	Frequências por séculos						Subtotal		Total N e %
	2ª metade XVI		XVII		XVIII				
	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE/ PB
Extensões Metonímicas e Metafóricas	47	0	29	14	32	19	108	33	141 = 63,80
Fraseologias	5	0	3	7	14	2	22	9	31 = 14,02
Usos Físico-Espaciais	4	0	6	5	6	8	16	13	29 = 13,12
Casos Vagos/Opacos	2	0	3	8	5	2	10	10	20 = 9,04
Total	58	0	41	34	57	31	156	65	221

Pode-se dizer que os dois usos físico-espaciais experientialmente básicos e mais salientes do verbo “tomar” no português arcaico mantiveram-se no português clássico, com índices numéricos relativamente baixos. Comparando um período com o outro, observa-se que o uso *‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’*, que apresentou 70 ocorrências no primeiro período da língua, aparece documentado apenas 15 vezes na fase clássica, com 10 registros no português europeu e 5, no português brasileiro, conforme mostram os dados da tabela a seguir.

Em relação a *‘apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito’*, a diferença é também perceptível. Enquanto o referido uso

ocorre 51 vezes no português arcaico, foi encontrada apenas 1 ocorrência em um texto do PB, no período clássico, como se pode visualizar na tabela a seguir:

Tabela 5 - Usos físico-espaciais do verbo “tomar” no português clássico e suas frequências

Significações	Frequências por séculos						Subtotal		Total
	2ª metade XVI		XVII		XVIII				
	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE/ PB
<i>‘Pegar algo ou alguém’</i>	3	0	5	1	2	4	10	5	15
<i>‘Ingerir algo’</i>	0	0	0	1	3	2	3	3	6
<i>‘Subtrair algo de alguém’</i>	1	0	1	0	0	2	2	2	4
<i>‘Medir algo’</i>	0	0	0	2	0	0	0	2	2
<i>‘Apropriar-se de algo’</i>	0	0	0	1	0	0	0	1	1
<i>‘Usufruir de ou usar algo’</i>	0	0	0	0	1	0	1	0	1
Total	4	0	6	5	6	8	16	13	29

Em face desses dados numéricos, admite-se que o comportamento semântico assumido por “tomar” nos primeiros textos da língua portuguesa, em parte, não se manteve no período subsequente, uma vez que as alterações detectadas na frequência desses usos aliam-se a uma provável mudança do centro conceptual dessa categoria tanto no português brasileiro quanto no europeu.

Ainda que os dois valores prototípicos identificados no período anterior tenham se mantido como conceptualmente básicos, na medida em que a partir deles outros usos podem ser explicados, nota-se que deixaram de ser nucleares no período posterior¹⁰⁵. Em outras palavras, presume-se que o uso nuclear ou prototípico de “tomar”, antes experiencialmente físico, deslocou-se para uma área de extensão metonímico-metafórica e, conseqüentemente, para um domínio abstrato da experiência humana, pois os valores mais frequentes desse verbo no

¹⁰⁵ Silva (1999, p. 116; 2006, p. 2002) constata o mesmo em relação a “deixar”. Em seu conhecido estudo sobre a semântica desse verbo, ele afirma que há dois núcleos prototípicos (deixar1 e deixar2) e, “ao contrário de outros complexos semasiológicos, os valores prototípicos de *deixar1* não coincidem com os seus significados *logicamente* básicos (de natureza espacial), mas com os significados (de natureza não-espacial) destes derivados metafórica e metonimicamente”. (Grifos do autor).

português clássico não coincidem com os usos físico-espaciais encontrados nas sincronias que constituem esse período nem com aqueles mais salientes no português arcaico.

Conquanto se possa argumentar que a quantidade de textos literários constitutivos do *corpus* referente a esse período tenha interferido na recorrência de usos mais abstratos de “tomar”, em detrimento de outros mais concretos, e não se deva descartar essa possibilidade por completo, crê-se que a principal razão para o decréscimo dos valores físico-espaciais desse verbo no português clássico não seja essa, visto que o gênero textual, conforme já se destacou anteriormente, não parece ser determinante nem garantia para que um dado uso prevaleça ou não em um texto ou em uma sincronia, o que leva a crer que o assunto abordado pode ser um dos motivos.

Essas constatações reforçam a tese de Lakoff e Johnson (1980, 2002, p. 45) de que o ser humano pensa por meio de metáforas e metonímias, e que, ao invés de meros ornamentos retóricos, típicos da linguagem poética, ambas são mecanismos conceptuais presentes na vida cotidiana, seja na linguagem, seja no pensamento, seja nas ações humanas, e, por isso, grandes propulsores da polissemia de itens lexicais. Ademais, pressupõe-se que o comportamento semântico assumido pelo verbo “tomar” no período ora estudado revela também influência do contexto sócio-histórico em que os textos analisados foram produzidos.

Sabe-se que, com o fim da Baixa Idade Média¹⁰⁶ e o despontar de novos tempos, os poderes político, econômico e religioso, antes concentrados nas mãos de uma pequena minoria, descentralizaram-se, deixando reflexos nas relações sociais estabelecidas a partir de então. Embora muitas características do passado tenham sido preservadas nessa época, a sociedade portuguesa passou por importantes transformações, que, por sua vez, repercutiram na sociedade brasileira que estava em processo de formação.

Vários acontecimentos, como a Reforma, a Contra-Reforma, as Revoluções Comercial, Científica e Industrial, que se fizeram acompanhar por movimentos culturais, artísticos, literários, filosóficos e também pela transformação intelectual surgida por volta do século XVII, influenciaram de modo significativo o comportamento e os valores cotidianos, refletindo-se na vida do homem europeu e também do colonizado. O estudioso Marvin Perry (1999, p. 293-294), ao explicar o que representou esse novo momento, afirma: “A radical transformação produzida

¹⁰⁶ A Idade Média é um período extenso que compreende a Alta Idade Média, do século VI ao XI (500-1050), e a Baixa Idade Média, do século XI ao XV. (PERRY, 1999, p. 146).

pela Revolução Científica em nossa concepção do universo físico acabou por transformar também nossa compreensão do indivíduo, da sociedade e do propósito da vida”.

Em síntese, ao desconstruir a visão de mundo medieval, segundo a qual tudo no universo tinha um lugar fixo e obedecia a uma ordem hierárquica e qualitativa determinada por Deus, a Revolução Científica estimulou o desenvolvimento de um espírito crítico e racional entre a elite intelectual. Essa nova forma de ver, pensar e agir contribuiu para o entendimento da razão como uma atividade autônoma, livre da submissão à autoridade teológica, deixando reflexos em várias áreas e também na concepção do direito de propriedade e, conseqüentemente, de posse.

Além dessas transformações, considera-se que dois outros motivos podem ser aventados para explicar por que, a partir de meados do século XVI, decresceram os valores semânticos físico-espaciais de “tomar” e prevaleceram algumas extensões semânticas. O primeiro pode estar associado à coexistência de outros verbos sinônimos que passaram a concorrer com “tomar”, ainda que discretamente, a partir desse período, conforme demonstram os dados da tabela a seguir:

Tabela 6 - Saliência onomasiológica de “tomar” no português clássico

Verbos	Ocorrências	Ocorrências	Ocorrências	Total de
	2ª metade/ Século XVI	Século XVII	Século XVIII	
	N	N	N	Ocorrências
“Tomar”	58	75	88	221
“Pegar”	0	21	5	26
“Segurar”	0	3	8	11
“Apanhar”	0	2	5	7
“Apropriar(-se)”	0	3	1	4
“Apoderar(-se)”	0	0	0	0
“Apossar(-se)”	0	0	2	2

A outra razão pode estar atrelada ao fato de que, mesmo havendo uma prevalência dos usos básicos de “tomar” no português arcaico, não se pode perder de vista que a diferença identificada entre os valores espaciais e não espaciais naquele período foi mínima, ou seja, as abstratizações dos usos desse item lexical antecedem o período clássico e, provavelmente, o português arcaico. Esse dado culmina com a hipótese de que “tomar” já era polissêmico desde a

sua origem, uma vez que o verbo latino *autumare* apresentava os valores semânticos ‘afirmar’, ‘pretender’, ‘proclamar’, ‘pensar’, ‘julgar’ e ‘crer’¹⁰⁷, o que já havia sido aventado pelos estudiosos Jakob Jud (1925), Glover (1971), Pastor Milan (1990), Corominas e Pascual (1997) e María Moliner (2001).

5.2.1 Usos físico-espaciais mais salientes do verbo “tomar” documentados no português arcaico que se mantiveram no português clássico e indícios de mudança do centro prototípico

Conforme já se pontuou, os dois usos físico-espaciais mais salientes do português arcaico mantiveram-se no clássico. Observa-se que, nos textos desse último período, tal como se verificou no anterior, os sujeitos das sentenças em que “tomar” apresenta o sentido ‘*pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória*’ são de maneira geral pessoas comuns da sociedade da época, conforme ilustra uma passagem do *Sermão de Santo António da Prosa*, de autoria de Padre António Vieira, em que o autor refere-se ao nome genérico *homem* para dirigir a sua pregação:

Toma um homem do mar um anzol, ata-lhe um pedaço de pano cortado e aberto em duas ou três pontas, lança-o por um cabo delgado até tocar na água, e em o vendo o peixe, arremete cego a ele e fica preso e boqueando, até que, assim suspenso no ar, ou lançado no convés, acaba de morrer. (SSAP).

No exemplo transcrito, a imagem mental de deslocamento característica dos usos básicos de “tomar” mantém-se e é conceptualmente iniciada por um sujeito Agente-Experienciador-Possuidor, que se desloca ou desloca parte do seu corpo em uma trajetória espacial, para conter em suas mãos, provisoriamente, um *anzol*, tendo em vista um interesse prático, funcional: *pescar*.

O alvo do movimento, por sua parte, conserva certa identidade com outros bens almejados e identificados em construções semanticamente similares detectadas no *corpus* desse período e também do português arcaico. Esses objetos são, na maioria das vezes, inanimados, manuseáveis, utilitários e disponíveis, a exemplo da *palmatória*, da *máça* (instrumento de combate), da

¹⁰⁷ O *Dicionário de Latim Português*, de António Ferreira (1995), atesta essa afirmação: Autũmo, -as, -avi, -atum, autumare: V. tr. 1. Dizer, afirmar; 2. Nomear, chamar; 3. Pensar, julgar, crer (*Lembra do “Por quem me **tomas**”? Por quem me **judgas**?*).

púrpura (manto da nobreza), da *coroa*, da *bengala*, podendo ser, em alguns poucos casos, animados, como o *peixe* e também o *preso* em destaque mais à frente.

De artigo, como: A matéria bem feita apráz ao méstre. Sérve de relativo per semelhante exemplo: Éssa tua palmatória, se â eu **tomár**, far-te-ei lembrar ésta régra. [...] (OPJB).

Mandou Cristo a S. Pedro que fosse pescar, e que na boca do primeiro peixe que **tomasse** acharia uma moeda com que pagar certo tributo. (SSAP).

Vale acrescentar ainda a essa lista o objeto *carruagens*, que aparece documentado no português europeu, no período clássico, em uma das *Cartas de Alexandre Gusmão*, datada do século XVIII. Embora esse bem distinga-se um pouco dos demais, por fazer parte da categoria dos meios de transporte, compartilha algumas propriedades comuns com os prototípicos, a exemplo da tangibilidade, da possibilidade de ser movido e da disponibilidade para ser usado temporariamente. De modo similar aos outros exemplos apontados, a ação de “tomar” precede uma outra à qual está interligada. No contexto transcrito a seguir que ilustra esse caso, não há indícios de que o uso de “tomar” já tivesse o valor que hoje lhe é atribuído em construções cujo objeto direto é um meio de transporte:

Por este motivo mandarâ Vossa V. M. **tomar** as carruagens com o pretexto de irem buscar pessoas que estão em Coimbra, ou outro qualquer que lhe parecer [...] (CAG,64)

Observa-se, de modo geral, que a interação entre as entidades participantes de todos esses eventos transcorre de modo pacífico e a força dinâmica empregada é estável, uma vez que a contenção provisória dos objetos não encontra barreiras ou qualquer tipo de resistência para ser efetivada. Semelhante ao que se verificou nos contextos do português arcaico, há um fluxo de energia menos intenso aplicado à ação. Mais uma vez, focaliza-se o contato que precede outros eventos e realiza-se por meio de zonas ativas quase sempre elípticas, excetuando-se o contexto a seguir em que há uma referência explícita à *mão de Hércules*:

E, quando tachávam a Vergílio que furtáva os vérsos de Homéro pera a sua Eneida, dizia: Nam é pequena vitória **tomár** a máça da mam de Hércules. (OPJB).

Construções semelhantes são também identificadas no português brasileiro. Os sujeitos, da mesma forma que se viu no português europeu, tendem a ser pessoas comuns; os objetos, por sua vez, são seres animados ou inanimados e a finalidade do ato de “tomar” é estabelecer uma posse provisória, visando a realizar uma outra ação específica e imediata. Prova disso são as ações subsequentes representadas pelas orações aditivas que integram o frame de “tomar” nesses contextos, como se verifica no exemplo seguinte:

[...] o mandei segurar naprizaõ, por me=|dizerem estes *que* chegando fora demarê com odito prezo aesta *Villa*, | naõ acharaõ Lanxa pronta *para* ceguirem *para* a *Bahia* e esperando | eu *que* voltasem no outro dia *para tomarem* oprezo, ecegurem sua | viagem já mais me apareceraõ [...](CBS,77).

Na passagem transcrita, o *preso* é conceptualizado como um objeto humano que pode ser deslocado de um ponto a outro da trajetória pelo sujeito, representado anaforicamente pelo pronome *estes*, que tem por objetivo executar uma outra ação na sequência: *seguirem sua viagem*.

Como se pode observar, apesar de o uso ‘*pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória*’ ter prevalecido entre os sentidos físico-espaciais, contabilizando 15 ocorrências no *corpus* referente ao português clássico, a sua frequência é reduzida tanto no PE quanto no PB, se comparada aos valores semânticos metonímicos e/ou metafóricos identificados também nesse período, corroborando a ideia de que, a partir do período clássico, iniciou-se um processo de desprototipização do valor semântico referido, ou seja, de mudança do centro prototípico de “tomar”, até então básico, para um outro domínio conceptual não básico, o que é mais perceptível na variedade europeia da língua portuguesa.

Vale ressaltar que essa mudança não representa a negação dos significados primários desse verbo. Se assim o fosse, não haveria polissemia ou variação e a mudança (semântica), ao contrário de ser lenta, gradual e contínua, como assegura Faraco (2005), seria abrupta, rápida, o que não se comprova, tendo em vista a coexistência de usos mais antigos de “tomar” ao lado de outros mais novos bem como a manutenção da sua base conceptual nas projeções metonímico-metafóricas¹⁰⁸ nos diferentes períodos da língua.

¹⁰⁸ Hopper (1991, p. 17-35), ao estudar a gramaticalização, já havia destacado, entre outros princípios básicos desse fenômeno: a *estratificação*, quando formas diferentes coexistem com uma função semelhante, e a *persistência*, quando, na forma gramaticalizada, permanecem vestígios do significado lexical original.

Deve-se pontuar que a pouca proeminência do uso prototípico *‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’* no *corpus* do português clássico vem acompanhada também da baixa incidência do outro uso prototípico identificado no português arcaico, *‘apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito’*, o qual contabiliza apenas 1 ocorrência detectada na *Crônica do Viver Baiano Seiscentista*, texto brasileiro do século XVII:

Qual Paulo Emílio, quando entrou por Roma
 Com Perseu preso, e sua fidalguia,
 Sendo o despojo, que recolhe, e **toma**
 Quatrocentas coroas, que trazia:
 Vós mereceis mais numerosa soma,
 Porque unindo ciência à valentia
 Mereceis as marciais, também as de ouro
 Cam. Do Bacaro, e do sempre verde Louro. (CVBS).

Presume-se que esse decréscimo, como já se explicou, pode ter causas sócio-históricas. Com a mudança dos tempos, as concepções de propriedade e de poder passaram por algumas transformações que se fizeram notar não só no comportamento social do homem moderno mas na sua forma de interpretar determinadas situações e de conceptualizá-las por meio da linguagem. Barreto (2006, p. 666) explica que a soberania do senhor feudal, a superposição de direitos de diversas intensidades sobre a mesma coisa e a não distinção do particular do público que caracterizavam o mundo medievo vão ser, significativamente, afetados pelo desenvolvimento dos centros urbanos e pelo surgimento de atividades comerciais e financeiras, produzindo uma nova concepção de posse respaldada pelo direito de ter a coisa e não apenas pelo poder concedido a uma minoria. Essa forma de pensar está sintetizada no trecho a seguir:

[...] o mundo foi dado por Deus em comum a todos os homens, porém cada indivíduo é dono de si e de seu trabalho. Contudo, para que o domínio sobre o seu trabalho tenha efetivo alcance objetivo, deve-se admitir que ele possa apropriar-se dos bens por ele trabalhados. A propriedade é legitimada, portanto, como fruto do engenho humano e como a expansão de sua personalidade; uma condição objetiva incontornável para a liberdade e a realização de uma vida digna. (BARRETO, 2006, p. 667).

5.2.2 Usos físico-espaciais menos salientes do verbo “tomar” documentados no português arcaico que se mantiveram no português clássico

Além dos usos já destacados, valores semânticos menos salientes, como ‘*subtrair algo tangível, alheio, ilicitamente*’, também se mantiveram nos textos do português clássico com um número baixo de ocorrências. Esse uso aparece documentado 4 vezes no *corpus*, com 2 registros, no PE, e 2, no PB, contrapondo-se aos 26 detectados nos primeiros textos da língua.

A conceptualização de deslocamento, de contato, de força e de transferência de posse configurada pelo ato de “tomar” embasa-se nas sobreposições dos esquemas imagéticos da *origem-percurso-meta*, da *dinâmica de forças*, do *contato* e do *container*, visto que os sujeitos, predominantemente humanos, movimentam-se em um percurso espaço-temporal, com uma direção definida e visando à apropriação não consentida (por ser indevida, ilícita) de objetos materiais, cujo valor comercial, simbólico ou utilitário fica subentendido nos contextos.

No exemplo a seguir, retirado da *Obra Pedagógica de João de Barros*, considera-se que o valor semântico aqui referido é explicitado pela expressão *a logro* (‘trapaça’, ‘fraude’) que acompanha o verbo “tomar” e imprime a ideia de subtração do que é de outrem, denotando uma ação não autorizada:

[...] " vergonha teria se ô dêsse a vós e nam a este a quem ô devo ", amostrando um crédor a que devia ãa sóma de dinheiro que lhe tinha **tomádo** a logro. (OPJB).

Em um trecho de um dos sermões do Padre António Vieira, transcrito na sequência, o caráter ilícito desse ato é indicado pela punição aplicada por *São Pedro* ou *seus sucessores* (sujeitos da ação) àqueles que “tomam” os bens pertencentes aos *náufragos*:

E quis mostrar o Senhor que as penas que S. Pedro ou seus sucessores fulminam contra os homens que **tomam** os bens dos naufragantes, também os peixes por seu modo as incorrem morrendo primeiro que os outros, e com o mesmo dinheiro que engoliram atravessado na garganta. (SSAP).

Por último, em uma passagem extraída de uma *Carta Baiana Setecentista*, é a sequência de ações narradas que permite supor a ilegalidade do ato de “tomar”, visto que a posse do *chapéu do empregado do tabelião* parece não ter sido pacífica, pois seu dono foi esfaqueado:

[...] So Senaõ ocultou, mas passando a mayor excesso | otem procurado *muitas* vezes em Sua propria Caza, eem contrando o | em outra desta villa publica *mente* lheaRemeçou acara com hum | chapeo, *que* elles coatro *companheiros* haviaõ **tomado** ahum famulo | do dito Tabaliaõ nodia do entrudo, dando huã facada no braço | esquerdo dodito famulo.(CBS,79).

Em todos esses casos, os sujeitos comportam-se como Agentes-Experienciadores-Apropriadores e suas ações estão associadas à trapaça, à desonestidade, ao oportunismo. Os objetos tomados, por outro lado, são dotados de algum valor comercial e pertencem a alguém, como o *credor*, os *naufrogantes* ou o *fâmulo do tabelião*. Por representar um interesse unilateral dos sujeitos, pressupõe-se que existe um fluxo de energia adversa aplicado por eles contra os proprietários dos objetos afetados, que, mesmo se opondo à ação, não conseguem impedi-la.

Além do que já foi exposto, há um outro uso de “tomar” identificado no período anterior da língua portuguesa e conservado no português clássico, parafraseado como ‘*usufruir de algo tangível, alheio, disponível ou usá-lo temporariamente*’, que ocorre apenas 1 vez no português clássico e encontra-se registrado na *Carta de Alexandre de Gusmão*, texto do PE, escrito no século XVIII. Tal como se verificou nos exemplos que atestam a existência desse uso no português arcaico, um objeto material de valor monetário, *400\$rs*, é cedido ao sujeito, nomeado como *V. M.*, para deste usufruir, conforme sua necessidade, mediante um acordo pré-firmado, em que ele (o sujeito) compromete-se a pagar os juros do que deve a quem é de direito:

Disse que ficava devendo mais de um conto de réis, porque sei que os 400\$rs que houver de pagar hão-de ser com os seus juros, pois sei que V. M. os **tomou** a juro, para acudir-me com eles [...] (CAG,112).

Os demais usos físico-espaciais menos salientes de “tomar” identificados no português arcaico e parafraseados como ‘*capturar alguém*’ e ‘*encontrar(-se) (com) alguém*’ não foram localizados nos textos do português clássico em nenhuma das variedades da língua. Convém pontuar, entretanto, que essa constatação, embora revele novas tendências quanto ao comportamento semântico de “tomar” no mundo clássico ou moderno, não deve ser interpretada como taxativa, visto que uma análise de *corpus* representa apenas uma amostra, um indicativo do que possivelmente ocorreu na língua durante um determinado período, jamais a sua totalidade.

5.2.3 Usos físico-espaciais do verbo “tomar” documentados a partir do português clássico

Além das ocorrências de “tomar” documentadas nos textos do português clássico e já especificadas até aqui, foram encontrados mais dois novos usos que integram a rede semasiológica desse verbo: *‘ingerir substância líquida, disponível, para fins medicinais’* e *‘medir, por meio das mãos ou de algum instrumento, a intensidade de algo’*.

O primeiro uso, *‘ingerir substância líquida, disponível, para fins medicinais’*, aparece registrado 6 vezes no *corpus*, em textos datados dos séculos XVII e XVIII. Há 3 ocorrências, no PE, e 3, no PB. Todas correspondem a atos físicos realizados por sujeitos humanos que desempenham o papel de Agentes-Experienciadores-Possuidores e se comportam como causadores do seu próprio deslocamento, do contato provisório com os objetos e da mudança do seu estado, tal como ocorre no espanhol, com o mesmo verbo, e, no francês, com o verbo *prendre*, seu equivalente.

Em outras palavras, mais uma vez, o uso de “tomar” implica a conceptualização de um movimento espacial, voluntário, realizado pelos sujeitos em direção a objetos específicos, para com eles estabelecerem um contato material. Todavia, diferentemente dos outros usos analisados, esse contato ocorre através de zonas ativas específicas (as vias digestivas), com a finalidade de atender a uma vontade ou a alguma necessidade física do sujeito, conforme ilustram alguns exemplos a seguir:

Estes excessos, que são capazes de prejudicar aos mais sadios, alguma cousa o abateram; mas com a purga que **tomou** se acha bom [...] (CAG,113).

De ópio assim é, que **tomar** chá é dar ópio às tripas. (EC, 124).

É o mesmo que quem come tremoços ou caranguejos, que **toma** ópio pelas suas mãos. (EC, 124).

[...] uma purga de antimônio
devia a moça **tomar**,
quando houve de vos mandar
um mimo, em que dá a emender,
que já vos ama, e vos quer
tanto, como o seu cagar. (CVBS).

Como se pode notar, os sujeitos de “tomar”, nos contextos transcritos, são pessoas de posições sociais não explicitadas. Porém, os objetos selecionados são específicos e inserem-se na categoria das plantas medicinais. Trata-se de bens da natureza, provenientes de algum vegetal e disponíveis para o consumo oral, a exemplo da *purga*, designação comum dada a diversas plantas que servem para limpar as vias intestinais, e do *ópio*, “substância que se extrai dos frutos imaturos de várias espécies de papoulas”, conforme define Aurélio Ferreira (1999), nos verbetes relativos a essas palavras. Além dessas substâncias, existe também o *chá*, que, normalmente, é feito de ervas naturais e é liquefeito.

Por compartilhar propriedades comuns com *‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’* e reelaborar seus esquemas de imagens, considera-se que o uso ora analisado é uma especificação desse sentido básico, uma vez que herda os seus esquemas básicos e propriedades semânticas e sintáticas.

Contudo, a imagem mental da qual esse novo valor semântico originou-se perdeu-se, em parte, uma vez que o contato entre os participantes do evento não ocorre por meio da manipulação direta de objetos tipicamente sólidos, isto é, compactos e revestidos por uma superfície palpável, mas através da introjeção de substâncias líquidas provenientes da natureza no corpo do homem, que funciona literalmente como um *container*¹⁰⁹ e experiencia fisicamente os efeitos decorrentes desse ato. Embora esses objetos sejam visivelmente físicos, distinguem-se daqueles considerados prototípicos nesse período.

Comparando os dois valores semânticos, *‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’* e *‘ingerir substância líquida, disponível, para fins medicinais’*, pode-se dizer que os bens conceptualizados como alvos do primeiro, ao serem contactados pelos sujeitos, mudam de localização e deixam de estar disponíveis temporariamente. Por outro lado, no que se refere às substâncias conceptualizadas como alvos da ação dos sujeitos do segundo valor semântico citado, ao serem contactadas, além de sofrerem alterações no seu estado físico inicial, deixando de existir como tais, afetam fisicamente os causadores da ação. A *purga*, ao ser ingerida, por exemplo, provoca o relaxamento das vias intestinais, funcionando como laxante. O *ópio*, por sua vez, utilizado como narcótico, pode causar alterações no

¹⁰⁹ Nesses casos, focaliza-se o esquema do *container*, uma vez que o objeto é entendido como um recipiente que é inserido dentro de outro, o seu *container*.

comportamento humano, como entorpecimento, dependência, sono, dentre outras reações. O consumo de ambos gera efeitos físicos colaterais perceptíveis nos sujeitos.

Em síntese, ainda que os dois usos referidos do verbo “tomar” apresentem semelhanças, como atividade e volitividade dos sujeitos; movimento espacial e bidirecional que empreendem; finalidade prática da ação; contato material entre os participantes e controle provisório dos objetos e (possíveis) benefícios associados a essas ações, algumas características distinguem o uso instanciado do uso prototípico, como a natureza dos objetos envolvidos, o modo de interação e os efeitos do ato de “tomar”, segundo cada perspectiva. Afinal, como assevera Silva (2006a, p. 72), “uma instanciação *herda* as especificações do esquema, mas elabora-o com mais detalhes”. (Grifo do autor).

Deve-se esclarecer, porém, que, no português arcaico, aparecem algumas ocorrências com a *água*, conceptualizada como objeto a ser “tomado” pelo sujeito, o que pode dar margem, em um primeiro momento, à crença de que, antes do período clássico, já havia um uso similar ao descrito; o que não se confirma no *corpus*. A análise de alguns contextos extraídos da *Crônica Geral de Espanha* (século XIV) e da *Carta de Caminha* (século XV) somada ao exame dos frames em que ocorrem as sentenças com esse predicador verbal permitiram que fosse descartada a possibilidade de esse verbo ter sido empregado naquela época com o sentido ora discutido. Para argumentar, seguem-se os exemplos, com as suas respectivas interpretações.

No trecho a seguir transcrito, retirado da *Crônica Geral de Espanha*, verifica-se que a *água* não está conceptualizada como um líquido para ser ingerido, mas como um espaço a ser percorrido:

[...] E, tanto que os Julyo Cesar vyo eçarrados, cuydou como os cercarya aly, que nõ ouvessem per hu sayr ao ryo nem aas fontes que avya ao pee do monte. E partio suas cõpanhas pera lhes guardar como nõ podessem **tomar augua** e que per força ouvessem a fazer o que elle quisesse.(CGE, 78,30c)

Conforme se pode ler, o cerco promovido pelo exército de Julyo Cesar teve o cuidado de não deixar que os inimigos saíssem nem pelo rio nem pelas fontes, por isso os soldados os vigiaram para que não pudessem “tomar água”, isto é, para que a tropa inimiga não seguisse pelo rio, tendo assim o seu direito de ir e vir por aquele caminho cerceado.

Nos três contextos a seguir, extraídos da *Carta de Caminha*, embora se possa suspeitar, em uma primeira leitura, que os sujeitos tenham ingerido água, a análise atenta dos usos de “tomar” encarrega-se de dirimir possíveis dúvidas. Vê-se por que, lendo cada trecho:

Eaa sesta pola manhã as biij oras pouco mais ou menos per conselho dos pilotos mandou ocapitam leuamtar amcoras e fazer vela e fomos de lomgo dacosta com os batees e esquifes amarados perpopa comtra onorte peraveer se achauamos algu)u)a abrigada e boo pouso omde Jouuesemos per**tomar** agoa e lenha · nom por nos ja mjnguar maspor nos acertamos aqu_ e quamdo fizemos vela seriamja na praya asentados jumto cõ o Rio. (CC, 1v).

[...] troueram lhes agoa per hu)u)a albarada **tomaram** dela senhos bocados e no) beberam · soomente lauarã as bocas elamçaram fora · vio hu)u) deles hu)u)as contas de Rosairobrancas · açenou que lhas desem e folgou muito comelas e lancouas ao pescoço e depois tirouas e enbrulhouas no braço e acenaua peraaterra e entã peraas [...] (CC, 3r).

[...] que anoso parecer era esta meesma que vem te)e)raapraya em que nos **tomamos** agoa aly jouemoshu)u) pedaço bebendo [...] (CC, 11r).

No primeiro exemplo extraído da *Carta de Caminha*, depreende-se que os sujeitos estavam procurando um abrigo que fosse bom para pegar e transportar *água* e *lenha* e não para ingeri-la. A presença do objeto sólido, *lenha*, elemento natural que é revestido por uma superfície palpável e não comestível, atesta isso. Já no contexto seguinte, verifica-se que, após alguém ter trazido água em um recipiente (a *albarada*), cada sujeito retirou de dentro dela alguns bocados, ou seja, pegou uma quantidade desse líquido, somente para lavar as próprias bocas, jogando-a fora logo em seguida.

Quanto ao último exemplo, pressupõe-se, com base na narrativa feita, que os sujeitos apenas pararam na praia onde costumavam pegar ou carregar água. Nesse contexto, o ato de “tomar” precede outros, a exemplo de “beber”, afastando a possibilidade de serem esses verbos sinônimos, pois fica explícito tratar-se de ações distintas, porém vinculadas ao mesmo frame.

Considerando-se todas essas observações, resta destacar que, apesar de não apresentar grande frequência¹¹⁰ no *corpus* do período clássico, o uso ‘*ingerir substância líquida, disponível, para fins medicinais*’ já começava a dar indícios de uma pequena saliência conceptual nessa

¹¹⁰ A baixa frequência desse uso, no português clássico, reforça a crença de que o seu surgimento não antecede esse período, visto que o seu emprego ainda não havia se difundido e se consolidado na língua portuguesa.

época, comportamento que se consolidou no português contemporâneo, conforme se verá mais adiante.

Por último, como mais um uso de “tomar” documentado a partir do português clássico, pode-se citar ‘*medir, por meio das mãos ou de algum instrumento, a intensidade de algo*’. Identificado apenas 2 vezes na *Crônica do Viver Baiano Seiscentista*, texto do PB, trata-se de um sentido periférico, cuja apreensão é facultada pelos contextos semânticos e pragmático-dircursivos transcritos na sequência:

A el Rey d. Pedro ii com um astrolábio de **tomar** o sol, que mandou o Os. Valentim stancel dedicado ao renascido monarca. (CVBS).

[...]Mas que outros, que põem à raça,
e se prezam de estafermos,
não o tomando aos enfermos,
só **tomem** o pulso à casa:
que haja enfermo, que se abrasa
em febre, e dores mortais,
e que se cure com tais,
que só estudam na frasqueira!
Boa asneira. (CVBS).

Acredita-se ser temerário dizer que esse uso é uma inovação da variedade brasileira ou que seja um valor semântico documentado apenas no gênero literário, pois, como já se afirmou antes, não se pode esquecer que uma análise de *corpus* contempla apenas uma pequena faceta do que pode ter ocorrido na língua em um dado período. Supõe-se, porém, intuitivamente que o uso “tomar sol”, tal como se mostra no primeiro exemplo apresentado, não se manteve no PB. Talvez tenha dado origem, por analogia, a outras construções comuns na fala coloquial contemporânea, a exemplo de “tomar a temperatura” e “tomar a pressão”, não documentadas no *corpus*. Normalmente, essas ações costumam ser executadas com o auxílio de instrumentos, como o termômetro e o estetoscópio, diferindo um pouco de “tomar o pulso”, registrado no segundo exemplo, bastante recorrente na língua falada coloquial brasileira contemporânea.

Nesse último caso, a ação realiza-se apenas com o contato das mãos sobre o punho da pessoa e a interação pressupõe um fluxo de energia estável, visto que as entidades humanas envolvidas no ato de “tomar” não se conflitam. Em outras palavras, o contato ocorre através de zonas ativas (*mãos, pulso*) e dura o tempo necessário para que o sujeito escute a pulsação do

outro participante da cena, que é aparentemente o *enfermo*. Mais uma vez, o frame que se configura tem elementos e propriedades comuns em relação ao uso prototípico ‘*pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória*’.

Em síntese, no que se refere às duas variedades da língua, nota-se um processo de convergência lexical, uma vez que há um equilíbrio nos usos documentados no PE e no PB, em quase todas as sincronias. Ademais, a conservação dos usos experientialmente básicos mais prototípicos de “tomar” identificados no português arcaico, o não registro de dois usos menos salientes também identificados naquele período e a elaboração de dois novos valores físico-espaciais e de outros não físico-espaciais, a partir de um ou dos dois sentidos mais centrais do referido verbo, evidenciam que alguns sentidos mantiveram-se no português clássico e outros não, ratificando o que já havia sido asseverado por Silva (1999, p. 67): “[...] diacronicamente os membros mais salientes tendem a ser mais estáveis que os menos salientes”.

Diante do novo quadro descrito, infere-se que as dimensões coocorrentes que estão na base das ligações semânticas estabelecidas entre os membros (usos) da categoria verbal “tomar”, estruturando o seu complexo semasiológico e definindo os seus diferentes graus de prototipicidade no período ora examinado, mantêm-se, porém agregam novos componentes, passando por adaptações.

Enquanto, no português arcaico, as dimensões físico-espaciais sobressaem-se e estruturam o complexo polissêmico de “tomar” naquele período, a exemplo do comportamento do sujeito predominantemente ativo e volitivo, do seu movimento prototipicamente espacial, da natureza material e manipulável do objeto afetado, do contato físico entre sujeito e objeto e da posse concreta; no português clássico, dimensões não físico-espaciais têm maior proeminência. Assim, o movimento do sujeito deixa de ser prioritariamente espacial para ser também nocional; a natureza predominantemente física do objeto afetado dá lugar à conceptualização de atividades, eventos, sentimentos, estados, processos, como bens manipuláveis e passíveis de posse; o contato material, corporal, passa a ser mental, psicológico, e a noção de posse concreta provisória ou permanente, ainda que tenha se mantido e continue sendo a base conceptual para conceptualização dos outros sentidos, tem pouca proeminência, visto que o modelo de posse abstrata, já registrado no período anterior, predomina, conforme se discutirá em outra seção deste capítulo.

As inter-relações entre os usos físico-espaciais do verbo “tomar” identificados no português clássico e as dimensões que os embasam estão representadas no complexo multidimensional a seguir exposto:

Figura 16– Complexo multidimensional dos usos físico-espaciais do verbo “tomar” no português clássico

	Sujeito Agente-Experienciador- Possuidor /Posse Concreta Provisória	Sujeito Agente-Experienciador- Apropriador /Posse Concreta Permanente	
Menor Dinâmica de Forças	‘Pegar algo tangível, disponível ou alguém’		Maior Dinâmica de Forças
	‘Ingerir substância líquida, disponível, para fins medicinais’		
	‘Subtrair algo tangível, alheio, ilicitamente’		
	‘Medir, por meio das mãos ou de algum instrumento, a intensidade de algo’		
	‘Apropriar-se de algo tangível, alheio’		
	‘Usufruir de algo tangível, alheio, disponível ou usá-lo temporariamente’		
	Objetos Tangíveis/Manipuláveis/ Disponíveis/Utilitários/ Inanimados / Animados (não humanos e humanos)/ Substâncias Líquidas	Objetos Tangíveis/ Manipuláveis/ Alheios/ Comerciais/ Inanimados	

5.3 USOS FÍSICO-ESPACIAIS DO VERBO “TOMAR” DOCUMENTADOS NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

Das 303 ocorrências de “tomar”, identificadas no *corpus* do português contemporâneo, 163 registros correspondem a extensões semânticas e 71, a usos físico-espaciais, o que equivale, respectivamente, a 53,79 % e 23,43 % do total de ocorrências no *corpus*. Conquanto os valores

físico-espaciais mantenham um número inferior às extensões metonímicas e/ou metafóricas, verifica-se que houve um crescimento do número de ocorrências que indicam usos mais concretos nesse período, se comparado ao anterior. Aumento semelhante é também percebido nos casos em que “tomar” integra fraseologias ou expressões cristalizadas, com 56 registros, o que corresponde a 18,48%, e em que aparece como verbo-suporte, com 6 ocorrências, o equivalente a 1,98%, que se somam aos 7 registros ou 2,31% de caso vagos ou opacos, conforme se pode verificar a seguir:

Tabela 7 - Frequências totais dos usos do verbo “tomar” no português contemporâneo

Significações	Frequência por séculos				Subtotal		Total N e %
	XIX		XX		PE	PB	
	PE	PB	PE	PB			PE/PB
Extensões Metonímicas e Metafóricas	20	31	65	47	85	78	163 = 53,79
Usos Físico-Espaciais	19	12	15	25	34	37	71 = 23,43
Fraseologias	3	9	20	24	23	33	56 = 18,48
Verbo-Suporte	2	1	1	2	3	3	6 = 1,98
Casos Vagos/ Opacos	1	4	1	1	2	5	7 = 2,31
Total	45	57	102	99	147	156	303

Crê-se que a elevação de ocorrências de extensões metonímicas e metafóricas do verbo “tomar” no *corpus* e a proeminência de um dos seus usos físico-espaciais podem ter uma explicação sócio-histórica. Diante das várias transformações ocorridas nos séculos XIX e XX, o homem contemporâneo não ficou indiferente. A prova disso está no que ele revela por meio da sua língua e, mais especificamente, por meio do léxico.

Como se sabe, os movimentos culturais, sociais, literários, artísticos e intelectuais que marcaram o século XIX e, mais especificamente, o século XX deram lugar a ideias inovadoras, libertárias e a uma maior complexidade dos conceitos, surgindo, com isso, novas formas de ver a natureza, o ser humano e as artes. Segundo Perry (1999, p. 482), esse período foi marcado por uma série de mudanças na vida cultural e intelectual do homem ocidental. Entre as alterações observadas pelo autor que se refletiram nas relações sociais dessa época, podem-se citar o ataque

aos valores morais e intelectuais do Iluminismo (pregado nos séculos anteriores), a denúncia da razão, a exaltação da força, a busca do heroico e o anseio por uma nova autoridade. Essa fase considerada turbulenta e também violenta, devido às guerras mundiais, foi extraordinariamente criativa tanto para o pensamento quanto para as artes (não deixam mentir as vanguardas europeias e o movimento modernista), para as ciências e para os estudos linguísticos.

A análise das ocorrências do verbo “tomar”, referentes às variedades europeia e brasileira da língua portuguesa, nos textos dos séculos XIX e XX, propiciou a identificação de cinco sentidos físico-espaciais apresentados a seguir e organizados, segundo o grau de prototipicidade que apresentam no *corpus*, permitindo constatar, mais uma vez, que as experiências vivenciadas pelo homem interferem na sua forma de conceptualizar as coisas ao seu redor. Segue a lista dos referidos usos:

- I - *‘ingerir substância líquida, disponível, para fins medicinais’* (reinterpretado como *‘ingerir substância líquida ou sólida, disponível, para fins medicinais e para alimentação’* e variante de *‘introduzir substância medicamentosa no corpo humano através da pele’*);
- II- *‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’*;
- III - *‘subtrair algo tangível, alheio, ilicitamente’*;
- IV- *‘apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito’* e
- V - *‘medir, por meio das mãos ou de algum instrumento, a intensidade de algo’*.

Cumprе lembrar que os valores semânticos correspondentes aos números II, III e IV já haviam sido registrados desde o português arcaico e os equivalentes ao I e ao V só aparecem no *corpus* a partir do português clássico. Para uma melhor visualização, expõe-se mais uma tabela:

Tabela 8 - Usos físico-espaciais do verbo “tomar” no português contemporâneo e suas frequências

Significações	Frequência por séculos				Subtotal		Total
	XIX		XX		PE	PB	
	PE	PB	PE	PB			
<i>‘Ingerir algo’/Introduzir algo na pele’</i>	6	2	14	18	20	20	40
<i>‘Pegar algo ou alguém’</i>	12	7	1	3	13	10	23
<i>‘Subtrair algo’</i>	0	0	0	4	0	4	4
<i>‘Apropriar-se de algo’</i>	1	2	0	0	1	2	3
<i>‘Medir algo’</i>	0	1	0	0	0	1	1
Total	19	12	15	25	34	37	71

Ao contrário do que se esperava, no *corpus* do português contemporâneo, não foram detectados novos usos físico-espaciais de “tomar”. O valor semântico mais recorrente e de maior saliência conceptual, *‘ingerir substância líquida ou sólida, disponível, para fins medicinais e para alimentação’*, parece ser, na verdade, uma generalização do uso mais específico *‘ingerir substância líquida, disponível, para fins medicinais’*, já registrado no período anterior. Os domínios abstratos para os quais os usos básicos de “tomar” são projetados e suas consequentes extensões metonímicas e metafóricas mais proeminentes, na maioria dos casos, também repetem padrões identificados no português clássico e no português arcaico, como se verá mais adiante.

Tudo leva a crer que o comportamento semântico do verbo “tomar”, nos séculos XIX e XX, experimenta uma reestruturação dos usos prototípicos identificados nos períodos anteriores, resultando em uma fase de consolidação de tendências surgidas em outros momentos da língua portuguesa. Nota-se, por exemplo, que valores básicos, como *‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’* e *‘apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito’*, continuam a assumir posições menos centrais no complexo semasiológico radial de “tomar”, tal como se observou no período clássico, ao passo que *‘ingerir substância líquida, disponível, para fins medicinais’*, antes periférico, torna-se mais central, ao ser reinterpretado como *‘ingerir substância líquida ou sólida,*

disponível, para fins medicinais e para alimentação’, salientando-se numérica e conceptualmente, conforme se mostrará a seguir.

5.3.1 Usos físico-espaciais do verbo “tomar” documentados do português arcaico ao contemporâneo

Assim como ocorreu no período clássico, o valor semântico *‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’* manteve-se no português contemporâneo e totaliza 23 registros no *corpus*, sendo 13, no PE, e 10, no PB. Nos exemplos, em que “tomar” ocorre com esse uso, os sujeitos são predominantemente humanos e assumem o papel de Agentes-Experienciadores-Possuidores. A ação de “tomar”, nesses casos, é conceptualizada como um deslocamento dessas entidades ou de parte dos seus corpos em direção a objetos manipuláveis, com vistas a um contato momentâneo, posto que intencionam executar outros eventos (nem sempre explícitos), segundo se verifica nas passagens extraídas das *Cartas de Ortigão* e do *Jornal Diário do Minho*, textos do PE, e nos trechos do romance *Iracema* e dos documentos do *corpus NILC*, do PB, datados do século XIX:

Como havia provavelmente muitas encomendas de outros Josés levou tanto tempo a chegar o de Carracido que quando a mulher me **tomou o** braço para ir para a mesa eram 9 ³/₄. (CO, 97).

Simeão, que aguardava o conforto de Israel, **tomou** nos braços o Redentor, mostrando-o às pessoas como a luz que ilumina o caminho de cada homem. (DM/ par=12114).

Iracema **tomou** a rama da penna e pintou | uma folha com uma abelha sobre: sua voz | ressor entre sorrisos:). (IR,121).

Como Lula insistiu, ela **tomou** o microfone e discursou. (NILC/ par=Brasil-94b-pol-1).

Os objetos, por sua vez, apresentam natureza semelhante à daqueles detectados nos períodos anteriores. São palpáveis e podem ser inanimados ou animados. De modo geral, encontram-se disponíveis, isto é, podem ter dono ignorado ou um proprietário que não se opõe ao contato nem à posse provisória. Podem ser ainda seres humanos, seus corpos ou partes deles, como as suas *mãos*:

[...] Iracema **tomou** a mão do guerreiro branco e | beijou-a. (IR,55).

[...] A jovem mãe, orgulhosa de tanta ventura, **tomou** o tento filho nos braços e com elle | arrojou-se ás aguas limpidas do rio. (IR, 150).

O ferrador **tomou** as rédeas do cavalo, recuou alguns passos na rua, e foi prendê-lo à argola da parede de uma estalagem. (AP).

Excetuando a baixa frequência desse uso nos textos do português contemporâneo, os exemplos demonstram não haver grande distinção semântica ou sintática em relação às ocorrências identificadas nos períodos anteriores da língua. O mesmo ocorre com o uso ‘*apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito*’. Documentado apenas 3 vezes no *corpus*, 1, no PE, e 2, no PB, ao contrário do que se observou no português arcaico e da mesma forma que se notou no período clássico, esse valor semântico é pouco proeminente nos textos dos séculos XIX e XX.

Depreende-se, por meio dos contextos pragmático-disursivos analisados, que os sujeitos das sentenças em que “tomar” apresenta esse uso, de maneira geral, são indivíduos que estão investidos de direito e de poder e, por conseguinte, estão autorizados a adquirirem os objetos, mesmo não sendo autoridades oficiais. O modo imperativo, empregado nos três exemplos, caracteriza essa “autorização”, muito comum no discurso direto autoritário, conforme se verifica nos trechos extraídos dos romances português e brasileiro, escritos no século XIX, *Amor de Perdição* e *Iracema*, respectivamente:

- **Tome** lá esta lembrança como prova da minha gratidão. (AP).

[...] - **Toma** as tuas armas, guerreiro branco. E' | tempo de partir. (IR, 77).

Chamou então o guerreiro Jatobá e disse:- | Filho, **toma** o tacape da nação pytiguara. Tupan | não quer que Batuireté o leve mais á guerra, | pois tirou a força de seu corpo, o movimento do | seu braço e a luz de seus olhos. Mas Tupan foi | bom para elle, pois lhe deu um filho como o | guerreiro Jatobá. Jatobá empunhou o tacape dos Pytiguaras. (IR, 110)

Embora a apropriação seja consentida e, aparentemente, não haja uma relação conflitante entre os elementos que participam do evento, já que o objeto é dado pelo proprietário, observa-se um fluxo de energia mais forte despendido por essa entidade, visto que ela impõe, determina que o outro participante do evento (o sujeito) mobilize-se para efetuar a posse do bem.

No que se refere ao uso parafraseado como ‘*subtrair algo tangível, alheio, ilicitamente*’, foram encontradas apenas 4 ocorrências no *corpus*, documentadas em *Entrevistas Brasileiras* realizadas no século XX. O traço ilícito da ação manifesta-se no comportamento dos Agentes-Experienciadores-Apropriadores, indeterminados do ponto de vista semântico (*eles, um cara*), mas pressupostos no discurso, como se verifica nos exemplos a seguir. Essas entidades assumem o papel de Antagonistas, porque aplicam uma força abrupta e contrária aos outros participantes humanos envolvidos nos eventos, reconhecidos como Agonistas (proprietários anteriores), utilizando para isso, algum instrumento de coação (implícito ou explícito), com a finalidade de impedi-los de agir e, conseqüentemente, privá-los da posse dos seus bens:

Hoje, você sai aí com um dinheiro na mão, eles te **tomam** o dinheiro da gente. (E114-BR-532).

Hoje a gente sai aí na rua, chega um cara, encosta o revólver, **toma** o relógio, **toma** o dinheiro, **toma** tudo. (E114-BR-828).

Esses dois exemplos ilustram um fato real e cotidiano na vida dos cidadãos brasileiros, sobretudo nos últimos tempos: o conhecido “assalto à mão armada”, isto é, com arma de poder letal. No primeiro caso, embora não haja referência ao tipo de instrumento utilizado, fica implícito que o sujeito aplica uma força mais contundente sobre o dono do objeto, que é coagido a não reagir. No segundo, fica explícito que o sujeito usa uma arma de fogo, especificamente um revólver, para “tomar” todos os pertences alheios, impedindo uma possível contra força.

Segundo dados apresentados pela Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios (Pnad) sobre vitimização e acesso à Justiça no Brasil, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicados pela revista *Veja* (2010)¹¹¹, em um ano, “11,9 milhões de pessoas foram vítimas de roubo no país” e “76,9 milhões de pessoas, quase a metade da população brasileira, sentem-se inseguras nas cidades onde vivem”. Na mesma pesquisa, 7,3% dos entrevistados dizem já terem sido vítimas de roubo ou de furto e 1,6 já foi agredido fisicamente. O emprego do verbo “tomar”, nesses contextos, evidencia como a mudança dos tempos interfere nas relações sociais e repercute na linguagem. Embora, no passado, o homem também usasse a

¹¹¹ Maiores informações sobre o assunto podem ser encontradas no *site* [http://: veja.abril.com.br](http://veja.abril.com.br), da revista *Veja*, periódico de grande circulação no Brasil.

força para apropriar-se de objetos alheios, a maneira de agir foi modificando-se e os instrumentos utilizados para realizar furtos e roubos também.

Em linhas gerais, é possível depreender, com base na análise dos exemplos retirados dos textos dos séculos XIX e XX correspondentes ao português contemporâneo, que o verbo “tomar” possui propriedades que se assemelham e se distinguem entre os períodos examinados. Como se pode verificar, os dois usos prototípicos identificados no português arcaico e conservados no português clássico, ‘*pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória*’ e ‘*apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito*’, mantiveram-se no português contemporâneo, sem grande representatividade ou saliência numérica e conceptual nas variedades portuguesa e brasileira.

5.3.2 Usos físico-espaciais do verbo “tomar” documentados a partir do português clássico que se conservaram no contemporâneo e a consolidação de um novo centro prototípico

Com uma margem de diferença razoável em relação aos outros sentidos físico-espaciais documentados no português contemporâneo, o uso ‘*ingerir substância líquida ou sólida, disponível, para fins medicinais e para alimentação*’ contabiliza 40 ocorrências no *corpus*.

Embora reelabore os esquemas de imagens que subjazem ao uso ‘*ingerir substância líquida, disponível, para fins medicinais*’, registrado a partir do português clássico, e, por conseguinte, mantenha a base conceptual de ‘*pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória*’, o uso ‘*ingerir substância líquida ou sólida, disponível, para fins medicinais e para alimentação*’ deixa de ter um valor mais específico, restrito ao domínio vegetal e das plantas medicinais, nos séculos XIX e XX, para estender-se a outros domínios físicos, como o da alimentação e dos medicamentos farmacológicos.

Observa-se que, semelhantemente ao sentido do qual se origina, a conceptualização desse uso envolve o deslocamento de sujeitos Agentes-Experienciadores-Possuidores, representados por pessoas sem distinção de classe social, em uma trajetória espaço-temporal, e impulsionados a executarem um movimento físico-motor adlativo, com vistas a estabelecer contato com substâncias líquidas e sólidas, por algum interesse (necessidade ou vontade). A força que move esses sujeitos a possuírem os objetos buscados advém dos benefícios que a sua aquisição propicia

para as suas vidas, podendo incluir desde a realização de um desejo momentâneo à satisfação de necessidades humanas básicas e essenciais à sobrevivência, como saciar a sede, alimentar-se ou medicar-se, conforme se pode verificar nos exemplos a seguir:

A água era diferente, prá gente **tomar**, né ? (E-PB/ E111-BR-136).

-- Pois não **toma** o caldinho? -- disse ela com tristeza.(AP).

O sumatriptan pode ser injetado pelo própria pessoa com o auxílio de um aplicador (cerca de US\$ 30 por aplicação) ou **tomado** sob a forma de comprimidos (cerca de US\$ 10 cada). (NILC/par=Cotidiano-94b-soc-1).

Os objetos, nesses casos, são substâncias consumíveis e ingeríveis, tais como líquidos: *água, leite, chá, café, chocolate*; alimentos liquefeitos, como *caldinho, sopa de macarrão*, e medicamentos líquidos ou em cápsulas, a exemplo de *antibióticos, comprimidos, hormônios, pílula, litina, sumatriptan* ou *citrato inglês*.

A conceptualização desses diferentes tipos de bebidas, refeições e remédios como bens almeçados e consumidos pelo homem contemporâneo reflete as transformações industriais ocorridas no final do século XIX e início do XX, quando o surgimento e o conseqüente desenvolvimento das indústrias de bebidas, alimentícias e de medicamentos trouxeram para as nações brasileira e portuguesa novos hábitos sociais, alimentares e relativos à saúde, que se registram na semasiologia de “tomar”. Essas práticas caracterizam uma época e ilustram semelhanças entre as duas nações.

A recorrência do uso em questão reflete também comportamentos sociais e hábitos culturais que parecem ter se tornado mais comuns no século XIX, tanto em Portugal quanto no Brasil, como a ingestão de vinhos, de uísque, de conhaque, de chá, de chocolate e de café, dentre outras bebidas, conforme se vê documentado em algumas passagens do *corpus*:

[...] A **tomar** café, a beber vinho, a comer de quatro pratos ao almoço e de quatro pratos no jantar, dará, mais ou menos expressivam.te , em fera.[...](CO,151).

Levanto-me às 8h30, mais ou menos, vou deitar de comer aos animais, faço e tomo o pequeno-almoço, depois o almoço ao meio-dia, depois lavo a roupa num tanque ou na máquina, vou aos campos, vou ter com a minha filha, que vive perto de mim, **tomámos** um chá ou café e às 5 horas da tarde, para mim e para o meu filho, faço o jantar. (E024-PT-84).

Mal sabia, enquanto **tomava** uísque com água de coco no hotelzinho, que os militares só deixariam o poder para os civis em 1985 depois de se endividarem perpetuamente com o FMI, perseguir, demitir, acusar, ferir, expulsar, prender, torturar e assassinar quem ousasse contrariá-los minimamente. (NILC/ par=Esporte-94a-des-2).

O mesmo ocorre em relação ao surgimento de substâncias medicinais usadas na profilaxia e no combate de problemas relativos à saúde humana. Ainda que o uso de ervas e de chás tenha mantido o seu valor terapêutico, após o surgimento da indústria farmacêutica, em fins do século XIX e início do XX, e dos avanços científicos na área da medicina em Portugal e no Brasil, novas substâncias e medicamentos de reconhecido potencial curativo e preventivo, como antibióticos, comprimidos, vacinas e pílulas anticoncepcionais, dentre tantos outros, passaram a existir e a ser consumidos por portugueses e brasileiros, substituindo paulatinamente hábitos e procedimentos antigos¹¹², como evidenciam os exemplos seguintes:

Tomei o citrato inglês de litina em cápsulas de Wellcome (remédio admiravelmente preparado) e em dois dias estava bom.(CO,137).

Como precisava, fui estando aqui, mesmo tendo que **tomar** seis ou sete comprimidos por dia. (E060-PT-72).

[...] Si depos d' isto não restabelecer- -se | é necessario **tomar** iodu reto | de potassio, permanecen do | as dores nos ossosRe- cibi. (CB, 805).

A descoberta dos antibióticos e o surgimento das pílulas anticoncepcionais, por exemplo, revelam claramente a evolução dos tempos. O aparecimento de ambos no início do século XX marca um grande avanço na área da Saúde Coletiva, o qual se refletiu nas relações sociais da época, trazendo em seu bojo alguns desdobramentos. No primeiro caso, o combate a infecções causadas por bactérias, que antes matavam populações em massa, e no segundo, a conquista de uma maior liberdade sexual, o controle da natalidade, a emancipação da mulher e sua maior inserção no mercado de trabalho. Seguem alguns exemplos desse uso:

As pessoas que **tomam** determinados antibióticos parecem correr menos riscos de sofrer um enfarte do miocárdio, indicam investigadores norte-

¹¹² Sabe-se que ainda é comum, nos dias atuais, a ingestão de ervas medicinais bem como o uso de determinadas “simpatias” ou a adoção de práticas de curandeirismo para o tratamento e cura de doenças em alguns lugares no Brasil.

americano na edição de quarta-feira do Journal of the American Medical Association . (DM/ par=4288).

Eu nunca **tomei** pílula. (NILC/Cotidiano-94a-soc-2).

O consumo de *sopa de macarrão* e de outros alimentos industrializados, por sua vez, passou a ser também um hábito comum nas nações portuguesa e brasileira nos últimos séculos, superando, na maioria das vezes, o consumo de alimentos naturais. O exemplo que se segue, embora se refira aos chineses, foi escrito por brasileiros, o que comprova o uso de “tomar” com o sentido analisado no PB contemporâneo:

Um de seus pratos mais pedidos é uma sopa de macarrão que **os** chineses **tomam** sem colher, aproximando a tigela da boca e, com auxílio dos pauzinhos, aspirando ruidosamente o líquido. (NILC/par=Ilustrada-94b-nd-1).

Conforme se pode verificar, o contato entre os participantes do ato de “tomar”, em todos esses casos, ocorre fisicamente, mediante a deglutição, ou seja, a introdução literal dos objetos na esfera de controle dos sujeitos, a qual corresponde ao seu aparelho digestivo. Nota-se ainda que os esquemas relativos ao movimento bidirecional, ao contato material com o objeto e ao emprego mínimo de forças, verificados no valor prototípico básico *‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’*, mantêm-se no valor instanciado *‘ingerir substância líquida ou sólida, disponível, para fins medicinais e para alimentação’*, ratificando a origem desse uso, cuja perspectiva centra-se no esquema do *container*.

Em síntese, o ato de “tomar”, nesses contextos, remete, mais uma vez, à noção de causalidade, pois seus efeitos repercutem nos autores que os experienciam através do próprio corpo e nos objetos que, ao serem ingeridos, além de mudarem de localização e não voltarem a ficar disponíveis para outras pessoas ou para o próprio sujeito, sofrem alterações significativas no seu estado inicial, uma vez que o processo digestivo os transforma em excrementos humanos.

Antes, porém, de findar os comentários desta seção, vale destacar uma variante desse uso que, embora esteja documentada apenas uma vez no *corpus*, é bastante comum na variedade brasileira:

Estas vacinas devem ser **tomadas** pelas crianças que estão atrasadas, segundo o calendário da caderneta de vacinação. (NILC/par=Cotidiano-94a-soc-1).

Acredita-se que o emprego de “tomar”, nesse contexto, pode ter duas interpretações. Se a vacina for oral, tem-se um exemplo que se enquadra em *‘ingerir substância líquida, disponível, para fins medicinais’*. Mas, se a vacina for subcutânea, trata-se de mais um caso de instanciação do uso *‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’*. Supõe-se que essa última possibilidade deva-se a uma analogia à introdução de substâncias químicas no corpo humano, por meio da ingestão de remédios orais ou através das próprias vacinas sublinguais, que pode ser parafraseada como: *‘introduzir substância medicamentosa no corpo humano através da pele’*. Retém-se o mesmo padrão de uso do significado de origem e perspectivam-se os esquemas do *contato* e do *container*. Soma-se a esse caso o exemplo de “tomar injeção” documentado apenas uma vez no *corpus*:

Muitas vezes o que acontece é que o doente **toma** uma injeção, a dor não passa e depois é necessário dar outra, frisou . (DM/ par=20734).

A distinção, entretanto, refere-se ao comportamento do sujeito que tem o seu papel de Agente enfraquecido e o papel de Experienciador mais enfatizado, pois a pele passa a ser a zona ativa, ao invés da boca ou do aparelho digestivo. Nesse uso, fica pressuposto que uma outra entidade realiza a ação, o que implica uma força dinâmica mais contundente e, muitas vezes, contrária à vontade do sujeito, que experiencia, por um lado, os efeitos benéficos para a sua saúde, e, por outro, uma possível dor física, causada no momento da interação, quando a agulha é introjetada na pele.

Deduz-se, a partir das propriedades identificadas, que outros eventos semelhantes não documentados no *corpus*, mas recorrentes na fala coloquial do brasileiro, como “tomar picada de insetos ou de cobra” e “tomar facada”, sejam também derivações metafóricas desse valor semântico, tal como “tomar tiro” e “tomar gol” registradas no PB e comentadas em outra seção deste capítulo.

Assim, bastante produtivo no português contemporâneo, nas variedades europeia e brasileira, o valor semântico *‘ingerir substância líquida ou sólida, disponível, para fins medicinais e para alimentação’*, além de apresentar uma elevada frequência nesse período,

confirma a sua saliência conceptual prenunciada no período anterior, uma vez que alguns usos abstratos parecem derivar metonímica e metaforicamente desse sentido.

Por último, outro valor semântico registrado no PB contemporâneo que se encontra também documentado no português clássico é ‘*medir, por meio das mãos ou de algum instrumento, a intensidade de algo*’:

Ha de achar muito | que fazer e emendar; | faça-o com geito, e | depois de **tomar** o | pulso aos doentes. | (CB, 819).

Embora seja bastante recorrente na linguagem coloquial do PB, como já se mencionou antes, ocorre apenas uma vez no *corpus*. Nesse exemplo, observa-se que o uso de “tomar” herda as propriedades dimensionais identificadas no período anterior.

Comparando as variedades europeia e brasileira, percebe-se, semelhantemente ao que se verificou no período anterior, que há um equilíbrio quantitativo e conceptual dos valores semânticos encontrados nas diferentes sincronias no português contemporâneo, o que parece indicar um processo de convergência lexical motivado, no último século, provavelmente pela televisão, sobretudo pelas telenovelas brasileiras exibidas em Portugal, pela influência da internet, que surge em fins do século XX, e pela globalização.

Em síntese, pode-se inferir que os usos surgidos no português clássico que se mantiveram no contemporâneo compartilham com os valores semânticos de que são derivados as seguintes propriedades: os sujeitos são humanos e comportam-se como Agentes-Experienciadores-Possuidores; os alvos são disponíveis, isto é, não têm um dono específico ou que se oponha à ação; a posse dos objetos resulta em benefícios para os possuidores e não há um fluxo de energia conflitante envolvendo os participantes do evento. Entretanto, a natureza dos objetos, o modo de interação e os efeitos da ação correspondem a propriedades dimensionais que os distinguem.

Para visualizar a combinação dessas dimensões e seus reflexos nos usos físico-espaciais do verbo “tomar” identificados no português contemporâneo, propõe-se a sua representação, por meio do complexo multidimensional ilustrado na figura a seguir:

Figura 17 - Complexo multidimensional dos usos físico-espaciais do verbo “tomar” no português contemporâneo

	Sujeito Agente-Experienciador-Possuidor /Posse Concreta Provisória	Sujeito Agente-Experienciador-Apropriador /Posse Concreta Permanente	
Menor Dinâmica de Forças	<p>‘Ingerir substância líquida ou sólida, para fins medicinais e para alimentação’ (‘Introduzir substância medicamentosa no corpo humano através da pele’)</p> <p>‘Pegar algo tangível, disponível ou alguém’</p>		
	<p>‘Apropriar-se de algo tangível, alheio’</p> <p>‘Subtrair algo tangível, alheio, ilicitamente’</p> <p>‘Medir, por meio das mãos ou de algum instrumento, a intensidade de algo’</p>		Maior Dinâmica de Forças
	Objetos Tangíveis/ Disponíveis/ Utilitários/ Inanimados/ Animados (não humanos e humanos) /Substâncias Sólidas	Objetos Tangíveis/ Manipuláveis/ Alheios/ Comerciais / Inanimados	

Em face das considerações apresentadas sobre os usos físico-espaciais do verbo “tomar” no decorrer dos séculos, depreende-se que não muito diferente daquilo que Newman (1996, p. 258) descreve a respeito do verbo *to give*, correspondente a “dar” em português, é possível afirmar que os sentidos físico-espaciais de “tomar” envolvem, segundo perspectivas diferentes, movimento físico-motor de uma pessoa, manuseio de objetos materiais, interação entre homem e objeto, interação humana, causação, transferência de força, controle sobre o objeto, mudança de localização, alteração de estado do objeto, vantagens e desvantagens para o sujeito bem como diferentes tipos de posse.

Essas constatações levam a concluir que outras ações referentes ao verbo “tomar” podem ser categorizadas e interpretadas em termos dessas experiências, já que as propriedades e

dimensões que embasam os seus sentidos prototípicos, além de especificarem-se ou generalizarem-se em domínios básicos da experiência humana, estendem-se para variados domínios abstratos, como se procurará mostrar a seguir.

5.4 EXTENSÕES METONÍMICAS E/OU METAFÓRICAS: MECANISMOS CONCEPTUAIS QUE PROPICIAM A POLISSEMIA DO VERBO “TOMAR”

As metáforas e as metonímias são mecanismos cognitivos que estão atrelados à forma de compreender e explicar como o homem categoriza e conceptualiza coisas e seres à sua volta. Embora se defenda que os dois fenômenos estão inter-relacionados entre si e constituem um contínuo ou uma “metaftonímia”, costuma-se distingui-los, pelo seguinte motivo: a metáfora envolve correspondências entre domínios conceptuais distintos, por relações de similaridade, e a metonímia refere-se a projeções conceptuais, por meio das quais uma experiência abstrata (o alvo, o destino) é parcialmente entendida em termos de outra concreta (a fonte, a origem), estando ambas inseridas em uma mesma matriz complexa de domínios, que se interconectam hierarquicamente, conforme defende Langacker (1991a).

Esse modo de explicar fenômenos que antes eram interpretados como eminentemente linguísticos ou, num outro extremo, como puramente mentais, trouxe para os estudos semânticos importantes contribuições. Com a ruptura da visão dualista que pregava a separação entre corpo e mente, adeptos do Experiencialismo lakoffiano e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento passaram a difundir a ideia de que essas duas partes, ao contrário de serem vistas de forma dissociada, constituem um todo unificado, isto é, uma “mente encarnada” (*embodied mind*).

Entre os defensores de que razão e sentimentos vinculam-se e representam a percepção direta de estados corporais, destaca-se o neurocientista António Damásio (2010). Esse autor, ao por em discussão o abismo criado pela visão cartesiana sobre a tão propalada separação entre corpo e mente, explicitada pelo famoso e equivocado axioma “penso, logo existo”, propôs a sua reelaboração, ao afirmar: “existo (sinto), logo penso”. Seus estudos, sem dúvida, constituem um enorme contributo para a desmistificação dessas questões, tanto para a ciência cognitiva quanto para a Neurologia.

O filósofo espanhol Muñoz Gutiérrez (2006, p. 15), pesquisador de questões atinentes à Inteligência Artificial e à Engenharia do Conhecimento, é mais um a integrar essa lista. Ao admitir que o significado, segundo a concepção cognitiva, deve ser interpretado em termos da natureza e da experiência dos organismos que pensam, o referido autor advoga que as capacidades herdadas geneticamente, o modo como o homem se comporta fisicamente no mundo e a sua organização social estruturam a base preconceptual que lhe permite elaborar conceitos abstratos, mediante mecanismos de projeção metafórica e metonímica.

Outros estudiosos, como Domínguez e Elorza (1996, p.12), assumem posição semelhante, ao asseverarem que o ser humano tende a entender conceitos menos concretos, baseando-se em conhecimentos precedentes acerca da manipulação de objetos e de movimentos espaço-temporais experienciados fisicamente. Defendem esses autores que, partindo daquilo que está mais próximo e mais conhecido, é possível entender melhor o desconhecido. Essa ideia é corroborada por Vilela (1996, p. 320), quando explica que a transposição de usos básicos para domínios abstratos reflete a inclinação que se tem para construir metáforas ontológicas, as quais são motivadas pela necessidade do homem de “‘entificar’ as coisas para assim as poder identificar, quantificar, referenciar”.

Em face dessas considerações e admitindo o que também descreve Salomão (2008, p. 100) a respeito do frame de “Transferência de Propriedade” como um domínio fonte, apto para a representação metafórica de significações modais do verbo “dar”, crê-se que os frames de “movimento espacial” e “de transferência de posse” delineados por “tomar” são a base para as instanciações desse verbo na sua matriz de domínios básicos, como se procurou mostrar nas seções anteriores, e também para a sua extensão em domínios abstratos. Nestes últimos casos, ocorrem operações mentais análogas a ações espaço-temporais. Trata-se, pois, da objetivação das abstrações, ou melhor, de *mappings* de domínios origens para domínios alvos experientialmente motivados.

Contudo, faz-se oportuno salientar que, embora essas projeções reflitam a experiência física que se tem de “tomar objeto tangível, manipulável, para uma dada finalidade”, não se deve vê-las como condições necessárias e suficientes para a conceptualização de todos os valores semânticos desse verbo. Observa-se, por exemplo, que, em alguns casos, não há essa suposta linearidade, uma vez que usos instanciados e, portanto, não básicos podem servir de base para

analogias e metaforizações, sendo possíveis a reelaboração de algumas extensões e o surgimento de novos usos em decorrência disso.

Ao analisar o *corpus* dos períodos arcaico, clássico e contemporâneo da língua portuguesa, foi possível identificar os seguintes domínios para os quais são projetados os usos físico-espaciais básicos e mais salientes de “tomar”: o das relações, funções e serviços sociais, o mental ou epistêmico, o dos sentimentos e estados psicológicos, o moral-religioso, o da linguagem, o temporal, o da direcionalidade, o laboral e o dos elementos da natureza e atividades relacionadas. Para verificar como ocorrem as correspondências em cada um desses domínios, serão analisados os contextos de usos em que se identificam os referidos casos de projeções, seguindo, mais uma vez, a periodização da língua portuguesa já apresentada. Antes, porém, expõem-se três tabelas, a seguir, com a indicação desses domínios e as respectivas frequências de projeções, com vistas a dar uma visão geral do que se verificará na análise:

Tabela 9 - Frequências das extensões do verbo “tomar” em domínios abstratos no português arcaico

Domínios Abstratos	Frequências por séculos				Total
	XIII	XIV	XV	1ª metade XVI	
Relações, Funções e Serviços Sociais	18	20	11	3	52
Moral-Religioso	2	11	8	3	24
Mental ou Epistêmico	0	2	12	8	22
Sentimentos e Estados Psicológicos	3	5	12	1	21
Linguagem	0	9	0	1	10
Temporal	0	2	0	1	3
Direcionalidade	0	2	0	0	2
Laboral	0	0	2	0	2
Total	23	51	45	17	136

Tabela 10- Frequências das extensões do verbo “tomar” em domínios abstratos no português clássico

Domínios Abstratos	Frequência por séculos						Subtotal		Total
	2ª metade XVI		XVII		XVIII				
	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE e PB
Mental ou Epistêmico	9	0	13	3	17	8	39	11	50
Linguagem	26	0	4	0	1	0	31	0	31
Relações, Funções e Serviços Sociais	7	0	0	1	4	5	11	6	17
Moral-Religioso	2	0	9	5	0	0	11	5	16
Sentimentos e Estados Psicológicos	1	0	2	3	6	2	9	5	14
Direcionalidade	1	0	1	1	1	1	3	2	5
Temporal	0	0	0	0	2	1	2	1	3
Laboral	1	0	0	0	0	1	1	1	2
Elementos da Natureza e Atividades Relacionadas	0	0	0	1	1	1	1	2	3
Total	47	0	29	14	32	19	108	33	141

Tabela 11 - Frequências das extensões do verbo “tomar” em domínios abstratos no português contemporâneo

Domínios Abstratos	Frequências por séculos				Subtotal		Total
	XIX		XX				
	PE	PB	PE	PB	PE	PB	PE/ PB
Mental ou Epistêmico	10	16	38	19	48	35	83
Relações, Funções e Serviços Sociais	3	4	15	14	18	18	36
Elementos da Natureza e Ativ. Relacionadas	3	0	9	6	12	6	18
Linguagem	2	6	0	1	2	7	9
Sentimentos e Estados Psicológicos	1	3	0	2	1	5	6
Direcionalidade	1	0	1	3	2	3	5
Temporal	0	2	0	2	0	4	4
Moral-Religioso	0	0	2	0	2	0	2
Total	20	31	65	47	85	78	163

Considerando os dados das tabelas 9, 10 e 11, observa-se que, no primeiro período da língua portuguesa, as extensões metonímicas e/ou metafóricas do verbo “tomar”, resultantes da projeção dos domínios básicos físico-espaciais para o domínio alvo das relações, funções e serviços sociais, são as mais proeminentes, sendo acompanhadas, com uma certa margem de diferença, pelas projeções para os domínios moral-religioso, mental ou epistêmico e dos sentimentos e estados psicológicos.

Já no período seguinte, essas frequências são reestruturadas, evidenciando variações e mudanças no complexo semasiológico de “tomar”. Nota-se, por exemplo, que o domínio mental, antes com pouca saliência, passa a ser o mais prototípico da categoria. Isso significa dizer que as extensões de sentidos de “tomar”, nesse período, passam a concentrar-se no referido domínio. Chama a atenção, contudo, a prevalência do domínio da linguagem, na segunda metade do século XVI, no PE. Crê-se que essa discrepância deva-se a dois motivos: o gênero textual, que, nesse caso, parece interferir na conceptualização dos sentidos do verbo “tomar”, uma vez que a obra analisada é uma gramática, em que predomina a função metalinguística da linguagem, e o fato de não terem sido encontrados textos do PB que fossem referentes a esse período nos *corpora* examinados.

No tocante ao português contemporâneo, conforme demonstram os números da tabela 11, as extensões para o domínio mental ou epistêmico continuam a prevalecer. Já o domínio da linguagem, que se apresentava mais saliente no português clássico, perde lugar para as projeções no domínio das relações, funções e serviços sociais. As extensões para o domínio moral-religioso, por sua vez, que tinham certa proeminência no período clássico e um pouco mais no arcaico também se reestruturam e passam a ocupar uma posição inferior em relação às extensões para o domínio dos elementos da natureza e atividades relacionadas, que se tornam mais proeminentes na contemporaneidade. Quanto às outras projeções, pode-se dizer que se mantêm estáveis. Esses dados evidenciam que o complexo semasiológico de “tomar” não é estático, uma vez que se reestruturou ao longo dos séculos, ora consolidando tendências, ora estabelecendo novos paradigmas.

Partindo do pressuposto de que as extensões metonímicas e/ou metafóricas de “tomar” identificadas no *corpus* reelaboram as propriedades multidimensionais dos valores semânticos físico-espaciais detectados nos primeiros textos da língua portuguesa e os seus esquemas de

imagens, herdando, portanto, o mesmo padrão conceptual, buscar-se-á mostrar, a seguir, como essas correspondências ocorrem em cada domínio abstrato identificado.

Admite-se que as projeções mencionadas resultam de correlações ontológicas entre entidades de domínios origens físico-espaciais e entidades de domínios alvos não físico-espaciais. Isso abrange as inter-relações entre o movimento espacial realizado pelos sujeitos nos domínios básicos e o movimento não espacial nos domínios abstratos; o interesse que move os sujeitos a adquirirem os objetos corpóreos e o desejo que os impulsiona a adquirir os não corpóreos; a força física causal que é despendida pelos sujeitos em direção aos objetos materiais afetados e a energia potencial, nocional e também causal direcionada às entidades abstratas interpretadas em termos de substâncias e recipientes adquiridos; a posse concreta dos objetos corpóreos e a posse psicológica, mental de objetos inseridos em uma escala com diferentes graus de abstração.

Nesses casos, verifica-se que as extensões de uso do verbo “tomar”, de modo geral, reelaboram os esquemas de imagens *origem-percurso-meta*, *força*, *contato* e *container*, e preservam propriedades multidimensionais referentes aos valores semânticos mais prototípicos ‘*apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito*’ e ‘*pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória*’, podendo haver também derivações de alguns usos instanciados.

Observa-se, ainda, que prevalecem, no *corpus*, a extensão metonímica denominada “Parte pelo Todo” e, mais especificamente, “Servidor pelo Serviço”, embora seja registrada, em número menor, o “Todo pela Parte”. No primeiro tipo de projeção, muito comum na cultura ocidental, segundo Lakoff e Johnson (2002, p. 93), a parte selecionada permite focalizar, de modo mais específico, certos aspectos da entidade a que se está referindo. Trata-se de um *mapping* construído com base em um modelo cognitivo estruturado, que se realiza “a partir do princípio de que um membro de uma categoria, uma subcategoria ou um submodelo é tomado como representativo da categoria ou do modelo como um todo para uma ampla variedade de propósitos [...]”. (FELTES, 2007, p. 146). Nesses casos, os domínios origem e alvo inter-relacionam-se por constituírem a mesma matriz complexa (de domínios) e por estarem embasados em modelos culturais comuns. Em outras palavras, conceptualiza-se uma coisa por sua relação com a outra.

Associadas a esse tipo de mapeamento, há as metáforas conceptuais do “Recipiente”, da “Estrutura-dos-Eventos como Objetos” e da “Estrutura-dos-Eventos como Lugares” (LAKOFF;

JOHNSON, 1999), as quais subjazem a várias expressões metafóricas ou metaftonímicas com o verbo “tomar”, em diferentes contextos de uso identificados no *corpus*.

No que se refere aos sujeitos, observa-se, por exemplo, que são conceptualizados como Experienciadores-Ativos, uma vez que assumem um comportamento mais dinâmico que passivo, em decorrência da sua condição prototipicamente humana. Os objetos, por sua vez, podem ser crenças, sentimentos, estados, processos, eventos, atividades, atributos, e, mesmo não sendo bens palpáveis nem delimitados por uma superfície corpórea ou pela quantidade de substância que possuem, são conceptualizados como se o fossem, ou seja, como bens que podem ser manipulados, deslocados de um lugar para outro e que causam efeitos diversos nos sujeitos experienciadores.

Nesses casos, a interação causal descrita por Lakoff e Johnson (1999, p. 178) e percebida nas ações físicas expressas por “tomar”, mantém-se, uma vez que o sentido físico-espacial de manipulação de objetos e os benefícios advindos desse ato estendem-se metaforicamente para uma ampla variedade de conceitos causais distintos, implícitos nas noções de contato, de controle e de posse nocionais, conforme se verificará a seguir.

5.4.1 Projeções metonímicas e/ou metafóricas dos usos físico-espaciais do verbo “tomar” para o domínio das relações, funções e serviços sociais nos períodos arcaico, clássico e contemporâneo

As projeções dos valores semânticos básicos prototípicos do verbo “tomar” para o domínio das relações, funções e serviços sociais prevalecem no português arcaico, em comparação com os outros domínios, e contabilizam 52 ocorrências:

E, quando Ceyon vyo que elles filhavam embargo e temor de hyr aa Spanha, leixou aquella terra de Macedonya em que lhe cayu a sorte e **tomou** Spanha. (CGE, 59, 22b).

[...] mas a tua maldade conhecida he! Sey que es viindo em estas partes oucidentaaes por **tomares** a terra daquelles que nũa te mal fezeron e averes della o senhorio pera ty. (CGE, 7, 6a).

Cepion, tanto que todo ouve guysado, pensou em qual guysa poderya fazer mais dampno aos imyigos de Roma e vyo como os de Affryca tiinhã **tomados** os portos do mar com sua frota que avyã muy grãde e pousavã na ribeira do mar fora das naves. (CGE, 59, 22c).

E entõ ficaron elles por seus e todos seus parentes. E muytos dos d'Espanha se partirom de Asdrubal e veherõsse pera elle por aquello que lhe vyron fazer e por que era muy franco e muy boo cavalleiro, pero que alguãs villas **tomou** per força e as mais per amor. (CGE, 60,23a).

E avyaas ja este Ponpeo todas conqueridas daquella vez se nõ algũs poucos logares que eram tam fortes que os nom pode **tomar**.(CGE, 72, 26d).

E os de Julio Cesar trabalhavam de sobyr pellas penas arriba pera **tomar** ho outeiro. (CGE, 75,28b).

Observando os exemplos transcritos da *Crônica Geral de Espanha*, depreende-se que os usos do verbo “tomar” aí documentados ilustram os casos de metonímias e de metáforas citados no início desta seção e expressam um dos instintos mais básicos do ser humano: a territorialidade. Segundo Lakoff e Johnson (2002, p. 81-82), mesmo que um objeto (seja um ser humano, uma pedra ou uma área de terra) não possa ser visto como um recipiente, o homem impõe-lhe fronteiras, demarcando-o, quantificando-o e delimitando o que denominam de “Zonas Territoriais”.

As projeções do verbo “tomar”, no domínio ora referido, ilustram isso, pois, de modo geral, decorrem do uso *‘apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito’*. Dentre as correspondências observadas nesse tipo de projeção, podem ser citadas a correlação entre o deslocamento espacial e o movimento nocional; as semelhanças entre o Agente-Experienciador-Apropriador e o Experienciador-Ativo bem como o interesse que os move; o caráter temporalmente indeterminado das ações e a conceptualização da posse abstrata como uma apropriação concreta.

Acredita-se que essas projeções fossem motivadas pelos modelos culturais de ‘guerra’, ‘combate’ e ‘ocupação de terras’ vigentes na época. Como se sabe, no período em que os textos foram escritos, a aquisição de propriedades, quer fosse por invasões, quer fosse por meios legais, estava sempre atrelada à concepção de supremacia econômica, social e política. “Tomar” uma terra, uma cidade ou qualquer lugar, naquele contexto sócio-histórico, significava “tomar” o controle e o poder de uma outra entidade conceptualizada como “dona” do bem almejado (um rei, um povo, um império, a Igreja).

Trata-se, pois, da projeção metonímica “Parte pelo Todo”, em que a “Parte” corresponde às *terras invadidas* (cidades, vilas etc.), e o “Todo”, ao *poder*, o qual é conceptualizado como um

“recipiente” que pode ser deslocado, manipulado, apropriado, isto é, introduzido em outros recipientes ou *containers*, por via metafórica.

Observa-se que a imagem mental de deslocamento esquematicamente construída, nesses contextos, é, por um lado, físico-espacial e, por outro, nocional, visto que, no frame configurado por esse uso, os sujeitos prototipicamente humanos, Experienciadores-Ativos, deslocam-se com destino a bens imóveis que representam *poder, soberania*, para deles apropriarem-se nocionalmente.

A presença do adjunto adverbial de modo, *per força*, que acompanha o verbo “tomar”, em alguns contextos, ilustra o modo de interação mais enérgico, experiencialmente motivado, que caracteriza esse uso, conforme se pode verificar nos exemplos a seguir:

[...] e desy pobraron a quarta açerca deste meesmo rryo mais adeante e chamaronlhe Umpa, mas depois a **tomou** per força Julyo Cesar e mudoulhe o nome e chamaronlhe Cesar Agusta e esta he aquela a que agora chaman Saragoça. (CGE, 4, 3c)

Este **tomou** per força bẽ cêto e cinquenta vyllas e castellos e apoderousse tanto da terra que a tornou ao senhoryo dos Romaãos. E esteve assy hũũ tempo. (CGE, 65,24a)

Mas Petreo e Freneo esmaron esso meesmo que Julio Cesar pensara e, como eram sabedores da terra, veherom primeiro aaquel outeyro, ante que os de Julio Cesar. E os de Julyo Cesar quiseronlho **tomar** per força e os de Pompeo trabalharonse de o defender. (CGE, 75,28b).

E fez muy grande guerra a Roma e trouxe muy mal o ãperador Agustodulo e **tomou** delle per força toda a terra de Ytallia, segundo adyante ouvyredes, e a cidade de Egipciana; e foy ende senhor della sem nem huã contenda (CGE, 98,39c).

Nesses casos, tal como ocorre no uso prototípico, a energia aplicada sobre o objeto afetado supõe uma força intensa, abrupta e não consentida pelos seus supostos donos. Esse modo de interação reflete um comportamento social pautado na valorização do acúmulo de propriedades e de disputa por poder largamente ilustrado na *Crônica Geral de Espanha*.

A entidade sujeito, nesses casos, é, na maioria das vezes, representada por autoridades oficiais, como os *reis*, que, por serem promotores da organização senhorial e responsáveis pelo poder público da época, tinham, conforme ressalta Mattoso (1995, p. 99, 229), o direito de exigir fidelidade e quantias dos seus vassallos, de impor-lhes castigos e de apossar-se das terras que

pretendessem ou que o seu império conquistasse. Além dos *reis*, podem representar os sujeitos desse ato indivíduos que possuíam direitos reconhecidos na sociedade de que faziam parte, como *cavaleiros* ou *povos* que se destacavam por alguma ação ou em alguma guerra.

Os objetos almeçados, nesses contextos, não se enquadram na concepção de pacientes prototípicos, pois são, de modo geral, entidades abstratas, como estados ou atributos, representadas por bens imóveis, a exemplo de *casas*, *herdades* (*propriedades*), *tendas*, *marinha*, *vinhas*, *terras*, *ciudades*, *portos*, *vilas*, *lugares*, *outeiros*, *reinos* e *fortalezas*.

Considerando os contextos expostos e o modelo cultural da época, a metonímia e a metáfora conceptuais que subjazem aos usos até aqui descritos podem ser sintetizadas, respectivamente, como “Parte pelo Todo”: “Terra é poder”. “Poder é objeto tangível, manipulável, deslocável, alheio e passível de posse”. Isso significa dizer que o homem antigo conceptualizava a terra como um objeto que representava poder, supremacia, daí almejá-la, invadi-la, ocupá-la, tirar o poder de outrem sobre ela. Portanto, a paráfrase que parece sintetizar esse uso é ‘*adquirir poder sobre algo*’.

Alguns exemplos extraídos da *Crônica do Conde D. Pedro de Menezes*, datada do século XV, também atestam isso:

[...] & por çerto que lhe nom sera muy grave d'acabar, caa se, amdando o nosso rrey nas suas guerras p(ri)meiras, **tomava** os lugares alheos por continuação de çercos & fortalleza de emgenhos na comarca dos naturais daquelles çercados [...] (CDPM, 1, 10).

Mais aazada estava a çidade d'Alljazira pera a mamter ell rrey dom A(ffoms)o de Castella, que a **tomou**, e nõ pôde soportar-se que a não filhassem os mouros & a tornarẽ outra vez ((p063)) a seu senhorio. (CDPM, 1, 14).

Uma outra expressão metonímico-metafórica com o verbo “tomar” muito comum no período arcaico é “tomar a posse de algo”, documentada em algumas passagens de um *Documento Notarial* do século XV transcritas a seguir:

Ell q(ue) qui´s(er)a ((L011)) **tomar** a posse das d(i)ctas ssuas cassas p(er)a as Au(er) (e) possuir come ssuas q(ue) Erom (DN, 111).

E p(er) este stromẽto dou cõp(ri)do ((L026)) poder Aa d(i)cta lionor gomez q(ue) p(er) sy ou p(er) outrem em seu ((L027)) nome possa logo tomar E tome a **posse** (e) Senhorio dos d(i)ctos ((L028)) logar(e)s p(er)a os auer como susso d(i)cto (e) declarado h(e) [...] (DN, 154).

Vale destacar que esse uso, ainda que possa ser interpretado por alguns estudiosos como um possível caso de verbo leve, também denominado verbalizador ou verbo-suporte, de acordo com a designação de Neves (2000), não parece comportar-se como tal no período arcaico da língua portuguesa. Parte-se do princípio de que o valor semântico de “tomar”, nesses casos, ao contrário de ser ténue ou esvaziado, herda e reelabora os esquemas de imagens dos seus valores físico-espaciais, ilustrando um exemplo claro de metaforização motivada, possivelmente, pelo modelo cultural da época, sintetizado como: “Posse de terra é poder”. Nesse caso, mais uma vez, o valor semântico de “tomar” é *‘adquirir poder sobre algo’*.

Nessa mesma linha de raciocínio, supõe-se que o verbo “tomar”, acompanhado de objetos que representam uma coletividade, como *hoste*, indica uma projeção metonímico-metafórica semelhante, uma vez que o sujeito é uma entidade que exerce algum tipo de liderança e o objeto é um grupo, conceptualizado como um objeto manipulável e corporalmente delimitado que, segundo o modelo cultural da época, representava força, soberania¹¹³:

Depois que Viaraço, o ladrom, foy morto, assy como avedes ouvydo, veo sobre Çamora hũu caudel de Roma con muy grãde hoste que chamavã Ponpilio. E apos aquel ãvyarom hũu consul que chamavã Rancino. Este, tanto que chegou, **tomou** a hoste do outro Ponpilio e juntouha cõ a sua que elle tragia e pousou a cabo de Çamora e foy tam mal hordenado cõ sua gête contra elles per que ouve a fazer tal preitesya que nõ foy honrra dos Romaãos. (CGE, 69,25b).

Diferentemente dos casos em que “tomar” um objeto humano denota um contato rápido por parte dos sujeitos para uma finalidade prática, a exemplo de “tomar uma pessoa para ir a algum lugar”, a “tomada” de uma *hoste* para lutar pressupõe a participação de vários homens em uma legião ou exército, como soldados ou como líderes, o que podia levar, na maioria dos casos, uma vida inteira. Trata-se de mais um exemplo de metonímia do tipo “Parte pelo Todo”, em que *um grupo ou uma reunião de pessoas* representam a “parte” e *a força ou o poder desse grupo* representam o “todo”. Presume-se que a metonímia e a metáfora conceptual subjacentes a esse uso podem ser sintetizadas, respectivamente, como: “Hoste é poder”. “Poder é objeto tangível,

¹¹³ A *hoste* era uma legião de soldados que serviam ao exército romano. Segundo informações contidas no *site* <http://guiadoestudante.abril.com.br/estudar/historia/legiao-romana->, o exército romano tinha uma média de 6 mil soldados, que se dividiam hierarquicamente e ocupavam diferentes funções, chegando a possuir, no século I a.C., cerca de 400 mil integrantes.

manipulável, deslocável, alheio e passível de posse”. O valor semântico não físico-espacial de “tomar”, nesses contextos, é também *‘adquirir poder sobre algo’*.

Além das projeções do uso prototípico *‘apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito’* já citadas, verifica-se uma outra extensão metafórico-metonímica para o domínio das relações, funções e serviços sociais: “tomar servo”. Identificado no português arcaico, esse uso evidencia um tipo de relação social estabelecida na época entre o *senhor* e o *servo*:

E isto meesmo seya en s(er).uo que fugir a yg(re).ya por leyxar seu senhor. E se o clerigo o ãõ leyxar **tomar**, possao seu senhor **tomar** e sacar da eygreya e o senhor out(ro).sy nono lege neno feyra.(FR,3,129r).

Qvando alguũ s(er)uo fogido casar cũ molh(er) liure q(ue) ãõ sabya q(ue) era s(er)uo, seu senhor **tome** seu s(er)uo q(ua)ndo q(ue)r q(ue) por el for e a meyadade d(e) q(ua)nto gaar cũ elha. (FR, 4, 139r).

Mays os filhos q(ue) fez seyã liures e quites. E se o sabia e casou cũ el, **tomeo** seu senhor cũ todos os filhos e cũ todo o au(er) seu & elha. (FR, 4, 139r).

Nesses exemplos, o sujeito *senhor*, integrante de um dos patamares da pirâmide social da Idade Média, é conceptualizado como um Experienciador-Ativo, pois, ao mesmo tempo em que experimenta psicologicamente os efeitos da sua ação, mantém um comportamento agentivo e volitivo, ao “tomar” um objeto abstrato representado metonimicamente por *servo*.

Acredita-se que, para melhor entender como presumivelmente ocorre a extensão semântica observada, é interessante remontar a alguns fatos sócio-históricos que podem ter motivado os usos apresentados. Inicialmente, considera-se oportuno lembrar que, na sociedade medieval, o *senhor* era um indivíduo que mandava no lugar onde vivia e agia como o dono da casa, detendo um poder concebido à semelhança do patriarca. Era também um administrador que geria os bens materiais e os distribuía; que organizava a produção e os gastos; que decidia sobre o consumo; que determinava as alianças com outras famílias, estabelecendo pactos de casamento, e que enviava os mais novos para longe, ou para se exercitarem nas armas, ou para entrarem no convento, a fim de exercerem funções canônicas e episcopais. Sua função era, portanto, de extrema importância para a nobreza senhorial. (MATTOSO, 1995, p. 82-83). Em contrapartida, o objeto afetado, o *servo*, era uma espécie de cultivador de origem servil, a quem o *senhor* exigia uma quantia de sua produção.

Em face do exposto, presume-se que a conceptualização do sentido de “tomar” com valor semântico de apropriação, nesses casos, recebe forte influência do contexto sócio-histórico, pois as passagens transcritas reproduzem características de uma sociedade, em que se desconhecia a igualdade de condições e existia uma rígida separação de classes. De um lado, encontrava-se a classe dominante, a dos *senhores feudais*, que ditavam e aplicavam as leis a serem seguidas, e de outro, a classe dominada, da qual faziam parte também os *servos*, que se subordinavam e se submetiam às leis da época e dos seus *senhores*.

Os exemplos mostram que o *senhor* tanto tinha poder e direito de “tomar” o objeto, isto é, de apoderar-se da força de trabalho do *servo* que fugisse para se casar ou por algum outro motivo, dispondo dos seus serviços e bens, se a sua mulher não soubesse da sua condição social, como podia apropriar-se da força de trabalho dos filhos e da mulher do servo, caso ela já soubesse da sua condição. Observa-se que essa “aquisição”, além de demonstrar duas posições antagônicas que marcavam as relações sociais da época (superioridade vs. subalternidade), representava poder sócio-econômico para o *senhor*, uma vez que o casal e os demais membros da família ajudavam na exploração da terra e na agricultura. (MATTOSO, 1995, p. 463).

Assim, mesmo que os servos não fossem escravos dos senhores tinham de se sujeitar a prestações de serviços especiais para estes últimos. Essa condição é atestada por Fossier (2002, p. 26), ao afirmar que eles inseriam-se em um outro grupo de trabalhadores, devido ao seu trabalho não ser gratuito e ter limites, diferentemente dos escravos. Entretanto, segundo esse mesmo autor, alguns servos, em meados da era medieval, já trabalhavam nas dependências do senhor (como pagamento, recebiam responsabilidades e “regalos”), e outros, na terra (como retribuição, guardavam uma parte do que haviam extraído do solo ou do ganho para sua subsistência). Em linhas gerais, os senhores comportavam-se como os proprietários dos meios de produção, isto é, da força de trabalho dos *servos*, mas não deles.

Em vista disso, “tomar servo”, nos contextos analisados, exprime uma relação metonímica do tipo “Parte pelo Todo”, isto é, do “Servidor pelo Serviço”, em que o *servo* representa a “Parte” e a *sua força de trabalho* ou *seus serviços braçais* representam o “Todo”, o que, por sua vez, relaciona-se a uma apropriação metafórica, nocional, abstrata. A metonímia conceptual pautada no modelo sócio-cultural da época, ao que tudo indica, é: “Servo é força de trabalho”. E a metáfora conceptual pode ser descrita como: “Força de trabalho é objeto tangível, manipulável,

que pode ser adquirido e usado”. Nesses casos, a paráfrase que sintetiza o uso de “tomar”, no período analisado, é: *‘dispor de algo(abstrato) por poder e por direito’*.

Vale acrescentar que, nesse cenário, a condição de *senhor* era constantemente ameaçada, uma vez que o status político, econômico e jurídico de que ele gozava era bastante almejado pela própria nobreza senhorial, o que ilustra o uso já citado *‘adquirir poder sobre algo’*. No exemplo a seguir, observa-se, mais uma vez, a metonímia “Parte pelo Todo”, em que o *senhorio* é a “Parte” e *poder* representa o “Todo”. A metáfora conceptual que se associa a essa metonímia é por assim dizer: “Poder é objeto tangível, manipulável, deslocado, que pode ser possuído”. Veja-se o excerto:

Onde conta a estoria sobre este recebimento de Pompeo e diz que o receberam os Romãos desta guysa: os consules e os çorares/sic/ e os emperadores e ainda os mandadeiros que elles êvyavã pellas terras avyam por custume, quando hyã alguã terra que se alçava e lhes **tomavam** o senhorio ou arrecadar os dereytos que della avyam d'aver, que sempre tragyam a Roma das cousas stranhas que allo achavam e das que elles nõ avyã. (CGE, 72,26c).

Além dos exemplos mostrados, há usos nesse período que têm como base conceptual o outro valor prototípico *‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’*. São exemplos: “tomar fiador” e “tomar penhor”.

Sem muita distinção do que se verifica na sociedade hodierna, o *fiador* era, no passado, aquele que se obrigava a dar contas dos bens do devedor, ou seja, qualquer pessoa predisposta a responsabilizar-se por uma dívida contraída por alguém e a pagá-la, caso não fosse cumprido o acordo de compra e venda. Depreende-se que, ao empregar o verbo “tomar” nessas construções, o sujeito conceptualizador (falante da época, autor do texto) reelabora o frame de “pegar alguém, para realizar uma outra ação” e , mais especificamente, de *‘usufruir de algo tangível, alheio, disponível ou usá-lo temporariamente’*. Portanto, fica implícita a noção de controle e posse provisórios que se constitui mediante a confiança no indivíduo escolhido e/ou que se predispôs a exercer o papel de *fiador* por um tempo determinado, a fim de atender a uma finalidade específica:

T(itulo) das fyadorias Qven der fiador por uenda ou por deuida ou por out(ra) cousa q(ua)lquer, de´o atal que aya ualya de tâto q(ue) possa ben pagar e cû q(ue) possa au(er) dereyto lygeyramête aquel a q(ue) o a´ d(e)

dar e que nõ seya daquelles que deffend(e) a ley q(ue) nõ possã fiar. E se atal for, o que o a´ d(e) **tomar** nõ possa endeytar. [...] (FR, 3, 124v).

Qvãdo alguu **tomar** #II fiadores ou mays por algũa cousa, quer diga cada huu por todo quer nõ, en sa uoontade seya d(e) demãdar qual quis(er) ou todos d(e) suu. (FR, 3, 124v).

Nenhuũ omẽ nõ (con)pre nenhũa cousa d(e) q(uẽ) nõ cog(no)sce (er)go se **tomar** buu fiador. (FR, 4, 141r).

Mais uma vez, verifica-se o uso metonímico-metafórico de “tomar”, em que o alvo da ação do sujeito não é um bem concreto em si, mas uma função social, ou seja, a prestação do serviço de fiadoria. Trata-se da metonímia do tipo “Parte pelo Todo” ou “Servidor pelo Serviço”, em que a “Parte” corresponde a *fiador (servidor)*, e o “Todo”, ao *serviço de fiadoria da dívida contraída*. A metonímia e a metáfora conceptuais subjacentes a esse uso podem ser descritas, respectivamente, como: “Fiador é serviço de fiadoria” e “Serviço de fiadoria é objeto tangível, manipulável, disponível, que pode ser usado temporariamente (como garantia de que alguém se responsabiliza pela dívida contraída)”. A paráfrase que parece descrever o valor semântico não físico-espacial de “tomar”, nesse caso, é *‘desfrutar de serviço realizado por alguém’*.

Outras projeções metonímico-metafóricas semelhantes ocorrem nos contextos em que se verifica a construção “tomar penhor”, ilustrada nos exemplos a seguir:

E se (contra) isto q(ue) nos mãdam(os) quis(er) **tomar** o deuedor fiadores ou penhores ou algũa cousa polla deuida, nõ ualha e torne q(ua)nto tomou e peyte a pẽa sub(re)dicta e sa diuida demãdea aaq(ue)lhes q(ue) leuarẽ seu au(er) & sa boa. (FR, 4, 144r).

Um escudeiro vi hoj’arrufado
por **tomar** penhor a Maior Garcia,
por dinheiros poucos que lhi devia [...] (CEM, 154).

E sse ante do prazo ou do tempo q(ue) manda a ley os uender ou os usar a dano dos penhores e os nõ entregar a prazo p(er) algũa malicia, seya teudo d(e) dar a ualya dos penhores e a meyadad(e) mays de quanto ualiã. Qven penhores **tomar** doutrĩ ou q(ue) penhorar outrĩ tenha [...] (FR, 3, 126r).

[...] de como nõ deuo **tomar** penhor de dãnõ q(ue) me façã. Custume h(e) q(ue) des que for o ui’nhõ no lagar e o pan na Eyra nõ lhy filharey penhor se my nõ q(u)is(er) ergo pagar-my logo aq(ui)sto he acostumbrado. (CS, 55, 13r).

Os sujeitos, nesses casos, são humanos e o objeto *penhor*, assim como *fiadores*, é uma espécie de hiperônimo que recobre as várias possibilidades e, por conseguinte, os variados objetos comercializáveis usados como garantia de dívidas efetuadas em acordos comerciais. Empregando a definição de Prata (1998, p. 727), pode-se conceituar *penhor* como “a garantia real de uma dívida que se constitui pela entrega ao credor, pelo devedor ou por um terceiro, de uma coisa móvel que fica a garantir o cumprimento da obrigação”. No Direito Português, herdado do Direito Romano, esse vocábulo representava uma garantia constituída sobre um bem qualquer, móvel ou imóvel.

É interessante notar que o padrão argumental identificado na construção *Tomar algo (concreto) de alguém por penhor* já analisado entre os usos físico-espaciais é preservado, mas a sentença experimenta um processo de reanálise, visto que o objeto, antes concreto, passa a ser abstrato e lexicalizado pelo item que na outra construção integrava o sintagma preposicional indicador do modo da ação. Em outras palavras, ocorre a elipse do objeto direto, material (animado ou animado), e sua conseqüente substituição por um objeto não material, hiperonímico (*penhor*), que representa uma categoria superordenada.

Tal como ocorre com os usos “tomar servo” e “tomar fiador” antes descritos, o uso “tomar penhor” é possivelmente uma extensão metonímico-metafórica do uso físico-espacial ‘*usufruir de algo tangível, alheio, disponível ou usá-lo temporariamente*’, que, por sua vez, deriva de ‘*pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória*’, pois herda seus esquemas básicos e algumas de suas propriedades, como o caráter utilitário e provisório da ação. Identifica-se, nesse caso, a metonímia do tipo “Todo pela Parte”, em que *penhor* representa o “Todo” e a “Parte” pode ser *qualquer bem que sirva de garantia para uma dívida contraída*.

A metonímia e a metáfora conceptuais que subjazem a esse uso podem ser descritas, respectivamente, como: “Serviço de penhor garante uma dívida” e “Bem usado temporariamente como penhor é objeto tangível, manipulável, disponível”. O valor semântico de “tomar”, nesses contextos, é, mais uma vez, ‘*desfrutar de serviço realizado por alguém*’.

No português clássico, embora tenham sido localizadas apenas 17 ocorrências de “tomar” projetadas no domínio das relações, funções e serviços sociais, as metáforas e metonímias encontradas são semelhantes às do período anterior. No PE, encontram-se exemplos na *Obra Pedagógica de João de Barros*, texto do século XVI, e, na obra intitulada *Reflexões sobre a vaidade dos homens*, texto do século XVIII, conforme se verifica a seguir:

Elrey dom Ioam o primeiro, uêço a batálha réal, e pasou em África e **tomou** ceita, aos mouros, e tornou-se a este reino uitorioso, onde faleço ía de muita idade. [...] (OPJB).

[...] Os Franceses **tomáram** Monseor, Os Italianos, Mißer, os Aragoeses, Mossem. [...] (OPJB).

[...] Outros contam, que no mesmo dia, em que se **tomou** Tróia, alguns dos naturais entraram nas embarcações, que acharam naquele porto;[...] (RVH, 165).

Os sujeitos de “tomar”, nesses casos, tal como ocorre no português arcaico, são humanos e conceptualizados como Experienciadores-Ativos, visto que a interação com o objeto não é física, mas nocional. Nos três primeiros exemplos transcritos, os objetos alvos do interesse e da posse abstrata estão representados metonimicamente por bens imóveis, a exemplo das cidades, *Ceita*, *Monseor* e *Tróia*, uma vez que remetem para a imagem de apropriação de poder, metaforicamente conceptualizado como um objeto tangível, manipulável.

Quanto ao PB, há apenas 1 registro no século XVII, na *Crônica do Viver Baiano*, transcrito a seguir:

[...]Entra pela barra dentro,
dá fundo, e logo a entonar-se
começa a bordo da Nau
cum vestidinho flamante.
Salta em terra, **toma** casas,
arma a botica dos trastes,
em casa come Baleia,
na rua entoja manjares.
Vendendo gato por lebre,
antes que quatro anos passem,
já tem tantos mil cruzados,
segundo afirmam Pasguates.
[...] (CVBS).

Nesse caso, o sujeito encontra-se elíptico e o objeto está representado metonimicamente por um bem imóvel, *casas*, conceptualizado como manipulável, alheio e passível de deslocamento e apropriação. Observa-se que o uso do verbo “tomar” retém e reelabora os esquemas conceptuais e as propriedades multidimensionais do valor físico-espacial de que derivam, isto é, ‘*apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer*

sobre ele poder e/ou direito'. Percebe-se, nessas construções, a conceptualização de um deslocamento não espacial de um sujeito humano ou metonimicamente representado até um destino abstrato, *poder* ou *posse*, representado por um objeto imóvel.

Nota-se ainda, nesse caso, que o uso projetado no domínio das relações, funções e serviços sociais reproduz o mesmo padrão conceptual observado nos textos do português arcaico. A metonímia e a metáfora conceptuais que subjazem ao uso identificado são, respectivamente: “Terra (Casa) é poder” e “Poder é objeto tangível, manipulável, deslocável, alheio e passível de posse”. Logo, o sentido metonímico-metafórico de ‘tomar’ parafraseado como ‘*adquirir poder sobre algo*’ permanece no português clássico.

No século XVIII, no PB, são encontrados também outros exemplos desse tipo de projeção. Nesses casos, tem-se a seguinte metonímia conceptual: “Posse de cargo é poder”. E a metáfora conceptual que se mantém é: “Poder é objeto tangível, manipulável, deslocável, alheio e passível de posse”:

[...] Por ordem de *Vossa Excelência tomei* posse deouvidor Intirino nesta villa, e | cabeça de Comarca dos Ilheos, como já dey conta a *Vossa Excelência*, edetudo o que | mepareseu necessario, porem como este avizo foi por mar, osven | tos contrarios tem embaraçado aviação daEmbarcação em*que* vay.(CBS,158).

Observa-se que, nesse caso, não se trata da posse da terra, mas de um cargo político-administrativo da época. Um pouco diferente do que se verifica no período clássico, as projeções dos usos físico-espaciais para o domínio das relações, funções e serviços sociais têm uma maior proeminência no português contemporâneo, embora não superem o número de ocorrências registradas no português arcaico. Nota-se um equilíbrio nas duas variedades da língua. Tanto nos textos do PE quanto do PB, há 18 registros, distribuídos entre os séculos XIX e XX, perfazendo um total de 36 ocorrências documentadas. Nesses casos, verificam-se os mesmos tipos de extensões metonímicas e metafóricas identificadas nos períodos anteriores.

Segue um exemplo identificado no século XIX, extraído das *Cartas de Ortigão*:

Recebi ontem o correio do Brasil pelo qual paguei 850 réis. Tive uma carta de M.me Mesnier, a qual a mulher do Joaquim hospedou em sua casa no dia em que ela chegou por ter simpatizado muito com ela. No dia seguinte uma família muito rica **tomava**-a para educar uma filha, dando-lhe além de cama, mesa, roupa lavada e engomada e uma criada para o seu serviço particular, dois contos e quatrocentos mil réis por ano. A carta que ela me escreve é muito tocante e muito bem escrita. (CO, 49).

Presume-se que o uso “tomar *M.me. Mesnier para educar uma filha*”, transcrito nesse exemplo, ilustra, mais uma vez, uma extensão metonímico-metafórica, visto que o alvo da conceptualização não é o objeto humano, *M.me. Mesnier*, mas o *serviço de educadora ou de educação* que ela oferece. Trata-se, pois, de uma ação supostamente temporária e de valor utilitário, o que leva a inferir que se trata da extensão do uso instanciado ‘*usufruir de algo tangível, alheio, disponível ou usá-lo temporariamente*’ e, por conseguinte, de ‘*pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória*’.

Verifica-se, de novo, a metonímia do tipo “Parte pelo Todo”, ou melhor, do “Servidor pelo Serviço”, a qual pode ser transcrita como: “M. me. Mesnier é serviço de educação”. Já a metáfora conceptual subjacente a esse uso é: “Serviço de educação é objeto tangível, manipulável, disponível, que pode ser usado temporariamente”. Em face disso, pode-se concluir que o uso metonímico-metafórico de “tomar”, nesse caso, é também ‘*desfrutar de serviço realizado por alguém*’.

Diferente do que se observou nos contextos dos períodos arcaico e clássico da língua portuguesa, quando a posse de lugares ou de bens imóveis tinha um caráter de apropriação por imposição de poder, nos dois exemplos a seguir transcritos das *Cartas de Ortigão*, texto do século XIX do PE, nota-se que a posse é temporária e consentida:

Em Sintra obrigava-me a **tomar** a casa dela como a minha casa de família jantando lá todas as vezes que ia a Sintra. Em Cascais a mesma coisa.(CO, 84).

Não tenhas sobre isso a menor dúvida. Nada torna a solidão e a obscuridade tão consolada como ter a segurança de que ela não é a fatalidade de um destino inferior, e que aquele que está só alguns títulos tem para estar bastante bem acompanhado. Prado, que me encarregara de **tomar**-lhe quartos e que eu esperava hoje, tendo recusado para estar com ele um convite para jantar, envia-me agora mais um telegrama a dizer-me que não pode vir, mas virá no fim do mês. Dada esta viagem, já Maria Amália não virá a Paris em Maio nem passará aqui alguns dias como escrevera à S. Miguel e à Paraty[...] (CO, 93).

No primeiro caso, ao que parece, “tomar casa” refere-se à ocupação de um espaço cedido pelo dono e, no segundo, “tomar quarto” diz respeito à habitação de um local por aluguel. Embora essas práticas perdurem até os dias atuais, geralmente são empregados outros verbos e

construções para fazer-lhes referência, como “alugar um quarto”, “ficar por uns dias em um lugar”, “hospedar-se em uma casa”.

Deduz-se que esses dois casos são exemplos de uma conservação da extensão metonímico-metáforica do uso físico-espacial ‘*usufruir de algo tangível, alheio, disponível ou usá-lo temporariamente*’, que se registra nos períodos arcaico e clássico da língua portuguesa. A metonímia e a metáfora conceituais que lhes subjazem podem ser descritas, respectivamente, como: “Casa e quartos são serviços de aluguel ou de empréstimo”. “Serviços de aluguel ou empréstimo são objetos tangíveis, manipuláveis, disponíveis, que podem ser usados temporariamente”. Daí deduzir-se que a paráfrase que pode definir o valor semântico de “tomar”, nessas construções, é ‘*alojar-se em um lugar por um tempo determinado*’.

No tocante ao século XX, 15 exemplos de extensões metonímicas e metáforicas referentes ao domínio ora analisado foram identificados no PE, e 14, no PB. Nos dois primeiros exemplos referentes ao PE, os objetos *poder* e *posse* são conceptualizados como alvos do deslocamento não espacial e da apropriação nocional dos sujeitos de “tomar”, configurados metonimicamente como *comunistas, partido Nazi* e *Hugo Chávez Farias*, explicitando a metáfora conceptual “Poder e posse são objetos tangíveis, manipuláveis, alheios, que podem ser apropriados”, a qual está subjacente ao uso não físico-espacial ‘*adquirir poder sobre algo*’:

Termina a revolução russa: comunistas **tomam** o poder, 1917. (DM/ par=5700).

Adolf Hitler nomeado Chanceler da Alemanha: partido Nazi começa a **tomar** o poder, 1933. (DM/ par=5706).

Hugo Chávez Frias, presidente eleito da Venezuela, **toma** posse amanhã num ambiente de alguma tensão dado o seu desejo declarado de se manter na presidência nos próximos 10 anos e designar eventualmente um sucessor. (DM/ par=197).

Já no exemplo que se segue, identifica-se-se um uso explicitamente metáforico:

Sobre o Teatro Circo: registei a vontade do vereador António Braga em **tomar** o Teatro Circo a suas mãos para proporcionar néons e pipocas, na que foi a única medida anunciada para levar gente a frequentar a sala de espectáculos. (DM/ par=21283).

Trata-se, nesse caso, mais uma vez, da transposição do valor semântico prototípico *‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’* para o domínio abstrato, ratificada pela referência às *mãos*, bastante recorrente nos contextos em que os objetos almejados e possuídos são concretos, manipuláveis, o que permite entrever um *mapping* experiencialmente motivado do domínio origem físico-espacial para o domínio alvo social, que pode ser descrito como: “Lugar (O Teatro Circo) é um objeto tangível, manipulável, disponível, que pode ser deslocado para uma finalidade prática e provisória”.

Nesse caso, a interação entre os elementos pressupõe uma relação social que envolve zelo, já que o objeto *Teatro Circo* é conceptualizado como algo para ser cuidado, com vistas a “proporcionar néons e pipocas, para levar gente a frequentar a sala de espetáculos”, diferentemente dos contextos em que lugares são configurados conceptualmente como objetos para serem invadidos, apropriados. Crê-se que o valor semântico de “tomar” expresso nessa construção é *‘zelar por algo’, ‘cuidar pessoalmente’*.

Quanto aos exemplos encontrados no PB, pode-se antecipar que os usos que exprimem relações metonímico-metafóricas no domínio das relações, funções e serviços sociais são variados e relacionam-se a contextos sociais diversos. Nas passagens encontradas nos textos dos séculos XIX e XX, os sujeitos são, de modo geral, humanos e os objetos são atividades, serviços e posse, conceptualizados em termos de bens tangíveis, manipuláveis, conforme evidenciam alguns trechos extraídos de *Cartas Brasileiras* escritas no século XIX:

Peço Mappa que nesta occasião | se remette, vê-se que o numero | de desertores deste Exercito, des-de | Junho do anno findo (note-se | que eu só delle **tomei** o com= mando | a 21 de Agosto) não ex= cede | a 1233, e destes muitos | tem voltado ás fileiras do Exercito, | e outros muitos tem sido captu= rados. (CB,568).

Ontem a nova diretoria do clube **tomou** posse oficialmente. (NILC/ par=Esporte-94b-des-1).

Tive necessidade de **tomar** | um addido militar e chamei, | com accôrdo do Saraiva, o | capitão Francisco Tiberio Freitas | dos Reis. (CB, 604).

Como 1 ° Cirurgm | e segundo suas emtreçoens {relativas aos lentes} **tomei** o serviço de saude, | mas não me dando bem como o seo Major [...] (CB, 702).

Nos dois primeiros exemplos, observa-se, novamente, uma extensão metafórica do uso ‘*apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito*’, em que *comando* e *posse* são conceptualizados como bens concretos, manipuláveis, que denotam poder, daí pressupor-se que a metáfora conceptual subjacente a esses usos pode ser descrita como “Comando/posse são objetos tangíveis, manipuláveis, alheios, que podem ser apropriados” e o sentido do verbo “tomar”, nesses casos, é ‘*adquirir poder sobre algo*’.

Já no terceiro exemplo, verifica-se mais um caso de metonímia do tipo “Parte pelo Todo”/“Servidor pelo Serviço”, em que *um adido militar*¹¹⁴ representa a “Parte” e *a função ou serviço executada por esse indivíduo* corresponde ao “Todo”. Nesse caso, a metonímia e a metáfora conceptuais subjacentes ao uso de “tomar” são, respectivamente: “Adido militar é serviço de ajuda militar” e “Serviço de adido militar é objeto tangível, manipulável, disponível, que serve para uma finalidade prática e provisória”. A paráfrase que sintetiza esse uso é, pois, ‘*desfrutar de serviço realizado por alguém*’.

O quarto exemplo da sequência é também um caso de extensão metonímico-metafórica, pois o *serviço de saúde* é uma área de trabalho, uma atividade concebida como um recipiente, isto é, como um objeto palpável, delimitado por uma superfície que pode ser contida por outro recipiente. A metáfora conceptual subjacente a esse uso parece ser: “Serviço de Saúde é um objeto tangível, manipulável, que pode ser apropriado”. Depreende-se, portanto, que o valor semântico desse uso metafórico é ‘*desenvolver uma função social*’.

Além dos contextos citados, há outros casos de projeções metonímicas e metafóricas dos valores prototípicos do verbo “tomar” documentados em dois textos do PB, um do século XIX e outro do XX. Embora haja poucos registros no *corpus*, trata-se de um uso recorrente na atualidade, sobretudo na língua falada coloquial brasileira¹¹⁵:

[...]despedia-me de D. Felicia e da Familia Saldanha, deixando, | todos nas melhores condições, quer quanto a saude, quer | quanto a installação, que não podia ser melhor, graças | aos esforços de um amigo do Saldanha. Momentos antes de **tomar** a lancha recebi a carta de Vossa Excelência

¹¹⁴ O adido militar é um indivíduo encarregado de prestar serviços para o exército.

¹¹⁵ São comuns no PB, além dos usos indicados nos exemplos, usos como “tomar táxi”, “tomar ônibus”, “tomar trem” etc. Na língua francesa, construções desse tipo, com o verbo *prendre*, correspondente a “tomar”, são bastante recorrentes. Segundo estudo de El Guédri (2011), os objetos do verbo *prendre* podem também pertencer a diferentes categorias como a dos alimentos, a dos medicamentos, a das bebidas e a dos meios de transporte. Esta última é a mais prototípica e os transportes podem ser individuais ou coletivos, incluindo os marítimos, os aéreos, os ferroviários, os rodoviários, os teleféricos.

acompanhada de uma lista das pessoas a quem deverão ser distribuídas as ações da Empresa de Viação . (CB, 1157).

Já os vi, não sei se da nova ou de espécie tradicional, quando uma vez **toimei** a barca na praça 15 e fui à ilha de Paquetá . (NILC/ par=Opinião-94b-opi-2).

Observa-se que as construções “tomar barca” e “tomar lancha”, por exemplo, refletem também projeções metonímico-metafóricas do uso físico-espacial *‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’*, uma vez que os esquemas básicos do deslocamento (*origem-percurso-meta*), do *contato* e do *container* são projetados nesses usos. Os meios de transporte, *barca* e *lancha*, são conceptualizados como “Partes”, e o “Todo” corresponde ao *serviço de deslocamento aquático* (marítimo ou fluvial) oferecido por alguém, através desses veículos. A metonímia e a metáfora conceptuais subjacentes a esses usos podem ser descritas, respectivamente, como: “Lancha e barca são serviços de transporte aquático”. Portanto, “Serviço de transporte aquático é objeto tangível, manipulável, deslocável, disponível, que pode ser usado temporariamente para uma finalidade”. Considera-se que o valor semântico do verbo “tomar”, nesses casos, é *‘desfrutar de serviço (de transporte) realizado por alguém (para seguir viagem)’*.

Além desses usos, encontra-se, no *corpus*, o que parece ser uma extensão metonímico-metafórica da variante *‘introduzir substância (medicamentosa) no corpo humano através da pele’*:

Em primeiro plano, um deles **toma** um tiro. (NILC/ par=38788).

Na imagem mental que se constrói, a partir da leitura desse contexto, é possível identificar todos os esquemas básicos que estão subjacentes aos usos anteriormente citados. Porém, o sujeito, nesse caso, não é o autor da ação, pois estabelece um contato involuntário com o objeto que penetra na sua esfera de controle e altera o seu estado inicial. Nesse caso, encontra-se a metonímia “Todo pela Parte”, em que o *tiro* (resultado do ato de atirar) corresponde ao “Todo” e o projétil da arma equivale à “Parte”. Depreende-se, nesse caso, a metáfora do “Recipiente” que pode ser interpretada como: “Tiro é objeto tangível, manipulável, que pode ser deslocado para dentro do corpo humano”.

Acredita-se que outros usos metonímicos e/ou metafóricos de “tomar” decorram também dessa extensão de uso, a exemplo de “tomar gol”, que aparece documentado apenas uma vez no *corpus* do PB, mas é bastante recorrente na língua falada atual:

Na defesa, no entanto, mostraram no primeiro tempo por que **tomam** poucos gols, dando uma amostra daquilo que espera seus adversários no Mundial. (NILC/ par=Esporte-94b-des-2).

Entre as correspondências encontradas entre esses usos bastratos e os concretos, podem se citar as seguintes: a) Assim como a vacina subcutânea e a injeção são introjetadas no corpo humano por uma outra entidade dinâmica, o gol penetra a área do adversário, correspondendo a uma “perfuração” em uma superfície nocional protegida pelo goleiro, e a bala do tiro penetra o corpo humano. b) O contato e a introjeção desses objetos na esfera de controle e posse dos sujeitos ocorre de forma contrária à sua vontade. c) Embora “tomar gol” não cause dor física, como uma injeção, pode causar dor moral para aquele que é atingido, assim como o tiro que provoca as duas coisas. Em síntese, ambos os usos perspectivam a recepção de objetos abstratos, já que *tiro* e *gol* são ações ou processos conceptualizados como recipientes que podem ser manipulados, deslocados provisoriamente e alteram o estado inicial dos pacientes afetados que os experienciam. O valor semântico de “tomar”, nesses contextos, pode ser parafraseado como: ‘*ser atingido involuntariamente por algo*’.

5.4.2 Projeções metonímicas e/ou metafóricas dos usos físico-espaciais do verbo “tomar” para o domínio mental ou epistêmico nos períodos arcaico, clássico e contemporâneo

No português arcaico, as projeções metonímicas e metafóricas dos usos básicos de “tomar” para o domínio mental ou epistêmico não são tão proeminentes. Há apenas 22 usos documentados no *corpus*.

Ainda que o nível de atividade dos sujeitos humanos, nesses casos, mostre-se enfraquecido em parte, visto não se tratar de ações físico-motoras, mas de atos mentais, a conceptualização dessas entidades como controladoras do processo mental confere um certo dinamismo aos eventos relativos ao verbo “tomar” nesse domínio.

Os objetos alvos, por sua vez, em lugar de uma estrutura corporalmente compacta e fisicamente manipulável, apresentam natureza nocional e valor intelectual. De modo geral, são processos ou estados, isto é, conceptualizações alicerçadas em percepções indiretas, ou conforme descreve Teixeira (2010, p. 138), elementos “construídos mentalmente por meio de um conjunto de dados estruturados sobre várias apreensões sensoriais já experienciadas (as várias coisas que uma realidade implica, que nós já sentimos, experienciámos, vimos ou supomos)”.

Entre alguns exemplos de projeções de “tomar” para o domínio mental ou epistêmico, no português arcaico, há aqueles encontrados nos *Documentos Notariais* e na *Carta de Caminha* transcritos a seguir:

Ley #XXVa como aquel q(ue) doudasse q(ue) nõ era bautizado como o podẽ bautizar outra uez Duuida poderia acaeçer q(ue) **tomaria** aq(ue)lle q(ue) bautizassẽ (contra) o q(ue) o q(ue)rria bautizar se era bautizado ou nõ e esto por algũa sospeita q(ue) ouuesse del ou por outra cousa q(ue) lhy disessẽ ou cuydassem entender ã el. (PP, 25,22c).

As di(c)tas erdades sen feu nõ foro q(ue) se delas Page despos elle ueerem q(ue) nõca lhe seiam demãdadas ((L013)) em Juizo nõ ffora de Jujzo nõ os Jujzes nõ posam **toma(r)** conheçjmẽto de ((L014)) tal ff(ei)to [...] (DN, 160).

[...] e nijsto comcrudiram e tamtoque aconcrusam foy **tomada** [...] (CC, 5vi).

[...] e falar o saibapior que todos fazer, pero **tome** vossa alteza minha Jnoramçia por boa vomtade · aqual bem çerto crea que [...] (CC,1r).

Como se pode perceber, nesses casos, a base conceptual dos valores semânticos físico-espaciais mantém-se. Isso significa dizer que esses usos envolvem também motivação, emprego de energia, geração de vantagens ou desvantagens para o sujeito e alcance de propósitos, visto que processos e estados, como *dúvida*, *conhecimento*, *ignorância*, *conclusão*, *ciência* são configurados, metaforicamente, como bens materiais, manipuláveis, móveis, que podem ser possuídos.

Em outros casos, os objetos podem fazer remissão ao contexto pragmático-discursivo, sendo superficializados sintaticamente por pronomes anafóricos, a exemplo de *o*, *aquilo* e *esto*, que funcionam, segundo Rocha Lima (1994, p. 257), como um “aposto referente ao sentido global da oração”, podendo vir acompanhados pelo adjunto adverbial de modo *asy~assy*, conforme se verifica a seguir:

[...] este andando asy antreles falando hes acenou cõ odedo perao o altar edepois mostrou odedo perao ceo coma que lhes dizia algu)u)acousa debem e nos asy **otomamos** · (CC,12v).

(...) esta jemte no) lhes faleçe outra cousa peraseer toda christãã ca entendere)nos / por que asy **tomauam** aquilo que nosviam fazer coma nos meemos per onde pareceo [...] (CC, 13r).

[...] e, por pequeno movimento que amte nos façam, fujamos d'ãte suas armas, & elles **tomarão** esto assy por começo de vitoria, pello quall averam atrevimento de nos seguyr cada vez mais. (CDPM, 1, 15).

E dirlhees, como de voso, que eu vos enviey a ele sobre esta carta de marca que pasou a Joham Ango, pelo muito amor que sempre lhe tive e mostrey ã todas as cousas de que elle deve ser lenbrado, querendolhe mostrar por vos quanto me pesava de poder aveer cousa antre nos de que se seguisẽ descontentamentos, e parecendome que asy o **tomaria**, e vos ouviria e folguaria de se aveer cõ vosquo, como cõ pessoa que lhe eu mandava pera lhe muito bẽ poder dizer o muito amor que lhe tenho, e a quẽ ele o devia folguar d'ouvir e darlhe credito;[...] (CDJ, 25).

Em face das considerações apresentadas, crê-se que as extensões dos usos básicos de “tomar” para o domínio mental ou epistêmico, no português arcaico, decorrem da metáfora conceptual do “Recipiente”, que, nesse caso, pode ser descrita da seguinte maneira: “Estados mentais ou psicológicos, ideias e concepções sobre algo ou alguém são objetos tangíveis, manipuláveis, disponíveis, que podem ser deslocados de fora para dentro de um recipiente (a mente humana), tendo em vista distintas finalidades”. Considera-se, pois, que o valor semântico do verbo “tomar”, nos contextos examinados, pode ser parafraseado como *‘considerar, interpretar, julgar algo’*.

Essa constatação respalda-se no modelo conceptual, descrito por Lakoff e Johnson (1999, p. 240), de que ideias são recursos ou recipientes que podem ser enviados para um outro lugar. Desse modo, pensar é mover, manipular esses objetos e transferi-los para o interior de um depósito (a mente). A estrutura das ideias, conceitos, processos mentais e psicológicos é a estrutura dos objetos. Cosequentemente, “tomar” ideias, conceitos, processos mentais e psicológicos é, por extensão metafórica, pegar, segurar, agarrar esses objetos abstratos transferidos nocionalmente.¹¹⁶

¹¹⁶ Lakoff e Johnson (1999, p. 240) afirmam que “The Structure Of An Idea Is The Structure Of An Object. Analysing Ideas Is Taking Apart Objects”.

No português clássico, também se verificam sentidos semelhantes, tanto no *corpus* do PE, onde ocorrem com maior incidência, quanto no PB, perfazendo um total de 39 e 11 ocorrências, respectivamente. Conforme já ressaltado neste capítulo, a prevalência do emprego do verbo “tomar” com valor epistêmico, em comparação com os demais, evidencia o início de uma reestruturação de protótipos, o que, em outras palavras, significa dizer que, no período aqui referido, o comportamento semântico de “tomar” começa a dar mostras de que o seu centro prototípico, até então situado na matriz de domínios básicos, está deslocando-se para uma área metonímico-metafórica e, mais especificamente, para o domínio mental.

Presume-se que as mudanças sócio-históricas vivenciadas pelo homem da época tenham interferido nessa mudança. Como se sabe, com o desenvolvimento dos centros urbanos e as Revoluções Comercial e Científica, as atividades, até então, predominantemente agrícolas, foram sendo substituídas, de forma lenta e progressiva, por outras que exigiam uma maior complexidade, isto é, que envolviam não apenas ações manuais e mecânicas mas intelectuais, epistêmicas. De acordo com o sociólogo italiano Domenico De Masi (1938, 2000), as exigências do mundo moderno levaram os indivíduos a investirem em atividades que, se, por um lado, liberaram as suas mãos, por outro, potencializaram o seu cérebro.

O *corpus* examinado parece corroborar essa constatação. Pelo que se observa, à medida que o mundo das Organizações Administrativas e Comerciais começou a desenvolver-se, projeções de usos básicos do verbo “tomar” para o domínio mental ou epistêmico tornaram-se perceptíveis e mais recorrentes. Preponderam, nos textos desse período, construções como as que se seguem:

[...] Vossa ExCelenCia á Vis-|ta do Sumário, **tomará** a DeliberaÇão, | que lhe pareCer mais Conforme ao Real | DeCóro,e aos Comuns Interesses da NasÇão, e d' esta Colónia. Bahia 8 de Julho de 1788. (CBS, 59).

[...] por esperar da sua capacidade e talento que saberá não só cumprir a Real determinação em todas as suas circunstâncias com acerto e pontualidade, mas **tomar** prudente acordo em qualquer incidente imprevisto que sobrevenha [...](CAG,63).

[...] que só lá se pode averiguar com fundamento. Mas o dano da tardança chega já hoje a tal extremo, que se Sua S.M. se não servir de **tomar** pronta resolução, fica de todo irremediável; [...](CAG,78).

[...] e por esse motivo julga o mesmo Senhor necessário que V. M. se conserve ainda nesse distrito. Pelo que toca às futuras providências que a respeito dessas minas se hão-de **tomar**, acha-se feita consulta

para que a extracção dos diamantes se ponha por companhia [...] (CAG, 28).

[...]Enfim, a um Morgado lá de cima faz Vossa Mercê andar cá por baixo com um Vossa Mercê? Já ontem, na partida de Dona Tarela, me deu esse tratamento, e o que me suspendeu, senhor Capa Curta, de lhe **tomar** satisfação, foi o lembrar-me que estamos companheiros nesta casa de pasto. [...] (EC, 114).

Tal como se observa no português arcaico, os usos do verbo “tomar” projetados no domínio mental e identificados nos textos do período clássico reelaboram metaforicamente as propriedades multidimensionais e os esquemas de imagens que subsidiam os modelos de deslocamento motor, de contato material e de posse concreta relativos aos usos básicos desse verbo, o que faz crer que a metáfora conceptual subjacente aos usos transcritos assemelha-se ao português arcaico: “Estados mentais ou psicológicos, ideias e concepções sobre algo ou alguém são objetos tangíveis, manipuláveis, disponíveis, que podem ser deslocados de fora para dentro de um recipiente (a mente humana), tendo em vista distintas finalidades”. Portanto, o valor semântico ‘*considerar, interpretar, julgar algo*’, identificado no período anterior, aplica-se também a “tomar” no português clássico.

Comportamento semelhante é verificado na contemporaneidade. Os valores semânticos de “tomar” atrelados ao domínio mental ou epistêmico prevalecem em relação aos outros domínios. Verificam-se, no PE, 48 ocorrências e, no PB, 35. Mais uma vez, verifica-se que a base conceptual do centro prototípico de “tomar”, no português arcaico, orienta a conceptualização dessa experiência, propiciando que noções consideradas abstratas, como *consciência, ciência, interesse, resolução, medidas, disposições, iniciativas, responsabilidade, providências* etc. sejam compreendidas em termos de coisas concretas, por meio de correspondências ontológicas e epistêmicas, conforme ilustram os exemplos extraídos de textos do PE e do PB, referentes aos séculos XIX e XX:

Qualquer nova resolução que meu pai **tome** direi-ta logo, podendo, ou quando puder. (AP).

Tomámos todas as providências. (DM/ par=16517).

[...] Vai **tomando** as tuas disposições para o meio mês no Estoril.(CO, 174).

Acha que, julga que, parece _ lhe que. Podia ser uma atitude prudencial, própria de quem **tomou** consciência de que a descoberta da verdade não é fácil. Não nos encontramos, porém, diante de uma [...] (DM).

O secretário-geral interino da entidade, Raimundo Costa dos Santos, afirmou que a diretoria vai até a subsele para **tomar** ciência do que está ocorrendo e não para tomar posse .(NILC/ par=Brasil-94b-pol-1).

As medidas a **tomar** pelo Governo para que o documento não constitua um pretexto para Espanha sancionar junto das instâncias comunitárias projectos de aproveitamento hidraulico lesivos para Portugal é outra das dúvidas colocadas pelos sociais-democratas, a par da acção do Governo perante a precaridade no relacionamento com Espanha que advém da vigência da convenção (sete anos, prorrogáveis por períodos de três anos). (DM/ par=2854).

Exatamente por causa da posição que teve, entende que não deve **tomar** a menor responsabilidade no que esta seguindo, que em parte ele considera mal feita. (CB, 1208)

Tomo todo o interesse possível nesta pre = tenção | deste sujeito, e espero que não me | faltes. Ficar te hei mui grato por este | favôr. (CB, 708).

Só na semana passada fiquei sabendo que a Coseas está reembolsando os gastos com medicamento, estou **tomando** providências para receber, porque gastar R\$ 5,81 por dia é muito pesado. (NILC/ par=36460).

Foi uma medida covarde por ter sido **tomada** no último dia do meu governo, afirmou, durante entrevista. (NILC/ par=Brasil-94a-pol-1).

Uma das principais explicações para o fato é que muitas empresas estão **tomando** iniciativas para diminuir a diferença entre salários de empregados homens e mulheres. (NILC/ par=Empregos-94a-eco-2).

Como se observa, os sujeitos predominantemente humanos comportam-se como Experienciadores-Ativos e os objetos abstratos referem-se a estados, processos, atributos mentais. Mais uma vez, observam-se correspondências, por similaridades entre os domínios fontes e os domínios alvos, pautadas nos esquemas e propriedades já esboçados anteriormente.

A elevada frequência desse uso somada à saliência conceptual observada desde o período anterior ratifica não só a conservação desse valor metafórico no português contemporâneo como reafirma a mudança e consolidação do centro prototípico de “tomar” para esse domínio.

Os exemplos evidenciam que o ato de “tomar” ideias, conceitos, atributos, processos mentais e psicológicos é conceptualizado em termos do funcionamento do corpo humano, ou

seja, está alicerçado à experiência básica de manipular e mover objetos em uma trajetória linear, cuja direção é a mente do próprio sujeito, que funciona como um recipiente para armazenar todos os objetos metaforicamente possuídos, tendo em vista diversos fins.

Em outras palavras, *conhecimento, ignorância, considerações* e demais processos mentais são conceptualizados como recipientes manipuláveis, deslocáveis, que podem entrar em um outro recipiente ou *container*, a mente humana e, por extensão, nos seus corpos. Segundo Lakoff e Johnson (1999, 2002, p. 246), usos como esses podem ser explicados, recorrendo-se também às metáforas conceptuais “Ideias são alimentos” e “Adquirir ideias é alimentar-se”¹¹⁷, pois o recipientes abstratos citados podem, metaforicamente, ser engolidos, digeridos, devorados.

Ao que parece, o uso metafórico de “tomar”, nos contextos identificados no português contemporâneo, deriva de um outro que começa a salientar-se a partir do século XVII, que é ‘*ingerir substância líquida, disponível, para fins medicinais*’. A metáfora conceptual que subjaz ao uso de “tomar”, nesses casos, pode ser assim descrita: “Ideias, juízos de valor, conceitos, operações mentais são substâncias consumíveis, disponíveis, que servem para manter a mente saudável, em atividade”. Acredita-se que esse valor semântico pode ser parafraseado também como: ‘*considerar, interpretar, julgar algo*’.

5.4.3 Projeções metonímicas e/ou metafóricas dos usos físico-espaciais do verbo “tomar” para o domínio dos sentimentos e estados psicológicos nos períodos arcaico, clássico e contemporâneo

Não tão recorrentes nos vários textos e séculos do português arcaico, os exemplos que ilustram extensões dos usos básicos prototípicos de “tomar” para o domínio dos sentimentos e estados psicológicos contabilizam um total de 22 ocorrências. Presume-se que os valores semânticos projetados nesse domínio derivam do sentido prototípico ‘*pegar algo tangível e disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória*’.

¹¹⁷ Ideias São Alimentos. Adquirir Ideias É Comer. Interessar-se Por Ideias É Apetite Para Comer. Boas Ideias São Alimentos Nutritivos. Más Ideias São Alimentos Ruins (...). Testar A Natureza Das Ideias É Cheirar Ou Provar. Considerar É Mastigar. Aceitar É Engolir. Compreender Totalmente É Digerir (...). Comunicar-se É Alimentar-se. Ideias Substanciais São Carnes. (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 241).

De modo geral, nos contextos em que são detectados, os sujeitos têm o seu papel agentivo enfraquecido, comportando-se ora como Experienciadores mais passivos, ora como mais ativos, conforme ilustram os exemplos seguintes:

Par Deus, amigos, gram torto **tomei**
e de logar onde m'eu nom cuidei:
estand'ali ant'a porta del-Rei
preguntando por novas da fronteira,
((V5)) por ùa velha que eu deostei,
deostou-m'ora Maria Balteira. [...] (CEM, 160).

Entõ começaram a feryr nos da outra parte que stavã sperando que se tornassem pera Julyo Cesar. E, quanto mais hyã feryndo, tãto se mais hyã asanhando e **tomãdo** võõtade [...] (CGE, 77, 30a).

Porem o mouro, como esforçado, tyrou a llamça de sy & rremessou-ha per tall força, que tramcou com ella hũ escudo no braço a hũ daquelles escudeyros que ally amdavão na pelleja, mas, nõ lhe podemdo a força mais durar, cayo morto no chão, de cuja dor os outros mouros **tomarom** tamanho semtydo, que casy per vingamça se envolverão muy rrijamente com hos cr(ist)ãos. (CDPM, 1, 14).

[...] aly vieram emtam muytos· maslujtauam cõ os nosos e **tomauammujto** prazer · [...] (CC, 9v).

Observa-se que, nesses casos, o ato de “tomar” é decorrente de uma afetação psíquica, às vezes, involuntária, experienciada pelo sujeito e motivada por fatores externos, isto é, por entidades inanimadas, humanas ou abstratas.

Como se verifica, os objetos alvos da conceptualização são representados por estados emocionais, sensações ou sentimentos, a exemplo de *torto*, *honra*, *vontade*, *prazer*, *sentido*, *amor*, *medo*, *pesar*, *escárnio*, *vingança*, dentre outros. Porém, alguns vêm antecedidos por intensificadores, superficializados por adjuntos adverbiais e adnominais, como *tamanho*, *muito*, *grande*, *maravilhosa*, *crua*, conforme evidenciam os exemplos a seguir:

E, depois que este emperador ouve esto feyto, **tomaronlhe** [tamanho] medo em toda Spanha que se lhe nõ ousavam a defender. (CGE, 54,20c).

As novas chegarom a Asdrubal de como os Romaãos avyã vencido a seu irmão Magom e como avyã mortos e vençudos muytos das suas companhas e **tomou** dello muy gram pesar. (CGE, 57, 21d).

E tanto orgulheceu, por que era casado con huã filha del rey Thoderedo, que por esta razon sayu de seu reyno e começou de guerrear todallas terras de Espanha por as tornar ao seu senhoryo. El rey Teuderigo nõ lho quis sofrer e ouvelhe por ello grã desamor e **tomou** logo con elle grande ãmiizade. (CGE, 92,37a).

A outra pola marauilhosa onrra q(ue) **toma** quãdo bautizã e o chamã cr(ist)ão q(ue) he o nome dereyto de Jh(es)u Cr(ist)o. (PP, 3, 12, 15d).

[...] os quais, ouvindo os gemidos da gente de sua seyta, acudiram sobr'elles & vyram **tomar** aquella crua vingamça que os tais ymigos soem de desejar daquelles que os desapoderã de sua propia terra & lhes matam & tomam aquellas cousas que amam. (CDPM, 1,10).

De modo geral, compõem a estrutura das construções com esse verbo, além do argumento externo, sujeito, e de um argumento interno, objeto direto, mais um argumento interno, lexicalizado ou não pelo pronome oblíquo, *lhe*, que no português arcaico equivalia ao complemento relativo; em outros casos, pode vir introduzido pela preposição *de*, constituindo assim uma estrutura triargumental:

Deste corvo nom posso escapar
((V10)) que d'el nom haja 'scarnho a **tomar**,
com gram perda do que hei guanhado (CEM, 148).

- Agora - dizia elle per suas arabicas pallavras - esforçae, sen(h)ores & amigos, caa tempo he jaa de **tomardes** vingamça destes descreudos. (CDPM, 1, 19).

E quanto ao primeiro erro, por que todo nace da voontade, a qual determyna nom querer encontrar com receo que dello **toma**, reguardem o que screvy das cousas que o fazem perder, e ajudemsse daquellas em que sentirem pera esto mais proveyto. (LEBTS, 10, 119v).

Da mesma forma que ocorre nos domínios social e mental, as metaforizações de “tomar” no domínio dos sentimentos e estados psicológicos partem de uma base experiencial, físico-espacial e apoiam-se também na metáfora do “Recipiente” e nos modelos metafóricos da “Estrutura-dos-Eventos como Objeto” e da “Estrutura-dos-Eventos como Lugares” propostos por Lakoff e Jonhson (1999, p. 196). Isso significa dizer que estados físicos ou emocionais, sentimentos e sensações são configurados conceptualmente como objetos tangíveis, manipuláveis, que são deslocados de algum lugar para outro, em uma trajetória nocional, para serem adquiridos.

No português arcaico, a metáfora conceptual que subjaz ao valor semântico de “tomar” apresentado nos trechos anteriormente expostos pode ser descrita da seguinte maneira: “Sentimentos ou estados psicológicos são objetos tangíveis, manipuláveis, disponíveis, que podem ser deslocados e adquiridos por um tempo provisório”. O valor semântico de “tomar”, nesses contextos, é parafraseado como: ‘*experienciar sentimentos e estados psicológicos*’.

Projeções semelhantes ocorrem no *corpus* do português clássico. Registram-se 14 ocorrências. Há 9, no PE, e 5, no PB, conforme atestam alguns contextos extraídos da *Obra Pedagógica de João de Barros*, das *Cartas de Alexandre de Gusmão* e da *Crônica do Viver Baiano Setecentista*, a seguir transcritas:

Filho- Muito desejo eu trazer na memória um cavide d'armas avangélicas, pera lançár mam délas ou élas de mi, ao tempo da tentaçám. F (ilho) - E quando alguém, mostrando zelo de minha honrra, me quisér provocár a **tomár** algũa vingança? (OPJB).

[...] Sinto que V. M. **tomassem** o incómodo de buscar-me, e que o não achar-me em casa me roubasse o gosto da sua estimável conversação, da qual procurarei aproveitar-me sem moléstia sua.[...] (CAG,94).

[...]Foi me **tomando** tal ódio,
 porque foi vendo, e notando,
 que era capaz eu de dar-lhe
 até no offcio um gataço
 Topou me em uns entreforros,
 e tirando-me porraços,
 eu lhe miava os narizes,
 quando ele me enchia os quartos
 Fugi, como tenho dito,
 e me acolhi ao sagrado
 de uma vara de justiça,
 que é valhacouto de gatos. [...] (CVBS).

Esses exemplos, assim como aqueles identificados no português arcaico, ilustram projeções metafóricas motivadas por experiências vivenciadas pelos sujeitos conceptualizadores e embasadas em suas percepções individuais, sociais etc. Os objetos são sentimentos ou processos construídos psicologicamente e compreendidos como recipientes ou substâncias que podem ser armazenadas no interior do ser. Os sujeitos, nesses casos, têm uma participação menos ativa, uma vez que são surpreendidos ou invadidos por sentimentos causados por algo ou por alguém e que podem ser bons ou não.

Quanto ao português contemporâneo, não há muitas extensões metafóricas do verbo “tomar” para o domínio em questão. No século XIX, no PE, há apenas 1 registro documentado no romance *Amor de Perdição*, o qual está transcrito a seguir:

O de Castro Daire, bem composto de figura e caprichosamente vestido à castelhana, gesticulava com aprumo de quem dá as suas irrefutáveis razões, e consola **tomando** a riso a dor alheia. (AP).

No mesmo século, no PB, verifica-se um total de 3 ocorrências distribuídas no romance *Iracema* e nas *Cartas Brasileiras*. Já no século XX, há 2 documentadas no *corpus* NILC. Seguem algumas delas:

– Estrangeiro **toma** o ultimo sorriso de | Iracema.... e foge! (IR, 36).

O chefe py- | tiguara pensava que o amor é como o cauim, o | qual bebido com moderação fortalece o guerreiro, | e **tomado** em excesso abate a coragem do heróe. (IR, 83).

Acabo de receber a tua car- tinha | de 27. Vê o Papa, beija lhe o sapato, mas **toma** cuidado com as cadeiras de mola. Tendo ahi o meu amavel collega naó | te fará falta a carta do Nuncio. (CB,679).

O hemocentro recebe cerca de 150 doadores por mês; um em cada 500 doadores é soropositivo, e precisamos **tomar** o maior cuidado com nossos pacientes .(NILC/ par=Cotidiano-94b-soc-2).

Essas ocorrências reiteram os usos já vistos nos períodos anteriores. Trata-se de estados emocionais, como “tomar o sorriso”; sentimentos, como “tomar amor” ou, ainda, sensações psicológicas experienciadas pelos sujeitos, como “tomar cuidado”.

Em síntese, a projeção de “tomar” para o domínio dos sentimentos e dos estados psicológicos herda as características sintáticas e semânticas do uso físico-espacial prototípico ‘*pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória*’ bem como os esquemas de imagens que os embasam. Considerando os modelos cognitivos referentes ao domínio em questão, é possível admitir que tanto o homem antigo quanto o moderno e o contemporâneo, brasileiro ou português, conceptualizam sentimentos e estados psicológicos como objetos que podem ser deslocados, manuseados e introjetados em outros objetos ou recipientes, que são os próprios sujeitos. Desse modo, a metáfora conceptual já identificada nos

períodos anteriores aplica-se aos usos transcritos no português contemporâneo, tanto no PE quanto no PB.

5.4.4 Projeções metonímicas e/ou metafóricas dos usos físico-espaciais do verbo “tomar” para o domínio moral-religioso nos períodos arcaico, clássico e contemporâneo

As extensões dos valores semânticos físico-espaciais de “tomar” para o domínio moral-religioso somam um total de 24 ocorrências, documentadas em quase todos os textos do período arcaico. Tais usos denotam características de uma sociedade apoiada em um ideal teocêntrico e em um modelo de conduta moral.

Os contextos que seguem apresentam entidades humanas, na condição de sujeitos Experienciadores-Ativos, e entidades abstratas, a exemplo de *morte*, *fiança*, *vida*, dentre outras realidades e dogmas cristãos dos universos de crença dos indivíduos daquela época, conceptualizados como objetos do verbo “tomar” e, portanto, recipientes que podem ser manipulados, deslocados e adquiridos, visando a algum propósito:

A #IIª man(eyr)a da aruor [he] q(ue) sse c(ri)a [o]nde q(ue) cauã e laurã e podã p(er) q(ue) sal ende cousa q(ue) tem a todos p(ro)l q(ue) sse entende polo Filho q(ue) rreçebeu marteyro en muytas man(eyr)as e **tomou** morte por nos saluar. (PP,4,3,24d).

Mais, porque o sancto bispo nõ auia aquella arte nem tal sciencia pera desputar com os filosofos, **tomou** fiança ã Jhesu Christo. (OE, 1, 3r).

Ca pois nom costumam de tal guisa, nunca sobr'ello podero'm fallar ou consselhar; por que certo he que os mais dos homẽes algũas vezes ham aazos e recebem consselhos pera **tomar** vidas que lhes mais praz, e per ellas seguem ataa que per seus tempos cada hũs recebem seu gallardom. (LEBCTS, 21, 107v).

Em esta batalha conhocidamẽte obrou a graça de Deus polla fe catholica e pella uirtude da Sancta Scriptura, que elrey Recaydo **tomou** e tiinha con todollos seus [...] (OE, 2, 15v).

A maioria das extensões identificadas no domínio ora referido deriva do sentido básico ‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’, uma vez que herda algumas de suas propriedades. Dentre as similaridades identificadas entre o domínio origem e o domínio alvo dessas projeções, podem ser citadas a natureza disponível dos objetos e

o caráter funcional da ação. Em outras palavras, assim como o homem do passado “tomava” *penas, cartas, óleos, animais* etc. às suas mãos, a fim de realizar algo em seguida com esses objetos, também buscava adquirir *fé, confiança, conselho, exemplo, coisas proveitosas*, com vistas a aplicá-las em ações da sua vida cotidiana, conforme demonstram os exemplos a seguir:

Ley #XVIIIª dos hom(ê)s q(ue) está en passamento de **tomar** a ffe a q(ue) chamã neophit[t](os) Neophit(os) (PP,4,18,33b).

E per aquesta guisa o que **tomar** esta pratica [saibha] que sobr'esto podera' na justa bem trazer seu cavallo, que he hũa das principaaes cousas que o boo justador deve aver.(LEBCTS, 7, 117v).

E bem podemos desto **tomar** exempro das desvairadas maneiras de vyver dos homêês; por que som algũs que, nom teendo lembrança do que requerem seus stados, boas e dereitas vydas, tanto tẽ a teençom ryja e deseparada em comprir o que desejam, ainda que seja cousa de pouca vallia, que assy câe como vem o que elles querem fazer.(LEBCTS, 21,107r).

E, depois que esto ouve feyto, **tomou** cõselho com suas gentes e foyse con suas naves pello mar ataa que chegou ao ryo Bethis, ao que agora chamã Guadalquivyr [...] (CGE, 6, 5a).

Devido à crença na existência de um ser supremo, era comum que o homem daquela época recorresse ao sacramento e ao juízo divino, como meios concretos para a sua salvação (FOSSIER, 2007, p. 451). O uso de “tomar”, nos trechos a seguir, evidencia isso:

Ca p(er) este sacramẽto **tomãdoo** assy como (con)uẽ he homẽ q(ui)te daq(ue)las cousas p(er) que era arredado do amor de De(us). (PP, 3,6,13c).

E p(or)ende q(ue) passassem a el todos os q(ue) erã encarregados ca el os auõdaria e q(ue) **tomassem** o seu juizo delles e todos os q(ue) naçessem en seu juizo sobr(e) ssi e q(ue) disessẽ por el q(ue) era omildoso de coraçõ e achariã fulgura a ssas almas ca o seu juizo saboroso era e a sa ca'rriga liuãã. (PP,3,15,17c).

O valor semântico de “tomar”, nesses casos, parece ser *'assumir conduta moral e/ou religiosa'*. Em outros exemplos, nos quais também está implícita a concepção moral-religiosa da época, o sentido do verbo “tomar”, presumivelmente, deriva do valor prototípico *'apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito'*, pois,

tal como nos usos físico-espaciais, o sujeito é uma autoridade espiritual que tem direitos e poderes assegurados para apropriar-se daquilo que almeja. O objeto, nas passagens transcritas, é a alma do homem, metonimicamente representada pelo seu corpo e metaforicamente conceptualizada como uma *pousada* ou *carne*, isto é, como recipientes que podem ser invadidos, habitados, apropriados por quem tem poder para isso:

Out(ro)ssy tem muy grã p(ro)l a c(ri)sma que a ssa força della arredarra o diaboo do homẽ e o saca de ssa uõõtade e das sas obras q(ue) era ia come morada antiga en q(ue) mora sen d(e)r(e)cto como apoderãdosse do q(ue) nõ era seu ca Deus o auia feyto e estabelecudo por ssa morada. \$ E por ende a c(ri)sma he assy come poussadeyro de Ih(es)u Cr(ist)o q(ue) **toma** aq(ue)la pousada p(er)a elle poendo hy o ssinal da cruz e o ent(re)ga de quãto hy acha, deytando fora o diaboo e todo o q(ue) hy tem (PP, 4, 19,34d).

E a ssa omjldade foy out(ro)ssy tamãha q(ue) q(ui)s seer s(er)uo **tomãdo** a nossa c(ar)ne q(ue) he s(er)ua do mũdo e da morte [e] nõ lhy auõdou todo esto, mays ainda leixousse matar ena cruz por (con)p(ri)r o diuido da carne rrecebẽdo a mays desonrrada morte q(ue) poderia seer, e todo esto fez por onrrar nos ca mays catou a nossa onrra ca a ssua. (PP, 4, 21, 35c).

Esses usos metafóricos encontram respaldo no modelo religioso cristão que prega a existência de um ser superior, ainda hoje vivo na cultura ocidental, o que pode ser atestado na seguinte citação: “Deus fez-se homem aqui em baixo por algum tempo a fim de resgatar o mundo, que pecava; esta ‘encarnação’ é específica da crença cristã, e não a aceitar é colocar-se fora da *ecclesia*, da assembleia dos crentes.” (FOSSIER, 2007, p. 453, grifo do autor).

Vale pontuar que, além da metáfora ontológica do “Recipiente”, são recorrentes, nos textos desse período, as Personificações¹¹⁸, por meio das quais, seres inanimados, animados e míticos são humanizados. Nas ocorrências transcritas a seguir, as entidades causadoras da interação (a *ave*, a *morte*, os *espíritos malignos*, o *dragão*, o *Diabo*, dentre outras), embora não apresentem o traço prototipicamente humano, são conceptualizadas como seres dessa categoria e, por conseguinte, autoras do ato de “tomar”:

Hũa sancta molher, que auia nome Salabergua. estando hũa vez orando, vio descender do ceo hũũ tabernaculo de marauilhosa claridade, ão qual

¹¹⁸ As personificações, segundo Lakoff e Johnson (2002, p. 87), permitem que “uma grande variedade de experiências concernentes a atividades não humanas sejam entendidas em termos de motivações, características e atividades humanas”.

era hũa aue muy branca e muy esplandecente. Esta aue **tomou** aquella sancta molher e leu[o]u-a aalem de hũũ grande ryo e leyxoua ã hũũ prado muy deleytoso, ã que auia muytas e desuayradas flores de bõõ odor. (OE, 2,10r).

Oh! caminhaí com cuidado, que a
Virgem gloriosa vos espera.
Deixais vosso principado deserddado!
Enjeitais a glória vossa e pátria vera!
Deixai esses chapins ora,
e esses rabos tão sobejos, que is carregada;
não vos **tome** a morte agora tão senhora,
nem sejais, com tais desejos, sepultada . (AA).

E porẽ lançou nosso Senhor plagua sobre elles, ã tal guisa que todollos poboos de Alexandria e de todo o Egipto, grandes e pequẽnos, liures e seruos e os clerigos e mõges afora os estranhos, todolos **tomauã** os spiritus malignos. E perderõ a fala de homẽes e ladrauõ como cães todollos dias e noctes ã tal maneyra, que os prenderõ cõ prisõões de ferro e os leuauã aas egreyas pera receberem saude, ca elles comiam as mãos e os braços. (OE, 2, 15r).

Moço -- Que manda Vossa Mercê?
Escudeiro -- Que venhais cá.
Moço -- Pera quê?
Escudeiro -- Por que façás o que eu mando!
Moço -- Logo vou.
(O Diabo me **tomou**: Sair me de João Montês
Por servir um tavanês
Mor doudo que Deus criou!)
Escudeiro -- Fui despedir um rapaz
Que valia Perpinhão,
Por tomar 'te ladrão. Moço ! (FIP).

Nos três últimos exemplos, verifica-se ainda a metonímia do tipo “Todo pelo Parte”. Nesses casos, os objetos tomados (as pessoas) constituem o “Todo”, ao passo que a “Parte” refere-se à alma, conceptualizada, por via metafórica, como um recipiente que pode ser invadido, apropriado pelos sujeitos personificados (*morte*, *espíritos malignos* e o *Diabo*), levando a crer que esses usos, mais uma vez, ilustram projeções do valor semântico prototípico ‘*apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito*’.

Pressupõe-se que “tomar”, nesses casos, está empregado como ‘*dispor de algo (abstrato) por poder ou por direito*’, e a concepção metafórica que lhe subjaz parece ser: “Atividades, eventos, atributos morais-religiosos e realidades dos universos de crença são objetos móveis, manipuláveis ou recursos que podem ser apropriados para alcançar propósitos”.

No português clássico, de modo similar ao período anterior, encontram-se usos e exemplos semelhantes. Com 16 ocorrências no total, as extensões semânticas para o domínio moral-religioso explicitam um comportamento ainda arraigado a um ideal de conduta cristã, que se evidencia tanto nos textos do PE quanto nos do PB. Os sujeitos são conceptualizados como Experienciadores-Ativos e as entidades “tomadas” (*jugo, lição, exemplo*, dentre outros) são interpretadas como objetos concretos, manipuláveis, disponíveis, sendo a sua posse nocional, isto é, psicologicamente experienciada:

[...] Os requerimentos de que óra te dei exemplos, dos quães podes **tomár** liçám pera todolos máis que te sobreviérem. " Cada um reça a merçê segundo seu trabálho (Ad Co. I c.III) "; " Nam será coroádo senam ô que ligitamente pelejár (Ad Timoth. cap. II) ", que sam setenças de Páulo. [...] (OPJB).

[...] **Tomem** pois exemplo aqui
o Tucano e o Ferreira,
pois lhos diz esta caveira,
aprende, flores, de mi:
mais aqui, ou mais ali
sempre os demônios são artos
sempre bichos, e lagartos,
e dar-lhe-ão sobre beijus,
a comer sempre cuscuz,
a ver se se dão por fartos. [...] (CVBS).

Tomai exemplo nessas mesmas pedras e nesses espinhos! (SS).

Nesses contextos, ainda que o ato de “tomar” não esteja voltado explicitamente para a salvação do homem, presume-se que a finalidade do sujeito é aplicar os valores assimilados à sua vida prática, cotidiana. O tom doutrinador e impositivo do discurso pode ser percebido na maioria dos exemplos. Diante desse quadro, infere-se que o sentido *‘assumir conduta moral e/ou religiosa’* mantém-se nesse período, assim como a metáfora conceptual que lhe subjaz: “Conduta moral-religiosa é objeto tangível, manipulável, disponível, que serve para uma finalidade prática”.

No português contemporâneo, apenas 2 ocorrências registradas em um texto do século XX, no jornal português *Natura Minho*, indicam projeções metonímico-metafóricas para o domínio moral-religioso:

João Cidade, que decidiu **tomar** o hábito franciscano, com a sua profunda paixão e trabalho conseguiu que alguma gente abastada lhe arranjasse meios para abrir em Granada (Espanha), onde se radicou, um asilo hospital. (NATURA MINHO/ par=15114).

Prêmio Nobel da Paz em 1979, **tomou** os hábitos aos 21 anos, trocando então o nome por Teresa em homenagem à carmelita Santa Teresa de Lisieux. (NATURA MINHO/ par=3103).

Nesses casos, a “tomada” do objeto denota a assunção de uma conduta moral-religiosa, pois sendo o “hábito” um traje eclesiástico, usado especificamente por frades, freiras, padres no seu cotidiano, supõe-se que “tomá-lo”, nesses contextos, significa não só passar a ter e usar essa idumentária mas arcar com todos os deveres e responsabilidades que essa escolha lhe confere¹¹⁹.

Nessas ocorrências, há a possibilidade de entrever tanto a relação metonímica, do tipo “Parte pelo Todo”, em que o *hábito* representa a “Parte” e a *consagração religiosa*, o “Todo”, como a relação metafórica embasada pelas mesmas metáforas conceptuais subjacentes às construções anteriormente analisadas. Assim, conclui-se: “Hábito é consagração religiosa” e “Consagração religiosa é objeto tangível, manipulável, deslocável, que pode ser adquirido para uma finalidade”. Trata-se, portanto, de um uso mais periférico no português contemporâneo.

5.4.5 Projeções metonímicas e/ou metafóricas dos usos físico-espaciais do verbo “tomar” para o domínio da linguagem nos períodos arcaico, clássico e contemporâneo

As projeções semânticas do verbo “tomar” para o domínio da linguagem são pouco recorrentes nos textos do período arcaico. No *corpus*, há apenas 10 registros que evidenciam a metaforização de elementos desse domínio (a exemplo de *nome, escritos, santas escrituras*) como objetos corporalmente delimitados, compactos e manipuláveis, conforme se pode verificar a seguir:

E os antigos poserõ lhy nome en laty foro polo m(er)cado hu se os hom(ẽ)s ajõtam a (con)prar ou a uender as cousas. \$ E deste log(a)r **tomarõ** este nome foro por ende en Espanha. (PP, 2,8,9a).

¹¹⁹ É interessante notar que, nesses dois exemplos, o verbo “tomar” empresta um caráter aspectual à construção e focaliza o aspecto incoativo da ação, já que a análise dos contextos discursivos permite inferir que os sujeitos, só, a partir do momento em que “tomam o hábito”, consagram-se e distinguem-se dos demais fiéis católicos, passando a integrar uma determinada ordem, ou seja, a ‘assumir uma conduta moral e/ou religiosa’.

[...] e **tomou** os escriptos dos cõçelhos de Tolledo e de dõ Jordam, chãceler do Santo Paaço, e de Claudyo Tollomeu, que departio do circo da terra melhor que outro saybho ataa a sua sazom, e de Dyom, que screveo verdadeiramente a estoria dos Godos, e de Pompeo Troga; e catou outrossy quãtas estorias de Roma pode aver que alguãs cousas contassem dos feitos d'Espanha; e cõpos este livro de todos os feitos que della pode achar, cõvẽ a saber, dello tempo de Noe ataa o tempo deste rey dom Affomso. (CGE, 1, 1d).

E bem assy o nosso rey Salamõ pacifico, Jhesu Christo, fez auctoridades das Sanctas Scripturas que **tomou**, cõ que se defendeu do ãmiigo, quando o tenttau, e porẽm diz Sã Paulo [...] (OE).

Ao reportarem-se às metáforas da linguagem, Lakoff e Johnson (2002, p. 219) explicam que “na medida em que a fala está ligada ao tempo e o tempo é conceptualizado metaforicamente em termos de espaço, é natural que conceptualizemos metaforicamente a linguagem em termos de espaço”. Esses autores acrescentam que o próprio sistema de escrita reforça essa conceptualização, uma vez que, ao pronunciar ou escrever uma frase, as palavras são vistas como objetos espaciais, linearmente organizados. Tal afirmação parece justificar o registro de expressões linguísticas conceptualizadas como recipientes nos três períodos da língua portuguesa.

No português clássico, há um número maior de usos que indicam essa projeção. Estão registradas 31 ocorrências no *corpus*, entre as quais transcrevem-se as seguintes:

Os que je acábam ã al, el, ol, ul, formamse perdendo a letera, l, e **tomãdo** ésta syllaba, es, e dizemos cardeãl, cardeães, papel, papées, foról, foróes: taful, tafues. (OPJB).

Nós nam temos eſtes uérbos, mas quando falãmos per eſte módo, **tomãmos** o uérbo ã a terceira peſſoa do nũero ſingular, e este pnome da terceira peſſoa, ſe, e reciprocãdo, dizemos, No páco ſe pragueia fórtẽmẽte. (OPJB).

A razão é porque Cristo **tomava** as palavras da Escritura em seu verdadeiro sentido, e o Diabo tomava as palavras da Escritura em sentido alheio e torcido; e as mesmas palavras, que **tomadas** em verdadeiro sentido, são palavras de Deus, tomadas em sentido alheio, são armas do Diabo. (SS).

Nesses casos, expressões gramaticais, classes de palavras, termos da linguagem, em geral, são conceptualizados como objetos manipuláveis, espacialmente delimitados e deslocáveis. Acredita-se que a quantidade elevada de ocorrências, nesse período, deva-se, em grande parte, à metalinguagem que caracteriza a *Obra Pedagógica de João de Barros* - OPJB.

No português contemporâneo, essas metáforas da linguagem aparecem registradas 9 vezes, sendo 2, no PE, e 7, no PB, tanto no século XIX quanto no XX, conforme se verifica em alguns exemplos transcritos a seguir:

Foi elle que veio pelas praias do | mar até o rio jaguar, e expulsou os tabajaras | para dentro das terras, marcando a cada tribu | seu lugar; depois entrou pelo sertão até á serra | que **tomou** seu nome.(IR,109).

O paizinho de vossa senhoria chamou o meirinho-geral, e mandou **tomar** o meu nome. (AP.)

Tal bagagem, anos mais tarde, o faria **tomar** de empréstimo para a literatura alguns termos musicais para a idealização de conceitos como verso melódico, verso harmônico e polifonia poética . (NILC/par=106448).

Como se pode perceber, nos três períodos da língua portuguesa, o verbo “tomar” é empregado com o valor semântico ‘*adotar elementos da linguagem, para nomear algo ou expressar-se*’ e a metáfora conceptual que lhe subjaz pode ser assim descrita: “Elementos da linguagem são objetos tangíveis, manipuláveis, disponíveis, que podem ser deslocados, usados, adquiridos, para diferentes propósitos”.

5.4.6 Projeções metonímicas e/ou metafóricas do verbo “tomar” para o domínio da direcionalidade nos períodos arcaico, clássico e contemporâneo

No português arcaico, apenas 2 exemplos encontrados na *Crônica Geral de Espanha* ilustram a projeção de “tomar” para o domínio da direcionalidade. São eles:

[...] Quynhentos e quarêeta e cinco ãnos avya que fora pobrada Roma quando este Cepyon êtroy em Espanha desta vez. E passou o ryo de Hebro e **tomou** seu camynho dereytamente pera Cartagenya onde entendya de achar a frota. (CGE, 60,22c)

[...] E, tanto que os Julyo Cesar vyo êçarrados, cuydou como os cercarya aly, que ão ouvessem per hu sayr ao ryo nem aas fontes que avya ao pee do monte. E partio suas cõpanhas pera lhes guardar como ão podessem **tomar** augua e que per força ouvessem a fazer o que elle quisesse. (CGE, 78,30c).

Vale destacar que o segundo já foi comentado no presente capítulo, quando se discutiu a impossibilidade de esse uso indicar ingestão de líquido, uma vez que o contexto pragmático dá subsídios para se inferir que se trata de um uso metonímico, do tipo “Parte pelo Todo”, em que *água* indica a “Parte”, e *rio* indica o “Todo”, equivalendo, metaforicamente, à *direção*.

Como se verifica, nesses exemplos, os objetos representam o caminho a percorrer, ou por terra, ou por água. Acredita-se que esse senso de direção advenha da relação experiencial que o homem estabelece com os espaços. Como se sabe, ao longo da história da sua evolução, ele precisou demarcar territórios e definiu percursos, para orientar-se espacialmente. Como não poderia deixar de ser, isso se refletiu na sua forma de conceptualizar o mundo e de relacionar-se dentro dele.

No português clássico, registram-se também alguns usos semelhantes. Há 5 ocorrências, 3, no PE, e 2, no PB. Seguem algumas passagens para ilustrar:

[...] **Tomastes** do rio a borda,
e vendo os amigos Borges,
que leváveis tais alforjes,
trataram de dar-vos corda:
mas vendo, que vos engorda,
mais do que a vaca, o capim,
puseram-vos um selim,
um freio, e um barbicacho,
porque sendo um burro baio
logreis honras de rocim. (CVBS).

[...] dahi emdiantre entrou a= ||2r Entrou aquerer prender os escravos do
Escrivam, eaSoytalos no *Pilouro*, | eopôs em tal aperto *quelhe* foi percizo
Sahir *daquela Villa* oCulta | mente *para* esta Com todos os Seus escravos,
homens desamparando a | Sua Caza deixando aSua *molher* Sõ Com duas
escravas, **tomando** | o *Caminho* deterra demais de40 leguas *para* esta
Villa.|(CBS,171).

Entretanto, o Provincial mandará chamar a Madre Maria de Nazaré,
primeira porteira, e com a ocasião de lhe falar à porta, fará entrar por ela a
infantaria, com a qual se encaminhará prontamente a
tomar a porta do coro, para dentro da qual entrarão alguns soldados a
guardá-la [...](CAG,65).

No português contemporâneo, não é muito diferente. Dos 5 exemplos identificados, 3 são do PE e 2, do PB. Vejam-se alguns:

Na semana passada, a Coca-Cola americana anunciou que está **tomando** o caminho inverso.(NILC/ par=Ilustrada-94b-nd-3).

Outra estrada importante foi a da Polícia que enveredava por Sacra Família, Vassouras e, **tomando** um rumo mais ocidental, atingia Valença. (NILC/ par=108317).

Mudou de local, **tomando** por uma rua estreita, fronteira ao convento. (AP).

Embora sejam possíveis vários percursos alternativos para aceder à Rua Bernardo Sequeira, a Divisão Municipal de Trânsito sugere o desvio, através da mesma rotunda das piscinas, para a Variante Sul, **tomando** aí a primeira saída á direita, na direcção da Rua Jaime Sottomayor.(DM/ par=15599).

Nesses casos, percebe-se, mais uma vez, a metonímia “Parte pelo Todo”, em que os objetos *caminho*, *rumo mais ocidental*, *rua estreita*, *saída à direita* são representados como “Partes” e o *caminho a ser percorrido* correspondem ao “Todo”. Nesses casos, está implícita a metáfora do “Recipiente”, em que a direcção corresponde à meta do deslocamento e o chão (ou qualquer outro espaço percorrido), ao conteúdo que será possuído. Atribui-se o seu emprego ao fato de que esses espaços apresentam uma superfície com uma forma que pode ser delimitada, às vezes tocada e, metaforicamente, possuída. Parafraseia-se o sentido do verbo “tomar”, nesses exemplos, como ‘*seguir uma direcção*’ ou ‘*orientar-se espacialmente*’ e descreve-se a metáfora conceptual que lhe subjaz como: “Direcção/Caminho são objetos tangíveis, manipuláveis, disponíveis, que podem ser possuídos provisoriamente, para se alcançar uma finalidade”.

5.4.7 Projeções metonímicas e/ou metafóricas do verbo “tomar” para o domínio temporal nos períodos arcaico, clássico e contemporâneo

Projeções metonímico-metafóricas do verbo “tomar” são também observadas no domínio temporal e contabilizam apenas 3 registos, no período arcaico, conforme demonstram os exemplos a seguir:

Cus(tume) he en fei'to do Relego que el Rey o deue filhar. en p(ri)mo dia de janejro & auer noueeta dyas & se o ante q(ui)ser **tomar** do janejro. q(ua)ntos dyas filhar ante. tantos leyxar despois aacima do tempo. do Mes de março & en este tempo deue uender seu ui'nho da ssa adega velha & se

lhy ficar a áçima do rrelego. leua-lo por fora da vi'la & do t(er)mho. ou u(er)terẽ-no. E ora tõe hy os relegueiros o vinho & de pois do relego. & uende-no na villa & no t(er)mho. & esto he contra (con) costume.(CS, 290, 22va).

E elle, com despeyto, nom o quis fazer mais disse que, pois elle era sanador, que **tomava** elle outros cinco ãnos; e ã este cinco ãnos conquistou tod[a] Espanha. (CGC, 6, 5b).

[...] ãformacã eu poder ordenar o que se la depois cõcluda, segundo cõpryr ha meu serviço, ou nam cõsentimdo ho negocio vyrdees, nam podendo **tomar** tẽpo pera cõpridamente de tudo me avisardes por vosa carta, como o faryees por vos, e esperar minha reposta, em tall caso averey por beem que cõcludaees na melhor maneira que poderdes, segundo tendes praticado; e podendo vos vyr, ou nam podendo sprevedome na dita[...](CDJ, 46).

Embora *q(ua)ntos dias, outros cinco anos e tẽpo* não tenham uma forma material, delimitada no espaço, a sua conceptualização como objetos manipuláveis, passíveis de posse, controlados e usados para um fim, confirma, mais uma vez, a tendência humana de atribuir características físicas a coisas não palpáveis. Observa-se que a base conceptual do sentido espacial de “tomar”, do qual resultam os usos não espaciais expostos, mantém-se. O sentido que parece se afigurar nesses contextos é *‘despender tempo para alguma finalidade’*.

No que se refere aos exemplos identificados no português clássico, o *tempo*, além de ser conceptualizado como um objeto concreto e móvel, de valor utilitário, passa a ser visto como algo precioso e escasso. Daí ser possível identificar, nos contextos de uso transcritos a seguir, a metáfora conceptual: “Tempo é um recurso limitado”. (LAKOFF; JOHNSON, 2002):

Meu Irmão o P.e Inácio Roiz me explica o muito que se acha devedor à generosidade de V. S.a Eu não **tomarei** a V. S.a o tempo com expressar-lhe os meus agradecimentos, porque igualmente reconheço que a sua bizzaria nada faz pela esperança deles[...](CAG,31).

Bem me custa **tomar** a *Vossa Excelencia* opriciouzo-|||1v Tempo que caresse, porem *Excelentissimo Senhor* se eu o não Fizer | dexo de cumprir comoque *Vossa Excelencia* me tem em carregado [...] (CBS,163).

Crê-se que a maneira como o tempo é concebido nesses exemplos, além de ter uma motivação experiencial, tem uma razão sócio-histórica. Com o advento da Revolução Industrial e as transformações decorrentes desse processo, passou-se a mensurar a quantidade de trabalho e, por conseguinte, o valor do trabalho pela quantidade de tempo empregado na consecução da

atividade a ser desempenhada, de modo que o tempo tornou-se um objeto valioso e um recurso para obtenção de diferentes fins, sobretudo econômicos. Daí Alexandre de Gusmão e o autor da carta setecentista, cujos fragmentos foram transcritos, chegarem a desculpar-se por “tomarem o tempo” dos seus destinatários.

Mas, se no mundo moderno, o tempo já era limitado e precioso, na contemporaneidade, não tem sido diferente. Várias são as metáforas a ele atribuídas que podem justificar alguns usos de “tomar” identificados no *corpus*. “Tempo é um objeto valioso” e “Tempo é dinheiro” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 103, 209, 250-251) são algumas. Considera-se que o valor semântico de “tomar” em todos esses contextos pode ser, mais uma vez, sintetizado como: *‘despender tempo para alguma finalidade*.

A escassez do tempo e o valor utilitário e comercial que lhe é conferido estão documentados nos textos do período contemporâneo. No *corpus*, foram encontradas 4 ocorrências no PB: 2, no século XIX, e 2, no XX. Observa-se que, na fala coloquial brasileira, semelhantemente ao que se verifica nos exemplos a seguir, é muito comum dizer “tomar tempo”, com o sentido de *‘gastar, despender o tempo para uma finalidade’*, fato que reforça os modelos culturais contemporâneos do mundo capitalista de que “tempo é dinheiro” e cada hora “tomada” (“gasta”, “usada”) é menos dinheiro no bolso. Nos exemplos a seguir, é possível perceber essas noções:

É a primeira graça d’ aqui lhe desejo, | e porque não queria **tomar**-lhe o | seu tempo sem rasão e porque logo | depois de minha chegada per- di | minha Irmã; o que me afli- giu | bastante. (CB, 1051).

Não mal recebido em palavras, mas mal recebido em gestos, na receptividade das pessoas que estão no consultório porque acham que você vai **tomar** o tempo.(E112-BR-159).

Mas por achar que você vai **tomar** o tempo de ele, na pessoa que está esperando, então eles já ficam mais receosos e às vezes até falam: [...] (E112-BR-165).

Em síntese, observa-se que, apesar de o uso do verbo “tomar” ora analisado estar registrado desde o português arcaico, as metáforas conceptuais que lhes subjazem mudaram no decorrer dos séculos, conforme o modelo cultural de cada época. Assim, enquanto, para o homem antigo, o *tempo* era conceptualizado como um simples recipiente que podia ser deslocado, manuseado, usado para uma finalidade; para o homem dos períodos clássico e contemporâneo,

devido ao seu valor comercial, de objeto controlado, o *tempo* passou a ser “o controlador” da vida das pessoas, estando fortemente relacionado à concepção de trabalho.

5.4.8 Projeções metonímicas e/ou metafóricas do verbo “tomar” para o domínio laboral nos períodos arcaico, clássico e contemporâneo

No português arcaico, os 2 únicos exemplos de projeções semânticas para o domínio laboral estão documentadas no século XV. Nas civilizações cristãs, o trabalho forçado tanto servia de punição a prisioneiros de guerra e escravos como tinha caráter redentor. As obrigações monásticas, incluindo privações e rezas com vistas à salvação, eram consideradas atribuições dos religiosos e, mesmo sendo trabalhos árduos, não eram remunerados. Os dois exemplos transcritos a seguir, retirados do *Orto do Esposo*, evidenciam essa característica. Observa-se que os sujeitos são religiosos e parecem estar cumprindo o seu dever de prezar pelo próximo, seja por meio da oração, seja por meio de qualquer outra boa ação que os leve à salvação de si mesmos:

E, depois que aquelles sanctos acabaram sua oraçom, veerõse passo dous delles, uestidos ã uestiduras aluas, a aquelle lugar em que o bispo oraua, e acharõno acerca de morto e saudarõno muy docemente e tornarõno a seu siso e pregũtarõlhe por que razom auia **tomado** tam gram trabalho e andado tanto caminho des Hocidente ataa Roma, aficandoo que lhes disese [...] (OE, 2, 13v).

E o bispo pregũtou a aquelles dous que lhe falauam, que lhe disessem quẽ eram, e hũũ delles respondeo e disse que era Gregorio, cuiu liuro elle deseiaua, e por ueera aly por lhe gualardoar o grande trabalho que **tomara** [e] pera conprir seu deseio. (OE, 2, 14r).

Crê-se que a metáfora conceptual que subjaz a esse uso no português arcaico pode ser descrita como: “Trabalho é recurso para salvação”, isto é, “Trabalho é objeto tangível, manipulável, disponível, que é usado como obrigação e para salvação”. O valor semântico desse verbo pode ser descrito como: ‘*obrigar-se a fazer algo*’.

Quanto ao português clássico, não se pode afirmar que o conceito de trabalho tenha deixado de evocar concepções religiosas e morais. Porém, as noções de esforço e de recompensa já pronunciadas no período anterior ganharam uma maior evidência e o uso “tomar trabalho” deixou de restringir-se a um valor laboral de cunho moral-religioso, passando a indicar tudo aquilo que demandava desgaste e servia de meio para atingir um fim.

“Tomar trabalho”, nos textos desse período, passa, então, a denotar variados tipos de atividades, independentemente da quantidade de energia despendida durante a sua execução, fazendo supor que o referido uso é resultado de uma projeção metonímica do tipo “Todo pela Parte”, em que *trabalho* corresponde ao “Todo” e as *atividades e características* a ele associadas constituem-se suas “Partes”. Os 2 fragmentos expostos a seguir, retirados da obra pedagógica de *João de Barros* e das *Cartas de Antonio de Gusmão*, textos dos séculos XVI e XVIII, respectivamente, parecem evidenciar isso:

Assim, neste trabáho que, por tua cáusa e dos outros mininos, **tomo**, como por outros que sam em louvor déla, e em memória de quanto sangue português é derramádo nas conquistas de África e Ásia. (OPJB).

[...] não é justo que lhe encaminhe por outra via esta carta de parabéns, pedindo a V. M. queira **tomar** o trabalho de fazê-la chegar à mão de S. Em.^a Nela[...] (CAG,86).

Com base no que afirmam Lakoff e Johnson (2002, p. 138-141), é possível explicar essas escolhas semântico-lexicais, recorrendo às metáforas “Trabalho é um recurso” e “Atividade é substância”, as quais encontram seu fundamento cultural nas experiências do homem com recursos materiais (matéria-prima e combustível, por exemplo), que servem para fins específicos. Nesse sentido, o trabalho é concebido como uma atividade e esta, como uma substância, que pode ser quantificada, manipulada, deslocada para dentro da esfera de controle do sujeito, e, portanto, usada voluntária e provisoriamente para alcançar propósitos futuros.

Devido ao modelo cultural do período classicista e à concepção de trabalho adotada, a metáfora conceptual que subjaz ao uso de “tomar” modifica-se um pouco e pode ser descrita como: “Trabalho é objeto tangível, manipulável, disponível, que pode ser usado para atingir objetivos funcionais, comerciais”. A paráfrase que se aplica a esse uso no período clássico da língua portuguesa é *‘esforçar-se por uma finalidade’*.

No *corpus* do português contemporâneo, entretanto, não estão documentadas ocorrências com esse valor semântico, embora seja comum na fala coloquial brasileira o uso “tomar trabalho”, em situações discursivas que denotam cortesia, agradecimento implícito: “Não precisa(va) *tomar* trabalho” ou ainda “Você *tomando* trabalho comigo...”. Essas ocorrências, porém, diferenciam-se do uso “*tomar* um trabalho (específico) para fazer”.

5.4.9 Projeções metonímicas e/ou metafóricas dos usos físico-espaciais do verbo “tomar” para o domínio dos elementos da natureza e atividades relacionadas nos períodos arcaico, clássico e contemporâneo

Por último, como um domínio híbrido, uma vez que os seus elementos, embora tenham existência física, são percebidos pelo corpo, identifica-se o que se nomeou domínio dos elementos da natureza e atividades relacionadas.

Enquanto, no português arcaico, não foram encontrados exemplos de projeções para o domínio ora referido, no português clássico, esse uso contabiliza 3 ocorrências no *corpus*: 1, no PE, e 2, no PB. Seguem os exemplos:

[...] Aproveitei-me das Caldas para **tomar** seis banhos e beber dous almudes, que é o que coube nos poucos dias que lá estive; e fizeram-me benefício.[...](CAG,108).

De noite vou **tomar** fresco,
e vejo em seu epiciclo
a lua desfeita em quartos
como ladrão de caminhos. (CVBS).

[...] Edaqui sahio em-| *setembro dodito* anno para aVilla deCamamu, a| **tomar** outros ares; alí estive em Dezembro sem|||1v Sem esperanças devida de huma grande mali-|gna, *que* padeceo, e quando convaleceo foi nomez de-| Março deste anno em*que* foi para Cairû na semana| deLazaro, ahi estive aSemanaSancta, [...] (CBS,179).

No português contemporâneo, o número de projeções para esse domínio aumenta e contabiliza um total de 18 registros: 12, no PE, e 6, no PB. A maioria deles é “tomar banho” e ocorre tanto em textos escritos (literários e não literários) quanto em textos falados (entrevistas):

-- Mas não **tome** o ar da noite. (AP).

[...] Dormi regaladamente em Porto Brandão, hoje pela manhã **tomei** o meu banho frio, almocei valentemente meti-me no bote de carreira de Belém às 9 horas da manhã [...] (CO, 46).

Com grande espanto meu, diz-me assim o Lloyd Braga: Eu estava esta manhã a **tomar** banho e disse, eu vou convidar o professor Lúcio Craveiro (E001-PT-524).

Foram construídos balneários grandes que permitem que, enquanto duas equipas estejam a jogar, outras duas estejam a equipar-se ou a **tomar** banho. (DM/ par=20676).

Tem calor, temperatura que tem lá e o pessoal tudo **tomando** banho de rio e você está lá, seguindo sua balsa e situações desse tipo. (E115-BR-187).

O atacante Marcelinho Carioca pensou que um hóspede do hotel onde a equipe se hospeda estava **tomando** banho de sol de bruços e nu. (NILC/ par=Esporte-94a-des-2).

Embora muitos autores considerem “tomar banho” um caso de verbo-suporte, acredita-se que, do ponto de vista cognitivo, há uma explicação, já que o verbo “tomar” em contextos desse tipo não denota um esvaziamento do seu sentido. Ao contrário disso, ele preserva propriedades dos esquemas imagéticos básicos do uso ‘*pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória*’. Nesses casos, mais uma vez, notam-se exemplos claros de metonímia, em que o banho representa o “Todo” e a água, a “Parte”, e de metáfora, já que essa atividade é conceptualizada metaforicamente em termos de um objeto concreto tangível, manipulável, passível de posse, que resulta de um interesse e é adquirido para uma finalidade. Observa-se, ainda, que esse uso está registrado no *corpus* só a partir do português clássico e como uma recomendação médica. Ao passo que, no português contemporâneo, é recorrente e não se restringe a esse tipo de situação, o que evidencia a mudança dos tempos e dos hábitos culturais.

Além dos exemplos citados, encontra-se também, entre os contextos analisados do português contemporâneo, a construção “tomar sol”. Considera-se ser esse mais um registro de extensão metonímico-metafórica do uso básico ‘*pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória*’, devido à perspectivação do esquema do *contato*, já que os efeitos adquiridos com a exposição ao sol são também absorvidos pelo corpo humano, causando benefícios à saúde do sujeito.

Entretanto, por ser o sol um astro, o contato que se estabelece com ele ocorre indiretamente, através dos raios ultravioletas, do calor e das vitaminas que dele emanam. Verifica-se, assim, a metonímia do “Todo pela Parte”, em que o *sol* representa o “Todo”, e *raios ultravioletas, calor, vitaminas* correspondem às “Partes” que são absorvidas pelo corpo humano e adquiridas metaforicamente:

Nessas piscinas, a cerca de 500 metros da costa, pode-se mergulhar ou simplesmente **tomar** sol. (NILC/ par=Turismo-94b-soc-2).

Quanto aos sujeitos dessa e das sentenças anteriores relativas ao domínio dos elementos da natureza e atividades relacionadas, pode-se dizer que são conceptualizados como Experienciadores-Ativos, e os seus objetos, como coisas que podem ser tocadas e adquiridas. O ato de “tomar”, nesses casos, envolve uma percepção sinestésica, sensorial e o valor semântico de “tomar” pode ser definido como: *‘expor-se a elementos da natureza’*. A metáfora conceptual que subjaz a esses usos pode ser descrita como: “Elementos da natureza são objetos tangíveis, manipuláveis, disponíveis, que podem ser deslocados e adquiridos por um tempo provisório”.

Embora em termos quantitativos esse uso seja pouco significativo no *corpus*, sabe-se que é muito recorrente na linguagem coloquial brasileira¹²⁰ tal como “tomar chuva”, “tomar vento”. Acredita-se que, em todos esses casos, ocorre um processo de extensão do uso *‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’*.

Em face dos exemplos até aqui expostos e analisados, observa-se que, ao conceptualizar elementos abstratos como entidades concretas, os sujeitos conceptualizadores do verbo “tomar” atribuem aos objetos, alvos da sua ação, características físicas, isto é, corporizam realidades incorpóreas, não palpáveis, configurando-as como materiais e suscetíveis de delimitação, tendo como suportes os mesmos esquemas imagéticos configurados nas experiências sócio-físicas já vivenciadas por eles.

Essas construções conceptuais reforçam a ideia de que, nesses exemplos, a extensão de sentido experimentada pelo referido verbo deve-se, em alguns casos, a uma contiguidade entre domínios e pode ser explicada nos moldes propostos por Langacker (1999), em decorrência da ativação mental de um (sub) domínio pouco saliente, por referência a outro mais saliente, ambos situados em um mesmo domínio conceptual mais abrangente.

Percebe-se ainda, em todas essas construções, a noção de causalidade ou causatividade descrita por Lakoff e Johnson (1999, p. 178), uma vez que o sentido literal de manipulação de objetos materiais estende-se metaforicamente para um conceito causal de posse abstrata, resultante da aplicação de uma força, em parte, física, em parte, nocional, projetada sobre os objetos afetados que repercute nos próprios sujeitos.

¹²⁰ Ao utilizar um recurso disponível no *site* terra.com.br, em que são disponibilizados os *twitters* de vários internautas foi possível verificar a grande produtividade do uso “tomar sol”.

Para visualizar as inter-relações entre os usos físico-espaciais de “tomar” e suas extensões bem como o entrecruzamento das dimensões que os embasam, serão representados três complexos multidimensionais referentes aos períodos arcaico, clássico e contemporâneo da língua portuguesa e, depois, as redes radiais correspondentes a esses mesmos períodos, com o intuito de sintetizar e de ilustrar o que foi discutido.

5.5 REPRESENTAÇÕES DOS USOS FÍSICO-ESPACIAIS DO VERBO “TOMAR” E DE SUAS EXTENSÕES POR MEIO DE REDES MULTIDIMENSIONAIS E RADIAIS

Confrontando os complexos multidimensionais e as redes radiais expostos a seguir, é possível constatar que muitos sentidos do verbo “tomar” mantiveram-se ao longo da história da língua portuguesa. Em contrapartida, outros surgiram e alguns desapareceram, evidenciando a dinamicidade e flexibilidade da categoria verbal estudada. Verifica-se também que os usos identificados nos séculos e períodos analisados, embora distintos, apresentam várias propriedades e dimensões comuns, o que comprova a hipótese de que há um sentido esquemático, mais abrangente, que se mantém nas diferentes sincronias, e valores prototípicos, mais centrais, interligados entre si, a partir dos quais os outros usos deriva(ra)m direta ou indiretamente, conforme se evidenciará, acompanhando as figuras 18, 19, 20, 21, 22 e 23.

Figura 18 – Complexo multidimensional das extensões de usos do verbo “tomar” no português arcaico

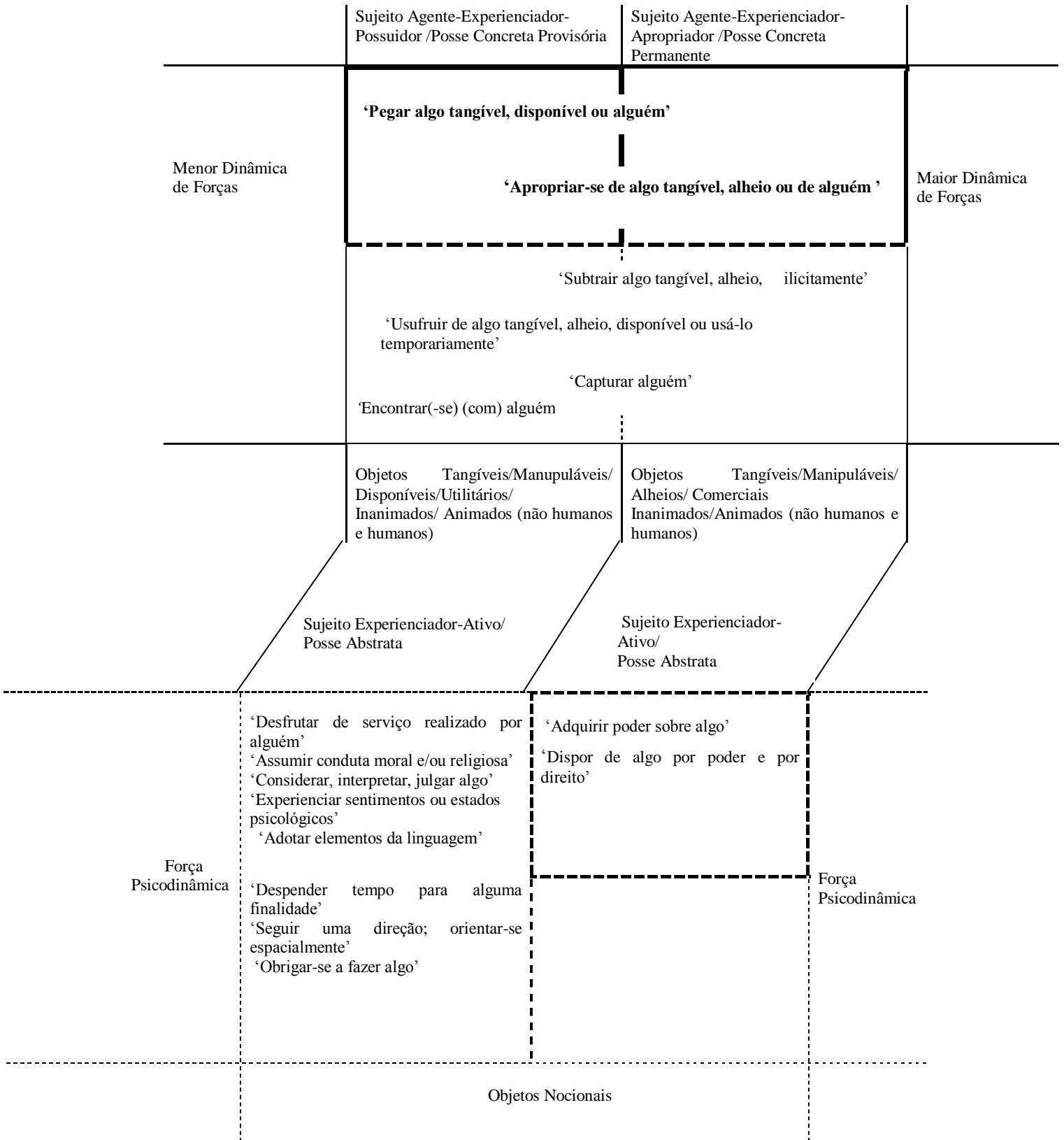


Figura 19 – Complexo multidimensional das extensões de usos do verbo “tomar” no português clássico

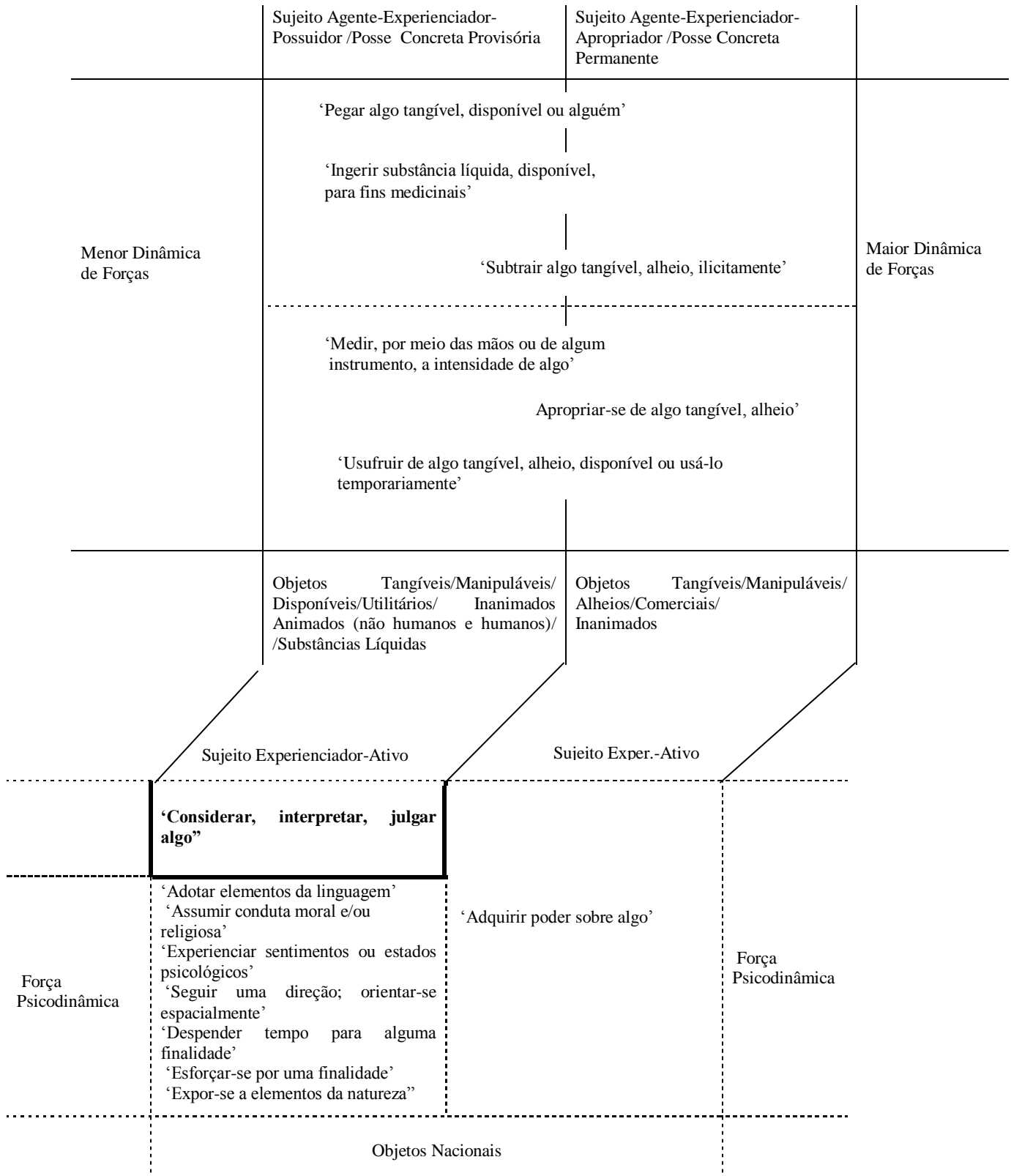


Figura 20 – Complexo multidimensional das extensões de usos do verbo “tomar” no português contemporâneo

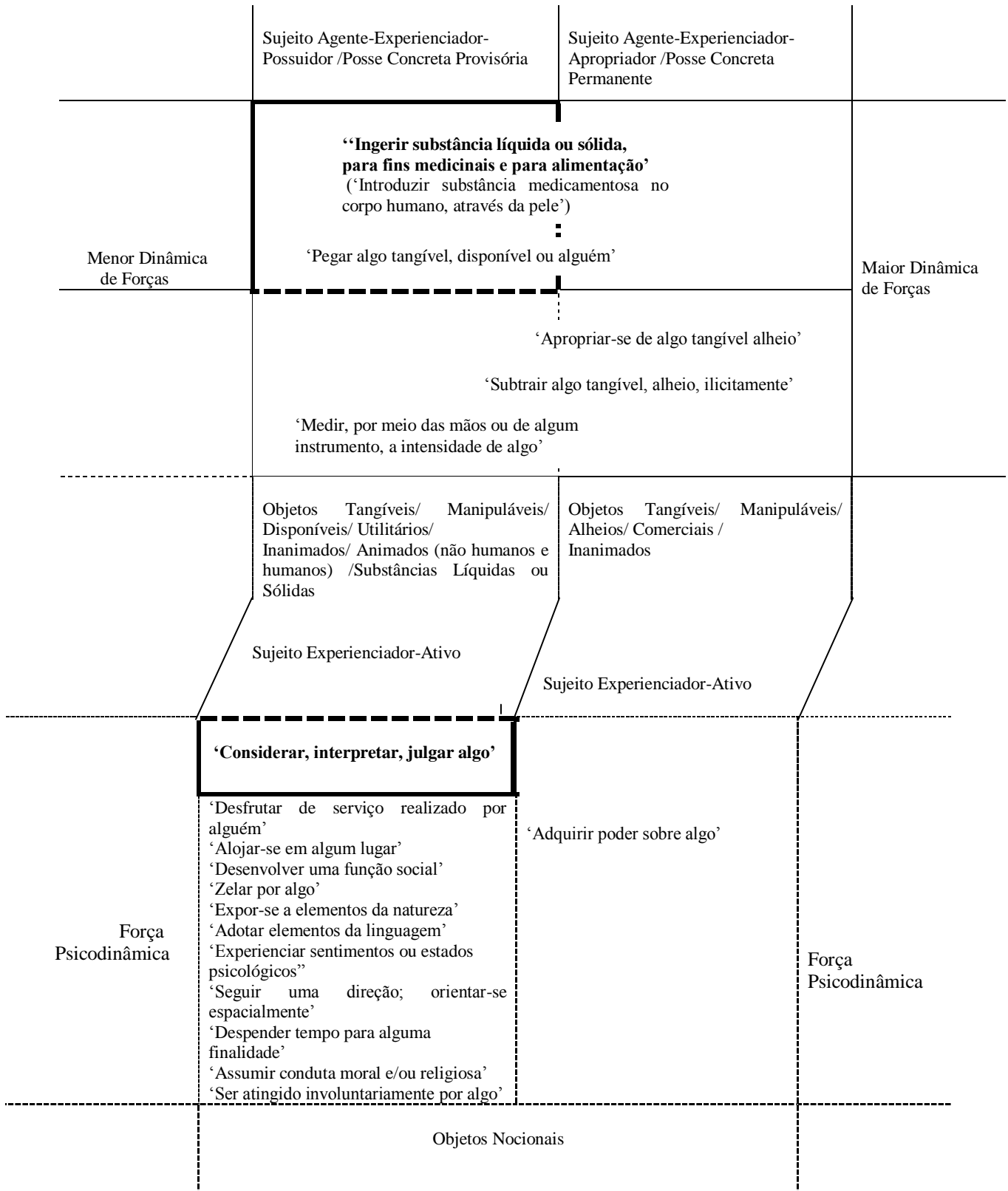




Figura 21 - Rede Radial do verbo “tomar” no português arcaico

Figura 22 - Rede Radial do verbo “tomar” no português clássico

Figura 23- Rede Radial do verbo “tomar” no português contemporâneo

5.6 USOS DE “TOMAR” COMO VERBO-SUORTE, COMO INTEGRANTE DE FRASEOLOGIAS E COMO UMA LEXIA OPACA NOS PERÍODOS ARCAICO, CLÁSSICO E CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA

5.6.1 “Tomar” como Verbo-Suorte

Os verbos-suorte são, de acordo com Neves (2000), predicadores verbais de valor semântico bastante esvaziado que formam com o seu complemento (v + objeto) um significado global, correspondente a um outro verbo da língua. Para identificá-los e distingui-los de expressões cristalizadas, autores como Neves (2002, p. 189-206) e El Guédri (2011, p. 48-80), dentre outros, costumam propor uma série de testes sintático-semânticos, às vezes confusos e de pouca eficácia. Como não é objetivo deste trabalho discutir tal questão, uma vez que, conforme já foi exposto no capítulo referente à metodologia, a investigação desses temas pressupõe estudos que extrapolam a análise da polissemia do verbo “tomar” aqui apresentada, buscar-se-á, a seguir, elencar apenas alguns casos que se mostraram representativos dessa questão, sem o aprofundamento que lhe dedicaria um estudo mais específico.

Embora a literatura sobre o assunto seja vasta, parece ser ponto pacífico que o principal critério para identificação de um verbo-suorte é a possibilidade de substituição do verbo e do nome que se constitui como o seu complemento direto por um outro verbo de valor equivalente. Assim, é comum encontrar os exemplos: fazer uso = usar; dar origem = originar, dentre outros. Todavia, muitas vezes, esse critério é simplista e não se aplica a todos os casos em que essa substituição é possível. Ademais, determinados predicadores verbais que, para muitos, são exemplos de verbos-suorte, porque indiciam um processo de esvaziamento semântico e um consequente processo de gramaticalização, do ponto de vista cognitivo são plenos, pois preservam seus esquemas básicos, e, portanto, não se mostram desprovidos do seu significado de origem.

Partindo desse princípio, considera-se que, no *corpus* analisado, não há muitos casos que se enquadram nessa classificação. No período arcaico e clássico do português, por exemplo, não parece haver registros de construções desse tipo. Embora estudiosos, como Ranchod (s/d) e Pante (s/d), interpretem algumas ocorrências de “tomar”, em textos do primeiro período mencionado, como exemplos de verbo-suorte, por acreditarem que o referido item lexical não constitui

sozinho o núcleo do predicado verbal e depende do nome que o acompanha para ter sentido completo, na tese que ora se apresenta, não se defende o mesmo. Acredita-se que o emprego de “tomar”, em exemplos como “E vyram **tomar** aquella crua vingança [...]”, “[...] e assy **tomarão** aquellas gentes temerosas ousyo daquellas rrazões que lhe assy disse [...]” ou ainda “[...] **tomaronlhe** [tamanho] medo em toda Spanha [...]”, que constituem também o *corpus* desta pesquisa, ilustra típicos casos de projeções metonímica e/ou metafórica, conforme se buscou demonstrar no decorrer do presente capítulo.

No entanto, alguns usos de “tomar” identificados em passagens de textos do português contemporâneo, transcritas a seguir, foram considerados exemplos de verbo-suporte, não porque pudessem ser substituídos juntamente com os seus complementos por outros verbos plenos equivalentes, mas porque não se percebem com clareza os frames de deslocamento e de posse que caracterizam os usos físico-espaciais desse verbo nem as correspondências ontológicas e epistêmicas entre possíveis domínios fontes e domínios alvos. Seguem os exemplos:

O provinciano saiu das masmorras da Junqueira ilibado da infamante nódoa, e até benquistado do conde de Oeiras, porque **tomara** parte na prova que este fizera do prior de sua genealogia sobre a dos Pintos Coelhos, do Bonjardim do Porto: pleito ridículo, mas estrondoso, movido pela recusa que o fidalgo portuense fizera de sua filha ao filho de Sebastião José de Carvalho. (AP).

O corregedor via as coisas pelos olhos de sua mulher e **tomou** parte no desgosto dela e na aversão ao filho. (AP).

[...] **Tomo** nota do que me diz com relação a compra dos debentures. (CB, 1160).

Segundo as leis tradicionais do povo bárbaro, toda a tribo devia **tomar** parte no festim: as mulheres moças tocavam apenas na carne do prisioneiro; mas os guerreiros a saboreavam como um manjar delicado, adubado pelo prazer da vingança; e as velhas com a gula feroz das harpias que se cevavam no sangue de suas vítimas. (NILC/ par=126190).

Lindo, linda, **toma** nota do meu número. (NILC/ par=Especial-94a-nd-2).

Em síntese, nesses casos, não ocorre a conceptualização de um deslocamento nocional ou virtual do sujeito em direção a um ponto qualquer de uma trajetória não espacial, tampouco se verificam as metáforas do “Recipiente” ou da “Estrutura-dos-Eventos como Objetos” que caracterizam a maioria das projeções metonímicas e ou metafóricas do verbo em questão.

5.6.2 “Tomar” como integrante de fraseologias

Observa-se que “tomar”, além de comportar-se como verbo-suporte no português contemporâneo, constitui “formas fixas”, também conhecidas como “unidades fraseológicas”, “fraseologias” ou “expressões idiomáticas”. Segundo Lakoff e Johnson (2002, p. 119), nesses casos, o verbo integra junto com outros itens lexicais e/ou gramaticais “palavras únicas”, pois o grau de fixidez que lhes é atribuído não permite que sejam conceptualizados ou interpretados isoladamente, mas como um todo. Ao referir-se a essa questão, Neves (2002, p. 190) explica que tais construções são “cristalizadas”, isto é, verdadeiras fórmulas de significado unitário. Em determinados casos, algumas dessas expressões acabam por se tornar polissêmicas. Um exemplo disso é a expressão “tomar conta”, que, nos últimos séculos, passou a apresentar diferentes nuances semânticas, como “cuidar de alguém”, “assumir uma função” ou “invadir um espaço”, mas que, em um passado mais distante, podia ser interpretada como ‘pegar a conta ou as contas de algo’, isto é, ‘ter às mãos ou ficar a par da soma numérica ou do valor monetário de algo’, conforme ilustra o trecho a seguir extraído de uma carta baiana setecentista:

[...] Fui Requirido pelos o fficiais daCamera que | **tomasse** contas do dinheiro erendas emque se concidera alcan| cado aatu[al] Diretor, mas não o fis por não ter de *Vossa | Excelencia* comiçaõ, e pertencer aoCorregedor, posto que aa-| ueriguação daConta se fas nese caria a tendendo | aque 144 cazais pagaõ anual mente 34\$560 eem-| 4 annos desde 91 ateoprezente de 94 deue ter oCofre 138\$240 emque sedeue crer o Alcançe do| Atual Diretor.(CBS,163).

Geralmente essas unidades são mais ou menos estáveis, mais ou menos extensas. Trata-se de usos atrelados a modelos culturais e, por isso, em muitos casos, só compreendidos por comunidades de fala específicas. Nos contextos examinados, observa-se que essas construções foram se tornando mais recorrentes nos últimos séculos. No português arcaico, por exemplo, foram encontrados apenas 14 registros; já no clássico, 29, e, no contemporâneo, 56.

São exemplos do português arcaico as seguintes expressões:

Tomar em guarda alguém

[...] Se alguu físico ou maestre de chagas **tomar alguu en guarda** a p(re)yto q(ue) o saasse e ante q(ue) seya saao morrer daq(ue)lla

enfirmitade, nã possa d(e)mandar o p(re)ço q(ue) auia talhado [...] (FR, 4, 141 av).

Tomar guerra com alguém

E era [a]a entrada do mes d'Agosto quando elle chegou a essa comarca e leixou passar todo esse tempo e o inverno que nã **tomou com elles guerra**. (CGE, 71,25d).

Tomar (a) figura de (algo ou de alguém)

A #III rrazõ por q(ue). somos liures e saluos e q(ue). assy como ant(e). eramos s(er).uos do diaboo q(ue). he s(er).uo, agora somos senhor(e).s del e de nos meesmos por q(ue). somos uassalos do Filho de De(us). q(ue). he Nosso Sen(hor). sobr(e). todos e q(ue). nos ueo saluar e rremijr pela sa m(or).te **tomando el fegura d'**omê \$ e o q(ue). era celestial por q(ue). nos somos terreães e ffossemos celestiães. (PP, 4,8,28b).

*Tomar pé*¹²¹

[...] e aly se metiam iijj ou b ou eses que queriam no). se afastando casy nada daterra se no). quanto podiam **tomar pee** [...] (CC,5r).

Além dos usos ilustrados no português arcaico, encontram-se também, nesse mesmo período, exemplos em que “tomar” vem acompanhado da preposição *por* ~ *pelo* e de objetos alvos lexicalizados por seres animados, especificamente humanos, seguidos de um nome ou adjetivo que os determinam ou qualificam. Conforme explica Dias (1970, p. 46), esse sintagma preposicional exercia a função de predicativo do objeto em construções verbo-nominias e servia para expressar um juízo de valor ou opinião, como se verifica a seguir:

Tomar alguém por (adjetivo ou substantivo)

[E] depoyz q(ue) nos fez assy naçer fez nos outra õrra muy grãde ca nos **tomou por filhos** e nos pos ã sseu nome q(ue) he c(ri)stão e nos fez h(er)deiros do seu h(er)damẽto sp(ir)ital q(ue) he vida sen fim e parçeiros do seu rreyno. (PP, 4,21,35c).

-- Andar! Pêro Marques seja.
Quero **tomar por 'poso**

¹²¹ A expressão “tomar pé”, ainda hoje corrente na língua portuguesa, pode apresentar dois sentidos: ‘alcançar uma altura’ e ‘ficar a par de uma situação’, isto é, ‘manter-se informado’.

Quem se tenha por ditoso
De cada vez que me veja.
Por usar de siso mero,
Asno que me leve quero,
E não cavalo folão. Antes lebre que leão,
Antes lavrador que Nero. (FIP, 1523).

Quanto aos textos referentes ao período clássico do PE, encontra-se apenas um contexto com a expressão transcrita a seguir, já documentada no período arcaico:

Tomar (a) figura de (algo)

[...] Isto mesmo sucede à vaidade; não se pode esconder, por mais que **tome a figura de** humildade, de submissão, e de reverência; a mesma vaidade quando está contente, logo se descobre, e se deixa ver debaixo de um ar altivo,[...](RVH, 71).

Contudo, no PB, está registrada mais uma:

Tomar voz

[...] Canora a **voz tomara**, e tão suave,
Que em passos largos, e ecos repetidos
Sonora requintasse aquela clave,
Em que fossem meus ecos esparcidos:
Porém se o vosso nome o canto grave
Eleva suspendendo os mais sentidos,[...] (CVBS).

No que se refere à expressão “tomar conta”, observa-se, conforme já se mencionou, que há várias ocorrências com diferentes sentidos, no português clássico e no contemporâneo, tanto no PE quanto no PB:

Tomar conta

[...] che- |gando o Barco aessa cidade foi prezo o Mes- | tre por ordem de Vossa Excelencia, e neste cázo | **tomou conta** do Bárco, edispos da carga o re- |ferido dono o Tenente Jozé Maciel-Ferreira, | mas com tanta Cavilação, e má fé, que thé | hoje não deo mais conta do seo producto,[...](CBS, 207). (“Tomar conta” = Cuidar).

[...] Quereis, que o Prelado astuto
me **tome conta** da esmola,
e que a bom livrar dê a sola?

que tal faça! fideputo:
 eu não sou amba macuto,
 nem sou tampouco matreiro,
 que vós comais o dinheiro,
 e eu fique de gorgotório?
 Borrório[...] (CVBS). (“Tomar conta” = Ficar com).

[...] e chegando o Bonifacio de Abreu com ordem do Mel | Feliciano para **tomar conta** deste Hospital. (CB, 702). (“Tomar conta” = Assumir a direção, a administração).

A casa foi ficando disponível e ela **tomou** conta da casa toda (E016-PT-48). (“Tomar conta” = Ocupar).

Desta forma, não admirou que o Maritimo, num clássico " 4-4-2 ", tivesse **tomado** conta do jogo e construído inúmeros lances de perigo junto da área bracarense. (DM/ par=509). (“Tomar conta” = Dominar).

O medo das balas perdidas voltou a **tomar** conta das noites dos moradores na Zona Sul. (NILC/ par=11007). (“Tomar conta” = Invadir, assustar)

Além desses usos, aparecem no português contemporâneo os seguintes:

Tomar em conta e tomar em consideração

[...] Eu tenho proposto às Directorias da Faculdade, | e tenho pedido aos encarregados das memórias | históricas que **tomem em consideração** as necessidades. (CB, 843).

Tomando em conta que o museu será um cartão de apresentação da arquitectura portuguesa, a sua concepção terá em si mesma de ser reflexo do seu conteúdo, daí que se tenha escolhido Siza Vieira para o projectar, referiu a fonte. (NATURA MINHO/ par=2890).

Sobressaem-se, também, nos textos referentes a esse período, registros do verbo “tomar” acompanhados de objetos (inanimados ou animados), superficializados por nomes seguidos da preposição *por* e de suas contrações *pela*, *pelo* ou da conjunção *como* (“tomar algo ou alguém por”, “tomar algo ou alguém como”), que constituem mais uma unidade fraseológica, cujo sentido indica um processo mental que implica a concepção de um juízo de valor ou de uma opinião, ou ainda uma interpretação subjetiva, assemelhando-se em parte com o que se observou

no português arcaico, conforme ilustram os exemplos a seguir:

Tomar algo ou alguém por

[...] Este homem Excellentissimo *Senhor* hé tão in=| cLinado a impiedade, *que* não vacilla senão namaldade, etan-| to assim, que saindo casualmente h__ seu primo de nome Jozé| Francisco Lima por Juiz Ordinario nesta Villa noanno| de94, e **tomando-o por** seu concelhero, ou aessor, este só trata-| va de odeitar aperder, aconselhando-o *aque* prendesse os homens| a ordem de *Vossa Excelencia* aao depois porquaes quer vinte patacas, ea-| inda por menos os estava Soltando;[...] (CBS,176).

[...] o merecimento das cousas, não se **toma pelo** que são, nem pela forma que têm, mas pelo que não são, e pela forma contrária que não têm. (RVH, 142).

Pergunta ao Nogueira de quem é esse retrato, que tanto me surpreende eu ter **tomado por** o de uma pessoa de quem ele não é. (CO, 119).

Tomar como

Na semana passada, os ministérios da Fazenda e Educação chegaram a anunciar a edição de uma MP (medida provisória), **tomando como** referência a média praticada de fevereiro a maio. (NILC/ par=Cotidiano-94b-soc-1).

A exposição As Lisboas de Pessoa, que nunca esteve patente na capital, e o resultado dos trabalhos efectuados desde 1990 pelos fotógrafos alemaes Tina Deininger e Gerhard Jaugstetter, **tomando como** referência a obra do escritor. (DM/ par=16923).

Na segunda-feira à noite, um grupo de 120 angolanos invadiu os jardins do Palácio São Joaquim e, segundo o diretor da Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, Cândido Neto, ameaçou **tomar como** refém a ele e ao enviado da ACNUR ao Brasil, o canadense James Latimer.(NILC/ par=Cotidiano-94b-soc-2).

Para Cano Aguilar (1981, p. 196-206), predicadores verbais que integram esses tipos de construções compõem a classe dos verbos “atitudinais”, uma vez que indicam uma postura perante alguém ou alguma coisa. Parecendo dar continuidade a essa mesma linha de discussão, Fernández e Vázquez (1998, p. 47) nomeiam essas categorias verbais que expressam uma atitude positiva ou negativa de uma pessoa em relação a alguém ou a alguma coisa como “verbos d’actitude”. Nesses casos, o ato de “tomar” associa-se a um processo mental que implica a

concepção de um sentimento, de um juízo de valor ou de uma opinião sobre o objeto. Portanto, as fórmulas “tomar em”, “tomar por” e “tomar como” têm sentidos próprios, distintos e, por isso, merecem estudos posteriores mais aprofundados.

Somando-se a esses exemplos, podem-se destacar, no português contemporâneo, outras expressões portuguesas e brasileiras documentadas no *corpus*.

São exemplos do PE:

- Esta escritã não é má rapariga: só tem o defeito de se **tomar da pingoleta**; depois, não há quem a ature. (AP).

Levanto-me às 8h30, mais ou menos, vou deitar de comer aos animais, faço e **tomo o pequeno-almoço**, depois o almoço ao meio-dia, depois lavo a roupa num tanque ou na máquina, vou aos campos, vou ter com a minha filha, que vive perto de mim, tomámos um chá ou café e às 5 horas da tarde, para mim e para o meu filho, faço o jantar.(E024-PT-84).

Os Beatles **tomam de assalto** os Estados Unidos após estreia no programa de televisão The Ed Sullivan Show, 1964. (DM/ par=5742).

São exemplos do PB:

A partir daí **tomamos esse brinde** vamos fazer a dança do rei. (E108-BR).

É **toma lá dá cá**. (E109-BR-91).

Estes são lugares simpáticos onde você **toma todas** num clima simpático, enquanto um violinista canta e toca canções de séculos de idade bem debaixo de teu nariz .(NILC/ par=Ilustrada-94b-nd-2).

Foi o próprio presidente da CBF, durante **o porre que tomou** na comemoração do tetracampeonato, com o aval de seu tio briguento. (NILC/ par=Esporte-94a-des-2).

Considerando a diversidade de ocorrências em que “tomar” constitui formas fixas ou expressões idiomáticas, sobretudo no período contemporâneo da língua portuguesa, acredita-se que esse verbo, além de comprovar a sua natureza polissêmica ao longo da trajetória semântica que vem percorrendo, ao que parece, está se gramaticalizando. Estudos posteriores direcionados ao assunto poderão comprovar essa suposição.

5.6.3 “Tomar” como uma lexia vaga ou opaca

No *corpus*, alguns usos mostraram-se de difícil interpretação, ou porque apresentaram uma linguagem específica da época, ou porque faltaram subsídios para a sua compreensão, ou ainda por pressuporem o conhecimento de intertextos específicos. No português arcaico, foram detectadas 18 ocorrências; no clássico, 20, e no contemporâneo, 7. Dentre alguns exemplos identificados, podem-se citar:

Todo ome possa alquiar ou arandar sas casas a prazo sabudo ou por semp(re). E o que as **tomar** se morrer an(te). do p(ra).zo, seus h(er).deyros seyã teudos de (con).pirir aquello d(e). q(ue). el er(a). teudo de (con).pirir se nõ morresse e ualla o p(re).yto assy como foy posto.(FR, 3,124r).

Assi Deus me valha, disse Galaaz, nom sei, Hoje manhã e´ramos três companheiros da Ta´vola Redonda; eu e Ivam o Bastardo e Dondinax o Salvagem. E aveo-nos que acha´mos ãas encruzilhadas. E, [onde] nos queri´amos partir, aveeonos três aventuras mui maravilhosas.E disse entam quaes eram.– E pois nos partimos **tomou** cada ãã sua. “Per esta carreira, disse eu, quero ir. Ca per aqui se vai o cervo que os quatro liões guardam!” Como Galaaz e Boorz foram ho´spedes del-rei Brutos.(DSG, 107,35c).

E hũũ daquelles filosofos **tomou** ã sy todo aquel negocio de toda a disputaçom, e o sancto lhe disse, ante que começasse a disputaçom: Filosofo, eu te mando logo ãno começo, ã nome de Jhosu Christo, que nõ fales.(OE, 1,3r).

[...] Ou dize: " Órdem desordenáda é ante do meriçimento demandár o prémio (Bernard, super cantica) e ante do trabálho **tomár** o mamár" (como diz Bernárdo), e outras muitas sentenças católicas que tem o mesmo sinificádo que esgueva. [...] (OPJB).

De queixas, de passadas desventuras,
 Não só perdida tenho já a lembrança,
 Mas da glória presente, a mil futuras,
 Me leva sem receios, a esperança:
 Por certas tenho já minhas venturas
 Em que me dizerdes só, que de Bragança
 O Príncipe, **tomou** à sua conta
 Ao Luso libertar da hispana afronta.
 (TMFGP).

[...]Padre, a casa está abrasada,
porque é mais danosa empresa
pôr três bocas numa mesa,
que trezentas numa espada:
esta trindade sagrada,
com que toda a case abafa
a **tomara** ver já safa,
porque à casa não convém
trindade, que em si contém
três Pessoas, e uma estafa. (CVBS).

Em suma, após inventariar os diferentes usos de “tomar” nos textos e séculos estudados, faz-se oportuno lembrar que a sua análise levou em consideração tanto o que está supostamente atrelado ao conhecimento de mundo dos seus autores quanto o conhecimento enciclopédico do leitor-pesquisador acerca dos modelos cognitivos idealizados e dos frames acionados quando o referido verbo é usado. Portanto, a opacidade atribuída aos usos e contextos expostos nesta seção nada mais é do que um reflexo disso, pois não se pode esquecer que a análise semântica é uma tarefa interpretativa e, como tal, suscetível às subjetividades que lhes são inerentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com todas as iniciativas teóricas e os esforços empreendidos por estudiosos de variadas áreas do saber, a exemplo da Linguística Cognitiva, para analisar a relação entre linguagem, cognição, cérebro, corpo, mente, indivíduo, sociedade, mundo, ainda existem muitos questionamentos sem solução e respostas pouco precisas acerca de como esses elementos interagem para a formulação dos sentidos na mente humana.

Após olhar detidamente para as ocorrências do verbo “tomar” identificadas nos três períodos da língua portuguesa e analisadas neste trabalho, não só se percebeu a tarefa desafiadora que se tinha pela frente como se comprovaram as palavras de Azeredo (1997, p. 81), ao assinalar que “[...] qualquer esforço para caracterizar as relações semânticas entre o verbo transitivo e seu objeto conduz a uma só certeza: que essas relações são variadas e heterogêneas”. É fato, porém, que o sentido central de uma construção transitiva em qualquer língua pode ser sucintamente caracterizado da seguinte maneira: um agente realiza uma ação que afeta um paciente, modificando-o.

Partindo desse pressuposto e de que a compreensão de mundo do homem é modelada e limitada, em grande parte, pelas suas faculdades perceptuais, pela sua atividade cerebral, pelas suas experiências, pela sua forma de ser e de agir, conforme asseguram Lakoff e Johnson (1980, 2002), foi possível inferir que os distintos usos de “tomar” analisados nesta tese originaram-se direta ou indiretamente de uma base experiencial física. Constatou-se também que a conceptualização dos valores semânticos desse verbo não é aleatória nem arbitrária, pois, além de refletir experiências físico-motoras de deslocamento, contato e força, expressa a percepção de que o corpo humano, ao mesmo tempo em que ocupa um lugar no espaço, pode conter recipientes corpóreos e não corpóreos, estabelecendo assim distintas relações de posse.

Ao investigar os textos da fase arcaica da língua portuguesa, por exemplo, verificou-se que os usos físico-espaciais identificados envolvem diferentes perspectivas de um movimento espacial, seguido de contato material entre um sujeito animado e um objeto manipulável e móvel, tendo em vista intenções e finalidades diversas atreladas tanto a noções de contato físico e posse provisória quanto de apropriação por poder, por direito ou por força. Observou-se ainda que esses usos serviram de base conceptual para que outros surgissem nos períodos subsequentes, por meio

de instanciações nos próprios domínios básicos e por meio de projeções em diferentes domínios abstratos da experiência humana.

Ademais, notou-se que, apesar de os valores semânticos físico-espaciais terem prevalecido nos primeiros séculos da língua portuguesa, a sua abstratização, embora não seja algo recente, pois, ao que tudo indica, foi herdada do latim, conforme defendem alguns estudiosos, aumentou nos períodos seguintes. O *corpus* do português clássico é uma prova disso. Da segunda metade do século XVI até o XVIII, detectou-se uma elevação do número de usos não físico-espaciais de “tomar” concomitante ao decréscimo dos seus valores semânticos físico-espaciais e à consequente reestruturação de protótipos, que foi acompanhada pelo crescimento de ocorrências desse verbo integrando formas fixas. Em contrapartida, verificou-se que os valores semânticos básicos, ainda que em número menor, permaneceram na língua, confirmando aquilo que Silva (199, p. 67) assegurara a respeito da estabilidade dos usos mais salientes e o que Hopper (1991) defendera como Princípio da Estratificação, quando a forma antiga coexiste ao lado de uma nova, o que aliás já havia sido prenunciado por Bréal (1897, 1992).

Esse comportamento também foi observado nos séculos XIX e XX, quando se consolidou a desprototipização dos valores *‘pegar algo tangível, disponível ou alguém, para uma finalidade prática e provisória’* e *‘apropriar-se de algo tangível, alheio, por tempo indeterminado, para exercer sobre ele poder e/ou direito’*, surgindo um novo uso físico-espacial parafraseado como *‘ingerir substância líquida ou sólida, disponível, para fins medicinais e para alimentação’*, o qual passou a salientar-se numérica e conceptualmente, assim como os usos não físico-espaciais que expressam percepções cognitivas, opiniões, atitudes mentais e atributos, projetados no domínio mental ou epistêmico por meio das metáforas conceptuais do “Recipiente”, da “Estrutura-dos-Eventos como Objetos” e da “Estrutura-dos-Eventos como Lugares”, evidenciando claras correspondências ontológicas e epistêmicas entre os domínios fontes e os domínios alvos de “tomar”.

Em outras palavras, a análise semasiológica de “tomar” propiciou observar que o processo ascendente e gradual de abstratização dos seus usos físico-espaciais no português contemporâneo aconteceu juntamente com o aumento do número de ocorrências em que esse verbo aparece como suporte ou integra formas fixas, o que já era registrado desde o português arcaico com menor intensidade e como uma evidência do contínuo e moderado desbotamento semântico que esse

item lexical vem apresentando ao longo dos séculos, em paralelo à conservação dos vestígios da sua significação primária, básica.

Portanto, entre os usos prototípicos e periféricos de “tomar”, identificam-se pontos de convergência ou nós que os interligam em uma mesma sincronia e em sincronias distintas, ilustrando uma rede de sentidos flexíveis, mas ao mesmo tempo estáveis, relacionados direta ou indiretamente com o significado mais esquemático desse verbo.

Como se pode deduzir, a investigação do comportamento semântico-lexical de “tomar” em textos relativos às fases arcaica, clássica e contemporânea da língua portuguesa revelou hábitos culturais, comportamentos sociais e percepções humanas referentes a cada época em que os textos foram produzidos, levando à conclusão de que as variações, as conservações e as poucas mudanças linguísticas experimentadas por esse item lexical foram influenciadas por fatores extralinguísticos, o que corrobora a necessidade alegada por Silva (2009, p. 196) de se reconhecer a natureza socialmente interativa da linguagem e o seu ambiente cultural como elementos que fundamentam a Linguística Cognitiva.

A indicação dos modelos cognitivos idealizados, dos *frames*, dos domínios conceptuais e dos esquemas de imagens que estão na base da semasiologia de “tomar”, seguida da detecção dos seus esquemas imagéticos e das dimensões que estruturam o seu complexo polissêmico, a partir do levantamento das suas características semânticas e sintáticas, permitiram confirmar que determinados mecanismos conceptuais, como transformações de esquemas imagéticos, metáforas, metonímias, dentre outros, estruturam, em grande parte, o raciocínio humano e, por meio deles, é possível organizar o conhecimento e formular conceitos.

Com base nessas constatações, não ficaram dúvidas de que conceptualização humana, experiência, conhecimento enciclopédico e mutabilidade do mundo estão intrinsecamente ligados, já que as alterações semânticas de “tomar” refletem mudanças sócio-históricas vivenciadas pelos usuários da língua portuguesa e, por conseguinte, a sua forma de interpretar o que está à sua volta.

Em síntese, é possível concluir que os resultados encontrados confirmaram a maioria das hipóteses aventadas, constituindo uma pequena amostra da já citada complexidade semasiológica do item lexical analisado, tanto do ponto de vista sincrônico quanto diacrônico.

Cumprе salientar, entretanto, que os resultados obtidos não são definitivos nem esgotam as possibilidades de análise, visto que o acesso a outros *corpora* pode propiciar novas descobertas

e distintas interpretações, o que é expectável e salutar na esfera dos estudos semânticos. De todo modo, essa é a leitura proposta. Outras, com certeza, existem e existirão. Agora só resta esperar para ver quais rumos “tomar irá tomar”.

REFERÊNCIAS DO CORPUS

AIRES, Matias. *Reflexões sobre a vaidade dos homens e carta sobre a fortuna*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1980. Disponível em: < http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/a_001 >. Acesso em: 16 mar. 2010.

ALENCAR, J. de. *Iracema: lenda do Ceará*. Rio de Janeiro: Typ. de Vianna & Filhos, 1865. Disponível em: < http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/cgi-bin/getversion_edictor.pl >. Acesso em: 05 abr. 2010.

BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971. Transcrição Z.O.N. Carneiro (PROHPOR). Disponível em: < http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/cgi-bin/getversion_edictor.pl >. Acesso em: 29 jun. 2010.

BRANCO, Camilo Castelo. *Amor de Perdição*. Porto: Porto Editora, 2003 (1862). Disponível em: < <http://www.linguateca.pt/ACDC/> >. Acesso em: 19 fev. 2010.

BROCARD, Maria Teresa (Ed.). *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. 1994. p. 333-693. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1944. Disponível em: <<http://cipm.fcsh.unl.pt/>>. Acesso em: 27 jan. 2010.

CARNEIRO, Z. de O. N. (Ed.). *Cartas Brasileiras (1809-1904): um estudo lingüístico-filológico*, v.2. Campinas: [s.n.], 2005. Disponível em: < <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/cgi-bin/getversion.pl> >. Acesso em: 22 abr. 2010.

CINTRA, Luís Filipe Lindley. (Ed.). Notícia de Torto. *Boletim de Filologia*, v. 31, 1990. Disponível em: <<http://cipm.fcsh.unl.pt/>>. Acesso em: 06 jul. 2010.

CINTRA, Luís Filipe Lindley (Ed.). *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa, 1951. Disponível em: <<http://cipm.fcsh.unl.pt/>>. Acesso em: 04 abr. 2010.

CORTESÃO, Jaime. *A carta de Pêro Vaz de Caminha*. Lisboa: Portugália, v. 2, XIII, 1967. Disponível em: <<http://cipm.fcsh.unl.pt/>>. Acesso em: 26 ago. 2010.

COSTA, P^o. Avelino Jesus da. (Ed.). Testamento de D. Afonso II. In: Os mais Antigos Documentos Escritos em Português. *Revista Portuguesa de História*, Lisboa, 17, p. 307-321. Disponível em: <<http://cipm.fcsh.unl.pt/>>. Acesso em: 24 set. 2010.

COSTA, José Daniel Rodrigues da. *Entremezes de cordel: recolha e fixação do texto de Luís Miguel Cintra e Jorge Silva Melo*. Serra Nova: Editorial Estampa, 1973. Disponível em: < http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/cgi-bin/getversion_edictor.pl >. Acesso em: 09 set. 2010.

D. JOÃO III. *Letters of John III - King of Portugal 1521-557*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1931. Transcrito por Z.O.N. Carneiro (PROHPOR). http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/cgi-bin/getversion_edictor.pl >. Acesso em: 19 out. 2010.

ENTREVISTAS realizadas pelo Museu da Pessoa. Disponível em: <<http://www.linguateca.pt/ACDC/>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

FERREIRA, José Azevedo (Ed.). *Alphonse X, Primeyra Partida*. Braga: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980. p. 3-580. Disponível em: <<http://cipm.fcsh.unl.pt/>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

FERREIRA, José de Azevedo (Ed.). *Afonso X, Foro Real*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987. Disponível em: <<http://cipm.fcsh.unl.pt/>>. Acesso em: 29 nov. 2010.

FIGUEIROA, Diogo Ferreira. *Teatro da Maior Façanha e Glória Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1642. Disponível em: <<http://www.linguateca.pt/ACDC/>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

GARVÃO, Maria Helena (Ed.). *Foros de Garvão. Edição e Estudo Linguístico*. 1992. p. 65-99. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992. Disponível em: <<http://cipm.fcsh.unl.pt/>>. Acesso em: 05 jan. 2010.

GUSMÃO, Alexandre de. *Cartas: introdução e actualização de texto por Andréa Rocha*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1982. Disponível em: <<http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/cgi-bin/getversion.pl> >. Acesso em: 06 jan. 2010.

JORNAL DIÁRIO DO MINHO. Braga, 1990. Disponível em: <<http://www.linguateca.pt/ACDC/>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

LOBO, Tania (Org.). *Cartas baianas setecentistas*. São Paulo: Humanitas, 2006. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/2367853/00333-Cartas-Baianas-Setecentistas>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

LOPES, Graça Videira (Ed.). *Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograis Galego-Portugueses*, 2002. Disponível em: <<http://cipm.fcsh.unl.pt/>>. Acesso em: 28 jan. 2010.

MALER, Bertil (Ed.). *Orto do Esposo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1956. Disponível em: <<http://cipm.fcsh.unl.pt/>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

MARTINS, Ana Maria (Org.). *Documentos notariais dos séculos XII e XVI: sem data ou datados*. 2000. Disponível em: <<http://cipm.fcsh.unl.pt/>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

MATOS, Gregório de. *Crônica do Viver Baiano Seiscentista*. Obra Poética. 3. ed., Rio de Janeiro: Record, 1992. Disponível em: <<http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura> >. Acesso em: 16 out. 2010.

NILC – *Corpus São Carlos*. Disponível em: < <http://www.linguateca.pt/ACDC/>>. Acesso em: 05 jul. 2010.

NUNES, Irene F. (Ed.). *A Demanda do Santo Graal*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1995. Disponível em: <<http://cipm.fcsh.unl.pt/>>. Acesso em: 05 jul. 2010.

ORTIGÃO, Ramalho. *Cartas a Emília*: introdução, fixação do texto, comentários e notas de Beatriz Berrini. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1993. Disponível em: < http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/cgibin/getversion_editor.pl >. Acesso em: 06 jul. 2010.

PIEL, Joseph (Ed.). *Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa, Bertrand. 1944. Disponível em: <<http://cipm.fcsh.unl.pt/>>. Acesso em: 02 nov. 2010.

RODRIGUES, Maria Celeste Matias. *Dos Costumes de Santarém*. 1994. p. 160-251. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994. Disponível em: <<http://cipm.fcsh.unl.pt/>>. Acesso em: 05 mar. 2011.

TEIXEIRA, Bento. Prosopopéia. 1601. *Revista de História de Pernambuco*, ano I, n. 1, 1927, Recife. Versão eletrônica: CG Produções. Disponível em: < <http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/prosopopeia.html>>. Acesso em: 05 mar. 2011.

VICENTE, Gil. *Autos*. 1508-1523. Disponível em: <<http://www.linguateca.pt/ACDC/>>. Acesso em: 07 mar. 2011.

VIEIRA, António. *Sermões* (prefaciado e revisto pelo Rev. Padre Gonçalo Alves). Porto: Livraria Chardron - Lello & Irmão Editores, 1907. Disponível em: < <http://www.linguateca.pt/ACDC/>> Acesso em: 10 abr. 2010.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues. *Contribuição para o estudo do campo semântico 'trabalhador' no português arcaico*. 2007. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- ALMEIDA, Maria Lucia *et al.* *Linguística cognitiva em foco: morfologia e semântica do português*. Rio de Janeiro: Publit, 2009.
- ÁLVARO, Patricia Teles. *Escalarização e mesclagem na polissemia do até: um estudo das relações linguístico-cognitivas do uso dos operadores escolares*. 2008. 232 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- ALVES, Eliane Ferraz; NICOLAU, Vítor Feitosa; LIMA, Janilda Anilde Guedes de. Metáforas conceptuais em textos produzidos no Processo Seletivo Seriado – 2006 da Universidade Federal da Paraíba. *Revista do GELNE – Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste*, João Pessoa, v. 8, n. 1/2, p. 97-104, 2006.
- ALVES, J. A.; GALVÃO, Artur. Introdução histórica às ciências cognitivas. *Jornal de Ciências Cognitivas*. Disponível em: <<http://jcienciascognitivas.home.sapo.pt>>. Acesso em: 05 mai. 2009.
- ARARIPE, Leonel Figueiredo de Alencar. *Significado, valência semântica e sintática de um grupo de verbos de mudança de posse do português do Brasil*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.
- ARAÚJO, Paulo Jeferson Pilar. *Aspectos semântico-cognitivos de usos espaciais das preposições para e em na fala de comunidades quilombolas*. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo de língua portuguesa online*. (1881). Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital> Acesso em: 10 jan. 2009.
- AZEREDO, José Carlos. *Iniciação à sintaxe do português*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- AZEVEDO, Antonio Carlos de Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- BARCELONA, Antonio. *Metaphor and metonymy at the crossroads: a cognitive perspective*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000.
- BARRETO, Therezinha M^a Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. 1996. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996a.
- BARRETO, Therezinha M^a Mello. Predicadores e argumentos. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: EDUFBA, 1996b. p. 119-133.

BARRETO, Vicente de Paulo. *Dicionário de Filosofia do Direito*. Portugal: Facultas Philosophica Bracarensis, 2006.

BATORÉO, Hanna Jakubowicz. Deslexicalização no esquema imagético de deslocação: exemplo da construção ‘TOMAR e V’. *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*, Braga, Guimarães, v.1, p. 73-82, 1996.

BATORÉO, Hanna Jakubowicz. *Expressão do espaço no português europeu. Contributo psicolingüístico para o estudo da linguagem e cognição*. Lisboa: Fundação Caloust Gulbeikian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.

BATORÉO, Hanna Jakubowicz. Como não “pôr o pé em ramo verde” ou do papel da polissemia na construção do sentido. In: RIO-TORTO, Graça Maria; FIGUEIREDO, Olívia Maria e SILVA, Fátima (Coord.) *Estudos em Homenagem ao Professor Mário Vilela*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. p.237-251.

BAYLON, Christian; FABRE, Paul. *La semântica* (con ejercicios prácticos e sus soluciones). Tradução de Maria Teresa Valbuena. Buenos Aires: Paidós Comunicación, 1994.

BERLIN, Brent; Kay, Paul. *Basic color terms*. Berkeley: University of California Press, 1969.

BLANK, Andreas; KOCH, Peter (Ed.). *Historical semantics and cognition*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1999.

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. Chicago: The University of Chicago, 1984 (1933).

BLUTEAU, Raphael. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: < <http://www.ieb.usp.br/online>>. Acesso em: 02 ago. 2011.

BOCK, Ana Mercês; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 13. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.

BONINI, Adair. *Gêneros textuais e cognição: um estudo sobre a organização cognitiva dos textos*. Florianópolis: Insular, 2002.

BORBA, Francisco da Silva (Org). *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991. P. 1.296-1.297.

BORBA, Francisco. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

BRÉAL, Michel. *Ensaio de Semântica: ciência das significações*. Tradução de Aída Ferras *et al.* São Paulo: EDUC & Pontes, 1992.

BRUGMAN, Claudia; LAKOFF, George. Radial network. In: GEERAERTS, Dirk (Ed.). *Cognitive linguistics: basic readings*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2006. p.109-139.

BUENO, Silveira. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*. 2. tir. São Paulo: Saraiva, v. 8, 1968.

BUSSARELLO, Raulino. *Dicionário básico latino-português*. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 1998.

CAITANO, Adriana. Quase metade da população do Brasil sente-se insegura na cidade onde mora, mostra a Pnad; no Norte, piores índices, *Veja*, 15 dez. 2010. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/moradores-do-norte-sentem-se-mais-inseguros-e-sao-maiores-vitimas-de-violencia>>. Acesso em: 20 jun.2011.

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, Prolivro,1975.

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *Dicionário de lingüística e filologia; referente à língua portuguesa*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

CANO AGUILAR, Rafael. *Estructuras sintácticas transitivas en el español actual*. Madrid: Gredos, 1981.

CARVALHO, Manuel. *Toponímia: gentes e lugares: tomada, tomadia e o verbo “tomar”*, 2007. Disponível em: <<http://deaveiroportugal.blogspot.com>>. Acesso em: 05 fev. 2009.

CARVALHO, Orlene Lúcia de Saboia; MARINHO, Margot Latt. *Por um dicionário escolar semibilíngue de português para usuários de Libras: análise do verbo “tomar”*. s/d. Disponível em: <<http://unb.revistaintercambio.net.br> > Acesso em: 05 nov. 2011.

CASTILHO, Ataliba. Introdução à lingüística cognitiva. *Relatório científico submetido à FAPESP*. São Paulo: USP-CNPQ, 2001.

CASTILHO, Ataliba. *Para uma abordagem cognitivista-funcionalista da gramaticalização – Parte II*. São Paulo: USP-CNPQ, 2003.

CASTRO, Ivo *et al.* *Curso de história da língua portuguesa*. v. 1. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

CEZARIO, Maria Maura *et al.* Integração entre cláusulas e gramaticalização. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo *et al.* (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996. p. 77-126.

CHAGAS, Paulo. A mudança lingüística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à Lingüística*. I. objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002. p. 141-163.

CHAPPELL, Hilary; WILLIAM, McGregor. *Prolegomena to a theory of inalienability: a*

typological perspective on body part terms and the part-whole relation. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1996.

CHORÃO, Mario Bigotte. *Temas Fundamentais de Direito*. Coimbra: Facultas Philosophica Bracarensis, 1986.

CINTRA, Lindley. *Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999.

COGNIÇÃO: como pensamos o mundo. *Revista Ciência Hoje*, v. 30, n. 175, set. 2001. Disponível em: <<http://www.aldobizzocchi.com.br/artigo6.asp>> Acesso em: 28 mai. 2009.

COIMBRA, Rosa Lídia. *Estudo linguístico dos títulos de imprensa de Portugal: a linguagem metafórica*. 1999. 605 f. Tese (Doutorado) - Universidade de Aveiro, Aveiro, 1999.

COIMBRA, Rosa Lídia. Jogos polissêmicos no discurso publicitário. In: FERREIRA, A.M. (Coord.). *Presenças de Régio. Actas do 8º Encontro de Estudos Portugueses*. Aveiro: ALAEP, 2002.

COLLINS GEM. *Dicionário Collins Gem: inglês-português, português-inglês*. Great Britain: Disal, 1998.

COROMINAS, Juan; PASCUAL, José A. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. v.5. Madrid: Gredos:1997.

CORTESÃO, Jaime. *A carta de Pêro Vaz de Caminha*. Lisboa: Portugália, v. 2, XIII, 1967.

COSTA, Sônia Bastos Borba; MACHADO FILHO, Américo Venâncio (Org.). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2004.

COSTA, Elenice Alves da. *Estudo cognitivo das metáforas geradas em um corpus jornalístico da economia*. 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CRAVEIRO, Lúcio da Silva, S.J. *A Idade do Social: Ensaio sobre a Evolução da Sociedade Contemporânea*. Braga: Facultas Philosophia Bracarensis, 1959.

CROFT, William. Construction grammar. In: GEERTARTES, Dirk ; CUYCKENS, Hubert. (Ed.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2007. p. 463-508.

CROFT, William; CRUSE, D. Alan. *Linguística cognitiva*. Madrid: Akal, 2008.

CRUSE, D. Alan. Cognitive linguistics and word meaning: Taylor on linguistic categorization. *Journal of Linguistics*, Great Britain, n. 28, p. 165-183, 1992.

CRUSE, D. Alan. *Lexical Semantics*. USA: Cambridge University Press, 1995.

CUENCA, Maria Josep; HILFERTY, Joseph. *Introducción a la Linguística Cognitiva*. Barcelona: Ariel, 1999.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2 ed. rev. acresc. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; SOUZA, Maria Medianeira. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

DAMÁSIO, António R. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000 (1938).

DIAS, Augusto Epiphânio da Silva. *Sintaxe histórica portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Clássica, 1970.

DIJK, Teun Adriaans van. *Cognição, discurso e interação*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

DIRVEN, René; VESPOOR, Marjolijn (Ed.). *Cognitive exploration of language and linguistic*. 2.ed. rev. Amsterdam: John Benjamins, 2004.

DODGE, Ellen; LAKOFF, George. *Image schemas: From linguistic analysis to neural grounding*. In: HAMP, Beate (Ed.). *From perception to meaning: image schemas in Cognitive Linguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005.

DOMÍNGUEZ, Luis Antonio Santos; ELORZA, Rosa María Espinosa. *Manual de semântica histórica*. Madrid: Síntesis, 1996.

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. *Introdução à semântica*. Fortaleza: EUFC, 2000. (Série Didática, 5).

DUARTE, Inês; BATORÉO, Hanna. Predicados complexos e ensino do português europeu como língua não-materna. *Palavras*, n. 26. Lisboa: Associação de Professores de Português, 2004.

DUBOIS, Jean *et al.* *Diccionario de lingüística*. Tradução de Francisco Pessoa de Barros *et al.* São Paulo: Cultrix, 1973.

EKBERG, L. The cognitive basis of the meaning and function of cross-linguistic *Take and V*. In: NUTYTS, J., PADERSON, E. (Ed.). *Perspectives on language and conceptualization*. Bruxelles: Université de Bruxelles, 1993.

EL GUÉDRI, Jamila. *Le verb prendre: analyse syntactic-sémantique en vue de l'élaboration d'un dictionnaire électronique*. 2011. Tese (Doutorado em Letras) - Université Paris XIII, Paris, 2011.

ESPÍNDOLA, Lucienne. A metáfora conceptual ontológica na publicidade. In: HORA, Dermeval; ALVES, Eliane (Org.). *Revista do GELNE- Grupos de estudos linguísticos do nordeste*, João Pessoa, v.7, n. 1/2, p.19-28, 2005.

ESPÍNDOLA, Lucienne Claudete; MENDES, Thiago Barros. Metáforas conceituais em editoriais com tema sobre economia. In: *Revista do GELNE – Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste*, João Pessoa, v.8, n. 1/2, p. 105-115, 2006.

EVANS, Vyvyan; GREEN, Melanie. *Cognitive linguistics: an introduction*. Mahwah, New Jersey, London: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005. (Na Ponta da Língua; v. 12).

FARIA, Isabel Hub (Org.). *Lindley Cintra: homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Cosmos, FLVL, 1999.

FARIAS, Emília Maria Peixoto. Quantidade é elevação vertical: metáfora ou metonímia? *Revista do GELNE – Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste*, João Pessoa, v.8, n. 1/ 2, p.87-95,2006.

FAUCONNIER, Gilles; SWEETSER, Eve. *Spaces world's, and grammar*. Chicago, London: University of Chicago Press, 1996.

FAUCONNIER, Gilles. *Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.

FAUCONNIER, Gilles. Mental spaces. In: GEERTARTES, Dirk ; CUYCKENS, Hubert. (Ed.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2007. p. 351-376.

FELTES, Heloísa Pedrosa de Moraes. *Semântica Cognitiva: ilhas, pontes e teias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FELTES, Heloísa Pedrosa de Moraes. *Semântica cognitiva e modelos culturais: perspectivas de pesquisa*. Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura Regional – Mestrado, s/d.

FERNANDES, Joana Alexandra Souza Castro Teixeira. *O verbo colher: uma abordagem cognitiva em semântica lexical*. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Porto, Porto, 1998.

FERNANDES, Joana Alexandra Souza Castro Teixeira. Polissemia e metáfora no paradigma verbal do português: o verbo *colher*. *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*.

Porto, v. XVII, p. 203-230, 2000. Disponível em: <<http://www.letras.up.pt/deper/default.aspx?m=292>> . Acesso em: 04 Dez. 2009.

FERNÁNDEZ, A; Vázquez, G. Verbs d'actitud, *Sintagma*, Cataluña, n.10, p. 45-60, 1998.

FERREIRA, António Gomes. *Dicionário de latim- português*. Porto: Porto Editora, 1995.

FERREIRA, António Gomes. *Dicionário de português-latim*. Porto: Porto Editora, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, José de Azevedo. (Ed.). *Foro Real de Afonso X*. v.1. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

FERREIRA, José de Azevedo. *Glossário do Foro Real – Afonso X*. v. 2. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. 1987.

FERREIRA, Luciane. Cognição, Metáfora e Linguística de *corpus*. In: MACEDO, Ana; FELTES, Heloísa; FARIAS, Emilia (Org.). *Cognição e Linguística: Explorando territórios, mapeamentos e percursos*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

FILLMORE, Charles J.. Frame semantics and the nature of language. *Annals of the New York Academy of Sciences: Conference on the origin and development of language and speech*, v. 280, p. 20-32, 1976.

FILLMORE, Charles J.. Frames and semantics of understanding. *Quaderni di Semantica*, v. 6, n.2, p. 222-254, 1985.

FINEGAN, Edward. Subjectivity and subjectivisation: an introduction. In: STEIN, Dieter; WRIGHT, Susan (Ed.). *Subjectivity and subjectivisation*. Linguistic Perspectives. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

FLORES DA SILVA, Hilda Monetto. *Verbo-Suporte e Expressões Cristalizadas: um enfoque sintático-semântico-discursivo*. 2006. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FOSSIER, Robert. *El trabajo en la edade media*. Tradução de Miguel Ángel Simón Gómez y Ángeles Vicente. Barcelona: Crítica, 2002.

FOSSIER, Robert. *Gente da Idade Média*. Tradução de Manoel Ruas. Lisboa: Teorema, 2007.

FRANCO, Wanildo José Nobre. A posse e a propriedade. *Boletim Jurídico*, 2006. Disponível: <<http://www.boletimjurico.com.br>>. Acesso em: 12 ago. 2009.

FRANÇOSO, Edson; ALBANO, Eleonora. Virtudes e vicissitudes do cognitivismo, revisitadas.

In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à lingüística*, 2.ed, v.3, São Paulo: Cortez, 2005. p. 301-310.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978 (1892).

GAFFIOT, Félix. *Dictionnaire illustré latin- français*. Paris: Hachette, 1934.

GALVÃO, Artur; J. A., ALVES. Introdução histórica às ciências cognitivas. *Jornal de Ciências Cognitivas*. Sociedade portuguesa de ciências cognitivas. Jan./fev. 2006. Disponível em: <<http://jcienciascognitivas.home.sapo.pt>>. Acesso em: 22. mai. 2006.

GALVES, Charlotte; NAMIUTI, Cristiane; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. *Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch*. Annette Endruschat / Rolf Kemmler / Bárbara Schäfer-PrieB (Hrsg). Turbigen: Calpinus Verlag, p. 45-75, 2006. Disponível em: <http://www.ime.usp.br/~tycho/participants/namiuti/namiuti/08-Cristiane_Namiuti2009.pdf>. Acesso: 10 Jul. 2010.

GALVES, Charlotte. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In: CASTILHO, Ataliba de. *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007. p. 513-528. Disponível em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/pesquisa/caps/GALVES_C-2007a.pdf>. Acesso em: 10 Jul. 2010.

GÁLVEZ, José A. (Ed.). *Dicionário Larousse inglês-português, português-inglês avançado*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2006.

GARCÍA-MIGUEL, José M. Aproximación empírica a la interacción de verbos y esquemas construccionales, ejemplificada com los verbos de percepción. *Estudios de Lingüística Universidad de Alicante* (ELUA), n. 19, p. 169-191, 2005.

GARDNER, Howard. *Frames of mind: the theory of multiple intelligence*. New York: Basic Book, 1985.

GAWRON, Jean Mark. *Frame semantics*. California: Stanford University, 2008.

GEERAERTS, Dirk. Cognitive Grammar and the history of Lexical Semantics. In: RUDZKA-OSTIN (Ed.). *Topics in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.

GEERAERTS, Dirk. Types of meaning in idioms. In: EVERAERT, Martim; LINDEN, Vander (Ed.). *Proceedings of the first Tilburg workshop on idioms*. Tilburg: Institute for language technology and artificial intelligence, 1989. p. 79- 102.

GEERAERTS, Dirk. *Cognitive linguistics*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1990.

GEERAERTS, Dirk. The interaction of metaphor and metonymy in composite expressions. In: DIRVEN, René; PÖRINGS, Ralf (Ed.). *Metaphor and metonymy in comparison and contrast*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2002.

GEERAERTS, Dirk. *Cognitive linguistics: basic readings*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006a.

GEERAERTS, Dirk. *Cognitive linguistics research: words and other Wonders papers on lexical and semantic Topics*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2006b.

GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert. *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford/ New York: Oxford University Press, 2007.

GEERAERTS, Dirk. *Theories of Lexical Semantics*. USA, New York: Oxford University Press, 2009.

GEIGER, Richard; RUDZKA-OSTYN, Brygida. *Conceptualization and mental processing in language*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1993.

GEREMEK, Bronislaw. O marginal. In: LE GOFF, Jacques (Dir.) *O homem medieval*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Presença, 1989. p. 223-248.

GIBBS, Raymond. *The poetics of mind: Figurative thought, language, and understanding*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

GIBBS, R. W. Jr., COLSTON, H. L. *Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

GIBBS Jr., Raymond W. & COLSTON, Herbert L.. The cognitive psychological reality of image schemas and their transformations. In: GEERAERTS, Dirk (Ed.). *Cognitive linguistic: basic readings*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2006.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GLOVER, B.R.: *A history of six Spanish verbs meaning "to take, seize, grasp"*. The Hague-Paris: Mouton, 1971.

GOMES, Claudete Pereira. *Tendências da semântica lingüística*. Ijuí, Rio Grande do Sul: Unisul, 2003.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: Direito das Coisas*. São Paulo: Saraiva, 2010.

GONZÁLEZ, Angel Raimundo Fernández; HERVÁS, Salvador; BÁEZ, Valério. *Introducción a la semântica*. 4. ed. Madrid: Cátedra, 1984.

GOOSSENS, Louis. Mataphonymy: the interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action. *Cognitive Linguistics*, n. 1-3, 1990, p. 323–340.

- GOOSSENS, Louis. Metaphonymy: the interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action. In: DIRVEN, René; PÖRINGS, Ralf (Ed.). *Metaphor and metonymy in comparison and contrast*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2002.
- GRADY, Joseph. *Foundations of meaning: primary metaphors and primary scenes*. 1997. Dissertation (Ph.D.) - University of California, Berkeley, 1997.
- GRADY, Joseph. Metaphor. In: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert (Ed.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007.
- GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural: pesquisa de método*. 2. ed. Tradução de Haquira Osakabe; Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1966.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1989.
- GRIES, Stefan Th.; STEFANOWITSCH, Anatol. (Ed.) Copora in cognitive linguistics: *Corpus-based approaches to syntax and lexis*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2006. p. 57-99.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.
- GUIMARÃES, Eduardo. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2004.
- GUIRAUD, Pierre. (1989). *A semântica*. 5. ed. Tradução e adaptação de M^a Elisa Mascarenhas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, Salvador. *De pragmática y semántica*. Madrid: Arcos/Libros, 2002.
- HAMPE, Beate; GRADY, Joseph (Ed.). *From perception to meaning: image schemas in cognitive linguistics*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2005.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. 8. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999 (1927). (Pensamento humano).
- HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Gramaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University Chicago Press, 1991.
- HEINE, Bernd. *Possession: cognitive sources, forces, and gramaticalization*. Austrália: Cambridge University Press, 1997.
- HONÓRIO, Nathanaela. *Posse. Teoria objetiva de Ihering, obliquidade à teoria subjetiva de Savigny?* 2009. Disponível em: < <http://www.recantodasletras.com.br/textosjuridicos/1427327>>. Acesso em: 05 Jan. 2010.
- HOPPER, Paul J.; THOMPSON, Sandra A.. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, v. 56, n. 2, 1980.

- HOPPER, Paul J.. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. v.1. Amsterdam: Benjamins, 1991.
- HOUAISS, Antonio. *Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Tradução de Maria Manuela G. Delile. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1986.
- ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. 11. ed. São Paulo: Ática, 2006. (Princípios; 8).
- JANDA, Laura. Give, have and take in slavic. In: NEWMAN, John. *The linguistics of giving*. Amsterdam: John Benjamins, 1997. p. 249-265.
- JOHNSON, Mark. *The body in the mind. The bodily basis of meaning. Imagination, and reason*. Chicago: The University Chicago Press, 1987.
- JOHNSON, Mark. *Moral imagination: Implications of cognitive science for ethics*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- JOHNSON, Mark. Sub-cortical face processing. *Nature Reviews Neuroscience*, n.6. p.766–774, 2005.
- JUD, Jakob. Problemes de geographie linguistique. *Revue de linguistique romane*, n. 1, p. 181-236, 1925.
- KATZ, J.; FODOR, Jerry A. The structure os a semantic theory. *Language*, v. 39, n.2, p.170-210, Apr. - Jun. 1963.
- KATZ, J. J. *Semantic Theory*. New York, Harper & Row, 1972.
- KLEIBER, Georges. *Recherches em pragma-semantique*. Paris: Klincksieck, 1985.
- KLEIBER, Georges. *La semántica de los prototipos: categoría y sentido léxico*. Tradução de Antonio Rodríguez Rodríguez. Madrid: Visor Libros, 1995.
- KOCH, Ingedore Villaça; CUNHA-LIMA, Maria Luiza. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à lingüística*. v.3. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 251-300.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.
- LAKOFF, George. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*: Chicago, London: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books, 1999.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução de Maria Sophia Zanotto. Campinas, S.P.: Mercado de Letras; São Paulo: EDUC, 2002. (Coleção As Faces da Linguística Aplicada).

LAKOFF, George. The brain's concepts. *Plenary lecture given at the 8th International Cognitive Linguistics Conference*, Logroño, Spain, 20-25 Jul. 2003.

LANGACKER, Ronald. *Foundations of cognitive grammar*. v. 1. Stanford, California: Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, Ronald. *Cognitive linguistics*. Stanford: Stanford University Press, 1990.

LANGACKER, Ronald. *Foundations of cognitive grammar*. v. 2. Stanford, California: Stanford University Press, 1991a.

LANGACKER, Ronald. *Cognitive linguistics research: concept, image, and symbol, the cognitive basic of grammar*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1991b.

LANGACKER, Ronald. Culture, cognition, and grammar. In: PUTZ, Martin (Ed). *Language Contact and Language Conflict*. Amsterdam: John Benjamins, 1994.

LANGACKER, Ronald. *Grammar and conceptualization*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1999.

LANGACKER, Ronald. Aspects of the grammar of finite clauses. In: ACHARD, Michel; KEMMER, Suzanne. *Language, Culture and Mind*. California: C.S.L.I. Publications, 2004.

LANGACKER, Ronald. Subjectification, gramaticalization, and conceptual archetypes. In: ATHANASIADOU, Angeliki; CANAKIS, Costas; CORNILLIE, Bert (Ed.). In: *Subjectification. Various paths to subjectivity*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2006.

LANGACKER, Ronald. Cognitive Grammar. In: GEERARTES, Dirk; CUYCKENS, Hubert (Ed.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2007. p. 421-462.

LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1990.

LE GOFF, Jacques. *La baja edad media*. 22. ed. Tradução de Lourdes Ortiz. Mexico: Siglo Ventiuno Editores S.A., 1998.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicholas. *Uma História do Corpo na Idade Média*. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 2003.

LEVIN, Beth. *English verb classes and alternations*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

LEWANDOWSKA-TOMASZCZYK, Barbara. *Polysemy: mechanisms and research methodology*. Frankfurt: Peter Lang, 2002.

LEWANDOWSKA-TOMASZCZYK, Barbara. Polysemy, prototypes, and radial categories. In: *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2007. p.139-169.

LIMA, Paula; FELTES, Heloísa; MACEDO, Ana. Cognição e metáfora: A teoria da metáfora conceitual. In: MACEDO, Ana; FELTES, Heloísa; FARIAS, Emilia (Org.). *Cognição e linguística: explorando territórios, mapeamentos e percursos*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria de regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.

LOPES, Edward. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, s./d.

LOPES, Edward. Semântica. In: LOPES, Edward. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 2000.

LOPES, Ivã Carlos; PIETROFORTE, Antonio Vicente Seraphim. A semântica lexical. In: FIORIN, José Luiz. *Introdução à lingüística: princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. São Paulo: Ática, 1987.

LYONS, John. *Lingüística e linguagem: uma introdução*. Tradução de Marilda Averbug e Clarisse de Souza. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

LYONS, John. *Semântica linguística: uma introducción*. Tradução de Santiago Alcoba. Buenos Aires: Paidós Comunicación, 1997.

MACEDO, Maria Elisa. Lexicografia e verbo suporte. In: *Actas do VII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Universidade Nova, 1991.

MACEDO, Ana Cristina Pelosi de; FELTES, Heloísa. P. M.; FARIAS, E. M. P. (Org.). *Cognição e Lingüística: explorando territórios, mapeamentos e percursos*. Porto Alegre: Edipucrs/ Caxias do Sul/Educs, 2008.

MACHADO, José B. *Introdução à história da língua e cultura portuguesas*. Braga: Vercial, 2009.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa: com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados*. v.2, Lisboa: Confluência, 1967.

- MALKIEL, Yakov. *Etymology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- MARCÃO, Renato Flávio. Anatações sobre o crime de furto e sua redação no anteprojeto de código penal, 2007. Disponível em: <[http://: www.clubjus.com.br](http://www.clubjus.com.br)>. Acesso em: 10 Jul. 2011.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- MARQUES, M^a Helena Duarte. *Iniciação à semântica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo *et al.* (Org.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo; PALOMANES, Roza. Linguística Cognitiva. In: MARTELOTTA *et al.* (Org.). *Manual de lingüística*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARTINS, Ana Maria. Ainda « os mais antigos textos escritos em português » documentos de 1175 a 1252. In: CINTRA, Lindley. *Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Cosmos, 1999.
- MARTINS, Helena Franco. *Metáfora e polissemia no estudo das línguas do mundo: uma aproximação não representacionista*. 1999. Dissertação (Mestrado) - Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
- MATO, Xosé Ramón Freixeiro. *Gramática da língua galega: III Semântica*. Vigo: A Nosa Terra, 1999.
- MATOS, Maria Aparecida Damasceno Netto de. *Verbos polissêmicos: propriedades semânticas e processos metafóricos*. 2006. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, 2006.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto, 1991.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004a.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Novos indicadores para os limites do português arcaico. *Revista da ABRALIN*. n. 4, 2004b.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio (Org.). *O português quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2002.

- MATTOSO, José. *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325*. 5.ed. rev. e act. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- McENERY, Tony; WILSON Andrew. *Corpus Linguistics*. Califórnia: Edinburgh University Press, 1996.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Dicionários portugueses*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.
- MEYER-LÜBKE, Wilhelm. *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*. v.3. Vollständigneubearb. Aufl Heidelberg: Carl Winters Universitätsbuchhaandlung, 1935 (1911).
- MICHAELLIS, A.. *Moderno Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2002.
- MILLER, George A.; JOHNSON-LAIRD, Philip. *Language and perception*. Cambridge: Harvard University Press, 1976.
- MIRANDA, Neusa Salim. Domínios conceptuais e projeções entre domínios: uma introdução ao modelos dos espaços mentais. *Veredas: Revista de estudos lingüísticos on line*. Juiz de Fora, v. 3, n. 1. p.81-95, 1999. Disponível em: <<http://www.revistaveredas.ufjf.br>>. Acesso em: 05 jul. 2009.
- MIRANDA, Neusa Salim; NAME, Maria Cristina (Org.). *Lingüística e cognição*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- MIRANDA, Neusa Salim; SALOMÃO, Maria Martins Margarida. *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- MOLINER, María. *Diccionario de María Moliner*. Madrid, 2001. Disponível em: <www.diclib.com>. Acesso em: 03 fev. 2011.
- MORAES SILVA, Antonio. *Diccionario da língua portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/moraesSilva>>. Acesso em: 03 fev. 2011.
- MORAES SILVA, Antonio. *Diccionario da língua portuguesa*. Tomo II. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1878.
- MORANTE, Roser; VÁZQUEZ, Glória. *Anar ('go'), donar ('give') and posar ('put'): shift verbs in Catalan*. Proceedings of the 24th Meeting of the Berkeley Linguistics Society. Berkeley: University of California, 1998.
- MORANTE, Roser; CASTELLÓN, Irene; VÁZQUEZ; Glória. *Los Verbos de Trayectoria, Procesamiento del lenguaje natural*, n. 23, p. 140-148, 1998. Disponível em: <<http://grial.uab.es>> Acesso em: 05 jan. 2011.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. Linguagem e cognição de metáforas. In: *Veredas: Revista de Estudos Lingüísticos online*. v.6, n.1, 2002. Disponível em: <<http://www.revistaveredas.ufjf.br>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. Metáfora e regularidades lingüísticas. In: MIRANDA, Neusa Salim; NAME, Maria Cristina. (Org.). *Lingüística e cognição*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

MÜLLER, Ana Lucia de Paula; VIOTTI, Evani de Carvalho. Semântica formal. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à lingüística: II. Princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 137-159.

MUÑOZ GUTIÉRREZ, Carlos. Semántica cognitiva: modelos cognitivos e espacios mentales. *A Parte Rei. Revista de Filosofia*. n.43, 2006. Disponível em: <<http://serbal.pntic.mec.es/AParteRei/>>. Acesso em: 02 ago. 2009.

MUÑOZ NÚÑEZ, Maria Dolores. *La polissemia léxica*. Cádiz: Universidade de Cádiz, Servicio de Publicaciones, 1999.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico resumido*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do livro, Ministério da Educação e Cultura, 1966.

NÁUFEL, José. *Novo dicionário jurídico brasileiro*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

NAVARRO, Huguette Pottier. *La polissemia léxica en español: teoría e resolución*. Tradução de Álvarez Pérez. Madrid: Gredos S.A., 1991.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A Gramática Funcional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A Gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNESP, 2002.

NEWMAN, John. *Give: a cognitive linguistic study*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1996.

NEWMAN, John. *The linguistics of giving*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1997.

NOVO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. Lei nº 10.406, em vigor a partir de 10 de janeiro de 2003. São Paulo: Escala, 2002.

OAKLEY, Todd. Image schemas. In: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert (Ed.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. *Manual de semântica*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

ORTEGA, Érica Fernanda; PANTE, Maria Regina. Abordagem do verbo ‘tomar’ como verbo-suporte no português arcaico. *Seminário do GEL*, n. 56, São José do Rio Preto, 2008. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br>> Acesso em: 20 abr. 2009.

OTAOLA OLANO, Concepción. *Lexicología y semántica léxica*. Madrid: Ediciones Académicas, S.A., 2004.

PALMER, F. R. *A semântica*. Tradução de Ana Maria Machado Chaves. Lisboa: Edições 70, 1996. (Coleção Signos).

PANTE, Maria Regina. *Notas sobre o verbo “tomar” como verbo-suporte no português arcaico*. s/d. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br>>. Acesso em: 23 jul. 2011.

PANTHER, Klauss; THORNBURG, Linda. Metonymy. In: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert (Ed.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007. p. 236-263.

PASSEGI, Luis. Gramática cognitiva e significado: tópicos de semântica cognitiva. *Odisséia*, Natal, v. 9, n. 13/14, 2006.

PASTOR MILÁN, M. Á. *Indagaciones lexemáticas: a propósito del campo léxico ‘asir’*. Granada: Universidad de Granada, 1990.

PEÑA, Maria Sandra. Dependency systems for image schematic patterns in a usage-based approach to language. *Journal of pragmatics*, n.40, 2008.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues. *Direito das coisas*. Campinas: Russel Editores, 2003.

PERRY, Marvin. *Civilização Ocidental: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PETRUCK, Miriam. *Frame semantics*. Berkeley: University of California, 2001.

PIETROFORTE, Antonio V. Saraphim; LOPES, Ivã Carlos. A semântica lexical. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à Linguística: II. Princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 111-135.

PINHEIRO, Diogo. Indeterminação ou polissemia? A rede semântica do verbo ter no português brasileiro. In: ALMEIDA, Maria et al. *Linguística cognitiva em foco: morfologia e semântica do português*. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

PINKER, S. Language Acquisition. In: OSHERSON, D., LASNIK, H. (Ed.). *An invitation to cognitive science: language*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1990.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. Uma história de delimitações teóricas: trinta anos de semântica no Brasil. In: *DELTA*, v. 15, São Paulo, 1999.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. *Semântica*. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (Org.). *Introdução à lingüística*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p.17- 46. (Domínios e Fronteiras).

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de Direito Privado*. Parte especial. Tomo XIX. Direito das coisas: Usufruto. Uso. Rio de Janeiro: Borsoi, 1970. Disponível em: <http://200.255.167.162/pesquisa/pdf_livros/pontes_de_miranda_tratado_de_direito_privado/tratado_de_direito_privado_tomo19.pdf> Acesso em: 15 abr. 2011.

PRATA, Ana. *Dicionário jurídico: direito civil, direito processual civil, organização judiciária*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1998.

RANCHOOD, Elisabete Marques. *Construções com nomes predicativos na Crônica Geral de Espanha de 1344*. s/d. Disponível em: <<http://label.ist.utl.pt/publications/docs/Cintra>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Dicionario de la lengua española de la Real Academia Española. Disponível em: <<http://www.rae.es/rae.html>> Acesso em: 05 jan. 2011.

RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. Tradução de Dion Davi Macedo. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ROBERTS, Edward A.; PASTOR, Bárbara. *Diccionario etimológico indoeuropeu de la lengua española*. Madrid: Alianza, 1997.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

ROHRER, Tim. *Metaphors, Visual Blends and the Ideology of Information Technology*. Hermes, Journal of Linguistics. n. 24, 2000.

ROSCH, Eleanor. Natural categories. *Cognitive Psychology*, n.4, p. 328-350, 1973.

ROSCH, Eleanor. Cognitive representations of semantic categories. *Journal of Experimental Psychology: General*, p. 193-233, 1975.

ROSCH, Eleanor *et al.* Basic objects in natural categories, *Cognitive Psychology*, n. 8, p. 573-605, 1976.

ROSCH, Eleanor; MERVIS Caroline B. Family resemblances: studies in the internal structure of categories, *Cognitive Psychology*, n. 8, p. 573-605, 1975.

RUDZKA-OSTYN, Brygida. Metaphor, schema, invariance: the case of verbs of answering. In: KAILTH, Carton; OSTYN, Brygida (Ed.) *Perspectivas on English: studies in honour of professor ennuma voulat*. Paris, 1994.

RUIZ DE MENDOZA, Francisco José; OTAL CAMPO, José Luis. *Metonymy, grammar and communication*. Granada: Comares, 2002.

RUSSELL, Stuart; NORVIG, Peter. *Inteligência Artificial*. Tradução de Vandenberg D. de Souza. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

SACKS, Sheldon (Org.). *Da metáfora*. Tradução de Leila Cristina M. Darin *et al.* São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. In: *Veredas: Revista de Estudos Lingüísticos online*. v.3, n.1, p. 61-79, 1999. Disponível em: <<http://www.revistaveredas.ufjf.br>>. Acesso em: 25 jul. 2009.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. Construções modais com dar no português do Brasil: metáfora, uso e gramática. In: *Revista de Estudos Linguísticos*, v. 16, n.1, p. 83-115, jan./jun. 2008.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. Teorias da linguagem: a Perspectiva Sociocognitiva. In: MIRANDA, Neusa Salim; SALOMÃO, Maria Margarida (Org.). *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.p. 20-32.

SANTANA, Elisângela da Silva. *Predicadores e argumentos: o que nos revela o português arcaico?* 2003. 246 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SANTIAGO, Mariana Ribeiro. Teoria subjetiva da posse. *Revista Jus Navigandi*, 2004. Disponível em: < <http://jus.uol.com.br/revista/texto/5277/teoria-subjetiva-da-posse/2>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAPIR, Eduard. *Language: An introduction to the study of speech*. New York: Harcourt, Brace and company, 1921.

SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. 24. ed. Portugal: Publicações Europa-América, 2007.

SARAMAGO, José. *Todos os nomes*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997.

SARDINHA, Tony Berber. *Metáfora*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de lingüística geral*. 20. ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1995.

SCHMID, Hans-Jörg. Entrenchment, salience, and basic levels. In: GEERARTES, Dirk; CUYCKENS, Hubert (Ed.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2007. p. 117-138.

SILVA, Augusto Soares da. A linguística cognitiva: uma breve introdução. Um novo paradigma em Linguística. In: *Revista Portuguesa de Humanidades*. v. 1, n. 1/2, p. 59-101, 1997a. Disponível em: <<http://www.facfil.ucp.pt/lingcognit.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

SILVA, Augusto Soares da. A mudança semântica como reorganização de protótipos: o verbo deixar. In: CASTRO, Ivo (Org.). *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. v.1. Linguística. Lisboa, 1997b.

SILVA, Augusto Soares da. *A Semântica de Deixar: uma contribuição para a abordagem cognitiva em Semântica Lexical*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999.

SILVA, Augusto Soares da. (Org.). *Linguagem e cognição: a perspectiva da Linguística Cognitiva*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia de Braga, 2000.

SILVA, Augusto Soares da. O poder cognitivo da metáfora e da metonímia. *Revista Portuguesa de Humanidades*, Estudos Lingüísticos, Braga, n. 7, p.13-75, 2003.

SILVA, Augusto Soares da. Linguagem, cultura e cognição, ou a linguística cognitiva. In: SILVA, Augusto Soares da; TORRES, Amadeu; GOLÇALVES, Miguel (Org.). *Linguagem, cultura e cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*. v.1, Coimbra: Almedina, 2004. Disponível em: <http://jcienciascognitivas.home.sapo.pt/05-11_silva.html>. Acesso em: 19 Set. 2009.

SILVA, Augusto Soares da. *Semântica histórica e cognição*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos. Universidade do Minho, 2005. (Separata do livro Ciências da Linguagem: 30 anos de investigação e ensino).

SILVA, Augusto Soares da. *O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra: Almedina, 2006a.

SILVA, Augusto Soares da. Situación actual de la lingüística cognitiva portuguesa. In: *Actas del XXXV Simposio Internacional de la Sociedad Española de León*. León: Departamento de Filología Hispánica y Clásica, 2006b. Disponível em: <<http://www3.unileon.es/dp/dfh/SEL/actas.htm>>. Acesso em: 08 Nov. 2009.

SILVA, Augusto Soares. Os estudos de Linguística Cognitiva do Português. *Revista Portuguesa de Humanidades*. Estudos Linguísticos, 11-1, 2007.

SILVA, Augusto. Linguistic variation, social cognition and pluricentric languages. In: *Conference of the 42nd Annual Meeting of the Societas Linguistica Europaea*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009.

SILVA, Augusto Soares da. Palavras, significados e conceitos: o significado lexical na mente, na cultura e na sociedade, *Caderno de Letras da UFF – Dossiê: Letras e cognição*, n.º. 41, p. 27-53, 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/41/artigo1.pdf>> Acesso em: 2011.

SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.

SOBRAL, Cristina. Para uma nova edição crítica do Orto do Esposo: notas filológicas. Estudos - Auditório Virtual do DLR, 2008.

SVOROU, Soteria. *The grammar of space*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1994.

SVOROU, Soteria. Semantic constraints in the gramaticalization of locative construction. In: WISCHER, Ilsa; DIEWALD, Gabriele (Ed.) *New reflections on gramaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2002.

TALMY, Leonard. How language structures space. In: PICK, H.; ACREDOLO, L. (Ed.). *Spatial orientation: theory, research, and application*. New York: Plenum Press, 1983.

TALMY, Leonard. Force dynamics in language and cognition. In: EILFORT, W; KROEBER, P; PETERSON, K. *Papers from the parasession on causatives and agentivity at the 21 st regional meeting*. Chicago: University de Chicago, 1988.

TALMY, Leonard. *Toward a cognitive semantics*. v. 2. Cambridge, Mass: The MIT Press, 2000.

TAMBA-MECZ, Iréne. *La semántica*. Tradução de Emma Jiménez. México: FCE, 2004.

TAMBA-MECZ, Iréne. *A semântica*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Homenagem a Fernando Tarallo. 2. ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1996.

TARSKY, A. The semantic conception of truth. Philosophy and phenomenological research. In: MARTINICH, A. (Org.). *The philosophy of language*. Oxford: Oxford University Press, 1985 (1944).

TAYLOR, John R. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. Berlin: Clarendon Paperbacks, 1989.

- TAYLOR, John. *Possessives in English: an exploration in cognitive grammar*. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- TEIXEIRA, José. *Verbos de movimento referenciando a um sujeito: contribuições para um estudo semântico*. Braga, 2000.
- TEIXEIRA, José. *A verbalização do espaço: modelos mentais de frente/trás*. Braga: Centro de estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2001.(Coleção Poliedro).
- TEIXEIRA, José. Organização conceptual das categorias e a lexicalização de um protótipo (fruta). *Diacrítica*, nº 19/1, p.239-280, 2005. (Série Ciências da Linguagem).
- TEIXEIRA, José. Categoria nominal e abstracção (ou o porquê das sereias serem mais concretas que o ar). *Revista Galega de Filoloxía*, Corunha, n. 11, p. 123-149, 2010.
- TEMMERMAN, Rita. *Towards new ways of terminology description – the sociocognitive approach*. Amsterdam: John Benjaminns B.V., 2000.
- TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. 2. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1984.
- TIBERGHIE, Guy. *Dicionário de ciências cognitivas*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- TOFFLER, Alvin. *Os novos poderes*. Lisboa: Livros do Brasil, 1991.
- TOMASELLO, Michel. *First verbs: A case study of early grammatical development*. Canadá: Cambridge University Press, 1992.
- TOMASELLO, Michael. One child's early talk about possession. In: NEWMAN, John. *The linguistics of giving*. Amsterdam/ Philadelphia: 1997. p. 249 – 371.
- TRAUGOTT, Elizabeth; DASHER, Richard. *Regularity in semantic change*. Austrália: Cambridge University Press, 2002.
- TUFANO, Douglas. *Guia Prático da Nova Ortografia*, 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2009.
- TUGGY, D.. Schematicity. In: GEERAERTS, Dirk, CUYCKENS, Hubert. (Ed.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007. p. 82-116.
- TURNER, Mark. *Death is the mother of beauty: Mind, metaphor, criticism*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Tradução de J. A. Osório Mateus. 5.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.
- UNGERER, Friedrich; SCHMID, Hans-Jörg. *An introduction to cognitive linguistics*. London, New York: Logman, 1996.

- URIBEETXEBARRIA, Tomás. *Palabras y lengua*. Bilbao: Universidad del País Vasco/ Euscal Herriko Unibertsitatea, 1992.
- VÁZQUEZ, G.; FERNÁNDEZ, A.; MARTÍ, M. A. (1998). Eventualities of change. *Proceedings of the annual meeting of the Berkeley Linguistics Society*, v. 24-25, Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1998.
- VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almedina, 1994.
- VILELA, Mário. *A metáfora na instauração da linguagem, teoria e aplicação*. *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, Porto, n. 13, p. 317-356, 1996.
- VILELA, Mário. *Metáforas do nosso tempo*. Coimbra: Almedina, 2002.
- VIOLI, Patrizia. *Meaning and experience*. Bloomington: Indiana University Press, 2001.
- VOTRE, Sebastião; ROCHA, Alexandra Ramos da. *A base corporal da metáfora*. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo et al. (Org.) *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996. p. 127-145.
- WIERZBICKA, Anna. *The semantics of grammar*. Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1985.
- WINTERS, Margaret E.. Schemas and prototypes: remarks on syntax change. In: KELLERMANN, Günter; MORRISSEY, Michael D. (Ed.). *Diachrony within synchrony: language history and cognition*. Frankfurt and Maim/ Berlin: Peter Lang, 1992.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Tradução de Marcos G. Montagnoli. Petrópolis: Vozes, 1994. (1953).
- ZANOTTO, Mara Sophia. Apresentação à edição brasileira. In: *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: EDUC, 2002.
- ZLATEV, Jordan. Spatial semantics. In: GEERARTES, Dirk ; CUYCKENS, Hubert (Ed.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2007. p.318-350.